



POLÍTICA DESPORTIVA

RACIONALIZAÇÃO DAS ESCOLHAS EM MATÉRIA DE POLÍTICA DESPORTIVA

UM ESTUDO NA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

Dissertação apresentada com vista à obtenção do grau de Mestre em Ciências do Desporto - Gestão do Desporto, orientada pelo Prof. Doutor Gustavo Manuel Vaz da Silva Pires

Elmano Carlos Fernandes dos Santos

JUNHO DE 2000

796
SAN Pol
T/H+L

INDICE

Agradecimentos

| | | |
|---------|--|-----|
| 1 | Introdução | 5 |
| 1.1 | Apresentação Preliminar | 5 |
| 1.2 | Considerações Prévias | 8 |
| 1.3 | Estrutura da Dissertação | 12 |
| 2 | Revisão da Literatura | 14 |
| 2.1 | Da Importância da Informação à Necessidade da Teorização | 14 |
| 2.2 | Enquadramento Geral dos Trabalhos Realizados | 20 |
| 2.2.1 | Sociologia do Lazer | 21 |
| 2.2.2 | Sociologia do Desporto | 31 |
| 2.2.3 | Economia do Desporto | 38 |
| 2.2.4 | Política do Desporto | 44 |
| 2.3 | Àcerca dos Conceitos | 59 |
| 2.3.1 | Política | 59 |
| 2.3.2 | Desporto | 66 |
| 2.3.3 | Desenvolvimento e Qualidade | 73 |
| 2.3.3.1 | As Formas | 82 |
| 2.3.3.2 | Os Conteúdos | 84 |
| 2.3.3.3 | Os Factores | 89 |
| 2.4 | Políticas de Desenvolvimento Desportivo | 93 |
| 2.4.1 | Um Olhar pela Europa | 106 |
| 2.4.2 | O Caso Português | 119 |
| 2.4.3 | A Região Autónoma da Madeira | 136 |
| 3 | Formulação do Problema | 153 |
| 3.1 | Delimitação do Problema | 153 |
| 3.2 | Justificação do Estudo | 154 |
| 3.3 | Objectivos e Hipóteses de Estudo | 157 |
| 4 | Metodologia | 164 |
| 4.1 | Amostras | 165 |
| 4.1.1 | Professores de Educação Física | 165 |
| 4.1.2 | Técnicos de Desportivos | 166 |
| 4.1.3 | Dirigentes Desportivos | 168 |
| 4.1.4 | Políticos | 169 |
| 4.2 | Questionário | 170 |
| 4.3 | Procedimentos de Pesquisa | 177 |
| 4.4 | Procedimentos Estatísticos | 179 |

| | | |
|--------|---|-----|
| 5 | Apresentação e Discussão dos Resultados | 180 |
| 5.1 | Analisando os Factores de Desenvolvimento do Desporto | 181 |
| 5.1.1 | Orgânica | 182 |
| 5.1.2 | Formação | 191 |
| 5.1.3 | Documentação | 198 |
| 5.1.4 | Informação | 204 |
| 5.1.5 | Instalações | 210 |
| 5.1.6 | Apetrechamento | 217 |
| 5.1.7 | Recursos Humanos | 224 |
| 5.1.8 | Financiamentos | 230 |
| 5.1.9 | Normativo | 235 |
| 5.1.10 | Gestão | 241 |
| 5.1.11 | Marketing | 247 |
| 5.1.12 | Actividades | 253 |
| 5.2 | Analisando os Diferentes Grupos em Estudo | 258 |
| 5.2.1 | Os Professores de Educação Física | 259 |
| 5.2.2 | Os Técnicos | 262 |
| 5.2.3 | Os Dirigentes | 265 |
| 5.2.4 | Os Deputados | 267 |
| 5.2.5 | O Sexo Masculino | 270 |
| 5.2.6 | O Sexo Feminino | 273 |
| 5.2.7 | Comparando os Diferentes Grupos | 275 |
| 5.3 | Analisando os Diferentes Grupos de Questões | 277 |
| 5.3.1 | O Estado | 278 |
| 5.3.2 | O Associativismo Desportivo | 281 |
| 5.3.3 | O Desporto Federado | 283 |
| 5.3.4 | O Desporto de Lazer e Recreação | 285 |
| 5.3.5 | Comparando os Diferentes Grupos de Questões | 289 |
| 6 | Conclusões e Sugestões | 291 |
| 6.1 | O Estado e o Associativismo Desportivo | 294 |
| 6.2 | Desporto Federado e Desporto de Lazer e Recreação | 295 |
| 6.3 | Os Diferentes Grupos em Estudo | 296 |
| 6.4 | Os Factores de Desenvolvimento do Desporto | 298 |
| 6.5 | Considerações Finais | 300 |
| 7 | Bibliografia | 303 |

Anexos

AGRADECIMENTOS

Embora o carácter individual esteja sempre presente em qualquer trabalho deste género, existe sempre a necessidade de multiplicar esforços e usufruir conhecimentos, sem os quais não conseguiríamos ultrapassar os obstáculos que se nos depararam. Não fosse o apoio de várias pessoas e instituições e não teríamos atingido os objectivos a que nos propusemos. De entre os inúmeros contributos e estímulos recebidos ao longo do processo, gostaríamos de manifestar o nosso mais profundo, sincero e sentido agradecimento:

Ao Professor Doutor Gustavo Pires, orientador desta dissertação, pelos conselhos, estímulos e conhecimentos partilhados e pela amizade sempre demonstrada. Sem o seu auxílio, este trabalho nunca seria possível.

Ao Professor Doutor Carlos Colaço, pela disponibilidade demonstrada e pela colaboração imprescindível prestada a este trabalho, ao nível do tratamento estatístico dos dados e da estruturação da dissertação.

Ao Mestre António Jorge Andrade, Director do Gabinete Coordenador do Desporto Escolar, da Secretaria Regional da Educação – Madeira, pelas facilidades concedidas, em termos profissionais, à realização deste trabalho.

Aos meus colegas e ex-colegas de gabinete e amigos: Nelson Pestana, João Abel Silva, João Freitas, Samuel Gouveia, Isabel Andrade, Luísa Santos, Francisco Drumond, Manuela Vieira, Cristina Ramos, João José Sousa, Nuno Faria, Yvonne Rodrigues e Duarte Azevedo, pelo apoio que sempre procuraram assegurar à minha actividade profissional, em especial nos meus momentos de ausência.

Ao IDRAM, e em especial ao seu Presidente do Conselho Directivo, Mestre Francisco Fernandes, pela colaboração prestada ao nível do trabalho experimental.

Aos Coordenadores Regionais do Desporto Escolar, ao Mestre André Escórcio e ao Doutor Luis Drumond e a todos os que me ajudaram no trabalho experimental, auxiliando-me na recolha dos inquéritos, bem como a todos os que tiraram um pouco do seu tempo para responder ao questionário proposto.

Institucionalmente, ao Governo Regional da Madeira, à Secretaria Regional da Educação, à Direcção Regional de Inovação e Gestão Educativa e ao Gabinete Coordenador do Desporto Escolar, bem como às escolas, clubes, associações e Assembleia Legislativa Regional pela colaboração recebida. À Universidade da Madeira que, através do Fundo Social Europeu, nos garantiu o suporte financeiro para a investigação.

À minha família e amigos mais próximos, pelo ambiente estimulante e facilitador que colocaram à minha volta.

A todos os que, não sendo citados individualmente, sabem ser credores do meu reconhecimento e amizade.

À CRISTINA, ao TOMÁS e à INÊS pelo tempo que lhes tirei e pela atenção, carinho e amor que lhes deixei de prestar quando me dedicava ao trabalho, mas cuja existência constitui também um estímulo sem limites.

1 Introdução

1.1 Apresentação Preliminar

As mudanças sociais, económicas e políticas que se têm registado à escala mundial têm provocado alterações significativas, tanto no desporto, influenciado pela transformação desses ambientes, como na própria gestão do desporto.

Daí que, a racionalização das escolhas em matéria de política desportiva tenha sido alvo, nos últimos anos, da atenção constante de técnicos e políticos com responsabilidades no domínio do desporto.

Com efeito, de alguns anos a esta parte, tem existido uma tentativa de encontrar processos metodológicos, isto é, conjuntos de instrumentos de análise e decisão que permitam o processamento de decisões políticas em matéria de desporto com qualidade e eficácia.

A utilização do desporto como um dos instrumentos da política tem vindo a acentuar-se, fundamentalmente a partir dos anos sessenta, tornando as suas relações com o sistema social cada vez mais complexas. Hoje em dia, os sinais de cooperação entre o desporto e a política são evidentes. O desporto é utilizado pelos Governos dos países e das regiões como instrumento ao seu serviço. O que se espera é que essa utilização seja feita de uma forma justa.

De acordo com a Lei de Bases do Sistema Desportivo (Lei nº 1/90 de 13/1), o Sistema Desportivo deve fomentar “a prática desportiva para todos, quer na vertente de recreação, quer na de rendimento, em colaboração prioritária com as

escolas, atendendo ao seu elevado conteúdo formativo, e ainda em conjugação com as associações, as colectividades desportivas e autarquias locais”.

Se em termos gerais compete ao Estado o fomento do desporto, em termos específicos, deve competir aos organismos estatais a promoção de práticas desportivas, quer através de modelos de gestão directos, quer através do apoio à livre iniciativa dos cidadãos, sem a qual o desenvolvimento do desporto se torna muito difícil. Nesta perspectiva, sendo função do Estado a promoção das práticas desportivas, não deve, no entanto, competir com o livre associativismo. Pelo contrário, tem de lhe proporcionar os meios para a promoção das actividades desportivas que dizem respeito à sua vocação, mas sem se desresponsabilizar das suas funções. É obrigação do Estado desenvolver o desporto enquanto factor de saúde, de educação e de promoção da juventude.

Para que o possa fazer eficazmente, tem que permitir uma crescente participação de todos os cidadãos não só na realização das actividades desportivas, mas também na sua concepção.

A garantia da participação das pessoas e a análise do desejo e da opinião daqueles que sobre este fenómeno têm um maior conhecimento e influência, ou seja, dos dirigentes, dos praticantes, dos árbitros, dos técnicos do desporto federado e de empresas privadas de prestação de serviços desportivos, dos professores de Educação Física e Desporto Escolar e de outras individualidades que possam, directa ou indirectamente, ter influência na definição das políticas desportivas como sejam políticos, patrocinadores, etc., assume particular importância.

Nesta transição para um novo milénio, em que se discute com muita frequência aspectos relacionados com o desenvolvimento desportivo, como sejam a

organização, a promoção e a gestão do desporto ou a formação desportiva e até que ponto deve ser o Estado, através da escola, ou o Associativismo Desportivo, através dos clubes, associações ou federações a responderem a estas questões, parece-nos pertinente analisar a estrutura de pensamento do padrão médio de professores de Educação Física, técnicos, dirigentes e deputados.

Alguns dirão que o Estado tem de estar de fora. Que a sociedade civil tem capacidade para resolver os problemas do sistema desportivo. Outros dirão que o Estado não poderá desresponsabilizar-se já que o direito ao desporto está consignado na própria Constituição.

Na realidade, o desporto como factor de educação e cultura da maior importância não pode estar dissociado da intervenção do Estado. No entanto, como instrumento de elevadas proporções económicas dos países ou regiões, não pode afastar o interesse privado das questões que dizem respeito ao seu desenvolvimento.

Por outro lado, numa altura em que cada vez mais se fala em Desporto de Lazer e Recreação em oposição ao Desporto Federado / Formal, convém saber o posicionamento destes grupos sociais em relação a esta matéria. Uns defenderão um desporto centrado no espectáculo, no profissionalismo, na medida, no recorde, na vitória. Outros inclinar-se-ão para um desporto para a generalidade da população, com fins educativos, culturais ou ligados à saúde e à qualidade de vida.

Na linha de Raymond Quivy (1995), que considera, no seu livro “Manual de Investigação em Ciências Sociais”, que “a melhor forma de começar um trabalho de investigação em ciências sociais consiste em esforçar-se por enunciar o projecto sob a forma de uma pergunta de partida”, no sentido de exprimir com

exactidão e clareza aquilo que se procura saber, elucidar e compreender, poderemos formular a seguinte questão, que servirá de fio condutor a todo o trabalho:

Qual é o pensamento estratégico dos professores de Educação Física, técnicos, dirigentes desportivos e deputados à Assembleia Legislativa Regional, em matéria de política de desenvolvimento do desporto, para a Região Autónoma da Madeira?

1.2 Considerações Prévias

Os interesses pelos processos de gestão do desporto que hoje em dia, de uma forma geral, começam a interessar as pessoas, fica a dever-se não só ao seu valor económico mas também à sua dimensão política. Mas a gestão do desporto não se iniciou hoje. Há já alguns anos que autores como Noronha Feio, Gustavo Pires entre outros, acreditaram que o desenvolvimento do desporto e as consequentes alterações no Sistema Desportivo Nacional só se conseguem à custa do factor gestão. Eles ensinaram-nos a compreender que, para além das práticas desportivas, é necessário existir um suporte organizacional, quer nos estejamos a referir a organizações públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos. O estudo da vida das organizações, quer do ponto de vista interno, quer externo, é uma questão fundamental quando nos referimos aos processos de gestão do desporto.

O facto de desempenharmos funções na Administração Pública Regional, nomeadamente no Gabinete Coordenador do Desporto Escolar da Secretaria Regional da Educação, fez com que, nos últimos anos, nos tenhamos interessado também, cada vez mais, pelas questões do desenvolvimento e da organização do desporto.

Em nossa opinião, a resolução de alguns dos problemas que se colocam normalmente ao nível da sala de aula e do recinto desportivo ou na relação do professor / treinador com o aluno / atleta e que aparecem referenciados em numerosos trabalhos na área das Ciências da Educação, só serão ultrapassados quando os professores e os técnicos de desporto com formação superior assumirem, de uma vez por todas, a sua função de gestores desportivos.

Considerando o gestor como “uma pessoa encarregada de uma organização ou de uma sub-unidade dessa organização” (H. Mintzberg, 1979), tanto podemos considerar gestor desportivo o ministro responsável por esta área, o presidente de uma federação ou de um clube, como um treinador ou o responsável pela manutenção das instalações desportivas.

O desempenho de funções de planeamento, organização, liderança e controlo e de tarefas com elas relacionadas, por técnicos empreendedores, com capacidade para resolver problemas, coordenar diferentes grupos de trabalho, negociar e afectar os recursos humanos, materiais, financeiros e informacionais necessários, é fundamental à melhoria da qualidade do nosso sistema desportivo.

Na linha de G. Pires (1996), acreditamos que as questões do desenvolvimento do desporto, relacionadas com o factor gestão, serão a «mola real» para a sua evolução e progresso. A existência de um conjunto de técnicos com competências ao nível da gestão do desporto é uma estratégia fundamental ao desenvolvimento desportivo, quer ele decorra sob a responsabilidade do Estado quer do Associativismo Desportivo. O que está em jogo é demasiado importante para que continue a ser gerido como qualquer coisa que não seja minimamente importante na satisfação das necessidades básicas das populações, nem útil para a sociedade.

Tal como refere Peter Drucker (1999), a gestão não é só para as empresas, como vulgarmente é considerada. Já Taylor, na transição do séc. XIX para o séc. XX, e Bernard, antes da Segunda Guerra Mundial, presumiam que esta área do conhecimento se aplicava a qualquer tipo de organização. A gestão de empresas é apenas um ramo da Gestão, tal como a gestão do desporto.

Com uma visão de futuro acima da média, P. Drucker, o “pai da gestão”, considera ainda, que é pouco provável que o sector que mais cresça nas sociedades desenvolvidas do séc XXI seja o das empresas. Na verdade, isso já não aconteceu neste século. A população activa dos países desenvolvidos que trabalha em empresas é menor do que a existente há 100 anos atrás. Os sectores que mais cresceram no séc. XX foram o governamental, o dos profissionais liberais, o da saúde e o da educação. Daí que, este guru da gestão, que a considera uma disciplina humana tendo por base o conhecimento e a formação das pessoas, é de opinião que esta tendência irá manter-se e intensificar-se. Os problemas mundiais relacionados com a pobreza, a saúde, a educação, as tensões internacionais, farão com que o sector social sem fins lucrativos se assuma como o mais necessitado das funções de gestão.

A construção de novos modelos de gestão do desporto que tenha, fundamentalmente, a ver com as necessidades das pessoas e o seu desenvolvimento humano é urgente e necessária.

A força política e económica que o desporto tem vindo a adquirir nos últimos anos à escala mundial faz com que este deixe de ser um instrumento exclusivamente de ordem pedagógica a funcionar ao serviço das escolas e dos professores, para passar a ser uma actividade de significativo valor económico, social e político, no quadro das decisões que devem presidir às estratégias de desenvolvimento dos países.

A motivação e o aproveitamento dos alunos / atletas não se consegue só à custa do feed-back pedagógico, da interacção positiva e de todas as técnicas pedagógicas já profundamente estudadas. Elas só fazem sentido quando os problemas relacionados com o desenvolvimento e a organização do desporto estiverem resolvidos, ou seja, quando proporcionarmos aos alunos / atletas condições para eles praticarem as actividades físico-desportivas que mais se coadunem com as suas motivações e necessidades.

Nos tempos que correm, em que as mudanças de paradigma surgem a uma velocidade vertiginosa, em que a incerteza reina e a previsibilidade morreu, parece-nos interessante analisar os aspectos de ordem qualitativa relacionados com o desporto, isto é, os factores que poderão contribuir para o seu desenvolvimento.

Apesar de estarmos conscientes das dificuldades de percurso que iríamos encontrar ao longo do nosso trabalho, pois aqueles que mais criticam os modelos de gestão e organização do desporto regional são muitas vezes os menos cooperantes neste tipo de estudos, decidimos ir em frente e encará-las como estímulos.

Um dos principais problemas metodológicos que possuíamos, logo à partida, era o facto de pretendermos estudar grupos muito variados mas onde, simultâneamente, indivíduos acumulavam várias funções, o que obrigava a numerosos contactos e dificultava o controlo das respostas ao inquérito.

O facto de estarmos a medir a opinião pessoal de um determinado grupo de indivíduos, inclui também, um certo grau de subjectividade na interpretação das questões o que torna mais complexa a própria análise e discussão dos resultados devido às dificuldades de mensuração das opiniões manifestadas.

Sabendo, à partida, que o universo do nosso estudo era extremamente alargado e que, não só não era possível abarcá-lo em tempo útil, como também dificilmente obteríamos resposta de todos os seus elementos constituintes, partimos para a delimitação de uma amostra que nos desse maiores garantias de retorno dos inquéritos em tempo útil.

O nosso trabalho pretende, assim, definir as principais linhas estratégicas do desenvolvimento do desporto numa região que tem defendido um modelo próprio no quadro da Autonomia Regional e assenta, não só no estudo orientado a partir de uma perspectiva teórico-conceptual mas também num modelo baseado na opinião dos diferentes agentes sociais definidos anteriormente.

1.3 Estrutura da Dissertação

O trabalho que apresentamos procura dar resposta a algumas das nossas preocupações fundamentais e, ao mesmo tempo, fornecer alguma consistência teórica ao quadro prático em que se desenvolve.

Assim, o estudo está organizado em sete grandes capítulos, estruturados da seguinte forma:

Neste primeiro capítulo, denominado de introdução, apresentamos, de uma forma resumida, os nossos objectivos mais gerais, as nossas principais preocupações e dificuldades prévias ao estudo, para além da forma como aparece estruturada a dissertação.

O segundo capítulo é dedicado à revisão da literatura. Aí, é feito um enquadramento teórico-conceptual àcerca da problemática definida na pergunta

inicial, ou seja, é construída uma base teórica que sustenta toda a construção do nosso modelo de análise. Para além dum enquadramento geral dos trabalhos realizados ao longo dos anos, são abordados os aspectos conceptuais relativos às Políticas de Desenvolvimento Desportivo em geral e às Políticas Desportivas Europeias, Nacionais e Regionais, em particular

No terceiro capítulo é feita a formulação do problema em estudo. Nele, o problema é delimitado e são apresentadas as justificações, os objectivos operacionais e o modelo de análise do estudo.

O quarto capítulo é dedicado às opções metodológicas adoptadas no estudo, tendo em vista alcançar os objectivos descritos inicialmente, das quais se salientam a escolha e caracterização da amostra, a construção e validação do questionário, bem como os procedimentos de pesquisa e estatísticos utilizados.

A apresentação e discussão dos resultados ocupa o quinto capítulo. Para além da apresentação dos resultados que mais se evidenciam, procedemos igualmente à sua discussão, procurando-se argumentos para uma melhor interpretação.

No sexto capítulo, apresentamos as principais conclusões que se podem extrair dos resultados e algumas sugestões para trabalhos futuros do género.

Terminamos com a apresentação das referências bibliográficas (sétimo capítulo) utilizadas ao longo do estudo, bem como de um conjunto de anexos imprescindíveis ao estudo efectuado.

2 Revisão da Literatura

2.1 Da Importância da Informação à Necessidade da Teorização

Na entrada para um novo milénio, deparamo-nos com uma característica marcante que envolve a sociedade pós-industrial: as dinâmicas da comunicação.

A documentação e a informação assumem um papel fundamental em qualquer processo de desenvolvimento. No caso do desenvolvimento desportivo, a caracterização da estrutura desportiva e a definição das próprias políticas desportivas desenvolvidas pelas várias áreas e sectores do processo desportivo, implicam um bom sistema de tratamento e divulgação de informação, respeitante aos vários elementos desportivos nacionais e estrangeiros. O desporto, as suas modalidades, áreas e sectores organizacionais valem em função da mediatização que forem capazes de gerar e gerir.

As entidades e os agentes envolvidos no desporto, desenvolvem vários processos em relação à informação: (1) a produção; (2) o consumo; (3) o intercâmbio e (4) a gestão da informação.

Qualquer actividade desportiva produz sempre informação de vários tipos: número de participantes, de espectadores e de golos, tempos efectuados, táticas e estratégias utilizadas, etc. Mas, para que estes dados possam ter uma utilidade futura, é necessário organizá-los, sob a forma de relatórios, projectos, análises da situação, etc., de forma a poderem facilitar a tomada de decisões em matéria de desporto.

O consumo de informação é realizado por todos os agentes desportivos que participam, de alguma forma, nesse processo, de uma forma individual

(praticantes, espectadores, etc.) ou colectiva (clubes, empresas, associações, etc.). Este consumo de informação pode ser feito através da utilização das oportunidades de prática desportiva, da participação ou assistência a um espectáculo desportivo, do acesso aos conteúdos dos meios de comunicação social, da participação em acções de formação, seminários, conferências, etc.

Hoje, em plena revolução da terceira vaga, o desporto organizado segundo a lógica da sociedade industrial deixou de ter o valor que tinha no passado. A sociedade dos nossos dias caracteriza-se pela criação e distribuição do conhecimento e da informação à escala mundial em que tudo é partilhado (ou deveria ser) por todos, pelo que, o desporto, como actividade social que através de formas simples e directas se encontra facilmente ao alcance das pessoas, tem que alterar as suas condições de desenvolvimento. A troca de dados, de experiências, de conhecimentos que indivíduos ou instituições realizam entre si é fundamental no planeamento e realização das actividades.

Por outro lado, é necessário gerir a informação, ou seja, racionalizar decisões e estratégias no sentido de atingir determinados fins. Para o efeito, utilizam-se normalmente instrumentos tais como: taxas, indicadores, etc., no sentido de otimizar a aplicação dos recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis e responder em tempo real às necessidades dos projectos e das políticas em curso. Pretende-se reunir todo o conhecimento sobre o contexto envolvente e organizá-lo, no sentido de, posteriormente, tornar as decisões mais adequadas.

Toda esta lógica de organização, baseada numa sociedade de informação, iniciou-se em 1960 com a entrada da televisão nos Jogos Olímpicos de Roma. A partir desta altura, o sistema de valores do desporto alterou-se significativamente. O desporto beneficiou muito com o aparecimento da televisão, mas sofreu igualmente grandes prejuízos.

A televisão é, hoje em dia, o veículo de informação que consegue maiores audiências desportivas e não só. Mas o tratamento dado ao fenómeno desportivo é muito limitado. A sua informação desportiva aparece-nos muitas vezes distorcida, levando os menos esclarecidos à confusão e à desorientação, apresentada de uma forma acrítica, em que as partes são confundidas com o todo e o crescimento com o desenvolvimento e demasiado dependente dos valores do passado, impedindo a organização do futuro. As questões desportivas não podem continuar a ser tratadas superficialmente por generalistas que mais não fazem do que utilizar determinados chavões e ideias feitas sobre o fenómeno.

Apesar dos portugueses não possuírem grandes hábitos de leitura, pensamos que a edição de livros continuará a ser importante. Não menos importante continuará a ser a divulgação de informação especializada, através de jornais e revistas, feita por especialistas para especialistas.

As novas tecnologias de informação permitirão cada vez mais ultrapassar todas as barreiras e chegar onde há poucos anos atrás ninguém imaginaria ser possível.

O Estado deverá responsabilizar-se pelo fácil acesso à documentação e à informação desportiva disponibilizando os meios necessários a tal objectivo. Em Portugal, o Centro de Estudos e Formação Desportiva da Secretaria de Estado do Desporto tem, nos últimos anos e dentro das suas limitações, procedido à recolha, selecção e difusão de documentos de natureza técnico-desportiva, pedagógica e científica, para além da elaboração de fichas informativas respeitantes a vários aspectos relacionados com o fenómeno desportivo que são divulgadas através da base de dados do Conselho da Europa – a “Clearing House”.

As várias escolas de formação que se dedicam ao desporto no nosso país também têm produzido alguma documentação e informação nos últimos anos, se bem que

nalgumas áreas, como seja o caso da gestão do desporto, ela esteja ainda a dar os primeiros passos.

A informação desportiva é normalmente processada através de meios escritos, radiofónicos e televisionados. É possível processá-la recorrendo a três categorias que poderão ser catalogadas em três níveis: a popular, a técnica e a científica.

A primeira categoria - a popular - tem sido produzida pelos "media" em geral, abordando temas genéricos sobre desporto. É constituída por artigos publicados em jornais e revistas, assumindo também a forma de livros. Esta informação é dirigida ao público em geral, interessado nos aspectos superficiais e imediatos do fenómeno desportivo. No que diz respeito aos jornais desportivos tem um grande valor económico, já que estes conseguem tiragens superiores aos outros jornais. Os consumidores privilegiados deste tipo de informação são os consumidores regulares e eventuais do espectáculo desportivo. Ao longo do processo de desenvolvimento do desporto em Portugal, este tem sido o tipo de informação que tem predominado.

A informação técnica pode ser caracterizada como sendo aquela que é útil para os intervenientes do processo desportivo, ou seja, para os praticantes, técnicos ou dirigentes. Pode ainda, em termos estruturais e organizacionais, assumir a forma de promoção e de "marketing" do processo de desenvolvimento do desporto (Wilkinson, 1989).

A informação científica é constituída pela mais recente investigação realizada sobre várias problemáticas do desporto e divulgada através de livros e de revistas. Em Portugal, apesar de se realizarem cada vez mais estudos de nível científico, continuam a ser poucos os trabalhos de qualidade que são aproveitados pelo sistema desportivo.

No domínio da organização e do desenvolvimento do desporto, a bibliografia produzida no nosso país, nos últimos anos, continua a ser bastante escassa.

Tem sido o "terreno", quer dizer, a prática, que tem constituído, de uma forma empírica e repetitiva a grande base da fundamentação teórica e da constituição dos "alicerces" da construção de uma teoria da organização e do desenvolvimento da Educação Física e do Desporto e da produção de alguma informação científica sobre o assunto.

Tem sido uma teorização que encontra a sua justificação, fundamentalmente através da acção prática, estando, muitas vezes, cheia de ideias feitas, de julgamentos à prior, de intuições, de pequenas lógicas adquiridas na experiência do dia a dia.

Apesar do aparecimento da especialização nesta área dentro das licenciaturas em Educação Física e Desporto e da própria criação de uma licenciatura em Gestão do Desporto, ainda se busca, neste domínio, a conquista de um estatuto social e o reconhecimento da opinião pública.

A atitude empírica em relação à problemática organizacional que predominou até há poucos anos atrás onde o saber fazer era mais importante que o saber, começa a dar lugar a uma atitude onde a análise dos objectivos e dos caminhos escolhidos para os atingir assume cada vez maior importância.

A teorização é uma necessidade absoluta para o desenvolvimento da Educação Física e do Desporto, em particular, e para a compreensão da problemática da Motricidade Humana, no geral. Os justificativos que correspondem a esta necessidade são numerosos e têm sido, constantemente, referidos nos mais diversos trabalhos, conduzidos nas perspectivas mais variadas.

No fundo, o problema está em encontrar o ponto certo na dialéctica teoria - prática. Como nos refere G. Pires (1996), “a prática sem teoria é uma mera repetição. A teoria sem a prática não passa duma especulação sem qualquer utilidade social imediata”.

Verificamos, a todo o momento, quanto é necessário para a Educação Física e para o Desporto, por um lado terem um corpo organizado de conhecimentos credíveis e que sejam reconhecidos socialmente, e por outro, possuidores de legitimidade perante a opinião pública. Este problema, que à partida se revela de simples solução, analisado em profundidade, levanta questões que, só através de um trabalho árduo e persistente, sem fundamentalismos exacerbados, é possível começar a resolver. Caso contrário, poderemos estar a pôr em risco um instrumento fundamental da educação dos nossos jovens e a nossa própria profissão.

Este trabalho tem vindo a ser desenvolvido de há alguns anos a esta parte em domínios que têm a ver com as mais diversas ciências, que dão suporte teórico à Educação Física e ao Desporto, segundo enfoques que se situam fundamentalmente nos domínios da biologia, da psicologia, da sociologia, da economia e da política.

Mas tem sido fundamentalmente ao nível dos aspectos biológico e psicológico, que se têm produzido obras não só em termos de quantidade, como de qualidade que, por fugirem ao âmbito do nosso trabalho, não vão aqui ser comentadas.

No que diz respeito aos restantes enfoques, têm sido produzidos vários trabalhos das mais variadas índoles, que abordam a problemática do desporto na sua dimensão social.

Desde o início do século que é possível, tanto nos Estados Unidos como na Europa, referenciar múltiplas obras respeitantes às técnicas específicas das modalidades desportivas, tal como, de igual modo, é possível encontrar obras pedagógicas e de carácter higiénico, onde o tema desportivo é desenvolvido em termos científicos. No entanto, dificilmente se encontram obras, em que o desporto seja estudado enquanto, "facto social capaz de ter um objectivo na cultura e na civilização" (Magname, 1964).

Mas, se a bibliografia sobre os diferentes aspectos do desporto, enquanto actividade física, é abundante e substancial, já o estudo consagrado ao desporto enquanto objecto de medidas políticas e administrativas é bastante reduzido. Foi necessário chegar à década de cinquenta, para surgirem os primeiros trabalhos a perspectivarem o desporto de uma forma global, isto é, inserido no sistema social como um dos seus subsistemas sem, contudo, serem meros trabalhos descritivos das práticas e sobre os protagonistas desportivos de cada época.

2.2 Enquadramento Geral dos Trabalhos Realizados

No que diz respeito ao nosso objecto de estudo, relacionado com a racionalização das escolhas em matéria de política desportiva, o levantamento e análise dos trabalhos realizados permite-nos sistematizá-los em dois grandes grupos, cada um deles desenvolvido sob duas vertentes.

O primeiro grupo abrange os trabalhos produzidos no domínio da sociologia. Neste grupo, os trabalhos podem, em nossa opinião, ser sistematizados segundo duas vertentes: a primeira tem a ver especificamente com o lazer, que nos aparece no seguimento da sociologia do trabalho; a segunda, surgindo na sequência da primeira, tem a ver com o desporto.

O segundo grupo relaciona-se com os trabalhos produzidos no domínio da economia política. Aqui, os trabalhos podem ser sistematizados tendo em atenção também duas vertentes: a primeira enfoca a problemática considerando fundamentalmente os aspectos que dizem respeito à economia do desporto; a segunda os aspectos que se relacionam mais com a política desportiva.

| GRUPO | VERTENTE | VERTENTE |
|----------------------|-------------------------|------------------------|
| SOCIOLOGIA | TRABALHO / LAZER | DESPORTO |
| ECONOMIA POLÍTICA | ECONOMIA DO DESPORTO | POLÍTICA DESPORTIVA |

No entanto, convém esclarecer que, embora as diversas obras, de uma maneira geral, apresentem aspectos preponderantes que têm a ver com a divisão atrás sugerida, elas não se nos apresentam num estado puro já que estão contaminadas pelas várias problemáticas apresentadas.

2.2.1 Sociologia do Lazer

Embora este grupo, na sua fase inicial, estivesse longe do estudo das práticas desportivas, não podemos deixar de o referir, uma vez que toda a problemática da sociologia do desporto teve a sua génese na sociologia do trabalho e

desenvolveu-se, fundamentalmente, a partir da sociologia do lazer e do tempo livre.

Segundo o economista americano John Kenneth Galbraith, Veblen (1899), um dos economistas mais lidos pelos americanos, foi o primeiro autor a tratar a problemática do tempo livre. De então para cá outros têm-no feito, entre eles o próprio Galbraith (1958).

Nesta linha, são bem conhecidos os seus trabalhos "The Affluent Society" (1958) e "The New Industrial State" (1967). Na primeira obra, o autor defende que a maioria dos americanos ultrapassaram o nível das necessidades fisiológicas, estando por isso disponíveis para o consumo do lazer. Na segunda obra, Galbraith defende que, com um trabalho mais agradável e estimulação das necessidades, é provável que um homem escolha mais trabalho em vez de mais lazer. Esta posição, continuou a ser fortemente questionada na década de 80, na medida em que, nos países desenvolvidos, as populações não sabiam utilizar o seu tempo livre já que foram educadas para viverem em sociedades em que a medida padrão de todas as coisas sempre foi o tempo de trabalho.

Esta última afirmação pode ser confirmada por Dumazedier (1974) que, ao levantar várias hipóteses possíveis de diminuição do tempo de trabalho, dá como exemplo um inquérito em que 65% dos trabalhadores questionados afirmam preferir um maior vencimento a uma diminuição desse tempo. Esta ideia, levamos a pensar que cada vez mais é necessário educar as populações, até por uma questão de saúde física e sobretudo mental, para uma vida diferente daquela para a qual foram educados pelos seus próprios pais. O problema que se coloca a este respeito prende-se com a necessidade da escola e das famílias educarem os jovens para um mundo que vai ser vivido de uma forma diferente quanto à dimensão e utilização do tempo livre.

Hoje começa a processar-se uma viragem do enfoque que perspectiva esta problemática, na medida em que é possível atribuir diversos valores ao tempo livre e às múltiplas formas que ele pode assumir. Este é um dos problemas que cada vez mais importância assumirá no início do novo milénio.

George Friedmann (1953, 1964), um dos fundadores da sociologia do lazer, nas obras "Où Va le Travail Human?" e "Le Travail en Miettes", numa perspectiva anti-marxista, trata o lazer como um antídoto para o trabalho triturador, quer dizer trata o lazer como um dispositivo compensador da insatisfação provocada no operário, pelo trabalho. Ao contrário dos postos mais elevados da hierarquia, as tarefas realizadas pelo operário, na grande maioria das vezes, apresentam-se repartidas e pouco motivantes. Nada dizem ao operário. Consequentemente têm de ser encontrados mecanismos compensadores da violência que é o trabalho.

Tirando uma pequena referência aos jogos de futebol, a que os trabalhadores ingleses assistiam para compensarem "as tendências agressivas" adquiridas no dia a dia pela frustração do seu trabalho rotineiro, Friedmann, não faz mais qualquer referência ao desporto.

Esta visão do problema tem sido aproveitada por vários autores, entre outros, por exemplo, por Parlebas (1968) num trabalho intitulado "L'Education Physique en Miettes". Diz-nos este autor que, num mundo em que o prestígio é medido pelo nível de quantificação e pelo domínio da tecnologia, a Educação Física enreda-se num agregado de gestos convencionais, consubstanciados em três métodos fundamentais: o método natural, a ginástica de manutenção e o desporto.

Mas, o autor que, no domínio da sociologia do lazer, mais conseguiu institucionalizar, pela qualidade e quantidade do trabalho realizado, uma prática de investigação sistemática através da participação e coordenação de vários

grupos de trabalho, foi sem sombra de dúvida Joffre Dumazedier, com o já célebre conceito da "Civilização dos Lazer". Os trabalhos por ele realizados são numerosos, e caracterizam-se, sobretudo, pelo estabelecimento de um corte com a sociologia do trabalho.

Sem considerarmos os artigos que foram publicados nos "Cahiers Internationaux de Sociologie", as suas obras mais significativas são, concerteza, "Vers une Civilization du Loisir?" publicada no ano de 1962 e "Sociologie Empírique du Loisir" publicada no ano de 1974. Enquanto a primeira aborda a problemática do lazer de uma forma descritiva, na segunda, Dumazedier aponta três categorias que correspondem às suas funções mais importantes: função de descanso; função de divertimento, recreação e entretenimento; função de desenvolvimento. Ao contrário de outros autores, Dumazedier confere um espaço significativo nos seus trabalhos à problemática desportiva, dedicando-lhe especial atenção e carinho.

Na Europa, verificamos que é a partir dos finais dos anos cinquenta, inícios dos anos sessenta que se começam a verificar as condições prévias de arranque (take off) do desporto de massas dos nossos dias. Mas, é a partir de meados dos anos sessenta que dispara o consumo desportivo, fundamentalmente motivado pelas políticas de "Desporto para Todos", sobretudo dos países da Europa do Norte. A este respeito, sabemos quanto o desenvolvimento das modalidades desportivas está dependente da sua capacidade de motivarem o consumo de material desportivo e das suas práticas poderem ser associadas ao turismo e ao espectáculo.

Em Portugal, é a partir de Abril de 74 que se criaram, de facto, as condições para o arranque do desenvolvimento do desporto em Portugal. A partir daqui, começaram a ser ensaiadas sistematizações teóricas conducentes à previsão, à tomada de decisão, e ao planeamento das políticas de tempo livre.

A perspectiva da previsão das políticas para o futuro foi tratada por Jean Fourastier¹ (1972) em “A civilização de 1995”. Ele diz-nos que, infelizmente, a tendência actual é a de transpor para o lazer os maus hábitos da vida quotidiana tais como :

- A promiscuidade dos parques de campismo, em paralelo com as condições de habitação dos grandes aglomerados populacionais;
- Os passeios de automóvel em auto-estradas congestionadas, em paralelo com os transportes públicos nas horas de ponta;
- A despersonalização das actividades de lazer, em paralelo com a despersonalização do posto de trabalho;
- A tendência para a uniformização do lazer, em paralelo com a estandardização das actividades de produção;
- As soluções colectivas, em paralelo com as concentrações de mão de obra;
- O consumismo vertiginoso do lazer, em paralelo com a diversificação das escolhas dos produtos de primeira necessidade;
- O arrependimento e o aborrecimento das práticas de lazer, provocado pela alienação da técnica desportiva produzida pelos tecnocratas do músculo (Thibault, 1977), em paralelo com a desadaptação aos postos de trabalho dos tempos modernos.

¹ Francês, nascido em Nièvre, professor no Instituto de Estudos Políticos.

Fourastier, sobre este frenesim dos lazeres dos nossos dias, conclui que o seu verdadeiro objectivo deverá ser o de cultivar uma vida plenamente humana e, desse modo, encontrar um verdadeiro equilíbrio físico, moral e intelectual. Neste equilíbrio, o emprego do tempo livre é a "pedra de toque" da personalidade, tornando-se, por isso, um elemento essencial da condição humana. Para além de alguns breves comentários, o autor não trata, especificamente, a problemática do desporto, embora o desporto como prática de lazer esteja, implicitamente, sempre presente.

Francis Dauguet (1970) em "Le Loisir. Loisir ou Liberté d'être" trata o lazer na perspectiva da criança e dos pais alertando-nos para a necessidade de, também nestes domínios, serem estabelecidas políticas de desenvolvimento.

Como se sabe, a juventude é um grupo alvo não só das políticas educativas nas quais deverão estar incluídos programas de lazer, como das políticas educativas direccionadas para o desporto. Neste aspecto da juventude, não podemos deixar de referir que, no nosso país, após várias tentativas frustradas, surge em Novembro de 1985 o trabalho "Uma Política Global e Integrada de Juventude para Portugal" produzido por uma "Comissão Interministerial de Juventude" onde no capítulo VI se trata da questão da "política de ocupação de tempos livres como contributo para a formação integral".

Marie-Françoise Lanfant (1972), num trabalho em extensão, perspectiva e levanta a questão de que o lazer tem um conceito operativo diferenciado do de tempo livre, gerando-se, por isso, duas escolas filosóficas diferenciadas da abordagem da questão em causa.

Por um lado, a escola liberal representada pelos sociólogos do lazer do mundo ocidental, que de uma maneira genérica, na linha de, entre outros, Dumazedier e

Kaplan, recusam submeter a acção do indivíduo ao determinismo económico: "O trabalho tal como o conhecemos está a mudar, e já não estamos certos de que o trabalho para além da sobrevivência é uma necessidade básica do Homem" (Kaplan, 1975).

Por outro lado, a corrente Marxista, representada pela União Soviética e países com ela alinhados, coloca a sociologia do tempo livre como um ramo da sociologia do trabalho, no sentido de que não deve existir uma barreira nítida entre lazer e trabalho, já que este se transformará em lazer na sociedade socialista (Roger Sue, 1983). Esta perspectiva, delega para segundo plano o gosto pessoal do indivíduo na realização dos seus lazeres, na medida em que o jogo não pode sobrepor-se ao trabalho como categoria de superior valia existencial (Hoberman, 1984). Nesta linha de pensamento, Beri (1979) referencia-nos que os teorizadores marxistas preferem o conceito de tempo livre ao de lazer que, geralmente, é utilizado, segundo eles, nas sociedades capitalistas, onde o homem, citando Lopez Day (1966), é "alienado pelo seu trabalho e pelo seu lazer".

Aqui, Ortega Gasset, filósofo espanhol, autor de vários ensaios e o único europeu da Península Ibérica que é citado na literatura desportiva da América do Norte, assume, talvez em paralelo com Huizinga (1938), a posição de chefe de fila da escola liberal humanística dos teóricos da sociologia do lazer. Diz-nos aquele autor no seu mundialmente famoso livro "A Origem Desportiva do Estado" (1924): "Assim, podemos distribuir os fenómenos orgânicos animais e humanos - por duas grandes formas de actividade: uma actividade originária, criadora, vital por excelência, que é espontânea e desinteressada; outra em que se aproveita e mecaniza aquela e que tem um carácter utilitário. A utilidade, não cria não inventa, simplesmente aproveita e estabiliza aquilo que foi criado por ela".

Ortega Gasset coloca tudo nesta pequena grande questão de saber onde é que tudo começou. Onde é que começou a actividade humana, no lazer ou no trabalho? Quer dizer, na cultura (entendida esta como uma forma superior de lazer) ou no trabalho. É aquilo a que Hoberman (1984) denominou "a dialéctica trabalho - lazer e as origens da ideologia", no segundo capítulo do seu livro "Sport and Political Ideology". A resposta a esta simples questão, embora alguns não o queiram admitir, coloca um "muro" entre uma corrente liberal e humanística de ver o fenómeno desportivo e uma perspectiva marxista.

Também Huizinga (1951) tem uma posição muito definida. Ele abre o capítulo primeiro do seu famoso e universalmente conhecido livro intitulado "Homo Ludens. Essai sur la Fonction Social du Jeu", da seguinte maneira: "O jogo é mais velho do que a cultura; pois por muito que reduzamos o conceito desta, pressupõe sempre uma sociedade humana, e os animais não aguardaram que os homens lhes ensinassem a jogar. Com toda a segurança podemos dizer que a sociedade humana não acrescentou nenhuma característica essencial ao conceito de jogo".

A expressividade dos textos citados não deixa margem para dúvidas acerca do posicionamento dos autores. Enquanto nas sociedades liberais o lazer é considerado como oposto ao trabalho, nas sociedades socialistas o lazer e o trabalho são considerados como actividades intimamente dependentes e inter-relacionadas, na medida em que estão ligadas ao mesmo objectivo. Segundo os teóricos marxistas do tempo livre, ambas concorrem para a realização do homem socialista e contribuem para a construção da sociedade comunista onde não haverá diferenciação entre o trabalho e o lazer.

Roger Sue (1983) é dos autores que desenvolve com mais profundidade e de uma forma mais consequente a problemática de um "política de lazer". A este respeito

diz-nos que: "A política de lazeres não existe. Se entendermos por política um conjunto de medidas coordenadas inscritas numa estratégia global, com vista a uma finalidade precisa a política da lazeres não existe em França. Pelo contrário uma série de políticas sectoriais e de acções em benefício do lazer foram postas em execução. Acções em favor do desporto escolar, e do desporto de alto nível, acções visando a difusão da cultura acções visando o potencial turístico".

Na realidade, em todo o lado, o problema da coordenação de todo um conjunto de políticas que, por sua vez, têm de se articular ainda com o público e o privado, com o local, o regional e o nacional, levanta questões que, quanto a nós, só podem ser resolvidas na multiplicidade das soluções e no empenhamento e participação dos interessados. O autor condena o discurso concentracionário baseado em falsos critérios de rendibilidade que, quando postos em prática, transformam as populações em meros consumidores passivos dos interesses comerciais instalados ou dos poderes políticos instituídos. A repetição da ideia de que "há só um desporto" traduz uma perspectiva concentracionária e estatizante do fenómeno desportivo que já não é aceite pela sociedade civil.

Diversos autores apresentam-nos uma visão bipolar do fenómeno desportivo reduzindo o chamado desporto de lazer a uma simples antecâmara do chamado desporto tradicional ou formal. Esta é uma visão reducionista e por isso simplista e muito limitada do fenómeno desportivo, que esconde atrás de si incapacidades políticas e estruturais dos sistemas administrativo e técnico engendrarem novas respostas para a multiplicidade de necessidades e de desejos dos praticantes desportivos dos nossos dias.

Outros autores e teorizadores defendem uma perspectiva multipolar do fenómeno desportivo, já que se sabe ser impossível enquadrar uma classificação das práticas desportivas num modelo fechado e acabado. A este respeito lembramos

as posições de Antonelli (1965), Parlebas (1981), Clayes (s/d) ou Guay (1993), ao indicarem-nos perspectivas abertas e multidimensionais do fenómeno desportivo, ou ainda mais, Lamartine Costa (1968) ao avançar para aquilo que denominou de "sistema em rede" do processo de desenvolvimento do desporto.

Também Elton Mayo (1946), um dos teorizadores da "Escola das Relações Humanas", no que respeita à abordagem psicossociológica e informal da organização, insiste na importância da criação de lazes nos locais de trabalho, concretamente através da criação de clubes desportivos, no sentido de recuperar o factor humano, numa época em que a produção em massa e desumanizante era muito apreciada.

É interessante observarmos a posição tomada, no domínio da teoria da organização, por Daniel Katz e Robert Kahn². Em 1966 publicaram a obra intitulada "The Social Psychology of Organizations", onde, numa perspectiva sistémica, fazem referência, por assim dizer, a um "Segundo Mundo" constituído pelas actividades das horas de lazer. Neste "Segundo Mundo" o indivíduo segue as suas inclinações expressas, por exemplo, através das práticas desportivas. Entretanto sabemos que, para que isto aconteça, é necessário que os indivíduos tenham sido educados e preparados para isso.

Nos Estados Unidos da América, Max Kaplan³, publicou em 1960 o livro "Leisure in América: A social Inquiry" e, no ano de 1975, "Leisure: Theory and Policy". Esta última obra, bem conhecida entre nós, é um trabalho exaustivo, integrador e inter-disciplinar da questão da teoria do lazer.

² Professores na Universidade de Michigan.

³ Director do "Programa de Estudos de Lazer" da Universidade da Florida do Sul, e membro da comissão executiva da UNESCO para o Lazer e a Educação.

Max Kaplam pode ser considerado como o "representante" nos Estados Unidos da América da sociologia do lazer desenvolvida na Europa pelo grupo de Dumazedier. Em "Leisure: Theory and Policy", apresentando uma taxonomia própria e partindo da construção de um modelo ideográfico, defende que o lazer é uma maneira de o homem se renovar, se reconhecer, se desenvolver e se realizar.

Deste modo, a construção das políticas promocionais, terão de ter em conta os aspectos dos valores humanos afectados pelas novas formas de lazer, especialmente aquelas que se orientam na via da industrialização. Tudo isto tendo em atenção, ainda segundo o autor, que a problemática do lazer não tem nem pode ter uma explicação exclusivamente económica.

2.2.2 Sociologia do Desporto

Sendo o desporto um produto da sociedade dos nossos dias, é natural que, nos seus processos de gestão, tenha que manter uma grande interdependência com a Sociologia do Desporto.

Neste domínio, existem dois autores que, tradicionalmente, são indicados em qualquer trabalho que verse um tema no âmbito da sociologia do desporto. São eles A. Huizinga (1951) e Roger Caillois (1967). Estes autores interessam de uma forma indirecta, já que os seus trabalhos se desenrolam mais no sentido da definição e classificação dos jogos, do que da organização política das práticas desportivas. De qualquer maneira, como já referimos, Huizinga é, por assim dizer, o cabeça de lista de um vasto grupo de teorizadores que defendem a primazia da cultura sobre o trabalho nas actividades do homem. Por sua vez,

também Callois é um autor que se alinha por uma perspectiva liberal, entre aqueles que estudam e interpretam o fenómeno desportivo.

Os anos sessenta são considerados os da fase de take-off da sociologia do desporto, ou seja, aqueles onde se começam a criar as condições de arranque desta vertente. Jean - Louis Levet (1978) considera o período que vai de 1964 até 1972 como sendo o da institucionalização da sociologia do desporto.

No domínio propriamente dito do desporto, o primeiro trabalho importante que ecoa, não só na Europa como nos Estados Unidos, é o realizado por Dumazedier e seus colaboradores intitulado "Regards Neufs sur le Sport". Publicado em 1950, trata do estudo da problemática da cultura desportiva, e vem de facto a provocar reflexão alargada sobretudo na década de sessenta. Nesta obra, editada pela primeira vez na língua portuguesa em 1960, são equacionados, por vários autores, os problemas que se levantam à organização e ao desenvolvimento do desporto.

Com uma metodologia diferente, mas nem por isso de menor interesse, Peter McIntosh (1963) em Inglaterra e George Magname (1964), em França, abordam o desporto integrando-o no meio social.

Na mesma linha dos autores anteriores, surge em Portugal, no ano de 1967, o livro de José Esteves⁴, intitulado "O Desporto e as Estruturas Sociais". Este autor analisou o desporto na perspectiva do "fenómeno social total" desenvolvida pelo antropólogo francês Marcel Mauss. Este sociólogo do desporto português teve, no seu tempo, a capacidade de ver mais longe que os seus contemporâneos antevendo a dinâmica que o processo desportivo estava a tomar e as virtualidades da sua dimensão quando utilizado como instrumento de educação, economia,

⁴ Professor de Educação Física e Bolseiro da Fundação Calouste Gulbenkian.

saúde ou bem estar. Esta obra constituiu, por assim dizer, o tiro de partida para outras realizações, nesta e noutras áreas da problemática desportiva e teve o mérito de ter sido e continuar a ser lida por várias gerações de profissionais de Educação Física e Desporto.

Em França, Le Roux (1968), realizou no âmbito do "Institut National de la Statistique et des Etudes Económiques", um trabalho intitulado " Les Comportement de Loisir des Français", abrindo, deste modo, uma nova sensibilidade na análise do processo desportivo, através da introdução, no mundo do desporto, de determinados indicadores fundamentais para a sua análise. De facto, neste trabalho, são, pela primeira vez, determinados os conceitos de "taxa de penetração", "taxa de fidelidade" e "taxa de intensidade" da prática desportiva. Ainda em França, no ano de 1985, financiado pelo Ministério da Industria e da Investigação, realizou-se um inquérito sobre "a utilização desportiva do tempo livre" com o objectivo de se conhecerem as práticas desportivas da população, e também as suas determinações sociais, culturais e económicas.

A realização deste tipo de trabalhos tem-se revelado de grande interesse nos últimos anos, no sentido de, não só, se compreender as implicações desportivas, bem como as extra-desportivas da utilização do tempo livre. Claro que a posse de tais dados, possibilita a elaboração de políticas desportivas, com uma fundamentação teórica de suporte.

Os conceitos utilizados em primeira mão por Le Roux, foram ainda utilizados por Brian Rodgers⁵ e por Urbain Clayes. Estes trabalhos, realizados com uma dimensão internacional, tiveram como objectivo estabelecer um quadro comparativo, possibilitando, deste modo, que cada país pudesse aproveitar a experiência dos outros.

⁵ Universidade de Manchester.

Nesta linha, também em Portugal, no ano de 1965, coordenado por Protes da Fonseca, foi publicado, na sequência de uma directiva ministerial, o documento "Planeamento da Acção Educativa - Educação Física", onde se realizou um levantamento e análise do Desporto e da Educação Física Nacionais. Neste mesmo trabalho são propostas um conjunto de directrizes a serem integradas no "Estatuto da Educação Física Nacional". Diga-se ainda, que este trabalho pretendia ser um instrumento de suporte aos "Planos de Fomento" que tinham sido, em tempos, anunciados a nível governamental pelo então Ministro da Educação, Inocêncio Galvão Telles.

Com repercussões a nível internacional, Michel Bouet (1968) publica a obra "Signification du Sport", onde desenvolve um sub-capítulo intitulado "Les Application Politiques du Sport". Aí, defende a existência de duas políticas do desporto: uma interna e, por extensão, outra externa. A primeira tem a ver com aquelas políticas que se geram no interior do próprio desporto e são consubstanciadas nas políticas de promoção. A segunda, tem a ver com as políticas que se geram externamente ao desporto, sobretudo processadas por grupos de pressão, onde se juntam os próprios governos e os aparelhos de Estado. Diz-nos o autor que: "Enquanto que o movimento desportivo ocidental recusa que o desporto tenha motivos ideológicos, e insiste de uma maneira repetida sobre a natureza não política do desporto, o desporto comunista defende sem hesitar o seu carácter político" (Bouet, M., 1968).

Pierre Laguillaumie (1972) em "Pour une Critique Fondamentale du Sport", na linha de J. Marie Brohm, realiza uma análise do desporto, segundo uma perspectiva marxista. Para este autor, o desporto reflete as categorias do sistema industrial capitalista, consubstanciadas na competição, no rendimento, na medida e no recorde. Para ele, o desporto acaba por ser uma actividade ou instrumento ao serviço das sociedades capitalistas.

Em 1969, nos Estados Unidos da América, foi publicada a obra "Sport, Culture and Society" assinada por John Loy e Gerald Kenyon. Embora constituída por um conjunto de artigos, não deixa, por isso, de ser a abertura a uma nova perspetivação do fenómeno desportivo. De facto, o terceiro artigo da obra aborda o tema das relações entre desporto e organização social, perspetivando esta problemática numa dimensão política. Esta obra marca bem a diferença entre as duas perspetivas de enfoque, conduzidas no velho e no novo continente.

Entretanto, o importante para nós, é que este último trabalho desencadeia o surgimento de um outro, assinado conjuntamente, por Barry McPherson, no ano de 1978, denominado "Sport and Social Systems". Os autores reconhecem, logo no prefácio, que o estudo do desporto, numa perspetiva social, pervaleceu até então na Europa, para, por sua vez, focalizarem o desporto numa perspetiva social (parte 1) tendo em atenção, tanto a dimensão micro do problema (parte 2) como a macro (parte 3): "[...] a ordem desportiva é composta por todas os organismos sociais, que organizam, promovem e regulamentam a actividade humana em situações desportivas. Uma situação desportiva consiste em qualquer contexto social nos quais os indivíduos estão envolvidos em desporto" (Loy, J.; McPherson, B.; Kenyon, G., 1978).

Ainda nos Estados Unidos da América, Don Calhoun (1981) publica a obra "Sports Culture & Personality", onde, na segunda parte, trata da integração do desporto na organização social, especificamente com um capítulo, da máxima actualidade, intitulado "desporto e poder social". De acordo com o autor, o mundo do desporto rege-se e organiza-se hoje em dia à escala mundial. As estruturas sociais que têm a ver com a maneira de estar e de pensar das pessoas já não se relacionam exclusivamente com os respectivos espaços nacionais. O desporto é utilizado muitas vezes por organismos desportivos ou não, de âmbito

internacional ou por grandes multinacionais, no sentido de se promoverem em função dos seus interesses.

Em Portugal, Teixeira de Sousa⁶ (1986) apresenta, uma dissertação com vista à obtenção do grau de Doutor em Motricidade Humana. Este vasto estudo das colectividades desportivas no quadro do Desporto Federado, intitulado "Para o Conhecimento do Associativismo Desportivo em Portugal", foi realizado não só em extensão como em profundidade, ultrapassando os objectivos expressos no seu título, na medida em que, através dele, se abrem inúmeras hipóteses de estudo, para um melhor entendimento do Sistema Desportivo Português. Pena foi que poucos o tenham aproveitado e que aqueles que têm a responsabilidade de decidir sobre as políticas desportivas, o tenham ignorado. O mesmo caminho parece seguir a sua obra "Para a sociologia do futebol profissional português" (1996). De facto, esta obra publicada pela F.M.H. - U.T.L., onde são tratados temas como: a competição, o espectáculo, a arbitragem, o público, a violência, a comunicação social ou o investimento, na perspectiva de jogadores, dirigentes e da própria comunicação social, tem passado praticamente anónima junto daqueles que mais directamente estão relacionados com o "desporto rei".

Bernarde Jeu (1987), no livro "Analyse du Sport", desenvolve uma análise do fenómeno tendo em atenção duas vertentes: a primeira, a que chama de vertente poética, relaciona-se com o praticante e tem a ver com a competição; a segunda, a vertente política, relaciona-se com o dirigente, e tem a ver com a instituição desportiva.

Sob o título de "Sociologie du Sport", também publicado em 1987, surge-nos um conjunto de três trabalhos, dos quais destacamos como pertencente a este tipo "Naissance, Evolution et Etát Actuel de la Sociologie du Sport" de R. Thomas

⁶ Professor no Instituto Superior de Educação Física da Universidade Técnica de Lisboa.

(1987). A importância deste trabalho revela-se na síntese que realiza em relação à situação da sociologia do desporto. O autor conclui: "Ao princípio o desporto foi uma actividade de amadores pouco preocupados em implementar os seus processos de treino em consequência dos contributos da ciência. A situação era tida como um campo fechado independente do mundo e do tempo, um espaço de jogo protegido num lugar isolado. Progressivamente processou-se uma transformação nos espíritos e os desportistas tomaram consciência da inserção das suas práticas na realidade quotidiana. [...] O atraso da pesquisa sociológica no domínio desportivo pode pois dever-se à resistência do meio desportivo à análise, resistência aliás observada por outros autores. [...] Recentemente os responsáveis governamentais tomaram consciência que a sociologia do desporto, pode contribuir com elementos de resposta aos múltiplos problemas colocados pelo desporto e pelo seu desenvolvimento. Créditos e facilidades foram concedidos aos investigadores, mas o apoio do movimento desportivo no seu conjunto ainda não foi, por enquanto, conquistado".

Donald Guay (1993)⁷, no livro: "La Culture Sportive", apresenta-nos três perspectivas através das quais pode ser abordado o conceito de desporto: etimológica, ideológica e sociológica. O autor apresenta-nos ainda os elementos necessários à definição de desporto e as permissas que poderão levar um dia à criação de uma ciência do desporto ou "desportologia" ("sportologie"), como lhe chama.

Ainda neste domínio, e focando o caso particular da R.A.M., foi publicado em 1989 pela Secretaria Regional da Educação, Juventude e Emprego, o livro de Francisco Santos intitulado: "História Lúdico Desportiva da Madeira". Esta obra assume particular importância no contexto desportivo regional, uma vez que descreve e sistematiza as suas diversas fases e períodos de desenvolvimento.

⁷ Professor de história e filosofia do desporto da Universidade do Québec (Canadá).

2.2.3 Economia do Desporto

Na vertente económica, os estudos avançaram, em termos metodológicos, tendo em atenção três caminhos correspondentes a outros tantos objetivos.

A primeira perspectiva metodológica aborda a questão através do denominado "método do fornecimento". Este método procura avaliar o valor da oferta fornecida pelo Estado e pela iniciativa privada em matéria de desporto.

Um dos primeiros trabalhos produzidos, neste domínio, foi elaborado em Espanha no ano de 1968. Em "La Proyeccion Economica del Deporte", Gil de la Vega⁸ e J. Pinillos⁹ pretendiam apurar o influxo económico do desporto na vida espanhola, segundo um ponto de vista quantitativo, e as perspectivas do seu processo imediato. Nesta conformidade, os autores realizaram um levantamento exaustivo dos vários sectores económicos do desporto em Espanha.

Entretanto, Chantal Malenfant publicou, em 1977, "L'Economie du Sport en France - Une Compte Satellite", editado pela Cujas. Prosseguindo os seus trabalhos, publicou em 1984 um artigo na revista "Loisir et Société" com o título "Dimensions Commerciales du Loisir", em que a autora, partindo da situação e da análise do desporto em França, aponta os caminhos do futuro.

Ainda respeitante à economia do desporto, e tendo em atenção também o desporto francês, foi publicado em 1986 "Economie du Sport" da autoria de Wladimir Andreff e Jean-François Nys. Este trabalho, editado pela PUF, segue na linha do trabalho de Malenfant (1977), Guétier (1979), Andreff e Lenclos

⁸ Jornalista desportivo.

⁹ Economista, professor de "Teoria Económica" na Universidade Central.

(1980) embora, além da economia, trate também de aspectos tais como a gestão (II capítulo) e o mercado do desporto (III capítulo).

Esta via de análise do fenómeno desportivo, caracteriza uma vertente que o trata, exclusivamente, na sua dimensão económica. No entanto, hoje em dia, em consequência das políticas conduzidas no domínio da generalização da prática desportiva, cada vez mais se torna importante analisar os números, tendo em atenção que, simultaneamente, lhes está associado um problema de desenvolvimento do Homem.

As atitudes do passado, ao tentarem ignorar a dimensão económica do desporto, expressas na ideia de que, onde entra o dinheiro acaba o desporto, ou aquelas que perspectivavam as práticas desportivas com uma atitude exclusivamente economicista, deram lugar a uma terceira, em que se procura, com uma atitude clara e aberta (Seifart, 1984), pôr em equação as várias dimensões do processo desportivo. É necessário estabelecer uma clara definição entre o "desporto espectáculo" e o desporto que é praticado com finalidades educativas na escola, ou com finalidades de saúde ou de prazer pela população em geral.

Nesta perspectiva, e sob a máxima de que "pode estabelecer-se uma economia das actividades físicas, mas não se pode reduzir o desporto a uma actividade económica" na medida em que, em última instância, "o desporto é uma actividade imaterial e cultural no sentido profundo da palavra", Chantal Malenfant (1984) publicou na revista "Science et Vie" o trabalho "L'Economie du Sport". A autora considera como estratégia ideal para o comprometimento do Estado, em matéria de política desportiva, colocar a questão do desenvolvimento do desporto como uma das necessidades da nação.

A segunda perspectiva metodológica aborda a questão através do denominado "método da procura". Este método tem em vista avaliar o peso económico do desporto, através da perspectiva dos consumidores desportivos (Zalatan, 1983) e (Auger, 1984), ou seja, tendo em atenção o consumo e os gastos dos protagonistas do fenómeno desportivo.

Esta perspectiva aplica-se mais nos países anglo-saxónicos onde o poder de compra das populações, os hábitos de prática desportiva e o próprio modelo de desenvolvimento do desporto motivam um grande consumo de material e serviços desportivos. Quanto a Portugal, esta problemática circunscreve-se ao levantamento e à análise das despesas das famílias portuguesas em matéria de lazer e desporto.

A terceira perspectiva metodológica aborda a questão através do denominado "método dos fluxos". Este método teve origem num projecto desenvolvido pelo Conselho da Europa a partir de 1983, com o objectivo de estudar e compreender a dimensão do impacto económico do desporto, isto é, de determinar os fluxos económicos que se estabelecem entre os diversos sectores: o Estado; as famílias; o sector privado lucrativo; o sector privado não lucrativo; o exterior.

Outros autores, como Don Calhoun (1981), em "Sports, Culture & Personality", têm tratado a problemática da economia associada ao desporto. Nesta obra, o autor faz um paralelo entre o desenvolvimento do desporto e o desenvolvimento económico. Baseando-se na célebre teoria do economista Walt Rostow (1978), identifica o processo de desenvolvimento do desporto com as etapas do desenvolvimento económico.

No entanto, na linha de K. Heinemann (1984), no trabalho "Socioeconomic Problems of Sports Clubs", publicado na "International Review of the Sociology

of Sport”, diremos que existem muitas características que distinguem a situação económica do desporto da condução de um negócio orientado segundo as leis do rendimento económico. As práticas desportivas, como direito constitucional dos cidadãos, incluem a filiação voluntária em clubes desportivos, tomadas de decisão em regime democrático e trabalho realizado de uma forma voluntária.

Com efeito, existem grandes diferenças entre gerir uma empresa e gerir uma organização desportiva, nomeadamente um clube de futebol. Aqui, há que contar com a paixão de uma massa adepta ansiosa por ver a bola entrar na baliza adversária. Estes clientes (sócios, simpatizantes) são muito mais exigentes que os de qualquer outra empresa.

Segundo G. Pires (1995), um estudo realizado pela Faculdade de Motricidade Humana, onde foram inquiridos uma amostra de agentes desportivos, mostra-nos que, na sua grande maioria, estes manifestaram total ou relativa concordância em relação a estas diferenças.

Quando se fala em gestão ligada ao desporto, temos que pensar que ela pode ser exercida com objectivos, perspectivas e estatutos profissionais diferentes em relação aos seus ambientes organizacionais. A este propósito G. Pires (1994) define cinco ambientes possíveis, cada um deles com características diferentes: a administração pública, as autarquias, as federações desportivas, os clubes e as empresas privadas.

Ainda no mesmo estudo referido anteriormente, concluiu-se que a maioria dos inquiridos também era de opinião de que existem diferenças significativas entre os processos de gestão de sectores e modalidades desportivas diferentes, o que só reforça a necessidade e a importância de perspectivá-la de acordo com os ambientes organizacionais.

A gestão não pode ser vista numa perspectiva generalista e unívoca, à qual todos têm que se adaptar. Gerir uma organização desportiva tem especificidades técnicas, científicas e culturais que a tornam diferente do acto de gerir outra qualquer organização. Para além disso, varia em função da posição assumida dentro da linha hierárquica ou das funções desempenhadas.

Embora os objectivos que dizem respeito à problemática do desenvolvimento global do desporto e das organizações desportivas, em particular, entrem, na maioria das vezes, em conflito com os objectivos que presidem à organização empresarial, o que é certo é que, nos tempos que correm, a evolução e o progresso implicam ideias diferentes e perspectivas variadas acerca de qualquer organização.

O desporto está a olhar para as organizações e a procurar implementar os seus modelos de gestão como forma de melhorar as suas próprias performances organizacionais. As organizações desportivas (federações, clubes, etc.) têm vindo a implementar cada vez mais os modelos e as técnicas de gestão do mundo empresarial.

A este propósito, G. Pires¹⁰ (1996), refere-se, nos inúmeros artigos publicados em “O Desporto Madeira” e compilados no livro “Desporto e Política – Paradoxos e Realidades”, a grandes nomes que marcaram a Gestão desde o início do séc. XX, adoptando as suas ideias ao mundo do desporto.

Alguns gurus da gestão, tais como Peter Drucker, Charles Handy, Henri Fayol, John Naisbitt, Elton Mayo, Alvin Toffler, Henry Mintzberg, Tom Peters, Frederick Taylor ou Max Weber, são frequentemente citados por este autor,

¹⁰ Professor da Faculdade de Motricidade Humana da Universidade Técnica de Lisboa e responsável pela Licenciatura em Gestão do Desporto.

pioneiro dos estudos realizados em Portugal no âmbito da gestão das organizações desportivas.

Por outro lado, as empresas estão a voltar-se cada vez mais para o mundo do desporto para compreenderem melhor como é que, entre outras, questões relativas a empenhamento, liderança, rigor, participação e qualidade podem ser resolvidas com maior eficiência e eficácia. O desporto tem mesmo vindo a transformar-se numa actividade que serve de referência, em termos organizacionais, para muitas empresas. Os processos de gestão do treino e da competição servem muitas vezes de exemplo às organizações em geral.

Têm sido diversos aqueles que procuram olhar para as organizações a partir da dinâmica desportiva. Por exemplo, gerir uma empresa como uma equipa de futebol ou considerar o gestor como um treinador é o que nos propõe Ronald Fagerfjall (1994) num artigo intitulado: "Run your firm like a soccer team – and win" (The European – 25/10/94) ou Noel Tichy & Ram Charan (1995) em "The CEO as a Coach" (Harvard Business Review – Mar / Abr 95).

Também o irlandês Charles Handy (1994), especialista das organizações e que nas suas obras analisa, reflecte e faz algumas previsões acerca do mundo em mudança e das suas consequências nas empresas, parece utilizar o desporto como fonte de inspiração. O autor utiliza no seu livro "A Era do Paradoxo", a "Teoria da Curva Sigmóide" no sentido de explicar a forma como se processa a mudança social. Esta teoria é idêntica à do "Processo de Desenvolvimento da Forma Desportiva" que L. Matveiev (1981) defende em "O processo de treino desportivo". As fases de aquisição, manutenção e perda temporal da forma desportiva são até certo ponto utilizadas por Handy para explicar o modo como se processa a mudança social, designando as suas diversas etapas por crescimento, maturação e declínio.

Ainda nesta perspectiva de compreender a mudança social a partir dos seus conteúdos e das suas implicações nos processos de gestão do desporto, não poderemos esquecer autores como John Naisbitt, Faith Popcorn, Paul Kennedy, Hamish McRae ou Barry Minkin.

Naisbitt (1982), no livro intitulado “Megatrends. Ten New Directions Transforming our Lives”, define as dez grandes macrotendências da sociedade do futuro. O mesmo caminho segue Popcorn (1991) em “The Popcorn Report – Targeting your Life, the Future of your Company, your World, your Life”, baseando-se nas repercussões que as tendências sociais têm sobre os indivíduos.

Kennedy (1993), em “Preparing for the Twenty First Century”, McRae (1994) em “The World in 2020” e Minkin (1994) com “The Future in Sight”, também organizam um conjunto de tendências que irão caracterizar a sociedade do próximo milénio.

Este conjunto de perspectivas, permite a G. Pires (1995) concluir da existência de duas perspectivas àcerca das tendências do futuro: uma centrada mais nos problemas das pessoas, outra na forma como a sociedade está organizada. Num artigo publicado na Revista Ludens (Vol. 15, nº 4), intitulado “Mudança Social e Gestão do Desporto”, o autor conclui que existe uma certa concordância em relação a alguns aspectos considerados pelos diversos autores e que são apresentados mais à frente, neste trabalho.

2.2.4 Política do Desporto

A relação do desporto com a política tem sido constantemente referida por múltiplos autores. No entanto, poucas vezes são apresentadas, de uma forma

sistemática, provas concludentes desta relação. Verificamos, a todo o momento, que o desporto, à semelhança de outras formas de cultura, pode ser apresentado em diferentes perspectivas no que diz respeito à ideologia política, embora à grande maioria das pessoas custe a acreditar que uma actividade popular, como é o desporto, possa ser contaminada por valores ideológicos e até doutrinários.

De facto, os exemplos podem suceder-se em catadupas, mostrando-nos à evidência, que a política, cada vez mais, com as formas mais subtis e variadas, se interpenetra com o fenómeno desportivo.

Jean Meynaud (1966), com o livro "Sport et Politique", abre a reflexão sobre a problemática da política associada ao desporto. O autor refere-nos que, embora exista, desde 1952, uma obra denominada "Bibliografia International de Science Politique", até 1966 o termo desporto não figurava nela uma única vez.

A utilização da palavra "política" associada ao desporto, pode ser feita segundo duas dimensões. Regra geral, o conceito de política está associado ao desporto de uma forma pejorativa. Verificamos constantemente que são múltiplos os exemplos em que as estratégias políticas se servem do desporto para fins que nada têm a ver com o desporto nem com o interesse comum. Por outro lado, o conceito de política pode associar-se ao de desporto através da idealização de políticas desportivas que têm como objectivos, entre outros, melhorar, de uma maneira geral, a qualidade de vida da população.

Nafziger (1985) diz-nos que existem três níveis de intervenção do governo no mundo do desporto: o primeiro nível tem a ver com os problemas respeitantes ao apoio financeiro; o segundo relaciona-se com o organismo de tutela que intervém no mundo do desporto; o terceiro tem a ver com a exploração diplomática do

desporto no contexto das relações internacionais, de que os Jogos Olímpicos são o principal e mais mediático exemplo.

Existem, por outro lado, todo um conjunto diferente de situações, menos visíveis, mas que caracterizam, em cada momento, sob o ponto de vista ideológico, as políticas que estão a ser seguidas por aqueles que têm a responsabilidade da decisão política e das relações internacionais entre nações.

Os livros "Racismo e Desporto" de José Esteves (1978) e, mais recentemente, "Desporto e Cooperação" da Secretaria de Estado do Desporto (1998) são, em Portugal, bons exemplos do que acabamos de afirmar. No entanto, numerosos outros exemplos poderíamos dar, nomeadamente os relacionados com os Planos de Acção Nacional dos países membros do Conselho da Europa, publicados no Bulletin D'Information Sportive (1999), no âmbito de temas como : tolerância, espírito desportivo, ética, doping, hooliganismo, violência, desporto feminino, marketing, economia, legislação ou infraestruturas desportivas.

Uma das questões mais vezes colocada, tem sido a de saber se pode um determinado tipo de cultura física expressar um ideologia política? Segundo John Hoberman (1984), de uma maneira geral, a resposta daqueles que se dizem de uma ideologia de "esquerda" tem sido não. A resposta não-marxista à questão levantada, tem sido menos categórica.

A problemática da "direita" e da "esquerda" no desporto são os temas que este autor, através de diferentes perspectivas, desenvolve no livro intitulado "Sport and Political Ideology".

Sobre estes aspectos, conhecemos, entre nós, a posição de Melo de Carvalho¹¹ (1978) que nos diz que a Cultura Física não é nem conservadora nem reaccionária. Segundo o autor, "o que está em jogo é a visão que cada um de nós tem da própria existência e ao serviço de que forças coloca o seu próprio esforço".

Esta será talvez uma forma de iludir o problema, já que sabemos que estabelecer consensos nos critérios que devem presidir às escolhas das políticas é uma tarefa impossível, como podemos verificar pela análise do processo de desenvolvimento do desporto, nos últimos anos, em Portugal. A este respeito Melo de Carvalho diz-nos ainda: "Não nos enganemos portanto: pensar em nova educação física, em nova pedagogia, etc., é pensar num factor básico construtor da própria história: está em jogo o desenvolvimento social, a transformação da própria sociedade. A cultura física terá de ir aí «beber» a razão de ser da sua transformação, a ciência da educação física terá de pesquisar aí os fundamentos da sua existência. A questão da utilização mistificadora da educação física e do desporto fica, a esta luz clarificada na medida em que está indissolúvelmente ligada ao pensamento ideológico do educador. Que não se enganem, pois, aqueles que procuram novos caminhos para a educação física, ou lutam pela emancipação da cultura física: o que está em jogo não é a fuga da própria educação física para um terreno mais «nobre» que seria o da luta política, ou a mesma fuga, mas de sinal contrário, para fora da política, numa recusa sistemática em enfrentar a realidade".

De facto, esta é a grande questão. Poderá a Cultura Física ser um instrumento de combate político ao serviço de qualquer ideologia, como já tínhamos questionado anteriormente, ou, pelo contrário, sem lhe negar um constante envolvimento político e social, advogar que, antes de tudo, tem de ser um instrumento ao

¹¹ Ex - Director Geral dos Desportos.

serviço do Homem, da sua educação, do seu lazer, da sua saúde e da sua felicidade, sem estar contaminada por critérios doutrinários.

No mesmo trabalho, Melo de Carvalho diz-nos ainda: "A transformação da luta de classes e da relação de forças introduzida pelo 25 de Abril em Portugal, vem introduzir novas e mais radiosas perspectivas à luta dos trabalhadores por uma vida mais digna e mais justa. O desporto passa a constituir um campo de luta política directamente integrado no vasto movimento progressivo que visa construir uma nova sociedade democrática rumo ao socialismo".

Embora a questão colocada nestes termos pareça algo exagerada, não significa que o Estado não deva ter, também em matéria de desporto, uma função ideológica. Jean - Louis Levet (1978) pensa que sim e julga até que deve ser responsabilizado pelas grandes opções que realiza nesta matéria.

O desporto e as práticas desportivas não devem, no entanto, tornar-se instrumentos doutrinários (Morin, 1981) ao serviço de quem quer que seja. Existem limites tanto para com o apolitismo desportivo (Meynaud, 1966) como também no que diz respeito à mera transformação do desporto num instrumento de combate político-partidário rumo a qualquer doutrina.

Na vertente ideológica das práticas desportivas e à cerca das funções do Estado, começaram a produzir-se trabalhos teóricos, a partir do início dos anos cinquenta, abordando a problemática das possíveis políticas a desenvolver no desporto, bem como das inter-relações entre o desporto e a política. É o caso de Berthoumieu R. (1950) com "O Desporto Questão Social" ou o "Estudo do Meio Desportivo" de Dumazedier (1950).

Jean-Marie Brohm (1966), na linha ideológica da "nova esquerda", que viria a ter a sua expressão máxima nos anos que se seguiram a Maio de 1968, desenvolveu, na tese de doutoramento intitulada "Sociologie Politique du Sport", as relações do desporto com a sociedade industrial capitalista. Este autor põe em questão o desporto, considerando-o como um elemento da estrutura industrial capitalista e do aparelho ideológico do Estado. Neste sentido, e numa linha neo-marxista, o autor bate-se contra aquilo a que denominava de "linha social-chauvinista do Partido Comunista Francês" em matéria de desporto. Estas posições radicais de Brohm foram contestadas ao longo dos tempos por diversos autores, entre os quais por Dumazedier (1972).

Por seu lado, Jean Meynaud (1966), ao publicar "Sport et Politique", dá um novo passo em frente iniciando, de uma forma aberta e com uma sistematização peculiar, o tratamento do fenómeno desportivo segundo uma perspectiva política, que podemos classificar de liberal. Esta obra teve grande sucesso entre nós, tendo mesmo desencadeado a construção de uma metodologia sistematizadora da análise do processo desportivo, como são exemplos os trabalhos de Teotónio Lima (1970) e Noronha Feio (s/d) respectivamente "O Desporto e o seu Universo" e "Desporto e Política".

Ainda em França, no ano de 1968, Jean Amsler publicou na revista "Education Physique et Sport", a obra intitulada "Structure du Sport Français", onde nos expõe um quadro de factores estruturais do desporto em França. Sem consequências conhecidas no futuro, esta obra não deixa de ser uma das primeiras a questionar, sob o ponto de vista político, a problemática da estrutura do desporto francês.

Na vertente daquilo a que podemos denominar de "Política Desportiva", entendida como um conjunto de medidas de carácter social e cultural e no que

diz respeito à sua fundamentação, Bernard Jeu publicou, em 1972, "Le Sport, la Mort, la Violence". O autor procurou definir os conceitos, as estruturas e os modelos em relação ao processo desportivo. O importante desta obra é o facto de, pela primeira vez, partindo da necessidade da "exigência de racionalidade", o autor falar em "definir políticas desportivas", idealizando um conceito com uma dimensão maior do que a do conceito utilizado por Le Roux, de quem já nos referimos. Bernard Jeu (1987) continua posteriormente a desenvolver as suas ideias, no domínio da política do desporto, na obra intitulada "Analyse du Sport".

Também na linha dos trabalhos conduzidos por Le Roux (1968), foi publicado na Suíça, no ano de 1972, o trabalho de François Pidoux intitulado "Vers une Politique de Promotion Sportive". O autor realiza o diagnóstico da situação do desporto na Suíça Francesa, partindo de um levantamento realizado no ano de 1969. Estas tarefas, segundo o autor, são indispensáveis para a elaboração de uma política realista de promoção do desporto. Aqui, a política a que o autor se refere é aquela que é denominada de "interna" por Michel Bouet.

O Finlandês Pekka Kiviaho (1973) publicou, através da Universidade de Jyväskylä, sob o título "Sport Organizations and the Structure of Society", um interessante trabalho sintonizado para o estudo da tomada de decisão sociopolítica na área do desporto e da cultura física.

Em 11 de Março de 1973, elaborado por Benito Castejon Paz, foi divulgado pelo Conselho da Europa, no âmbito do programa "La Rationalization des Choix en Matière de Politique Sportive", um trabalho conceptual de toda a problemática da racionalização das escolhas em matéria de política desportiva. Logo no início do trabalho o autor diz-nos: "se existe uma bibliografia abundante e substancial sobre os diferentes aspectos do desporto enquanto que actividade física, nós não

conhecemos nenhum estudo consagrado ao desporto enquanto que objecto de medidas políticas e administrativas".

Este trabalho, constituído por três partes, trata na primeira o problema dos "instrumentos conceptuais"; na segunda o dos "intrumentos matemáticos"; e na terceira o dos "instrumentos estatísticos".

Talvez pelo facto de Castejon Paz ser espanhol e na altura Presidente do Conselho Superior dos Desporto Espanhol, o trabalho desenvolvido para o Conselho da Europa acabou por ter grandes implicações em Espanha. De facto, foi produzido em Espanha um vasto documento sobre o levantamento e análise da situação desportiva no país, que ficou conhecido como o "Livro Verde do Desporto Espanhol". Com a substituição de Castejon Paz do Conselho Superior dos Desportos todo o trabalho realizado foi abandonado.

É opinião de vários especialistas a nível Europeu, que o trabalho de Castejon Paz foi um trabalho que surgiu antes do seu tempo, quer dizer, antes da sociedade desportiva estar preparada para o receber. A este respeito é curioso ouvirmos a opinião de Claeys¹² (1977): "O método proposto por Benito Castejon era provavelmente demasiado global e muito geral. [...] Por isso eu quero dizer que, de um ponto de vista ideal, a proposição de Castejon é um método válido que, por várias razões, nasceu demasiado cedo".

De qualquer maneira, ao contrário da segunda e da terceira partes, a primeira parte do trabalho de Castejon Paz viria a ter continuidade. Na realidade, se a nível do Conselho da Europa, o trabalho de Castejon viria a ser esquecido, a nível da UNESCO não o foi. Realizou-se em Paris de 5 a 10 de Abril do ano de 1976 a "Primeira Conferência Internacional de Ministros e Altos Funcionários

Responsáveis pela Educação Física e pelo Desporto". Esta conferência foi seguida de uma reunião realizada, em 1977, pelo Comité Intermediário Intergovernamental da UNESCO para a Educação Física e o Desporto. Destas reuniões foi compilado, em Maio de 1978, um documento, pelo Conselho Americano do Desporto Internacional, em colaboração com outras entidades, intitulado "Directrizes Orientadoras de um Estudo Nacional sobre a Situação da Educação Física e do Desporto". Este trabalho, partindo das várias ideias produzidas nas reuniões atrás referidas, sistematiza um modelo para o levantamento e estudo da situação desportiva, concretizando, assim, a solução de um problema, que tinha, de certo modo, ficado em suspenso nos trabalhos do Conselho da Europa coordenados por Castejon Paz.

Na linha das ideias expressas nas políticas de "Desporto para Todos", desencadeadas ao nível do Conselho da Europa, surgiu em 1974, publicado como resultado de uma tese de doutoramento em Ciências da Educação, o volume intitulado "Vers une Nouvelle Politique Sportive". O seu autor, Claude Piard, faz-nos o levantamento da situação do desporto francês para, de seguida, fazer a análise das necessidades sociais. Por fim, avança para uma proposta de uma nova política desportiva, no domínio do desenvolvimento do "Desporto para Todos".

Estas obras, entre outros aspectos, chamam-nos a atenção para a possibilidade e necessidade de serem estabelecidas políticas a vários níveis.

Pooley e Webster (1976) alertam-nos no sentido das diferenças entre as relações estabelecidas pelo desporto e a política quando acontecem a nível municipal, a nível nacional e / ou a nível internacional. Por exemplo, a nível local o balanço entre desporto e política joga a favor do desporto, quer dizer que a nível local é o

¹² Expressa durante a 7ª Reunião de Directores dos Institutos de Pesquisa dos Países Membros do Conselho da Europa, realizada em Estrasburgo em 18 e 19 de Outubro de 1977.

desporto que influencia a política. A nível nacional prevalece a influência da política sobre o desporto.

Portugal, curiosamente, não participou nestes projectos que, no âmbito do programa da "Racionalização das Escolhas em Matéria de Política Desportiva" do Conselho da Europa, se intitularam respectivamente: "Le Sport dans Son Contexte Social - Comparaisons Internationales" e "Le Sport dans la Société Européenne - Enquête Transnationale sur la Participation et la Motivation".

Segundo J. Hargreaves (1982), também em Inglaterra não tem existido uma tradição do tratamento teórico da problemática desportiva. De facto, excluindo o trabalho de McIntosh (1963), não se conhecem trabalhos com significado neste domínio, sendo aqui tradicional o pragmatismo britânico que os tem conduzido a produzir sobretudo, obras no domínio da gestão das práticas desportivas do sector privado, principalmente aquelas que são desenvolvidas naquilo a que nos anos oitenta se começou a denominar de "Multi-Propose Recreation and Leisure Center".

Voltando ao outro lado do Atlântico, um dos trabalhos mais importantes é, com certeza, "The Political Economy of Sport", da autoria de Bruce Kidd, editado pela "Canadian Association for Health Physical Education and Recreation", no ano de 1980. Segundo os editores, este trabalho foi produzido com o objectivo de responder a uma necessidade expressa por inúmeros professores que orientavam cursos no domínio da sociologia do desporto em Universidades do Canadá. Repare-se que esta problemática, mesmo no Canadá, nos anos oitenta ainda não estava resolvida.

O autor argumenta que o financiamento do desporto, a distribuição das oportunidades desportivas e as tomadas de decisão àcerca do desporto, devem ser

analisadas no contexto histórico total, na medida em que não existe economia do desporto nem política do desporto, isolados da política económica.

Ao nível do Conselho da Europa é conhecido um estudo realizado sobre as políticas desportivas desenvolvidas nos países do Norte da Europa a partir de finais dos anos cinquenta, em que é possível concluir que também no desporto o desenvolvimento e a mudança se organizam através de etapas de desenvolvimento, isto é, através de um ciclo constituído por três fases: promoção, formação e (re)organização. Numa primeira fase eram desencadeadas campanhas de promoção da prática desportiva entre a população, de acordo com as suas necessidades, de uma forma acessível, com objectivos pouco definidos, visando o aumento generalizado de praticantes desportivos. Depois, era necessário responder com a possibilidade de eles próprios poderem evoluir do ponto de vista técnico e competitivo na sua prática, o que só era possível apostando na formação de quadros humanos que enquadrassem devidamente os praticantes que aderiram ao desporto na primeira fase. Uma vez existindo praticantes e quadros técnicos, tornava-se necessário avançar para processos de organização ou re-organização das actividades. Concluída esta fase, fechava-se um ciclo de desenvolvimento e podia-se avançar para outro ciclo.

Devemos ainda considerar, ao nível do Conselho da Europa, um trabalho iniciado em 1968, por um grupo de planificação encarregado de "definir o conteúdo da ideia de desporto para todos"¹³. Este trabalho deu origem a que o Comité dos Ministros, em Setembro de 1976, tenha adoptado uma resolução relativa aos princípios de uma política de desporto para todos, tal como foram definidos na Conferência dos Ministros responsáveis pelo desporto realizada em Bruxelas no ano anterior. Estava, assim, lançada a "Carta Europeia de Desporto para

¹³ Actes de les Conférences des Ministres Européens Responsables du Sport, 1975.

Todos"¹⁴. É bom lembrar aqui, muito rapidamente, o que esta carta diz, no seu Art. N° III, quanto às políticas desportivas que devem ser seguidas pelos países signatários: "O desporto sendo um dos aspectos do desenvolvimento sociocultural, deve ser tratado, aos níveis local, regional, e nacional, em conexão com outros domínios em que intervêm as decisões de política geral e de planificação : educação, saúde, assuntos sociais, administração do território, protecção da natureza, artes e lazeres".

Em 1974, Jürgen Dieckert¹⁵, publicou, na Alemanha Federal, o trabalho intitulado "Freizeitsport", onde no prefácio dizia que existiam poucos trabalhos científicos respeitantes à questão, bem como, quase por completo, pesquisas empíricas, para que se pudesse, desde logo, fornecer uma "teoria do desporto de lazer" com base em factos apurados cientificamente. Deste modo, o trabalho em causa tinha como objectivo reunir os conhecimentos existentes naquele domínio.

Dez anos depois, esta obra, actualizada e com novos textos, é editada no Brasil, onde o autor passou um período de dois anos numa acção de cooperação. Uma das conclusões tiradas pelo autor, depois de ter vivido duas experiências tão diferentes como foi a vivida no seu próprio país e a vivida no Brasil, foi a de que não se pode transferir, de uma forma directa, modelos de acção válidos para um país como a República Federal da Alemanha para outro qualquer país.

Esta simples constatação, que à primeira vista pode não ter interesse de maior, assume um importância extraordinária ao estarmos integrados na Europa das Comunidades e quando se começa a questionar a defesa da identidade cultural de um país que pode ser dominado do ponto de vista económico. Os esforços desenvolvidos por parte de alguns países como, por exemplo, a Holanda e a Belgica Flamenga, para desenvolverem programas de exportação das suas

¹⁴ Rapport sur les Activités du Conseil de l'Europe, 1977.

modalidades desportivas tradicionais para outros países, não teve grande impacto.

Numa Europa cada vez mais estandardizada em que parecemos ser cada vez mais iguais uns aos outros, o desporto parece ser ainda um dos poucos espaços onde podemos apelar, de uma forma sadia, às nossas identidades regionais e nacionais.

Temos de considerar ainda, a obra "Sport, Economie et Politique" de Jean-Louis Levet (1978). Este autor, além de tratar do mercado desportivo e do desenvolvimento das tecnologias, trata também do espectáculo desportivo no primeiro capítulo a que denomina de "o desporto e a indústria". No segundo capítulo, o autor trata da problemática das utilizações estratégicas do desporto pelo poder: "O desporto e o poder político mantêm relações estreitas. Tal como outras actividades de educação o desporto, faz parte do quadro da política de educação nacional que todos os países concebem e aplicam: número de professores e de horas de educação física, práticas pedagógicas do desporto. Trata-se também de construir equipamentos desportivos colectivos, de seleccionar os futuros campeões, de os ajudar durante a sua carreira, assegurar a sua eventual inserção, etc. O desporto entra na função ideológica de qualquer Estado".

Esta tradição de interpretar a dimensão política do desporto surge, em Portugal, em meados deste século, embora possam ser referenciadas algumas obras anteriores. No entanto, quanto a nós, a obra paradigmática que melhor referencia o espírito da época e que prepara a intervenção do Estado Português no mundo do desporto, é a de Eurico Serra (1939) intitulada "Desporto Educação Física e Estado". Dizia o autor: "O Chefe do Governo anunciou já que de há muito se lhe afigura necessária qualquer intervenção para superar o que de outro modo não

¹⁵ Funcionário superior do Deutscher Sportbund e professor na Universidade de Oldenburg.

poder ser feito, para coordenar o que andasse disperso, para subordinar certos individualismos inevitáveis ao alto interesse de todos. [...] A doutrina do Estado não é totalitária quanto à essência, porque o Poder encerra na sua origem limites de ordem espiritual e moral".

Começava-se, assim, a preparar a intervenção do Estado Português no mundo do desporto, embora a fase de arranque do desporto moderno em Portugal só tenha acontecido imediatamente a seguir a Abril de 74.

Entre nós, os trabalhos realizados após esta data, fundamentando a elaboração de políticas desportivas, iniciaram-se com Manuel Sérgio (1974). Aproveitando um conjunto de trabalhos publicados no jornal "República", foi editado pela "Moraes Editores" a obra "Para uma Renovação do Desporto Nacional", onde o autor dá o seu contributo nesta matéria e sistematiza o desporto num modelo conceptual de acordo com o momento que então se vivia no País. Mais tarde, o autor desenvolve a sua linha de raciocínio em "Para um desporto do futuro" (1986) e "Epistemologia da Motricidade Humana" (1996).

Em 1975, Melo de Carvalho publicou "Desporto e Revolução" e, em 1976, "Cultura Física e Desenvolvimento". Estes dois volumes de inegável interesse didáctico, político e histórico dão-nos o pensamento marxista da sociedade desportiva portuguesa do período imediatamente após o 25 de Abril de 1974. "Desporto e Autarquias Locais" (1994) é a mais recente obra do autor que defende um desenvolvimento do desporto a partir das autarquias, não numa forma isolada mas integrado num todo nacional. Este livro é ainda uma crítica à Lei de Bases do Sistema Desportivo e um regresso aos velhos temas, ainda por resolver, do Desporto Escolar e da Educação Física do 1º Ciclo do Ensino Básico.

Também Jorge Crespo (1976), elabora uma pequena obra que foi editada pelo ISEF e intitulada "O Desenvolvimento do Desporto em Portugal - Um Acto Político". Ali, o autor sistematiza um conjunto de ideias a que deve obedecer a construção de uma política e a elaboração de um plano para o desporto nacional.

Trabalhos deste género vão continuar na década de 80. Estamos a referir-nos a: "Plano Nacional de Desenvolvimento do Desporto", editado em 1980, que traduziu a opinião de diversos técnicos especialistas que, organizados em diversos grupos de trabalho, produziram uma obra colectiva realizada no âmbito da Direcção-Geral dos Desportos, coordenada pelo então Director-Geral.

"Alta Competição Desporto de Dimensões Humanas" de Teotónio Lima (1981) é outro trabalho de nacionalidade portuguesa onde o autor segundo uma perspectiva didáctica e pedagógica realiza uma análise, em diagonal, de várias questões que se levantam ao processo de desenvolvimento do desporto.

"Regionalização e Descentralização Desportiva" de Viegas Gomes (1986) é outra obra importante, onde o autor ensaia, de uma forma abreviada, considerações sobre alguns aspectos do desporto português.

"Génese da Organização e do Desenvolvimento do Desporto em Portugal" de G. Pires, (1986), ou ainda do mesmo autor, "Do Associativismo Desportivo à Orgânica do Estado", publicado em 1987, onde analisa a "ordem desportiva portuguesa", são outras obras que vão marcar essa década. A tese de doutoramento do autor apresentada na Faculdade de Motricidade Humana da Universidade Técnica de Lisboa, em 1989, intitulada "A Estrutura e a Política Desportivas: O Caso Português", vai marcar o início de uma nova ordem na análise do tema no nosso país.

Na década de 90, G. Pires vai publicar uma série de artigos, dos quais se destacam os inseridos no semanário “O Desporto Madeira” que posteriormente (1996) os editou em livro com o nome de “Desporto e Política – Paradoxos e Realidades”. Esta é uma obra de cariz global acerca do fenómeno do desenvolvimento do desporto que sintetiza o olhar do autor sobre os últimos anos do Sistema Desportivo Português.

Das publicações de “O Desporto Madeira”, destacamos ainda as obras “O Desporto no Operador Público de Televisão” de André Escórcio (1997), “O Desporto Escolar – Organização e Perspectivas Futuras” de Jorge Soares” (1997) e “Madeira - Desporto em Autonomia” da autoria de Francisco Fernandes (1999). Enquanto no primeiro trabalho A. Escórcio analisa o desenvolvimento do desporto na perspectiva do factor informação, no segundo, J. Soares aborda a problemática do Desporto Escolar na R.A.M., um sector desportivo que, ao contrário do continente, tem funcionado com relativa estabilidade ao longo dos anos, apesar de também possuir os seus problemas. Por seu turno, F. Fernandes¹⁶, faz o levantamento e análise da situação desportiva desta região no período de 1976 a 1996, ou seja, nos primeiros vinte anos do processo autonómico regional e expõe um conjunto de propostas e medidas tendentes a um novo salto qualitativo do desporto regional.

2.3 Àcerca dos conceitos

2.3.1 Política

O estudo da política não é um assunto recente. Basta recorrer às obras de Platão e Aristóteles para confirmarmos esta constatação. No entanto, em épocas mais

remotas, não era feita a distinção entre o estudo da política e o estudo da filosofia, da história, do direito, da sociologia ou da economia. A sociedade era considerada como uma única unidade de estudo.

A separação dos estudos políticos em relação a outras áreas do conhecimento vai iniciar-se no séc. XX, nomeadamente nas universidades do Reino Unido. Apesar de, até à II Guerra Mundial, as preocupações centrarem-se na definição dos limites da política, no período pós-guerra é unânime a ideia de interdependência dos estudos políticos com os estudos de outras áreas.

Como em todas as ciências sociais, a delimitação de fronteiras que permita autonomizar a ciência política em relação a outras áreas do conhecimento apresenta-se como uma tarefa extremamente complicada. O homem vive em sociedade e, como tal, relaciona-se com outros homens e com outras coisas sobre as quais possam ter interesses comuns, no sentido de satisfazerem as suas necessidades humanas, sejam elas materiais, afectivas, sexuais, espirituais, etc.

Como nos diz Michael Oakeshott¹⁷ (1975), “na actividade política, os homens navegam num mar ilimitado e sem fundo; não há nem um porto para abrigar, nem uma enseada para ancorar, nem um ponto de partida, nem um destino determinado. Trata-se de permanecer flutuando numa quilha lisa; o mar é amigo e inimigo ao mesmo tempo e a habilidade náutica consiste em saber empregar os recursos de um comportamento tradicional de modo a transformar cada ocorrência hostil num amigo”.

A política pode ser entendida como arte, como ciência, como ideologia, como filosofia ou como ética. Ao contrário do que possa parecer, estes níveis ou

¹⁶ Presidente do Instituto do Desporto da Região Autónoma da Madeira.

¹⁷ Citado por Kenneth Minogue.

dimensões da política não se contradizem, antes complementam-se uns aos outros.

Política implica agir. Mas a decisão política envolve sempre um certo grau de incerteza que não pode ser subestimado. É então que a dimensão arte deve intervir no sentido de, através da criatividade humana, assegurar as condições necessárias a um perfeito entendimento entre os que detêm o poder e os que são governados.

A política pode ser também entendida como uma ciência que vai buscar a outras disciplinas como a história, a geografia, a economia, a sociologia ou a psicologia os seus objectos de estudo, que são, assim, bastante vastos.

Recorre habitualmente a uma ideologia. A necessidade de motivações para as suas acções faz com que o homem acredite nalguma coisa para, comunitária e solidariamente, realizar algo.

Por trás de si, traz sempre uma filosofia ligada à unidade interna e à segurança externa das organizações e nunca deverá prescindir dos seus valores éticos e morais, fundamentalmente se tivermos em conta que, em qualquer sistema político, os formuladores das respectivas políticas representam uma pequena proporção da população adulta. São os interesses de muitos nas mãos de uma minoria, se bem que legitimada pelo voto em democracia.

A organização é uma necessidade vital de qualquer comunidade, sejam quais forem as suas estruturas e o seu grau de evolução. Mesmo as sociedades mais primitivas possuíam uma organização capaz de assegurar a ordem interna e a segurança externa. A organização é, pois, a essência do conceito de política.

Qualquer sociedade possui um conjunto de princípios, conhecimentos e técnicas interrelacionadas e coerentes que permitem compreender o funcionamento dos seus mais diversos sistemas e organismos com o objectivo de os gerir e/ou administrar e, deste modo, alcançar objectivos pré-estabelecidos.

Na sociedade humana, o exercício do poder está presente nas mais diversas áreas desde a economia à religião, da educação à cultura, passando pelo desporto. De uma maneira geral, “poder” designa a capacidade ou a possibilidade de agir e produzir efeitos. Embora possa estar associada a objectos ou fenómenos naturais, está fundamentalmente ligada a indivíduos ou grupos humanos. O estudo do modo de atribuição e exercício deste poder vai ser o objecto central da ciência política.

O poder é um dos suportes fundamentais da política e deverá ser um instrumento através do qual se obtenham outros valores tais como: respeito, retidão, riqueza, saúde, afeição, desenvolvimento.

K. Deutsch (s/d) considera-o como a “capacidade de fazer com que aconteçam coisas que de outro modo não aconteceriam” ou como a “produção de uma mudança na distribuição das probabilidades dos acontecimentos”. Só que num mundo em permanente mudança, poderemos considerar o poder como a capacidade para alterar essas mesmas mudanças que já estão em marcha e que assim prosseguiriam sem a nossa intervenção. Em suma, o poder é a capacidade de provocar a mudança da mudança.

O poder é um aspecto inevitável de todos os sistemas sociais e de todas as relações humanas. Só que a estrutura do poder começa a ganhar novas formas em todos os níveis da sociedade humana. O poder “à moda antiga”, onde os níveis hierárquicos mais baixos obedeciam cegamente às ordens superiores, está a

desintegrar-se. Hoje em dia, os subordinados questionam, exigem respostas e respeito por parte dos seus superiores. É a redefinição do poder.

De acordo com M. Stoppino (1982), Max Weber considera três tipos de poder: 1) Legal: assente em ordenamentos jurídicos (leis); 2) Tradicional: assente no carácter sacro do poder existente desde sempre; 3) Carismático: ligado à dedicação afectiva, à força heróica, ao valor exemplar, ao poder de espírito e de palavra do chefe.

Já Alvin Toffler (1990), considera três novas formas de exercer o poder: através do músculo, do dinheiro e da mente.

Todos nós recordamos com certeza os inúmeros “westerns” que nos chegavam de Hollywood, onde figuras como o “cowboy” e o banqueiro estavam sempre presentes. Se o “cowboy” exercia o poder pela força, o banqueiro simbolizava o poder do dinheiro. Mas em muitos destes filmes existia ainda uma terceira personagem: o editor de um jornal, uma mulher instruída, um professor, um sacerdote, que representavam o poder da cultura e do conhecimento. Só que para vencer, o conhecimento tinha que se aliar com a força ou o dinheiro.

Outros acontecimentos que nos vêm à memória são os relacionados com os métodos utilizados no período da escravatura onde o aumento da produção estava relacionado com a violência e o uso da força.

Nos nossos dias, estas três fontes de poder continuam a ser utilizadas a todos os níveis da vida social, desde a intimidade do lar à esfera política. Alvin Toffler (1990), diz-nos que “o poder envolve o emprego da violência, da riqueza e do conhecimento para conseguir que as pessoas actuem de uma dada maneira”. Para ajudar a ilustrar estas três fontes de poder poderemos recorrer a três citações

utilizadas pelo autor no seu livro “Os novos poderes”: “O poder nasce no cano de uma arma” (Mao Tse Tung); “O dinheiro fala” (Anónimo); “O próprio conhecimento é poder” (Francis Bacon).

No entanto, as mudanças de conhecimento que têm ocorrido a uma velocidade vertiginosa, estão a provocar deslocações de poder e a contribuir para elas. Os impérios do presente e do futuro, tal como preconizava Winston Churchill há uns anos atrás, são os “impérios da mente”.

Hoje em dia, mais do que discutir a quantidade de poder que determinado indivíduo ou organismo possui, começa a falar-se na qualidade do poder. E o “poder da mais alta qualidade (...) provém da aplicação do conhecimento” (Alvin Toffler, 1990). É cada vez maior o grau de dependência da força e da riqueza em relação ao conhecimento.

Não basta influenciar ou controlar os outros e levá-los a agir ou a fazer o que queremos. É necessário rentabilizar recursos na prossecução dos nossos objectivos, ou seja, é preciso actuar com eficiência. Só assim o conhecimento poderá também servir como multiplicador de riqueza e de força, no sentido de se atingir o poder máximo, só ao alcance dos que forem capazes de utilizar estas três fontes de poder.

Uma das fontes mais importantes do poder tem a ver igualmente, com o tipo e o estilo de linguagem utilizados. Desde a Antiguidade Clássica, passando pela Idade Média que, autores como Aristóteles (Grécia), Plínio e Cícero (Roma) ou Vitry e Maillard (Idade Média), têm dedicado particular atenção à utilização dos diversos tipos de linguagem.

A linguagem política pode ser utilizada como um meio de persuasão e de expressão artística mas nunca deverá deixar de ser um instrumento ao serviço da verdade. Da eficácia do discurso, depende inúmeras vezes o resultado do debate e, conseqüentemente, as acções colectivas a realizar. O tipo de audiência também não deve ser desprezado quando preparamos um discurso e seleccionamos o estilo de linguagem a utilizar.

Associado ao tema do poder, vem o da influência. Embora estes dois termos sejam usados muitas vezes como sinónimos, julgamos que a influência é uma forma de poder mais ampla e moderada.

A influência tenta penetrar dentro da personalidade da pessoa, enquanto o poder age sobre ela essencialmente do exterior. Daí que, K. Deutsch (s/d) refira que “embora nem todos os que têm influência disponham também de poder, todos os que têm poder têm também influência”.

No desporto, o funcionamento dos diversos tipos de organismos, aqui entendidos como o conjunto de indivíduos ou grupos que têm interesses próprios e detêm fontes de poder, o papel que desempenham na sociedade ou a atitude dos cidadãos face aos seus processos de desenvolvimento, constituem-se como aspectos de extrema importância nos dias de hoje.

A organização do desporto e os caminhos a seguir em direcção aos nossos objectivos, são pontos fulcrais na construção de modelos de desenvolvimento desportivo. Não podemos separar o agente da decisão do contexto em que decide. A capacidade de escolha é influenciada pela posse de uma determinada cultura e restringida pelas condições materiais e sociais em que ocorre. A política desportiva tem que resolver os problemas reais do quotidiano. Tem que ir ao encontro das necessidades e motivações das populações. Nenhuma política pode

viver de utopias. É a “arte do possível” (W. Mackenzie, 1970). Daí que a definição de estratégias apenas seja possível se analisarmos determinado organismo como um espaço único de acções e de relações estabelecidas.

2.3.2 Desporto

A dinâmica do desenvolvimento do desporto, que havia sido relativamente lenta até aos anos sessenta, desencadeia-se, hoje em dia, a uma velocidade vertiginosa, fazendo com que muitas vezes não tenhamos capacidade para analisar os acontecimentos em tempo real. As transformações no mundo do desporto processam-se muitas vezes a uma velocidade maior que a nossa capacidade de análise.

A entrada da televisão nos Jogos Olímpicos de Roma, em 1960, fez com que todo o processo de desenvolvimento do desporto tenha adquirido novas dinâmicas, tornando-se numa actividade de dimensão mundial que só pode ser entendida no contexto social em que está envolvida.

A compreensão do conceito de desporto deve ser, pois, uma preocupação daqueles que estão envolvidos na problemática da organização e do desenvolvimento do desporto. Mas as diferentes definições de desporto não podem ser entendidas de uma forma estática e fechada sob pena de se prestarem a inúmeras confusões e contradições.

Nos tempos que correm, qualquer definição do conceito de desporto não pode ser definitiva, devendo ser constantemente enriquecida por novas perspectivas e correntes de pensamento, que permitam a utilização de novas ideias na construção das tarefas de organização, gestão e planeamento do desporto.

Diversas têm sido as tentativas para definir a palavra desporto, ao longo deste século. Vejamos algumas:

Pierre Coubertin (1934): “desporto é um culto voluntário e habitual de exercício muscular intenso suscitado pelo desejo de progresso e não hesitando em ir até ao risco”;

Hébert (1935): desporto é “todo o género de exercícios ou de actividades físicas tendo por fim a realização de uma performance e cuja execução repousa essencialmente sobre um elemento definido: uma distância, um tempo, um obstáculo, uma dificuldade material, um perigo, um animal, um adversário e, por extensão, o próprio desportista”;

Bernard Gillet (1949): desporto é “uma actividade física intensa, submetida a regras precisas e preparada por um treino físico metódico”;

Huizinga (1951): “jogar é uma actividade ou ocupação voluntária executada dentro de determinados limites de tempo e de lugar de acordo com regras livremente aceites, mas absolutamente obrigatórias tendo o seu objectivo em si próprio, e sendo acompanhado por um sentimento de tensão, alegria e consciência de que isso é diferente da vida normal”;

McIntosh (1963): “desporto refere-se a todas as actividades físicas que não são necessariamente para a sobrevivência do indivíduo ou da raça e que são dominadas por um elemento compulsório”;

George Magname (1964): desporto é “uma actividade de lazer cuja dominante é o esforço físico, praticada por alternativa ao jogo e ao trabalho, praticada de uma

forma competitiva comportando regras e instituições específicas, e susceptível de se transformar em actividades profissionais”;

Caillois (1967): apresenta um esquema de classificação dos jogos em: competição (agon), sorte (alea); simulação (pantomina) e vertigem (ilinx). O autor cruza, ainda, esta tipologia com o nível de organização das práticas, que pode ir das actividades formais organizadas às actividades informais ou inorganizadas;

Volpicelli (1967): desporto implica “a cientificidade das suas regras e suas tácticas, do seu treino, das suas medidas, em suma da organização racional do rendimento da máquina humana”;

Michel Bouet (1968): desporto é “a procura competitiva (actual ou potencial) da performance no campo do movimento físico afrontado intencionalmente com dificuldades” ou “o emprego sistemático e preciso da medida dos tempos e das distâncias e da contagem de pontos”;

Laguillaumie (1972): desporto é sobretudo “uma organização mundial dominada por um governo internacional desportivo, o Comité Olímpico Internacional, pelas Federações Internacionais e por todos os organismos desportivos privados ou públicos que gerem, administram, dirigem e controlam o desporto”;

J. Marie Brohm (1976): desporto é “um sistema institucionalizado de práticas competitivas de dominante física, delimitadas, codificadas, regulamentadas convencionalmente cujo objecto perfilhado é, sobre a base de uma comparação de performances, de explorações, de demonstrações, de prestações físicas, a fim

de designar o melhor concorrente (campeão) ou registar a melhor performance (record)”;

Dicionário Larousse (s/d): desporto é “prática metodológica de exercícios físicos com a finalidade de aumentar a força, a destreza e a beleza do corpo”;

Grande Dicionário da Língua Portuguesa (1990): desporto é a “prática metódica de exercícios físicos, com o fim de conseguir vigor e agilidade”;

Conselho da Europa na “Carta Europeia do Desporto” (1992): desporto são “todas as formas de actividade física que através de uma participação organizada ou não, têm por objectivo a expressão ou o melhoramento da condição física e psíquica, o desenvolvimento das relações sociais ou a obtenção de resultados na competição a todos os níveis”.

Da análise das inúmeras definições de desporto apresentadas, decorre que nele estão envolvidos: “exercício físico, competição, desafio, esforço, luta, apetrechos, estratégia e tática, princípios, objectivos, instituições, regras, classificações, tempo livre, jogo, vertigem, aventura, investigação, dinheiro, lazer, sorte, rendimento, simulação, códigos, resultados, prestações, treino, força, destreza, medição, tempo, espaço, beleza, medida, voluntarismo, morte, etc” (G. Pires, 1994).

Estas definições muito fechadas e, por vezes, contraditórias, dificultam a tarefa daqueles que têm por missão trabalhar na área das escolhas em matéria de política desportiva e tornam-se inoperacionais quando pretendemos entrar num processo de organização e desenvolvimento desportivo. O termo desporto tanto nos aparece associado a uma simples caminhada, como a uma partida de xadrez ou a um jogo de futebol da Liga dos Campeões. Alguns autores, entre os quais

Parlebas (1981), chegaram mesmo a considerar a impossibilidade de definir a palavra desporto, tal a diversidade de actividades, de contextos, de objectivos e de recursos envolvidos.

O conceito de desporto tem também a ver com questões ideológicas. O conceito de desporto utilizado nas extintas URSS ou RDA não tem nada a ver com os conceitos utilizados, por exemplo, nos países da Europa do Norte.

Mas as dúvidas e as hesitações fazem com que nunca passemos do pensamento à acção. Clarificar e compreender o conceito de desporto é uma tarefa necessária e urgente, apesar de não ser fácil devido ao seu envolvimento em diversas ambiguidades teóricas, conceptuais e filosóficas. A verdade é que do ponto de vista operacional ainda temos grandes dificuldades em construir um conceito de desporto.

Daí que, G. Pires (1994), tenha avançado para um modelo aberto e pentadimensional do conceito de desporto, constituído por elementos de elevado valor psicológico e sociológico como sejam: o movimento, o jogo, a agonística, a instituição e o projecto, cada um deles com uma carga própria de acordo com o ambiente que o caracteriza.

De uma forma resumida, poderemos dizer que a componente movimento tem a ver com a actividade física, o jogo com o divertimento ou o carácter lúdico do desporto, a agonística com a competição, a instituição com as regras definidas e os códigos de conduta universalmente aceites e o projecto com a capacidade de intervir na dinâmica social e de transformá-la em progresso.

Se é verdade que em relação aos quatro primeiros elementos (movimento, jogo, agonística e instituição), outros autores já os haviam abordado, no que diz

respeito à componente projecto, é G. Pires (1994) o seu maior defensor. De acordo com o autor, o projecto assume “uma antevisão da organização do futuro” e “uma espécie de dimensão regeneradora das práticas desportivas que faz com que o desporto seja uma actividade em constante adaptação a um mundo em permanente evolução”. O conceito de projecto atribui, assim, ao desporto, uma dimensão de desenvolvimento.

Só assim poderemos um dia chegar a uma ciência do desporto ou “desportologia”¹⁸. De acordo com Guay (1993), se algum dia existir uma verdadeira ciência do desporto, ela deverá ter: (1º) um objecto preciso, irreduzível a qualquer outro; (2º) repousar sobre fundamentos teóricos verificáveis empiricamente e (3º) dispôr de utensílios conceptuais e operacionais vigorosos.

Desta forma, cada um destes elementos, por si só e em conjunto, de acordo com a geometria conveniente, vão interagir de acordo com os objectivos que se pretendem atingir, as metodologias a empregar e os destinatários a considerar.

Ao conjunto de actividades diferenciadas que, parcelarmente, vão concorrer para a actividade global que é o desporto, denominamos sectores desportivos. G. Pires (1989) define sectores desportivos como sendo “espaços institucionais e organizacionais destinados a grupos-alvo específicos ...” e que “... podem organizar e reproduzir as práticas desportivas”.

L. Cunha (1997) considera ainda que o “sector desportivo identifica um subsistema do sistema desportivo” e desenvolve-se num “sistema autónomo e específico tendente à satisfação das necessidades desportivas da população-alvo para a qual está dirigido”, congregando “as pessoas e as organizações necessárias

¹⁸ “Sportologie” na terminologia de D. Guay.

ao seu funcionamento, no cumprimento dos objectivos próprios que lhe são inerentes”.

O sistema desportivo é constituído, assim, por um conjunto de subsistemas desportivos, nele participando diversos organismos e instituições estatais, associativas ou privadas, que movimentam pessoas, bens e serviços desportivos e não desportivos, no sentido de atingir os seus objectivos. A legislação portuguesa, nomeadamente a Lei de Bases do Sistema Desportivo (L.B.S.D.), aborda, no seu articulado, diferentes sectores desportivos: Escolar, Federado, Militar, Trabalho, Universitário, Turismo, Deficientes, Autárquico e Prisional.

Estes sectores não deverão, no entanto, ser entendidos de uma forma estanque. A articulação entre sectores e a identificação de pontos de contacto e colaboração entre eles é uma necessidade emergente, de modo a evitarem-se conflitos desnecessários. A este nível, a legislação portuguesa é ainda pouco clara, privilegiando a regulamentação do sector que mobiliza mais polémica: o federado.

O Desporto Escolar é o sector que melhores condições tem para alimentar todos os outros. Ao longo da sua evolução etária, o praticante pode transitar para o sector federado ou, continuando os estudos, para o universitário. Abandonando a escola, os sectores do trabalho, autárquico, militar ou do turismo poderão ser a solução. A criação de hábitos desportivos para a vida poderá contribuir igualmente para uma melhor integração em sectores pouco desejáveis como sejam o prisional ou dos deficientes.

Para além disso, os diferentes sectores poderão e deverão estabelecer relações de complementaridade e parceria. Um praticante federado pode, por exemplo, em dada altura, desenvolver actividades menos exigentes do ponto de vista da

competição e dos resultados, na escola, em férias, em organizações autárquicas, etc. Por outro lado, os sectores militar, autárquico, etc., podem colaborar com o desporto escolar, o desporto federado, etc., nomeadamente no que diz respeito ao apoio logístico.

2.3.3 Desenvolvimento e Qualidade

O desenvolvimento é um conceito de ordem qualitativa de grande complexidade que, frequentemente, vemos confundido com os termos crescimento e mudança.

Embora estes dois conceitos possam estar presentes na definição de desenvolvimento, este deve ser entendido numa perspectiva mais global, onde a melhoria do bem estar e das condições de vida sejam o objectivo fundamental, através do direito à educação, à saúde, à alimentação, aos transportes, à cultura, ao lazer, à justiça e à felicidade. A interacção destes factores deverá traduzir-se na oferta de um conjunto de bens e serviços em prol do bem estar físico, mental e social e na satisfação e afirmação cultural, bem como em relações autênticas entre o indivíduo e a comunidade.

Em relação ao desenvolvimento do desporto, como conceito integrado no de desenvolvimento geral, passa-se a mesma coisa. Não basta aumentar o número de praticantes federados, o número de equipas em competição nacional ou internacional, o número de títulos ou recordes ou o volume de financiamentos. Não basta mudar as regras de apoio, a tutela dos sectores desportivos ou a designação das instituições.

Não se pode confundir desenvolvimento desportivo com um ou outro resultado, nem com uma política centrada no espectáculo e no profissionalismo e sustentada no apoio a um reduzido número de praticantes.

A sua problemática tem a ver também com razões éticas e morais já que, um conjunto de dificuldades de ordem social e financeira, fazem com que as condições de acesso à prática desportiva não sejam iguais para todas as pessoas. Daí que, o desenvolvimento do desporto tenha que perseguir objectivos de justiça social, de educação e de cultura.

O conceito de exclusão social, que tanto incomoda a sociedade moderna, tanto pode significar o afastamento de determinados grupos ou gerações a bens fundamentais, como a alguns benefícios entre os quais o usufruto duma prática desportiva regular.

No processo de desenvolvimento do desporto não chega mudar por mudar. O problema é que muitas vezes muda-se, mas nada se transforma, continuando tudo na mesma, sem se notar melhorias. Desenvolvimento pressupõe progresso social, no sentido de se construir uma sociedade melhor, onde todos tenham acesso às suas vantagens.

O problema é que, à mudança, estão associadas todo o tipo de resistências provocadas por anos a fio de rotinas que incomodam as consciências daqueles que, através da troca de ideias, opiniões e experiências, deveriam reequacionar todo o processo de desenvolvimento do desporto.

Por outro lado, o termo crescimento, traduz apenas o aumento das medidas ou dos valores quantitativos das coisas ou objectos. É um conceito demasiado limitativo, uma vez que não tem em conta a melhoria das condições de vida das

populações. Esta, implica o direito à prática desportiva e, conseqüentemente, a criação de condições de acesso a essa prática por parte da população em geral. O simples crescimento não significa que tenha havido um aumento equilibrado ou uma correcta articulação entre as necessidades sociais e as desportivas, ou seja, não significa que tenha existido desenvolvimento desportivo ou que tenha aumentado o nível desportivo, “objectivo máximo de toda a política desportiva” (Castejon Paz, 1973).

Não basta promover mais actividades, construir mais instalações, envolver mais verbas no desporto, aumentar o número de praticantes, “alimentar as massas” com mais espectáculo desportivo ou obter mais títulos ou recordes. É necessário enquadrar e articular estes factores de crescimento, de modo a que se obtenham maiores benefícios para a comunidade em geral e o cidadão em particular, ao nível da sua qualidade de vida. O desenvolvimento do desporto traduzir-se-à pela melhoria do funcionamento do sistema desportivo, em função da satisfação das necessidades e aspirações das populações em matéria de desporto, promovendo a democratização e a acessibilidade a todos os seus benefícios, no sentido de melhorar a cultura física e motora dos cidadãos que integram uma comunidade.

Hoje em dia, indicadores como: o número de equipamentos desportivos colectivos ao dispôr da população, o tipo e a qualidade desses espaços, as áreas de espaços verdes, as taxas de prática desportiva, o número de eventos desportivos promovidos, etc., são cada vez mais utilizados na definição da qualidade de vida dos cidadãos.

A defesa de um conjunto de valores universais, como sejam: o direito à diferença, o respeito pelo próximo, pela natureza e pela cultura, a preservação das minorias, etc., deverá ser outra das grandes preocupações do processo de desenvolvimento do desporto moderno.

Desenvolver não significa só fazer muito num determinado período, de uma forma automática e estandardizada. Desenvolver é mais do que isso. É ter capacidade de ver longe, é ser inovador e criativo na procura de respostas às questões colocadas. É ser enérgico e corajoso, partindo de ideias concretas no sentido de idealizar projectos que tenham as pessoas e o seu desenvolvimento pessoal como alvo principal. É ser capaz de afectar os recursos humanos necessários e de motivar equipas, melhorando os processos de comunicação e colaboração entre as unidades, tornando o clima organizacional mais atractivo.

No plano legislativo, não nos podemos esquecer ainda que, associado ao conceito de desenvolvimento, está o direito dos consumidores à qualidade dos bens e serviços, isto é, à protecção da sua saúde e segurança. Este direito, expresso na própria Constituição Portuguesa (Artº 60º, nº 1), e na Lei de Defesa do Consumidor (Artº 4º, nº 1), tem reflexos no próprio desporto, entendido como um conjunto de serviços que são postos ao dispôr da comunidade.

Embora o conceito de qualidade de um bem ou serviço possa ser extremamente complexo e ambíguo, não existindo, muitas vezes, indicadores objectivos para distinguir os seus vários níveis, poderíamos defini-la, de acordo com a E.O.Q.C. (Organização Europeia para a Qualidade e Certificação) como a “totalidade das características de um produto ou serviço que determinam a sua aptidão para satisfazer uma dada necessidade” ou de acordo com o ISO 9000, como “os aspectos que podem ajudar (...) a satisfazer consistentemente as exigências dos clientes”. Poderemos considerar ainda a qualidade como uma “propriedade ou condição natural das pessoas (...) pela qual se distinguem de outras” (Grande Dicionário da Língua Portuguesa, Ediclube, 1990).

O grau de satisfação que a prestação de um serviço desportivo faculta ao seu consumidor é normalmente o critério utilizado na definição da sua boa ou má

qualidade. Só que o julgamento favorável ou desfavorável sobre o serviço prestado só é feito à posteriori, pelo que se torna necessário assegurar os mecanismos que garantam, à partida, essa qualidade, de modo a não pôr em risco a segurança e a saúde dos praticantes. A estratégia orientada para o cliente requer excelência de serviços a todos os níveis.

Sob este ponto de vista, R. Howe (1995) define qualidade como “a melhoria de processos e procedimentos internos com a finalidade de satisfazer as necessidades do cliente”.

A qualidade dos serviços desportivos pode, assim, ser entendida sob duas grandes perspectivas: na perspectiva da satisfação do praticante e na perspectiva dos processos desenvolvidos no interior da organização, aqui entendida como uma unidade social, planeada e desenvolvida de acordo com determinados objectivos.

De acordo com T. Levitt¹⁹ (1986), a satisfação das necessidades do cliente deve basear-se na resposta a quatro perguntas:

- Quem é o cliente?
- Quais são as suas necessidades e expectativas?
- Que devemos fazer para cumprir com os seus requisitos?
- Que devemos fazer para superar as suas expectativas?

Só que temos que ter em atenção que a satisfação é um estado a curto prazo, que responde às necessidades imediatas do cliente. Também no desporto, as actividades que satisfazem hoje os praticantes, poderão já não satisfazê-lo amanhã. Os padrões de prática desportiva que eram adequados quando foram

¹⁹ Professor da Harvard Business School.

estabelecidos, podem tornar-se rapidamente obsoletos. Daí que a busca da qualidade deva ser um processo contínuo.

A qualidade dos serviços no desporto terá que assumir um âmbito pluridisciplinar em que participem todos os agentes nele envolvidos: os dirigentes, os treinadores e os próprios praticantes em termos individuais, bem como o movimento associativo, as classes sociais ou profissionais e a Administração Pública.

Para além da regulamentação específica, é indispensável um sistema de controle, vigilância e inspecção efectivos. É necessário que todos estejam comprometidos no processo, com níveis de comunicação e confiança elevados entre as diferentes estruturas hierárquicas, elevada capacidade de liderança ao nível da gestão de recursos humanos e de competência profissional, no sentido de se atingirem objectivos que são comuns.

Joseph Juran (1996), o “mestre da qualidade”, em entrevista á *Executive Digest*, diz-nos que, se o século XX foi o século da produtividade, o século XXI será o da qualidade. Segundo o autor, as resistências culturais à mudança são o principal obstáculo à melhoria da qualidade. Esta só se consegue aceitando a mudança, aprendendo a fazer bem e desenvolvendo o espírito de equipa, criando um ambiente agradável dentro da organização.

Os consumidores de bens ou serviços são cada vez mais exigentes pelo que a qualidade tem que ser uma meta a atingir. A qualidade não é um luxo. É antes de mais uma exigência e uma necessidade do consumidor e da sociedade contemporânea.

A melhoria dos serviços desportivos implica criatividade e inovação por parte de quem tem a responsabilidade de planeá-los, pô-los em prática, avaliá-los e

corrigi-los. A qualidade não tem limites porque a criatividade do homem é infinita.

Os bens e os serviços desportivos que os clubes e as instituições oferecem, os agentes nele envolvidos, as actividades desenvolvidas bem como o conjunto de representações e símbolos que as enquadram e a informação por eles gerada deverão, como elementos constituintes de um todo, permitir às comunidades residentes num país, numa região ou numa localidade, um maior leque de escolha das actividades físicas que farão parte da sua cultura.

O sistema desportivo deverá ser organizado de modo a evitar a exclusão dos que foram vencidos ou nem sequer tiveram acesso, potenciando os subsistemas que permitam aos cidadãos o acesso a um desporto à sua medida.

No fundo, a qualidade dos serviços desportivos implica o seu fornecimento na diversidade e quantidade certa e a um preço justo e acessível à bolsa dos cidadãos.

O desenvolvimento do desporto tem de ser entendido no contexto social e económico em que as práticas desportivas se desenvolvem. Muitas vezes esquecemo-nos que o desporto está envolvido numa memória e numa cultura que não pode ser ignorada nem esquecida. Claro que o futuro se organiza a partir da prospectiva, mas também é verdade que quando pretendemos organizá-lo é importante que se compreenda o que aconteceu anteriormente. Só conhecendo o que aconteceu e o que presumivelmente acontecerá, conseguiremos compreender o que está a mudar e o que é necessário transformar.

De acordo com G. Pires (1995), existem três atitudes que as pessoas, e através delas as organizações, podem ter em relação ao planeamento do futuro, isto é, em relação à sua organização e previsão:

- Esperar que as coisas aconteçam para depois reagir: esta é uma tarefa extremamente arriscada e inútil, pois limitamo-nos a correr atrás dos acontecimentos.
- Prever os acontecimentos para preparar a resposta certa antes dos acontecimentos surgirem: pode não significar nenhuma utilidade, pois geralmente não somos capazes de reagir em tempo real, sendo ultrapassados pelos próprios acontecimentos.
- Engendrar as condições para a construção e organização do futuro, segundo os seus próprios desejos: partindo da ideia que o futuro já está entre nós, só nos resta fazer com que ele aconteça, utilizando os instrumentos e as estratégias apropriadas e desenvolvendo os projectos adequados à mudança que se quer desencadear.

De acordo com o autor, “a necessidade de controlar o futuro passa por haver capacidade de, através do planeamento e gestão de projectos, desencadear o acontecimento do futuro que se deseja. Isto porque, mais importante do que ter as respostas ajustadas ao futuro que há-de vir, é fazer com que o futuro que há-de vir, aconteça, de acordo com aquilo que hoje, formos capazes de projectar e planear”.

Para que isso aconteça, é necessário termos recursos humanos com capacidade, ao nível do conhecimento e do seu estatuto profissional, para poderem desencadear os processos de gestão e organização do desporto com elevados

níveis de qualidade. É necessário correr riscos e arriscar a construção do futuro. “Mais vale termos uma ideia ainda que imprecisa sobre a organização que desejamos para o futuro, a não termos ideia nenhuma” (G. Pires, 1995). “É melhor fracassar e entender porquê, do que ter êxito sem compreendê-lo” (R. Howe, 1995).

O desenvolvimento do desporto ou do nível desportivo, na terminologia de Castejon Paz (1973), permite-nos uma visão global do mundo do desporto, relacionando o número de praticantes desportivos de base com o número de praticantes de elite, que se constituem, em última análise, como um índice fiel do que se passa no mundo do desporto num determinado país ou região.

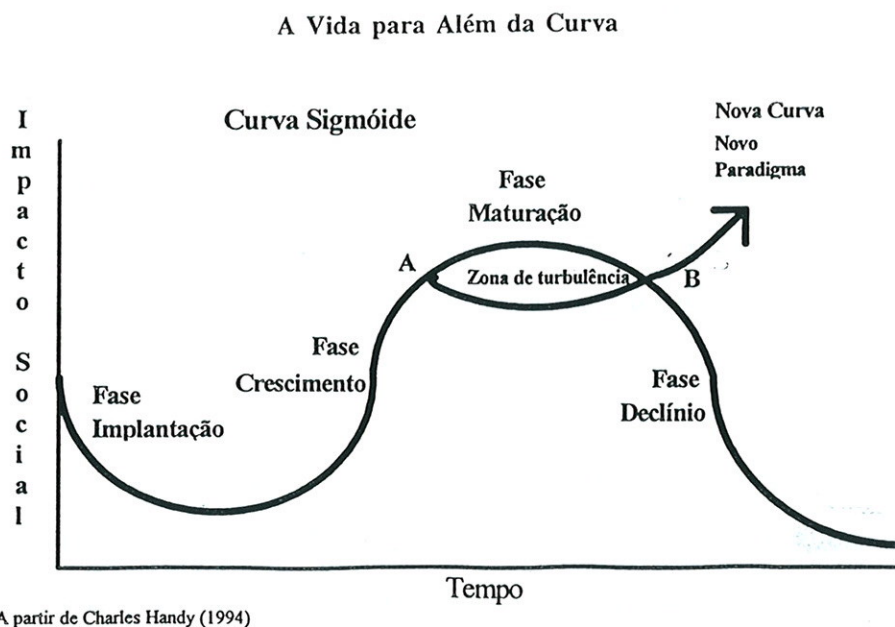
Para além desta visão estratégica de conjunto, no que diz respeito à relação entre a generalização da prática desportiva e a elite de praticantes, o desenvolvimento do desporto deverá ainda permitir uma coordenação eficaz entre as diferentes categorias de objectivos, possibilitar a comparação entre diferentes políticas desportivas e a integração da política de desenvolvimento do desporto na política de desenvolvimento global.

O desporto, como actividade social de inegável importância, não é imutável. A sua dinâmica de desenvolvimento obedece a determinada forma, tendo em atenção diversos conteúdos que permitem conhecê-lo melhor e os factores (instrumentos e técnicas) que determinam cada uma das suas fases de transformação. É isso que têm feito diversos autores que se têm dedicado ao estudo e à investigação dos processos de mudança social e aos próprios processos de desenvolvimento do desporto.

2.3.3.1 As Formas

As formas, isto é, o desenho a partir do qual as mudanças acontecem, têm sido abordadas por vários autores. O autor que, de uma forma mais simples, descreve a maneira como se desencadeiam as mudanças, é Charles Handy (1994), através da sua “Teoria da Curva Sigmóide”.

Na linha de Thomas Kuhn (1970) que considera que o desenvolvimento obedece a um processo em três fases: (1) ciência normal; (2) revolução; (3) nova ciência normal, Charles Handy (1994) explica-o recorrendo à metáfora da vida: nascemos, crescemos, desenvolvemo-nos, entramos em declínio e, finalmente, morremos. A forma como tudo isto acontece assemelha-se a uma curva em (S) a que Handy chama: “Teoria da Curva Sigmóide”.



Segundo esta teoria, a sequência é válida não só em relação às pessoas, mas também em relação às ideias, às organizações e até às próprias civilizações.

As organizações só conseguem sobreviver enquanto respondem às necessidades sociais. Quando isso não acontece, cria-se uma “zona de turbulência” ou de “crise de paradigma”, isto é, uma zona onde começam a ser detectadas algumas anomalias. As teorias até então aceites entram em contradição e, embora não sejam abruptamente postas de lado, já não são assumidas de uma forma tão clara.

A “zona de turbulência” é caracterizada por ser uma fase onde o paradigma velho já não responde a todas as necessidades, mas o novo também não possui todas as soluções. É uma zona onde o sistema se aproxima do ponto de ruptura e é necessário reiniciar um novo ciclo.

Quando começamos a correr atrás dos acontecimentos, tentando controlá-los, o melhor é parar, reflectir e reequacionar tudo de novo. Só compreendendo o que está a acontecer e a falhar é que poderemos começar novamente a perspectivar uma dada realidade em termos de uma nova organização do futuro.

Assim, a nova curva sigmóide tem que se iniciar antes do sistema entrar em decadência, isto é, antes de iniciar a sua curva descendente em direcção à morte. Ela tem que iniciar-se quando tudo ainda está bem (ponto A da curva), pelo que é necessário uma grande capacidade de antecipação, de prever o futuro, de arriscar a mudança enquanto há energia para tal.

Só que, de acordo com G. Pires (1995), descobrir o momento exacto para iniciar essa mudança é a operação mais difícil. Só alguns o conseguem fazer. Aqueles que têm capacidade de ver primeiro e mais longe que os outros.

Normalmente é aqui que encontramos as maiores resistências à mudança uma vez que, como as pessoas e as organizações se encontram comodamente instaladas, acabam por adormecer, perdem a visão de futuro e nada fazem no

sentido de prepará-lo. Quando acordam, já estão perdidas no ponto B da curva, o desastre está à vista e nada há a fazer ou a mudança é muito difícil e exige esforços consideráveis no sentido de encontrar o caminho certo e devolver eficácia e eficiência ao sistema.

É isso que está a acontecer, por exemplo, à Educação Física, na sequência do que já aconteceu a outras actividades humanas, profissões e, até mesmo, organizações.

Outro dos autores que tem vindo a abordar a problemática do desenvolvimento sob o ponto de vista da sua forma é Alvin Toffler (1968). De acordo com o autor, a mudança social que tem vindo a acontecer ao longo dos tempos assume a forma de vagas ou sigmóides. Cada uma dessas vagas ou sigmóides apresenta determinados conteúdos que as caracterizam.

2.3.3.2 Os Conteúdos

Hoje vivemos um tempo de agitação e turbulência, instável e aleatório, onde “só a mudança é imutável” (G. Pires, 1995). Em relação à evolução do Desporto, verificamos que ele tem estado sempre ligado à evolução da própria sociedade e às suas grandes transformações em termos de tecnologia e avanços do conhecimento científico.

Os diversos autores que se têm dedicado a esta problemática, citados por G. Pires (1995), consideram a existência de duas tendências: uma centrada nos problemas das pessoas e outra na maneira como a sociedade está a ser organizada.

De acordo com a concordância de vários autores, poderemos sintetizar os diversos conteúdos da mudança social, em dez categorias:

- Demografia: a explosão demográfica tem causado alguns problemas à escala mundial, nomeadamente no que diz respeito à qualidade de vida das populações. Apesar do aumento da população, esta tem vindo a envelhecer e a juventude tem tendência para se fixar nas zonas mais desenvolvidas e nos países mais industrializados, o que levanta alguns problemas ao nível da coesão social que se pretende à escala mundial.

- Comunicação: os novos sistemas de comunicação transformaram o planeta num sistema global. As novas tecnologias de informação permitem a participação das pessoas à escala mundial. A sociedade industrial deu lugar a uma sociedade baseada na informação.

- Globalização: os sistemas de comunicação referidos anteriormente vão alterar todo o tipo de relações entre as pessoas. Os aspectos legais, económicos e financeiros vão ser tratados à escala mundial.

- Tecnologia: a sociedade industrial orientada para os produtos vira-se, cada vez mais, para as pessoas. Paralelamente, a tecnologia de ponta é cada vez mais desenvolvida tornando-se mais eficaz no sentido da resolução dos problemas da sociedade.

- Organização social: as organizações têm vindo a mudar os seus processos de gestão. Tem-se passado de uma democracia representativa para uma democracia participativa, de escolhas simples para múltiplas opções, onde a mulher assume, cada vez mais, funções importantes no mundo do trabalho. As estruturas hierárquicas começam a ser substituídas pelo trabalho em rede.

- Ambiente: a defesa do meio ambiente começa a ser encarada como uma garantia indispensável à preservação da vida e à segurança das populações.

- Economia social: tem-se passado de uma economia local para uma economia global. Os ricos são cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres. Vivemos numa sociedade virada para o consumo, onde o marketing assume uma grande importância, pela agressividade que coloca na relação produto – pessoa. As empresas multinacionais desenvolvem-se cada vez mais para além do estado / nação e os negócios ao nível da saúde, do envelhecimento, do entretenimento, são cada vez maiores. A economia mundial desloca-se igualmente de Norte para Sul. Os problemas relacionados com a defesa do consumidor assumem cada vez maior importância.

- Descentralização: a centralização das decisões da sociedade industrial tem vindo a desaparecer. As populações exigem cada vez mais participar nas decisões que lhe dizem respeito.

- Planeamento: tem-se passado do planeamento a curto prazo, para uma visão estratégica de futuro no que diz respeito à escolha das práticas, dos seus locais de realização, das suas formas, etc. A massificação dá lugar ao individualismo.

- Formação e emprego: a explosão demográfica e o desenvolvimento tecnológico, económico e dos sistemas de comunicação, associados a novas formas de organização social, vão provocar problemas ao nível da formação e do emprego das populações.

Estes indicadores de mudança poderão igualmente ser aplicados ao desporto no sentido de projectarmos o futuro ou organizar o presente em função do que

prevemos e pretendemos venha a acontecer. São estas as linhas estratégicas que na linha de A. Toffler, G. Pires (1995) apelida de desporto da terceira vaga:

- Demografia: estamos a passar de um desporto para alguns para um desporto para muitos. O número de praticantes do modelo federado tem vindo a diminuir. Em contrapartida, o número de pessoas a praticar desporto de forma individualizada, numa perspectiva de lazer, tem vindo a aumentar a par das múltiplas opções que são proporcionadas em termos de oferta desportiva.

- Comunicação: também o desporto industrial dá lugar a um desporto de informação. O desporto está na televisão e na internet. As estruturas hierárquicas são substituídas pelas estruturas de informação em rede. O poder é cada vez mais partilhado por uma série de novas organizações em função das lógicas de informação que são capazes de gerar.

- Globalização: o desporto nacional passa a ser tratado a nível mundial. As grandes decisões são tomadas cada vez mais por instâncias supranacionais.

- Tecnologia: estamos a passar de um desporto corporal e educativo para um desporto social e económico. Se por um lado o treino desportivo é cada vez mais sofisticado e complexo, por outro lado os materiais desportivos do desporto espectáculo são cada vez mais utilizados para actividades de lazer e recreação. A par destas transformações, o número de profissões ligadas ao desporto tem vindo a aumentar não só no que diz directamente respeito à sua prática, mas também de apoio (material desportivo, comunicação social, construção e manutenção de instalações, alimentação, medicina, policiamento, transportes, etc.).

- Organização social: passa-se de um desporto fechado para um desporto aberto. O ecletismo e as grandes organizações tendem a desaparecer e a solução

passa pela criação de organizações mais pequenas e flexíveis, de múltiplas opções de acordo com a população – alvo a que se destina, com uma grande descentralização de funções e liberdade de agir.

- Ambiente: o desporto de natureza (praticado ao ar livre) dá lugar a um desporto ecológico. A preservação da natureza assume um papel privilegiado numa fase em que se dá particular importância à preservação da vida e onde a sua segurança começa a estar em causa devido a catástrofes naturais causadas, indirectamente, pela negligência humana.

- Economia social: o desporto de escolha simples é rendido pelo desporto de múltiplas opções. O aumento do tempo livre e os novos padrões culturais relacionados com o lazer e a prática desportiva têm vindo a tornar cada vez mais complexas as organizações que se dedicam ao fenómeno, uma vez que são procuradas por um número superior de pessoas em relação ao passado. O desporto de rendimento / competição, cada vez mais profissionalizado, tende a ser substituído por um desporto de aventura, em contacto com a natureza, onde se obtenha prazer.

- Descentralização: o desporto descentralizado substitui o desporto centralizado. Os interesses e a organização de actividades começam a deslocar-se dos centros para as periferias.

- Planeamento: passam-se dos projectos a curto prazo para os projectos a longo prazo. O amadorismo que caracteriza a classe dirigente não permite planear a longo prazo, ou seja, não permite ver longe. Daí que, cada vez mais se apregoe a necessidade de profissionalismo junto dos dirigentes desportivos.

- Formação e emprego: o desporto necessita de quadros técnicos cada vez mais especializados. Os interesses de ordem económica não se compadecem de amadorismos e falta de formação específica em áreas vitais ao desenvolvimento desportivo. A profissionalização e a criação de novas profissões são vitais não só ao combate ao desemprego mas na melhoria da qualidade de vida das populações.

2.3.3.3 Os Factores

Os factores da mudança social representam os instrumentos de transformação e progresso, sendo também designados por alguns autores como factores de desenvolvimento.

Segundo A. Toffler (1968), a sociedade industrial a que ele designa de “segunda vaga” era caracterizada por seis princípios que afectavam todos os aspectos da vida:

- Concentração: de pessoas e recursos. Embora a concentração tenha sido um factor fundamental na criação de um ambiente propício à organização de actividades, encarregou-se igualmente de começar a destruí-las, criando-lhes graves problemas. A criação de assimetrias, cada vez mais acentuadas entre regiões, foi o corolário lógico deste factor.

- Centralização: de poder, de comando e de informação. As periferias e as minorias foram discriminadas por dirigentes e políticos com pouca formação ou sem capacidade para promover o desenvolvimento social, económico e político.

- Especialização de funções: determina o grau de divisão do trabalho e estabelece as diferenças em termos dos seus processos. Este factor levou à desumanização completa, ao profissionalismo, no sentido de resolver os problemas da época.

- Estandardização dos processos de trabalho: este factor, que está intimamente relacionado com o anterior, fez com que o pensamento e o raciocínio deixassem de ser importantes. O que era necessário era criar padrões em termos de pesos, medidas, salários, horas de trabalho e repouso, férias, currículos, etc.

- Maximização: colocou a quantidade acima da qualidade, apesar dos problemas que as grandes organizações provocavam pela sua elevada complexidade (sistemas de comunicação, burocracias, etc.).

- Sincronização: os elementos deviam estar em interacção dinâmica e coordenados com vista a atingirem um determinado fim. Os horários, os calendários, os ciclos estavam perfeitamente definidos e articulados ao nível das organizações.

As organizações desportivas não fogem a estes factores de desenvolvimento. Com efeito, embora o desporto moderno decorra das antigas formas ludico-desportivas, difere delas na medida em que também é fortemente concentrado, centralizado, especializado, estandardizado e sincronizado com vista à sua maximização (quantificação).

O desenvolvimento do desporto, e da sociedade em geral, passa por criarmos soluções alternativas uma vez que estes factores já não respondem às necessidades actuais.

Os factores de desenvolvimento do desporto podem ser definidos como “o conjunto das actividades que, combinadas em programas, tendem a desenvolver os diversos elementos da situação e a melhorar assim, directa ou indirectamente, o nível desportivo existente” (Castejon Paz, 1973). G. Pires (1990) define-os como “o conjunto dos agentes, dos meios e dos instrumentos que possibilitam o processo de desenvolvimento do desporto”. Para este autor, “os factores devem combinar-se entre si (...) de modo a complementarem-se e, deste modo”, (...) produzirem (...) “um efeito sinérgico”.

G. Pires (1989) considera que o desenvolvimento de um sistema desportivo depende de vários factores, que o autor sistematiza em doze categorias:

- Orgânica: conjunto de organismos que enquadram, animam e configuram o sistema desportivo.

- Formação: processo de transmissão / aquisição de conhecimentos com o objectivo de melhorar a intervenção dos diversos agentes no sistema desportivo.

- Documentação: literatura que aborda os diferentes aspectos da problemática desportiva.

- Informação: processo através do qual o interesse e o significado desportivo circulam entre os diversos intervenientes no seu processo.

- Instalações: conjunto de infra-estruturas desportivas construídas para a sua prática, incluindo instalações de apoio e locais reservados para os espectadores e, eventualmente, espaços naturais utilizados de forma continuada pelas populações, desde que possuam estruturas de apoio, mesmo que mínimas.

- Apetrechamento: equipamentos de natureza colectiva ou individual, necessários à prática desportiva.

- Recursos humanos: indivíduos que intervêm e animam o desenvolvimento desportivo (praticantes, técnicos, dirigentes, espectadores, árbitros, etc.).

- Financiamentos: processo através do qual os diversos sectores do sistema desportivo obtêm os recursos monetários necessários ao desenvolvimento das suas práticas.

- Normativo: conjunto de leis que enquadram e regulamentam o sistema desportivo.

- Gestão: conjunto de instrumentos pelos quais os meios são organizados e desenvolvidos de modo a rentabilizar, em tempo real, os recursos financeiros, materiais e, sobretudo, humanos do sistema desportivo.

- Marketing: relações que se estabelecem com a sociedade no sentido de tornar o desporto conhecido e divulgar as suas características, objectivos e benefícios para a população, no sentido de ir ao encontro das suas necessidades com eficiência e eficácia.

- Actividades: conjunto de acções motoras condicionadas e determinadas socialmente, organizadas sob a forma de modalidades desportivas com diversas formas de organização e com diferentes objectivos de acordo com os grupos a que se dirigem e as suas etapas de desenvolvimento.

Os processos de mudança e desenvolvimento do desporto passam pela construção de programas e projectos onde estes factores estejam devidamente articulados entre si.

2.4 Políticas de Desenvolvimento Desportivo

Nos tempos actuais, os Governos da generalidade dos países reconhecem que o desporto, tal como a saúde, a educação ou a segurança social, constituem um direito cuja satisfação deve ser assegurada pelo Estado, numa sociedade onde são grandes e diversas as disparidades sociais. Os critérios de eficiência da intervenção do Estado são, pois, um factor fundamental a conhecer e desenvolver.

O desporto, qualquer que seja a sua área de desenvolvimento ou o seu sector de prática, tem que ser um instrumento ao serviço da política, seja ela económica, social, de lazer e recreação, de cultura, de educação, de turismo, etc. O desporto tem que estar ao serviço dos jovens. Não podem ser estes os instrumentos da política desportiva.

Nos nossos dias, a modificação das estruturas do mundo do trabalho, alterou as estruturas do tempo livre. O decréscimo dos horários de trabalho, o aumento do sector dos serviços, o aparecimento de novas profissões, o aumento do número de mulheres na vida activa, os novos hábitos recreativos, o acesso a um cada vez maior número de actividades de lazer, têm incidência não só no mundo do trabalho, como nas actividades de tempo livre. Mas, mais tempo livre não significa, imediatamente, mais tempo de lazer e, conseqüentemente, mais tempo de acesso à cultura e ao desporto.

Deste modo, o desporto não pode ser visto unicamente através da sua perspectiva formal, com expressão máxima na alta competição e no espectáculo. A Administração Pública não pode esquecer o desporto que se pratica em estreita relação com as áreas de cariz profissional, educacional, recreacional ou relativas à saúde das populações.

Na definição das políticas de desenvolvimento desportivo há que ter a capacidade de compreender o que está a mudar para se poder construir o futuro. O presente só faz sentido se o utilizarmos como oportunidade de construção do futuro. É isso que compete aos governantes e aos dirigentes desportivos. Eles têm que ter a capacidade de ver longe para que o futuro não fique comprometido e não se caia na desorganização e na anarquia.

O desporto e, conseqüentemente, as modalidades desportivas, as práticas corporais e os paradigmas a ele associados, transformam-se rapidamente. As decisões que se tomam hoje, cujas implicações só se reflectem anos depois, correm o risco de, nessa altura, já não responderem aos anseios de então.

O aparecimento de novos desportos, fruto de novas maneiras de estar, terá concerta implicações nas estratégias de aplicação das políticas de desenvolvimento desportivo e, naturalmente, na gestão e organização dos clubes, associações ou outros organismos a ele ligados.

As dificuldades de prever o que acontecerá no futuro, neste mundo em mudança, faz com que cada vez mais os planeamentos a longo prazo sejam substituídos pelos de curto alcance. As ameaças e oportunidades parcialmente previsíveis dão cada vez mais lugar a surpresas imprevisíveis.

Tal como as grandes empresas estão a abandonar o planeamento estratégico substituindo-o pela capacidade de se adaptar instantaneamente a todas as situações²⁰, também o desporto deverá ter capacidade para o fazer. As organizações desportivas terão que ser capazes de, em qualquer situação, boa ou adversa, se adaptarem às exigências dos nossos dias. Isso exige dirigentes e técnicos dinâmicos, flexíveis, rápidos a tomar decisões e a agir, desempenhando, em simultâneo, vários papéis, tais como os de:

- Operacional: ter uma forte interacção com os praticantes, estando preparado para lidar com desafios inesperados.
- Estratego: participar na definição de objectivos estratégicos, acompanhando as tendências do desporto moderno, tendo consciência do modo como as suas acções e decisões podem afectar as populações.
- Decisor: identificar e responder em tempo útil às exigências dos praticantes.
- Gestor: corrigir e melhorar o seu comportamento e o dos seus colegas. Conseguir os apoios e os orçamentos necessários para implementar as suas ideias.
- Responsável: responsabilizar-se pelo sucesso ou insucesso da organização. Ter os seus direitos, mas assumir também os seus deveres dentro da sua instituição.
- Estudante: estar constantemente num processo de formação, adquirindo novos conhecimentos e novas habilidades.

²⁰ Michael Fradette e Steve Michaud (1999) chamam-nas empresas camaleão.

- Criativo e inovador: encontrar sempre novas formas de melhorar as suas acções, sozinho ou em equipa.
- Trabalhador em rede: cultivar relações e partilhar conhecimentos e experiências com outras pessoas, dentro e fora da sua organização. Colaborar com os colegas no sentido de criar novas estratégias e actividades.
- Líder: promover os objectivos da organização dentro de elevados valores éticos e morais. Servir de modelo e de fonte de inspiração aos praticantes. Conseguir impôr as suas ideias com tenacidade e coragem, mesmo em condições adversas.

A definição de qualquer política desportiva, diga ela respeito a um país, uma região ou uma localidade, estará sempre em conformidade com a dimensão e a importância dada ao desporto e à formação cultural, política e desportiva dos seus dirigentes.

Embora a integração e a articulação de todos os factores de desenvolvimento do desporto, abordados anteriormente, seja fundamental, a formação dos agentes desportivos e, principalmente, dos seus dirigentes, deve ser prioritária na definição de qualquer política desportiva. Sem resolvermos estes problemas, dificilmente conseguiremos elevar o nível desportivo nacional, regional ou local.

A criação de escolas de formação para dirigentes e de estruturas hierárquicas de progressão dentro das organizações desportivas é fundamental ao desenvolvimento do desporto. Sem dirigentes capazes, dificilmente poderemos ter um desporto capaz.

Os dirigentes têm que ter capacidade para anteciparem os problemas, tomando as decisões certas no tempo certo. Para isso, é necessário possuírem formação adequada e exercerem as suas funções com profissionalismo. O desporto actual, onde os interesses económicos ultrapassam o que poderíamos imaginar há uns anos atrás, não pode continuar na mão de amadores que não conseguem nem têm tempo para tomar as decisões correctas em tempo útil. “Nas condições actuais, não são os grandes que «comem» os pequenos, mas sim os velozes que «comem» os lentos” (F. L. Santos, 1992).

Segundo Hammel & Prahalad (1994), os dirigentes, os técnicos ou políticos não gastam mais de 3% do seu tempo a organizarem o futuro, quando deveriam utilizar 20% a 50% do seu tempo em trabalho de planeamento, de modo a garantirem a transformação das respectivas organizações e sistemas.

A gestão do desporto, à semelhança do que acontece na sociedade industrial, tem vindo a especializar-se. Aparecem-nos cada vez mais diferentes ligações às organizações desportivas como sejam: os directores desportivos dos clubes, secretários técnicos ou directores para as relações internacionais; os directores técnicos de associações ou federações; os directores de serviços ou técnicos superiores ligados ao desporto de lazer e recreação, a nível nacional, regional ou local; os gestores de projectos desportivos; etc.

As competências do domínio organizacional não poderão ser esquecidas na formação de treinadores, como apelo ao trabalho em equipa. Não basta o saber técnico-pedagógico associado à ética e deontologia da sua função.

A escola é o espaço institucional onde se deve investir na construção do futuro, uma vez que é lá que estão os futuros agentes desportivos. O Desporto Escolar poderá ser um meio extremamente importante na formação dos futuros

praticantes, técnicos, dirigentes, árbitros, etc., em colaboração com a disciplina de Educação Física e com o movimento associativo federado.

A escola, como local de socialização da juventude, poderá ser o local privilegiado na criação de condições que sirvam para atenuar as desigualdades de acesso à prática desportiva, uma vez que tanto o Desporto Escolar como a Educação Física buscam a formação desportiva de todos e não só dos mais aptos.

Mas não pode ser uma escola parada no tempo, com características e valores ultrapassados. Tem que ser uma escola dinâmica com novas ideias, novas filosofias, novas realidades, onde a Educação Física e o Desporto Escolar sejam socialmente reconhecidos.

A criação de uma base ampla de praticantes e a sua formação para a vida, deverá ser uma forte preocupação da escola. A sedimentação de hábitos de higiene conducentes a uma boa condição física, a uma vida em saúde, com bem estar físico e psíquico e a promoção de estilos de vida saudáveis, não podem ser esquecidos.

Mas, o Desporto Escolar não pode ser visto como uma actividade meramente recreativa. A promoção da excelência dos resultados desportivos de alto nível e da conquista de medalhas poderá enquadrar-se igualmente nos seus objectivos. Assim o poder político o queira, conferindo-lhe o lugar certo na organização desportiva do futuro.

Aumentar o número de praticantes não chega. É necessário apostar também na qualidade da prática, através do desenvolvimento de novos modelos de competição, do fomento de novas modalidades desportivas, do aumento dos momentos de competição, da melhoria da organização dos quadros competitivos,

da cooperação com o sistema desportivo e as autarquias, da formação de docentes e discentes, do apoio a estudos e projectos de investigação nesta área.

Para isso, é necessário construirem-se projectos educativos interdisciplinares e participados, com actividades variadas destinadas principalmente aos escalões etários mais baixos, promovendo progressivamente a especialização à medida que avançamos pelos diferentes níveis de ensino, de acordo com as motivações de cada um. Se os espaços desportivos estão na escola, se os docentes mais qualificados estão (ou deveriam estar) na escola, se a rentabilização do tempo disponível para a prática desportiva poderá ser maior na escola, parece-nos que a criação de clubes desportivos escolares poderá ser uma boa estratégia, se não repetir os processos de selecção / exclusão do desporto federado.

A actividade desportiva é extremamente rica, ultrapassando, em muito, os interesses dos próprios atletas que realizam o espectáculo ou dos dirigentes que tomam as decisões. Essas decisões, em matéria de política desportiva, têm incidência na vida das pessoas, pelo que não podem ser tomadas de ânimo leve, por indivíduos sem qualquer preparação para o efeito.

Os ideais do Olimpismo, defendidos por Pierre de Coubertin, que defendem a colocação do desporto ao serviço do Homem, no sentido de melhorar a qualidade de vida das populações, não devem ser esquecidos na definição de qualquer política desportiva. O desporto deve estar acessível a todas as pessoas, tanto dos grandes centros populacionais como das periferias, independentemente da sua raça, idade, sexo, condição económica ou social, religião, condição física, etc., através da garantia dos equipamentos necessários à oferta dos bens e serviços desportivos, garantindo, assim, as suas necessidades de prática. O progresso das organizações desportivas passa por permitir que cada vez um maior número de pessoas possam desfrutar das suas vantagens.

As lógicas do passado concebidas para dar resposta exclusivamente às práticas centradas na competição e no rendimento, em que só alguns tinham acesso, ou as actuais, onde o desporto é estruturado numa perspectiva meramente economicista, têm que dar lugar a uma perspectiva baseada na generalização da prática desportiva onde se encontrem respostas ajustadas aos diversos segmentos etários e sociais do sistema desportivo. Um desporto reinventado a partir dos princípios que lhe deram origem: a convivência e solidariedade entre os homens, a formação cívica, o desenvolvimento harmonioso das capacidades físicas e motoras e, fundamentalmente, o desenvolvimento cultural dos jovens

A esta nova realidade têm que se adaptar os clubes desportivos. As novas motivações, os novos modelos e concepções da prática desportiva obrigam a que, na perspectiva de Jorge Bento (1991), os clubes desportivos tenham que mudar, se quiserem sobreviver. O movimento associativo tem que se adaptar aos novos desafios do desporto, promovendo a qualidade dos seus serviços através de novas actividades e novas formas de organização. Só assim os clubes poderão prolongar a sua existência para além do presente.

Se, por um lado, é verdade que os aspectos competitivos do desporto poderão ser um excelente instrumento de educação, por outro lado, não poderemos esquecer a sua dimensão humana e as suas dinâmicas éticas e educativas. No que diz respeito à generalização da prática desportiva e aos seus conteúdos educativos, estamos em crer que só apostando num Desporto Escolar forte poderemos atingir tal desiderato.

Não temos que fazer desporto todos da mesma maneira. Temos é que encontrar soluções para proporcionar prática desportiva à medida dos desejos, necessidades e aptidões de cada um. O jovem que quer praticar desporto federado é diferente

daquele que o quer fazer na escola, com os seus amigos, a sua turma, os seus tempos.

Os conceitos de Educação Física e de Desporto e os instrumentos que lhes serviram de análise estão a ser reequacionados por todo o mundo, por muito que custe a alguns saudosistas.

O desporto como prática dirigida ao espectáculo e ao profissionalismo é importante, mas responde cada vez mais a um número limitado de pessoas. Outras formas de organização começam a ganhar espaço, nomeadamente as relacionadas com as práticas em grandes espaços e ao usufruto da natureza. A ideia de saúde, de corpo em forma, de aventura, de risco, de descoberta de novas experiências, de competição à sua medida, começa a ganhar cada vez mais espaço dentro da nossa sociedade e no Sistema Desportivo. O campo, a montanha, o mar, os rios, são cada vez mais procurados.

Embora o espírito de aventura encontre as suas origens nos tempos mais remotos, esta nova maneira de encarar o desporto, começou na década de 60 com o aparecimento do movimento do desporto para todos na Europa. O conceito de desporto alargou o seu âmbito de intervenção e abrangência a mais actividades e formas de as praticar (Clayes, s/d). De acordo com Lamartine Costa (1968), as mudanças mais visíveis que se registaram nesta altura foram o aparecimento de mais lazer em vez de resultados de alto nível. Os cidadãos libertaram-se da necessidade de estarem vinculados a clubes desportivos e à institucionalização que eles obrigavam, para passarem a participar e a ter direito a práticas sem os regimes de continuidade a que anteriormente eram obrigados. Desejam rever-se nos campeões e nos seus feitos, mas viver as emoções dos praticantes de alta competição a uma escala menor, num regime de livre escolha e de prática de mais modalidades.

G. Pires (1994) considera que, ao período da massificação acéfala da prática desportiva (anos 60), onde o desporto assumia o mesmo espírito, os mesmos critérios e os mesmos objectivos do trabalho, sucedeu-lhe o período da qualidade (década de 70). Já não bastava fazer, era necessário fazer bem. Os anos 80 foram os da variedade, com práticas dirigidas a segmentos específicos da sociedade, com necessidades e sentimentos diferenciados e os anos 90 os da novidade, com o aparecimento de novas formas de ver e entender o desporto, diferentes das tradicionais que nos foram legadas pela sociedade industrial.

O objectivo final de qualquer política desportiva deverá ser o de aumentar o número de praticantes. Esse aumento tem vindo a ser defendido por diferentes personalidades segundo duas perspectivas: as políticas desportivas direccionadas para as elites e as políticas desportivas de base ou de desporto para todos. Na linha de Taylor, o grande número de pessoas que praticam desporto através da promoção de políticas desportivas de base, vai repercutir-se no topo da pirâmide, originando uma diferenciação progressiva ao nível da prestação desportiva, provocando, assim, o aparecimento de melhores praticantes. Por outro lado, as políticas vocacionadas para a formação de elites também poderão originar o aumento do número de praticantes que aderem e compartilham a prática desportiva do atleta de alto nível com quem se revêm e identificam. Esta é uma visão de cima para baixo, na linha dos princípios defendidos por Fayol.

Em nossa opinião, iniciando o processo de desenvolvimento por um lado ou por outro, mais tarde ou mais cedo, vamos atingir os nossos objectivos de aumentar o número de pessoas a praticar desporto. O que é necessário é que começando pelas elites, não se esqueçam as bases e, começando pelas bases, não se esqueçam as elites. Para além disso, essas políticas devem assentar em projectos de continuidade, credíveis, viáveis, que não sejam postos em causa, abandonados ou desvirtuados, tendo em atenção não só o número de praticantes mas também o

tipo de práticas, a qualidade da sua prestação e os benefícios que daí poderão advir.

A “busca da excitação”, para utilizarmos o termo de Norbert Elias (1985), é cada vez mais uma função do desporto. Ela é perseguida por aqueles que não conseguem no trabalho ou outras actividades da vida a satisfação desta necessidade. Os trabalhos pouco criativos e interessantes levam as pessoas a procurar na prática, no espectáculo desportivo e na própria violência, fontes de excitação que o progresso tecnológico lhes tirou. O desporto deixou de ser um instrumento de compensação do tempo de trabalho que a lógica organizacional da sociedade industrial lhe conferia, para passar a ser entendido como uma actividade humana com funções de equilíbrio psicossomático que o trabalho cumpria nesse período.

A definição de uma política desportiva deve ter em atenção a população-alvo a que se destina e o tipo de sociedade que se pretende construir. Para isso, é necessário saber para onde queremos ir e como lá chegar, isto é, que caminhos devemos escolher. A direcção a seguir, ou seja, os objectivos a atingir, mesmo que pouco definidos, são sempre melhores do que não ter objectivo nenhum.

A definição de modelos de intervenção e gestão é fundamental no sentido de aferir, em tempo real, a situação e o êxito das políticas desportivas em função dos objectivos. A sua construção passa por dispôr os recursos necessários em função dos objectivos que foram definidos, identificando os factores e as variáveis actuates, sabendo qual a contribuição que pretendemos para a situação ou fenómeno que se quer transformar ou modelar.

Para isso, há que procurar a informação necessária, no tempo e no espaço próprio, de modo a responder em tempo real às necessidades dos processos de

gestão, dos projectos e das políticas em curso. Trata-se de reunir todo o conhecimento sobre o contexto envolvente e organizá-lo num processo tendente à tomada de decisões (Mintzberg, 1979). É a organização prévia dos recursos informativos que irão permitir tomar decisões em termos de planeamento e responder às necessidades das populações destinatárias.

Toda a lógica de desenvolvimento do desporto centrada no apoio do Estado à promoção da prática desportiva, tem vindo a dar lugar a uma perspectiva centrada na delegação de responsabilidades no sector privado.

O Estado (Central ou Regional) deverá assumir um papel fundamental na correcção das assimetrias em termos de desenvolvimento desportivo e no planeamento e organização do futuro, de uma forma responsável, delegando no Associativismo Desportivo a resolução de certas questões, sem, no entanto, deixar de controlar as acções deste sector privado.

O Estado poderá e deverá transferir responsabilidades para a sociedade civil, mas, simultaneamente, assegurar-lhes os respectivos meios necessários ao desenvolvimento do desporto, fundamentalmente se esse país ou região não tem um tecido económico e empresarial capaz de apoiar e suportar o mundo do desporto.

Este aspecto é tanto mais importante quando estamos a falar de desporto para a generalidade da população (desporto de lazer / recreação, para trabalhadores, escolar, etc.). O desporto espectáculo, para além de ser muito mais caro, permite importantes retornos para as empresas que o apoiam, ao contrário de outros sectores desportivos. Hoje em dia, as empresas estão a ser muito mais rigorosas nos critérios que determinam o tipo de relação a estabelecer com o mundo do desporto. A inexistência de retornos significativos tem feito com que as empresas

se tornem muito mais exigentes em relação ao que esperam obter em troca dos seus apoios.

A recessão económica que se vive à escala mundial poderá influenciar cada vez mais os valores éticos e morais que deverão estar associados ao desporto, uma vez que este tem tendência a fazer todo o tipo de cedências ao mundo empresarial, sujeitando-se aos seus interesses. Assim sendo, a independência e a autonomia dos atletas e dos organismos desportivos poderão estar em causa.

Quando se fala da redução do Estado em matéria de desporto não se está a falar da sua desresponsabilização. O problema está em determinar a exacta medida da intervenção do Estado. O que se pretende é uma Administração Pública a funcionar cada vez melhor e a gastar menos. Para isso, é necessário uma inspecção e uma avaliação urgente do estado da Administração Pública Desportiva de forma a que sejam salvaguardados os recursos postos ao seu dispor pelos cidadãos.

Se por um lado não se pode defender a intervenção do Estado quando a sociedade civil tem capacidades e competências para resolver melhor os problemas, por outro, não poderemos querer que o Estado deixe para a sociedade civil aquilo que se sabe de antemão que ela não tem competência nem vocação para realizar.

Só com uma forte intervenção do Estado em alguma áreas do desenvolvimento do desporto poderão ser corrigidas algumas injustiças que fazem com que o sistema não funcione, muitas vezes, da melhor maneira. A sociedade civil já provou que, na maioria das vezes, não tem capacidade para desenvolver o desporto, umas vezes por incapacidade dos seus dirigentes, outras porque não lhes são proporcionados os meios necessários à prossecução dos seus objectivos.

Só pagando o custo do desporto, o Estado poderá daí retirar os consequentes benefícios marginais. Mas essa intervenção tem que ser feita de uma forma inteligente, privilegiando os aspectos qualitativos e não tanto os quantitativos monetários.

G. Pires (1994), define quatro critérios de intervenção do Estado no mundo do desporto:

- Quando o interesse de minorias com capacidade de reivindicação e organizadas em lobbies se esteja a sobrepôr aos interesses das maiorias sem capacidade reivindicativa.
- Quando a sociedade civil não responde, por incapacidade ou desinteresse, às necessidades sociais.
- Quando estiver em jogo a boa utilização de dinheiros públicos.
- Quando o prestígio e a dignidade Nacionais estiverem em causa.

2.4.1 Um Olhar pela Europa

A definição de políticas desportivas na Europa tem vindo a assumir particular importância a partir da década de 60, como podemos verificar através de diferentes textos adoptados pelo Comité de Ministros responsáveis pelo Desporto.

Na década de 60, já encontramos resoluções relacionados com a Educação Física e o Desporto e com o doping promovidas por esta organização.

Medicina desportiva e criação dos respectivos centros, higiene das instalações desportivas, políticas de desporto para todos, aplicação dos fundos do Conselho da Europa, áreas de cooperação desportiva, ética e problemas humanos associados ao desporto, tal como o doping, foram temas alvo de resoluções publicadas ao longo da década de 70.

Ao longo dos anos 80 as preocupações começaram também a centrar-se nas políticas de reabilitação das pessoas com deficiência; na transmissão televisiva dos espectáculos desportivos; nas actividades físicas de recreação e de protecção da natureza; na violência dos espectadores nos espectáculos desportivos, em especial nos jogos de futebol; na sponsorização do desporto; na participação das mulheres e dos imigrantes nas actividades desportivas; no papel do desporto nas depressões e no stress urbano bem como no desenvolvimento de grupos socialmente desfavorecidos e marginais; no impacto das tensões internacionais no desporto e das suas formas de contribuição para a paz; nos Jogos Olímpicos; nas mudanças económicas do desporto e nos novos parceiros a ele associados; nos perigos resultantes de algumas práticas desportivas, nomeadamente o boxe, etc.

Na década de 90, um conjunto de políticas desportivas têm sido postas em prática, consubstanciadas na organização de alguns eventos (mesas redondas, conferências, seminários, reuniões, foruns, etc.) e trabalhos de investigação (estudos e inquéritos) sobre as mais variadas áreas do desporto contemporâneo. Para além das descritas anteriormente, cujas preocupações, em alguns casos, já levam 30 anos, um conjunto de novas políticas parecem emergir. É o caso do espírito desportivo e da ética e tolerância associados ao desporto.

A Carta Europeia de Desporto para Todos (1975), na linha dos novos paradigmas associados ao conceito de desporto, traça-nos objectivos de funcionamento do

sistema em que a qualidade e a diversidade da oferta desportiva para todos os cidadãos estão presentes.

Para além de, no seu Artº I, definir que “todos têm direito à prática do desporto”, diz-nos ainda que “sendo um dos aspectos do desenvolvimento sócio-cultural, deve ser tratado, aos níveis local, regional e nacional, em conexão com outros domínios em que intervêm as decisões de política geral e de planificação: educação, saúde, assuntos sociais, administração do território, protecção da natureza, artes e lazeres” (Artº III).

No que diz respeito às instalações desportivas, o Artº VI refere que, uma vez que a “prática do desporto depende, além de outros factores, do número de instalações desportivas, da sua variedade e das possibilidades de acesso, a planificação global dessas instalações deve ser considerada como da alçada dos poderes públicos, deve ter em conta as necessidades locais, regionais e deve comportar medidas tendentes a assegurar a plena utilização dos equipamentos existentes”.

Quando fôr caso disso, devem ser tomadas medidas, incluindo legislativas, “para assegurar o acesso à Natureza e para a satisfação das actividades de lazer” (Artº VII).

Mas a Carta Europeia do Desporto (1992), para além de se preocupar com a educação física e as aptidões físicas de base bem como com as actividades físicas e recreativas, preocupa-se também com o desporto de rendimento, os níveis de excelência e, conseqüentemente, com o apoio ao desporto de alto nível e ao desporto profissional.

No caso do desporto de alta competição, alguns acontecimentos mais ou menos recentes têm dado uma imagem negativa do desporto como sejam: as inúmeras situações de doping no ciclismo (Tour de France 98 e Giro 99), a violência perpetrada por adeptos (“hooligans”) ingleses nas últimas grandes competições de futebol (Campeonato do Mundo - França 98 e Euro 2000) ou a corrupção dos elementos do Comité Olímpico Internacional em relação à escolha de Salt Lake City para sede dos Jogos Olímpicos de Inverno. Estes dados levantam desde logo a questão de saber o modo como podemos combatê-los.

O Conselho da Europa (1999), por ocasião das celebrações do seu 50º Aniversário, definiu como prioridades futuras desta organização: a coesão social, a solidariedade, a diversidade cultural, a qualidade de vida e a educação democrática. Ao nível desportivo, a ética, a tolerância e o respeito pelo outro pode revelar-se um importante elemento de coesão social para os cidadãos em geral e, em particular, para os que pertencem a um grupo étnico ou uma minoria cultural ou linguística. Deste modo, através da prática desportiva, poderão encontrar o caminho para uma sociedade aberta e multicultural.

Daí que, exista necessidade constante da aplicação de programas e campanhas de promoção de tolerância e espírito desportivo, não só junto dos espectadores e dos praticantes, mas também dos dirigentes que os encaminham, muitas vezes, para situações pouco éticas.

O Bulletin D'Information Sportive nº 50 (nº 1 / 1999) do Conselho da Europa apresenta-nos uma série de iniciativas em curso em diversos países da Europa, em matéria de desporto, tolerância e espírito desportivo. Pelo menos nove países responderam positivamente ao apelo desta organização após a realização da 1ª Mesa Redonda sobre Desporto, Tolerância e Espírito Desportivo (Holanda, 1996)

e colocaram em marcha planos de acção nacional nesse sentido: Andorra, Chipre, Finlândia, França, Hungria, Noruega, Holanda, Polónia e Portugal.

Estes planos de acção nacional dirigem-se, não só à população desportiva (praticantes, treinadores, dirigentes, árbitros, pessoal médico e paramédico, pessoal administrativo, jornalistas desportivos, etc.), mas também ao público em geral.

No que diz respeito aos seus objectivos, eles visam essencialmente a promoção do espírito desportivo (como em Chipre, por exemplo), embora outros apelem à aprendizagem da tolerância e do respeito pelo outro (Andorra), à luta contra o racismo (Finlândia) ou à coesão social das minorias (Portugal).

Outros países europeus, como a Alemanha, a Áustria, a Estónia, a Letónia, a Suécia, a Suíça, a Bélgica ou a Itália, embora não possuam planos de acção, têm em marcha iniciativas específicas no que ao espírito desportivo, racismo, tolerância e integração dizem respeito.

A 2ª Mesa Redonda sobre Desporto, Tolerância e Espírito Desportivo, realizada em Lisboa (1998), organizada conjuntamente pelo Conselho da Europa e as autoridades desportivas portuguesas, com a participação de 40 países, definiu algumas estratégias que deverão ser postas em prática no desenvolvimento das políticas desportivas e dos planos de acção nacionais:

- Desenvolver a auto-estima e o respeito por si próprio, pelos outros e pelas regras, como forma de lutar contra atitudes intolerantes e evitar comportamentos que levem à exclusão social.

- Explorar as possibilidades inerentes ao desporto de lutar contra os sentimentos de exclusão social junto das crianças e dos jovens, prevenindo os comportamentos anti-sociais.
- Dar prioridade aos projectos que favoreçam a integração dos jovens com maiores dificuldades sociais, económicas e culturais e dos excluídos devido à língua, sexo, deficiência ou outra qualquer razão.
- Desenvolver acções e iniciativas susceptíveis de lutar contra os desvios e as práticas abusivas do desporto contemporâneo (doping, violência, corrupção), fazendo com que a performance desportiva seja atingida no respeito pela dignidade humana, pela tolerância e espírito desportivo.
- Dar a conhecer as possibilidades de emprego que o desporto e os lazeres possibilitam, favorecendo a inserção profissional.
- Encorajar a cooperação entre os diversos organismos desportivos, sejam eles públicos ou privados, com ou sem fins lucrativos.
- Rentabilizar as instalações desportivas locais mais acolhedoras e atraentes para os praticantes ocasionais e pontuais.
- Encorajar os diferentes grupos a participarem na organização e planificação das próprias actividades.
- Incentivar as organizações desportivas e os clubes locais a promover actividades que favoreçam a integração social.

- Reservar nos programas escolares um lugar apropriado ao desporto, como meio de promoção da tolerância e do espírito desportivo.
- Explorar os dados contidos nas publicações da “Clearing House” e na base de dados do Movimento Europeu para o Fair Play, sobre os exemplos de uma “boa prática desportiva”.
- Encorajar iniciativas como sejam as campanhas nacionais sobre o fair play.
- Procurar encontrar métodos e meios financeiros que permitam concretizar os planos sobre espírito desportivo e tolerância.
- Prosseguir com as iniciativas que visam atingir os objectivos definidos anteriormente.

A defesa dos ideais democráticos e a luta contra todos os tipos de intolerância foi o objectivo primordial desta iniciativa.

Paralelamente a estas iniciativas, com a participação de diversos países, têm-se realizado, um pouco por toda a Europa (1997 e 1998), reuniões e seminários, versando diferentes temáticas associadas à Carta Europeia do Desporto: informação desportiva (Hungria); luta contra o hooliganismo (Alemanha); gestão do desporto (Ucrânia); controlo anti-doping (Bulgária); violência (França).

O papel do desporto na promoção de uma sociedade democrática e as medidas que assegurem a acessibilidade à prática desportiva sem discriminações de ordem sexual, racial, linguísticas, religiosas, de côr, de opinião política ou outra, de

origem nacional ou social, associadas a minorias étnicas, à idade, etc., foram outros dos enfoques da segunda metade da década de 90.

No âmbito do Conselho da Europa, outros trabalhos têm sido preparados ultimamente sobre temas tão díspares como a discriminação sexual no desporto ou os benefícios do desporto praticado na natureza. Posteriormente, esta organização, através da Comissão Directiva para o Desenvolvimento do Desporto, depois de examinados estes trabalhos, identificou as principais dificuldades e os métodos a utilizar no desenvolvimento de políticas tendentes ao cumprimento destes objectivos, podendo incluir estas temáticas em acções futuras.

Outro acontecimento anual, que se realiza nos países da União Europeia, é o Forum Europeu do Desporto. Esta é uma ocasião única das diferentes organizações desportivas governamentais e não governamentais e dos vários países membros, se encontrarem e dialogarem. O 8º Forum que se realizou na Áustria (1998) assentou em vários domínios: a liberdade de circulação, a concorrência, a política audiovisual e as políticas de acção comunitárias, a evolução das relações entre o desporto e a União Europeia, os benefícios da prática desportiva, os problemas do desporto Europeu e a acção da União nos vários domínios focados anteriormente.

Assim, concluiu-se da necessidade de regulamentar a liberdade de circulação dos desportistas e as relações entre o desporto e a televisão, nomeadamente ao nível da concorrência audiovisual. Ao nível das políticas comunitárias, elas visam vários domínios como sejam: a saúde pública, a protecção dos jovens trabalhadores, a segurança dentro das instalações desportivas, a normalização do material desportivo, a livre circulação dos equipamentos desportivos, as regras veterinárias relacionadas com os animais no desporto, a pesquisa científica e

tecnológica, o turismo, a fiscalidade no desporto, o desporto e o envolvimento, a educação e a formação profissional, o desporto para deficientes, a prevenção do hooliganismo, a luta contra o racismo e a xenofobia, etc.

No âmbito das relações externas, a estratégia da União Europeia passa por apoiar os países em vias de desenvolvimento e desenvolver medidas de pressão sobre países que não respeitem os direitos humanos como aconteceu recentemente com a Jugoslávia.

As Conferências Europeias do Desporto são organizações que, à escala europeia, têm, ultimamente, centrado as suas atenções em assuntos tais como: o desenvolvimento e as mudanças no mundo do desporto, as pressões sobre o modelo desportivo tradicional, as novas tarefas e funções associadas ao desporto ou os novos desafios do desporto quer este se dirija a seniores quer a jovens.

No âmbito da gestão do desporto, a Associação Europeia de Gestão do Desporto, através dos seus congressos anuais, tem dado um contributo importante nesta área. Destinados a todos os que se interessam por esta matéria, professores ou alunos provenientes de sectores públicos, voluntários ou privados, têm promovido a troca de experiências e encorajado os estudos e as pesquisas nesta área profissional.

Outras estruturas responsáveis pelo desporto na Europa, com objectivos próprios, recursos financeiros próprios e actividades próprias, têm, igualmente, dado o seu contributo ao desenvolvimento do desporto. Para além do Conselho da Europa, outras organizações como o Parlamento Europeu, a Comissão Europeia, os Comitês Olímpicos, o Comité Internacional para o Fair Play e o Movimento Europeu para o Fair Play, o Colégio Europeu das Ciências do Desporto, etc., têm desenvolvido acções importantes neste âmbito.

Alguns países europeus têm posto em prática políticas desportivas específicas sobre temas actuais extremamente pertinentes.

É o caso da participação feminina no desporto. A Finlândia pôs em marcha acções tendentes à melhoria do nível de treino para as mulheres e ao seu conseqüente desenvolvimento. Para além disso, visa aumentar o número de mulheres a desempenhar funções no treino de alto rendimento. Por seu lado, a Albânia, através de uma associação não governamental, pôs em prática um programa de desenvolvimento com o objectivo de promover a participação das mulheres no desporto, fundamentalmente ao nível do desporto para todos. A Alemanha, por seu turno, criou um projecto especialmente destinado às mulheres imigrantes, como forma de contribuir para a sua integração.

No que diz respeito à participação e promoção do desporto, verificamos que o número de federações desportivas nacionais filiadas em organismos internacionais aumentou consideravelmente nos últimos anos. Em Espanha (1997), um estudo sobre a participação desportiva revelou-nos que a sua expansão é evidente, fundamentalmente devido ao aparecimento dos desportos praticados em contacto com a natureza. Mas os estudos nesta área não se cingiram unicamente ao desporto federado. A Bélgica desenvolveu estudos sobre a prática de actividades recreativas de ar livre, as repercussões do desporto na saúde de pessoas com mais de 50 anos e o abandono precoce do clube desportivo por parte dos jovens.

Ao nível da economia do desporto, os estudos têm avançado no sentido de se conhecer melhor a economia dos clubes desportivos (França), a influência das lotarias no apoio ao desporto (Reino Unido), o suporte financeiro do Estado e a sponsorização do desporto (Alemanha).

As infraestruturas desportivas têm sido alvo da atenção de alguns países, nomeadamente da França, através da circulação de espaços desportivos móveis por diversas regiões e ao investimento em equipamentos desportivos que, em 99,99% dos casos são públicos, financiados e construídos pelo Estado ou colectividades locais e depois entregues para exploração ao poder local ou sociedades privadas. Na Suíça, a concepção e o financiamento das instalações desportivas de importância nacional também é feito pelo Estado. Por seu lado, em Espanha (1995), um estudo consagrado aos hábitos desportivos dos espanhóis, concluiu que eles preferem a utilização das instalações desportivas públicas às privadas ou escolares e que, no que diz respeito aos artigos desportivos, existem mais cidadãos com uma bicicleta em casa do que com uma bola de futebol. A Alemanha e o Reino Unido também têm dedicado atenção a esta problemática, nomeadamente às relacionadas com as práticas em contacto com a natureza.

A ética no desporto é outra das preocupações de vários países, em particular a luta contra o doping no desporto de alto nível e as suas implicações ao nível da saúde. A Suíça, para além de um inquérito interno realizado em 1998 sobre este grave problema, organizou igualmente, em 1999, uma conferência mundial com a participação de várias entidades governamentais e não governamentais, COI, Comitês Nacionais Olímpicos, Federações Desportivas Internacionais, etc. Ainda no domínio da ética, a Holanda (1998) centrou as suas atenções na discriminação sexual no desporto.

No âmbito legislativo, com o aparecimento de novas repúblicas no início da década de 90, registou-se uma grande preocupação em legislar e regulamentar os aspectos respeitantes ao desporto. É o caso da Lituânia que se preocupou com os problemas do financiamento e da distribuição de fundos pelas organizações desportivas, a criação de privilégios fiscais, etc. Na Islândia (1998) estas

questões foram igualmente abordadas, juntamente com outros assuntos como a construção de instalações desportivas, a garantia das suas condições de segurança e o ensino do desporto na escola, em todos os níveis de ensino. A Itália (1998) também publicou legislação no intuito de facilitar a utilização de bicicletas como meio de transporte. Apesar de esta não ser uma lei eminentemente desportiva, ela pode influenciar favoravelmente os hábitos de prática desportiva dos italianos, à semelhança do que acontece em outros países como a Holanda.

Outros assuntos diversos têm igualmente sido abordados nos últimos dois anos em alguns países europeus.

É o caso do “boom” de espectadores aos jogos de futebol que se registou em vários países como a França, a Itália, a Alemanha e a Inglaterra. Apesar das limitações em termos de lotação acontecidas em alguns estádios por razões de segurança e conforto, a média de espectadores por jogo nos principais campeonatos destes países aumentou na época 1997/98 em relação à época anterior.

A fundação, na Dinamarca (1995), da ISCA (Associação Internacional para o Desporto e a Cultura) foi outro facto marcante dos últimos anos. Os seus objectivos passam por promover as actividades desportivas e culturais, através da melhoria da imagem do desporto, encorajando uma maior participação dos seus membros filiados, no sentido de melhorar aspectos como a preservação da saúde e o bem estar individual.

Em 1997, no Reino Unido, surge o U.K. Sports Council, com o objectivo de colocar o desporto desta região europeia no primeiro lugar do desporto mundial. Os seus maiores desafios passam por alargar a sua influência nos organismos internacionais, assegurando cargos importantes nas federações internacionais,

promover atletas de classe mundial, criando uma estrutura que permita organizar grandes eventos internacionais e promovendo as normas de comportamento ético, como sejam as relacionadas com a utilização de substâncias dopantes.

Também na Escócia nos aparece o Scottish Sports Council com um manifesto denominado Sport 21, que visa, não só aumentar a acessibilidade da prática desportiva à generalidade da população, mas também apoiar os talentos desportivos e promover os resultados de classe mundial através de uma melhor planificação local do desporto e do estabelecimento duma estratégia nacional para a actividade física.

Na Alemanha (1998), uma reunião de especialistas em investigação concluiu da necessidade de prosseguir uma política de cooperação nesta área de interesse comum aos países europeus. Áreas como o desporto feminino, a violência no desporto, a economia do desporto, o doping e a formação de treinadores, deverão merecer especial atenção ao nível da colaboração entre os diferentes países.

Na Bélgica Flamenga, os estudos têm-se centrado ao nível da condição física da sua juventude (12-18 anos). Utilizando a conhecida bateria de testes Eurofit, comparou-se a condição física dos jovens flamengos em 1997, relativamente ao ano de 1990. A articulação entre os estudos do ensino secundário e a prática do desporto de alto rendimento, bem como a construção de uma Educação Física para o futuro, são outras das preocupações das diferentes organizações desportivas desta região.

2.4.2 O Caso Português

A problemática da definição de políticas de desenvolvimento do desporto no nosso país é um assunto que tem vindo a ser tratado de há uns anos a esta parte.

A Constituição Portuguesa através de, pelo menos, três dos seus artigos, enquadra as responsabilidades do Estado em matéria de desenvolvimento do desporto:

- O Artº 64º relativo à saúde diz que: “todos têm o direito à protecção da saúde e o dever de a defender e promover”. Uma das formas de a fazer é através da “promoção da cultura física e desportiva”.
- O Artº 70º relativo à juventude diz que os jovens têm direito à “Educação Física e Desporto” e ao “Aproveitamento dos Tempos Livres”.
- O Artº 79º relativo à cultura física e desporto, para além de nos dizer que a eles todos têm direito, refere ainda que “incumbe ao Estado, em colaboração com as escolas e as associações e colectividades desportivas, promover, estimular, orientar e apoiar a prática e a difusão da cultura física e do desporto, bem como prevenir a violência no desporto”.

O direito ao desporto e a responsabilidade do Estado na sua promoção estão claramente consignados na Constituição. O problema está em saber como deverão ser atingidos estes objectivos, isto é, que modelos operacionais deverão ser seguidos.

A Lei de Bases do Sistema Desportivo define como princípios fundamentais da prática desportiva o seu desenvolvimento “quer na vertente de recreação, quer na

de rendimento, em colaboração prioritária com as escolas, atendendo ao seu elevado conteúdo formativo, e ainda em conjugação com as associações, as colectividades desportivas e autarquias locais” (Artº 2º, nº 1).

Para além disso, são definidos ainda outros princípios gerais da acção do Estado (Artº 2º, nº 2), tais como:

- “A valência educativa e cultural do desporto e a sua projecção nas políticas de saúde e de juventude”.
- “A garantia da ética desportiva”.
- “O reconhecimento do papel essencial dos clubes e das suas associações e federações e o fomento do associativismo desportivo”.
- “A participação das estruturas associativas de enquadramento da actividade desportiva na definição da política desportiva”.
- “O aperfeiçoamento e desenvolvimento dos níveis de formação dos diversos agentes desportivos”.
- “A optimização dos recursos humanos e das infra-estruturas materiais disponíveis”.
- “A redução das assimetrias territoriais e a promoção da igualdade de oportunidades no acesso à prática desportiva”.
- “A descentralização e a intervenção das autarquias locais”.

No quadro da coordenação da política desportiva, o nº3 do Artº 3º da L.B.S.D. define que “o Governo aprova um programa integrado de desenvolvimento desportivo de vigência quadrienal, coincidente com o ciclo olímpico”. No nº 1 do Artº 32º pode ler-se ainda que o programa integrado de desenvolvimento desportivo referido anteriormente “abrange o apoio ao desenvolvimento da prática desportiva em todas as suas vertentes” e o nº 2 do mesmo artigo, que esse programa “deve ser objecto de parecer prévio do Conselho Superior de Desporto”.

Apesar de todo este articulado, o que temos vindo a assistir no nosso país, ao longo dos vários Governos, é que estes se têm demitido, de alguma forma, das suas responsabilidades. A história do desporto português não se caracteriza por um desenvolvimento harmonioso, já que apresenta várias rupturas e descontinuidades que traduzem a inexistência de uma linha interna de coerência política. O que tem acontecido ao longo do tempo são tentativas dispersas e isoladas que respondem de uma forma pontual às solicitações, sem articulação com uma ideia sobre a organização do futuro.

A promoção do desporto tem sido transferida para o sector privado, surgindo escolas de desporto, centros de “fitness”, salas de musculação, etc., sem responsabilidades técnicas e/ou pedagógicas por técnicos devidamente habilitados. Já imaginámos se um hospital, uma clínica ou uma farmácia não tivessem um director técnico ou esse cargo fosse desempenhado por alguém sem formação adequada? Não será que estamos a brincar com a saúde das pessoas?

Em Portugal, o que se verifica é que, para além da demissão das autoridades em matéria de promoção da prática desportiva, possuímos um mercado com enormes limitações, incapaz de contribuir para o desenvolvimento desportivo do país.

Qualquer processo de desenvolvimento do desporto processa-se segundo um ciclo em três fases: promoção; formação; (re)organização. O problema é que, em Portugal, após a fase de promoção que se registou logo a seguir ao 25 de Abril de 74, o sistema bloqueou. Nunca se avançou de uma forma clara para uma fase de formação e, a partir daí, para a reorganização do sistema.

Curioso será verificar que algumas das medidas preconizadas na década de 70 pelos primeiros Governos Constitucionais ainda não foram totalmente resolvidas. A construção de espaços desportivos nas escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico e a intensificação das actividades físicas nessas escolas, o incremento das actividades juvenis em tempo de férias e a intensificação das acções de formação, informação e reciclagem no sentido de possibilitar melhores meios aos docentes, são alguns exemplos do que acabamos de referir.

A L.B.S.D. no seu Artº 1º estabelece que o desporto tem por objectivo: “promover e orientar a generalização da actividade desportiva, como factor cultural indispensável na formação plena da pessoa humana e no desenvolvimento da sociedade”. Define ainda que “o Estado estimula a prática desportiva e presta apoio aos praticantes desportivos, quer na actividade desportiva orientada para o rendimento, quer na actividade desportiva orientada para a recreação” (Artº 14º, nº 1).

Só o Estado português está em condições de garantir o direito à prática desportiva. O Associativismo Desportivo não consegue adoptar as atitudes necessárias à prossecução deste objectivo. Mas este é um problema que deve ser repensado à luz dos interesses dos cidadãos e do seu acesso às mais diversas actividades desportivas e não de um pequeno número de pessoas interessadas em servir-se do desporto.

O desenvolvimento do associativismo é determinado por um conjunto de condicionalismos, entre os quais os constrangimentos de ordem económica. Não é possível esperar do Estado o que ele não tem. Mas exige-se que seja criterioso na distribuição dos recursos que utiliza, separando o desporto profissional do não profissional.

Só que, influenciados pelos média, os sucessivos Governos têm vindo a aplicar as verbas disponíveis prioritariamente no desporto espectáculo e profissional, quando esse financiamento deveria ser feito pelos consumidores, directos ou indirectos, desse espectáculo. Estas formas de organização, poucas ou nenhuma alterações têm vindo a sofrer, fruto da incapacidade e acomodação dos nossos dirigentes que continuam a privilegiar os modelos formais, de acesso restrito, em prejuízo dos modelos de prática desportiva de acesso livre e alargado, das populações mais carenciadas. É a valorização das elites em detrimento da generalização da prática desportiva e dos seus processos de formação. É a exclusão de gerações sucessivas de jovens do acesso à prática e à cultura desportiva, fazendo com que eles tenham uma visão parcial e uma opinião distorcida do desporto.

A política desportiva do Estado tem privilegiado a resolução dos problemas do desporto profissional e do futebol, em particular, esquecendo a maioria dos clubes e outras organizações desportivas que não participam em competições profissionais.

J. Manuel Meirim (1997), conhecido especialista na área da legislação do desporto, numa atitude visionária, vai ao ponto de prever, a curto prazo, o aparecimento de um número significativo de sociedades desportivas com participação pública, em detrimento de outras associações promotoras de desporto. Esta circunstância melhorará durante alguns anos a gestão ao nível do

desporto profissional e, se a situação se complicar, contará com a intervenção do Estado no sentido de “recompôr as coisas”. Só que, de acordo com o autor, dificilmente esta situação provocará uma melhoria do desporto.

Esperemos que a realização do Campeonato da Europa de Futebol em 2004 não traga desenvolvimento ao país só em termos de turismo, de vias de comunicação, de emprego, de desporto espectáculo. Esperemos que este grande evento internacional contribua para o desenvolvimento desportivo do país na verdadeira acepção da palavra e que não se realize à custa de outros sectores desportivos, como parece já estar a acontecer.

A preocupação não pode ser única e exclusivamente levar mais gente aos estádios. Tem que ser igualmente, colocar mais gente a praticar desporto de uma forma regular (pode ser futebol ou outra actividade qualquer), assegurando-lhes condições e oportunidades para o efeito.

Portugal possui um sistema que pouco tem apoiado o Desporto Escolar (D.E.), como meio de alfabetização desportiva dos nossos jovens. Que melhor forma de salvaguardar a boa utilização dos dinheiros públicos e contribuir para a correcção das assimetrias sociais, do que privilegiar os grupos populacionais mais novos e mais carecidos do ponto de vista social, através da disponibilização de meios ao D.E.?

Este é um sistema injusto que procura obter resultados no alto rendimento através da exploração dos prejuízos da maioria da população. Os custos dos praticantes desportivos federados são extremamente elevados, principalmente se compararmos com os custos dos praticantes escolares, para já não falarmos daqueles que o fazem por razões de saúde que têm, quase sempre, de custear a sua própria prática. Há pouca ponderação e equilíbrio. Não se procura saber se as

condições económicas e sociais das populações suportam este modelo de desenvolvimento.

A Administração Pública tem um apetite insaciável pelos resultados desportivos. Um grande número de praticantes não passa de uma mera estatística, enquanto um bom resultado desportivo enche um telejornal ou é título de primeira página nos jornais.

Os nossos governantes têm ambições ousadas e procuram contagiar positivamente a auto-estima dos portugueses, mostrando-lhes que somos capazes de organizar grandes eventos internacionais. Foi a Expo 98, será o Euro 2004, falando-se já nos Jogos Olímpicos de 2008 ou 2012. Sem capacidade para oferecermos aos nossos jovens motivos de entusiasmo mais frequentes, lá vamos vivendo de costas direitas, barriga para dentro e peito para fora. O problema é que esta postura esconde alguns dos mais elementares direitos dos cidadãos, como sejam o acesso à cultura, ao desporto, à saúde e ao bem-estar.

Não queremos com isto dizer que a alta competição e o próprio desporto federado que a suporta não devam ser apoiados. Só que uma política desportiva não pode assentar exclusivamente no apoio ao desporto espectáculo.

Se é verdade que, num mundo competitivo, onde a competição internacional é motivo de orgulho nacional, o desporto de elite deve ser apoiado, também é verdade que, desde cedo, as crianças devem ter acesso ao desporto, no sentido de não comprometerem a sua formação integral.

Para ultrapassar este estado de coisas, G. Pires (1994), vai mesmo mais longe e defende a criação de um Ministério do Tempo Livre, do Lazer, da Cultura e do

Desporto no sentido de responder “em tempo útil e de uma forma integrada” aos desafios dos nossos tempos.

O desenvolvimento do desporto português não passa unicamente pela construção de mais instalações. As infraestruturas desportivas só têm sentido se não servirem somente para alimentar ainda mais o desporto federado / formal, mas criar condições para a generalidade da população. Só assim poderemos aproximar as taxas de participação desportiva dos portugueses (menos de 15%) aos nossos vizinhos da Europa Central (50%), uma vez que na Europa do Norte essas taxas (perto dos 90%) são inatingíveis, pelo menos a curto prazo. Só para termos uma ideia do que se passa nos países escandinavos, um inquérito realizado na Finlândia, em 1998, revelou que 84% da população entre os 3 e os 18 anos, declarou praticar desporto ou exercício físico e 40% disse que o faz pelo menos quatro vezes por semana.

As instalações desportivas têm que estar acessíveis à população, nomeadamente aos deficientes, às crianças e aos idosos. O tipo de construção e a sua localização têm que ser os mais convenientes de modo a não se constituírem como um filtro à prática desportiva. Os custos económicos de acesso à instalação desportiva é outro aspecto a ter em conta, fundamentalmente se tivermos em conta que a eles há que adicionar as despesas relativas ao apetrechamento individual.

No caso concreto da generalização da prática desportiva, as autarquias locais poderão e deverão desempenhar um papel fundamental na correcção das assimetrias desportivas provocadas pelo Estado Central. Para este, vale quem rende, quem pode dar mais valias políticas. Tudo o resto não interessa à maioria da classe política.

As autarquias não podem continuar a repetir as asneiras cometidas pelo Estado Central, conduzindo as suas políticas desportivas para o apoio aos clubes de futebol, à alta competição e ao profissionalismo, esquecendo que a L.B.S.D. e a própria Constituição definem a criação de condições de acesso à prática desportiva para a generalidade das pessoas como uma das suas funções. Felizmente que muitas autarquias começam a preocupar-se com a população em geral, em vez de gastarem os recursos públicos na alimentação de falsos profissionalismos e regionalismos exacerbados.

Um dos papéis fundamentais das autarquias locais passa pelo desenvolvimento de uma política integrada de instalações e equipamentos desportivos, inseridos no ambiente de uma forma equilibrada (L.B.S.D., Artº 36º, nº1). No nº 1 do seu Artº 37º, a L.B.S.D. diz-nos ainda que: “os planos directores municipais e os planos de urbanização devem reservar zonas para a prática desportiva”.

Na linha da Carta Europeia do Desporto, é necessário o desenvolvimento de processos de formação, dispensados em instituições apropriadas, abrangendo todos os aspectos de promoção do desporto e que respondam às necessidades dos participantes (treinadores, dirigentes, gestores, médicos, etc.) em todos os níveis do desporto, desde os lazeres ao alto rendimento, concebidos em organismos públicos ou privados, com ou sem fins lucrativos.

Com efeito, um dos principais problemas que se coloca ao desporto português é a formação dos seus quadros humanos, principalmente dos seus dirigentes. Eles são o potencial máximo de mudança do Sistema Desportivo. Por isso, têm que ser encontrados processos formais de regularização das suas tarefas e funções e institucionalizado um sistema claro de formação de recursos humanos. Quanto mais cedo apostarmos na formação das pessoas, melhores serão os nossos

resultados desportivos. Por outro lado, a formação no domínio da gestão ganha particular importância na preparação do dirigente dos nossos dias.

Quando se pretende tomar qualquer decisão em matéria de desporto, temos que analisar diversas possibilidades no quadro da cultura desportiva. Para que isso aconteça é necessário dominar o assunto. O que acontece em Portugal é que muitas pessoas estão no associativismo desportivo sem dominarem os conteúdos que dizem respeito ao desporto.

A maioria dos dirigentes tem uma vaga ideia do desporto, normalmente aquela que é transmitida pelos novos programas de televisão, cujos "comentadores residentes", salvo raras excepções, mais não fazem do que contribuir para a destruição do desporto e dele transmitir uma imagem distorcida. No nosso país convencionou-se que de desporto toda a gente sabe um pouco, que toda a gente tem direito a dar opinião sobre assuntos acerca dos quais nada sabe. Numa sociedade com um baixo padrão médio educacional e cultural da generalidade da população, em que o conhecimento técnico e científico obtido por via académica tem sido desvalorizado, a opinião das pessoas vale, não em função dos seus conhecimentos, mas do que vale sob o ponto de vista mediático.

Salvo algumas honrosas excepções, continuam a reduzir a problemática do desenvolvimento do desporto à boa ou má execução da bateria de gestos técnicos e das "performances" específicas da modalidade em causa.

Alguns deles até são antigos praticantes que se limitam a repetir os erros do passado, sem corrigi-los, uma vez que não possuem formação nem preparação académica para tal, nem se situam a uma distância suficientemente grande dos problemas, de modo a terem deles uma visão liberta de subjectividades afectivas. É a sobrevalorização do conhecimento empírico onde as tarefas de gestão foram

repetidas tantas vezes quantos os anos de experiência do indivíduo. Os factos importantes passam-lhes ao lado, pois não estão preparados para os compreender. Muitas vezes, pequenas situações difíceis de detectar, mas extraordinariamente importantes na organização do futuro, não são analisadas. Outras vezes, as decisões são tomadas fora de tempo, isto é, os factos significativos e as medidas a implementar, são de um tempo que já passou.

A promoção da formação dos agentes desportivos é da responsabilidade do Estado e das entidades públicas e privadas com atribuições na área do desporto, bem como pelos estabelecimentos de ensino vocacionados para o efeito (L.B.S.D., Artº 4º, nº 1).

Os valores éticos e pedagógicos são ignorados pela maioria dos dirigentes desportivos portugueses que, frequentemente, demitem-se das suas próprias responsabilidades em termos de desenvolvimento do desporto, esquecendo-se que este faz parte do desenvolvimento humano e, conseqüentemente, dos próprios países. A defesa da integridade física e moral dos intervenientes no fenómeno desportivo é um aspecto importante e que se encontra consignado no Artº 5º da L.B.S.D.

Ao nível da formação de técnicos, a L.B.S.D. (Artº 12º, nº 1) define que “o acesso ao exercício de actividades docentes e técnicas na área do desporto é legalmente condicionado à posse de habilitação adequada e à frequência de acções de formação e de actualização de conhecimentos técnicos e pedagógicos, em moldes ajustados à circunstância de essas funções serem desempenhadas, ou em regime profissional, ou de voluntariado, e ao grau de exigência que lhes seja inerente”.

No âmbito da cooperação internacional, a importância do desporto como meio privilegiado de aproximação entre os povos, faz com que o Governo deva estabelecer protocolos de cooperação com outros países (Revisão da L.B.S.D., Artº 39º), nomeadamente Europeus e pertencentes à Comunidade Europeia ou com comunidades portuguesas aí residentes. De acordo com o nº 3 do artº 39º da L.B.S.D. e com o nº 4 do Artº 7º da Constituição Portuguesa, as relações com os países de língua oficial portuguesa devem ser privilegiadas.

A globalização dos diversos sectores da sociedade, manifestada não só pelo aumento das trocas comerciais e ao nível das relações económico-financeiras, mas também pela generalização do acesso à informação, faz com que os processos de cooperação entre Estados assumam uma grande importância. Cooperação significa, antes de mais, troca de experiências e benefício mútuo, baseando-se na posição geográfica e estratégica dos países cooperantes.

A cooperação desportiva portuguesa pode ser sub-dividida em quatro vectores:

- Cooperação com os países de Língua Portuguesa.
- Cooperação com os países da Europa.
- Cooperação Ibero-Americana.
- Cooperação com outros países.

No que diz respeito à cooperação com os países de Língua Portuguesa, verificamos que, após alguma indefinição no período que se seguiu à independência das colónias portuguesas em África (1975/1985), esta tem vindo a desenvolver-se. Hoje em dia Portugal tem projectos de cooperação bilaterais e multilaterais com Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, S. Tomé e Príncipe e Brasil, em áreas como a formação, a documentação, instalações e equipamento desportivo, medicina desportiva, gestão de projectos, etc.

Ao nível da cooperação com os países da Europa, ela faz-se fundamentalmente através da União Europeia e do Conselho da Europa, enquanto a adesão ao Conselho Ibero-Americano de Desporto (C.I.D.) fomentou a cooperação com os países a ele pertencentes. Outros tipos de cooperação com diversos países e pelas mais diversas razões, que vão desde a proximidade geográfica (países do Magreb), a razões culturais e históricas (Macau), à eficácia das organizações (América do Norte), etc., têm sido realizadas de forma bilateral.

Em resumo, poderíamos dizer que, num mundo onde as organizações são, muitas vezes, entendidas como máquinas, a utilização de metáforas para caracterizar o Sistema Desportivo Português, mostra-nos alguns aspectos que, de outra forma, ficariam escondidos. G. Pires (1995), na linha de Morgan (1986) e Handy (1978) que utilizaram a metaforização para caracterizar os sistemas e as organizações, avançou com as seguintes metáforas para caracterizar os “dez anos de desporto laranja” (1985 a 1995):

- “Anarquização”: O Sistema Desportivo funcionou de qualquer maneira, ao acaso, ao sabor do improvisado e do imprevisto, sem objectivos, sem estratégia, sem visão de futuro.
- “Bokassização”: Na sequência da “anarquização” do Sistema Desportivo e fruto do subdesenvolvimento e ignorância reinante no país, surge a “Bokassização”. As relações deixam de ser institucionais para se processarem através de meros contactos de interesses pessoais, partidários, mesquinhos, sem qualquer utilidade para o país. O poder é exercido à custa das pessoas e das próprias organizações que diziam gerir.

- “Canibalização”: Representa a visão concentracionária de todo o Sistema Desportivo. A então Direcção Geral dos Desportos e, posteriormente, o INDESP, “engoliram” ano após ano os diversos organismos que interagiam com o desporto e pretenderam igualmente “engolir” os sectores escolar e do trabalho, numa visão totalitária do Sistema Desportivo.
- “Ceausescuização”: as figuras perpetuaram-se nos lugares. O sistema caracterizou-se por uma dimensão de terror, de hipocrisia e de ridículo, onde o gestor era alguém que detinha o poder absoluto sobre os subordinados. O Sistema Desportivo Português também sofreu de hipocrisia uma vez que suportámos muitas vezes, sem uma única palavra de reprovação, as suas atrocidades. Quanto ao ridículo, também são conhecidos alguns exemplos claros de favorecimento, onde, quais esposas de Ceausesco, alguns dirigentes foram investidos nas suas funções só por serem quem eram.
- “Peterização”: O princípio de Peter, onde cada um se sente no direito de subir para além dos níveis da sua competência, só porque é filiado no partido, também foi uma constante no nosso Sistema Desportivo. Os dirigentes perpetuavam-se nos lugares sem haver quem os substituísse e, frequentemente, confundiam-se as suas funções de dirigente desportivo com as de dirigente político.
- “CocaColização”: O Estado desresponsabilizou-se das suas obrigações em matéria de promoção do desporto, deixando para as empresas esse papel. Deste modo, o Sistema Desportivo ficou prisioneiro dos interesses e das políticas de grandes empresas.

- Profissionalização: Como já foi referido anteriormente, a lógica do sistema foi concebida para dar resposta às práticas desportivas centradas na perspectiva da competição, do espectáculo, do desporto formal, em detrimento de uma visão humanista do desporto, através de um profissionalismo precoce que o alimentasse. Foi completamente ignorada uma política desportiva de generalização da prática desportiva.
- “Pavilhonitização”: A construção de mais pavilhões não representou por si só desenvolvimento desportivo. Eles tanto podem ser um instrumento de promoção de novos praticantes como um instrumento promotor de mais profissionalismo desportivo e de mais espectadores.
- “Estegosaurização”: Tal como o Estegossauro que deambulava na terra há cerca de 150 mil anos e que se caracterizava por um enorme corpo (9 metros e quase duas toneladas) e um cérebro do tamanho de uma noz, também se criou, em Portugal, um sistema descomunal com uma capacidade mínima de idealizar e criar. O Estado foi incapaz de idealizar e aplicar uma política desportiva de acordo com as necessidades do país. Deixou-se para uma sociedade civil sem ideias, sem projectos e mal preparada, a responsabilidade do desenvolvimento desportivo.

Infelizmente, algumas destas metáforas continuam a ser válidas para estes últimos anos de “desporto rosa”, perpetuando-se alguns erros do passado que, ideologias políticas diferentes, não foram capazes de alterar.

No governo anterior o desporto esteve na educação e, posteriormente, na linha directa da presidência do Conselho de Ministros. A falta de uma ideia àcerca do desporto que se pretende faz com que, na actual legislatura, fosse entregue à Administração Interna. O facto de se considerar que os anteriores políticos

responsáveis pela área do desporto (ministro e secretário de estado), graças ao seu excelente desempenho no caminho para a conquista da organização do Europeu de Futebol em 2004, foram promovidos, deixando o desporto e passando a assumir outras pastas, revela a pouca importância que ao fenómeno é atribuída.

Já agora, porque não entregar o desporto ao recém criado Ministério da Igualdade, para que a discriminação que é feita a grande parte da nossa população, no que diz respeito à acessibilidade da prática desportiva, possa ser combatida. Pensamos que esta hipótese nunca sequer passou pela cabeça dos nossos governantes. Mais do que definir o que se pretende para o desporto português, tratou-se de arranjar alguém, entre os vários ministros, que parecesse ter o perfil ideal para se ocupar das coisas do desporto (de competição, espectáculo e profissional, pois claro), nem que fosse necessário inclui-lo no Ministério da Agricultura e Pescas.

É urgente definir a vocação e a missão do desporto no quadro do desenvolvimento económico e social do país. Saber quais os seus objectivos e as estratégias para os atingir são questões sobre as quais se esperam respostas concretas.

Será que vamos continuar com modelos organizacionais centrados numa visão unicitária do fenómeno desportivo, em que os jovens, se quiserem praticar desporto, têm que se sujeitar aos processos de selecção do desporto do rendimento, do recorde, do espectáculo e do profissionalismo?

Será que vamos continuar a ter uma Educação Física desajustada à realidade dos nossos tempos, que não serve os alunos, os professores, as escolas e o próprio país?

Será que vamos passar a ter novamente um Desporto Escolar ao serviço do Desporto Federado, onde os títulos e as participações internacionais se sobrepõe aos interesses dos nossos jovens, fundamentalmente dos mais novos?

Será que o Estado vai continuar a desresponsabilizar-se pela promoção da prática desportiva, passando a iniciativa para as empresas privadas ou subsidiando as federações e associações desportivas sem controlar a forma como esses dinheiros públicos são aplicados?

Será que vamos continuar a ignorar que a formação de quadros técnicos de desporto é o potencial máximo de mudança do Sistema Desportivo e um meio importante de criação de novos empregos, fundamentalmente para os novos licenciados?

Será que vamos continuar a permitir que alguns dirigentes se sirvam do desporto em proveito próprio?

Será que vamos continuar a insistir numa política de construção de instalações desportivas que não tenha em conta as realidades geográficas, climatéricas e culturais de cada região?

Uma alteração de qualidade ao Sistema Desportivo passa por:

- Começar a pensar na sua organização também sob o ponto de vista da utilização do tempo livre, reconhecendo a importância que o desporto de lazer e recreação tem na sociedade contemporânea.
- Aumentar e rentabilizar os apoios financeiros ao desporto de lazer / recreação como forma de incrementar a qualidade dos seus serviços.

- Envolver as populações nos processos de decisão acerca das práticas desportivas e das formas de as praticar.
- Responsabilizar o Estado e o poder político, mas simultâneamente reforçar o papel da sociedade civil com gente culturalmente competente.
- Privilegiar a Escola e o Sistema Educativo como fulcro do processo de iniciação e formação desportiva.

Estas são algumas das alterações que têm sido esquecidas ou ignoradas por sucessivos governos, independentemente das suas ideologias políticas. Mas, quando algumas pessoas que se dizem “do desporto” e conhecedoras da matéria mais não fazem do que continuar a repetir os erros do passado; quando alguns professores de Educação Física não aceitam que o seu objecto de ensino é o desporto e fogem da competição como quem foge da cruz. Que esperar dos dirigentes desportivos portugueses que, por terem sido antigos praticantes e possuírem modelos do seu tempo ou terem chegado agora ao desporto, não dominam o seu quadro tecnológico e apenas esperam promover a sua imagem?

2.4.3 A Região Autónoma da Madeira

À semelhança do que aconteceu em território continental, o desenvolvimento desportivo da Região Autónoma da Madeira (R.A.M.) teve o seu ponto alto a partir do 25 de Abril de 74.

Embora os primórdios do associativismo desportivo remontem ao início do séc.XX, com o aparecimento dos primeiros clubes desportivos e da primeira

associação desportiva regional²¹ e tenha tido um forte incremento nos anos 50 através do surgimento de mais associações de modalidade e da Delegação Regional da D.G.E.F.D.S.E.²², é a partir de 1975 que a regionalização e a autonomia vão marcar decisivamente o desenvolvimento desportivo regional.

Um dos marcos importantes deste processo foi a realização, em 1977, do Encontro Regional de Educação Física e Desporto (E.R.E.F.D.). Esta reunião de vários agentes ligados, directa ou indirectamente, ao fenómeno desportivo, mobilizou vários sectores desportivos da nossa região, desde o escolar ao federado, passando pelo do trabalho, turismo e autarquias. As conclusões saídas deste encontro que resultaram da auscultação dos vários intervenientes, para além de servirem para esclarecer a população acerca do fenómeno desportivo, permitiram lançar as bases para as decisões em termos de política desportiva que marcaram os anos seguintes.

O processo autonómico, iniciado em 1976, com a consagração na Constituição Portuguesa da autonomia político-administrativa da região e o seu exercício por órgãos de governo próprio, só viria a reflectir-se na educação e, naturalmente, no desporto, a partir de 1979.

É neste quadro que surge a Direcção Regional de Desportos (D.R.D.), órgão do governo próprio da R.A.M., encarregue da execução da política desportiva regional.

Apesar de não possuir autonomia administrativa nem financeira, a D.R.D. implementou novos programas de apoio a clubes, associações e actividades que até aí tinham vivido extremamente dependentes da estrutura oficial. Nesta altura, esta estrutura, dotada de meios humanos, técnicos e financeiros, substituiu-se aos

²¹ Associação de Futebol do Funchal, 1916.

clubes e associações, retirando-lhes, em parte, iniciativa própria. Assumiu a formação e a promoção; incentivou a criatividade e a independência do movimento associativo; deu os primeiros passos em termos de competição nacional, até aí pouco regulares; lançou os planos de desenvolvimento das modalidades, principais responsáveis pelo desenvolvimento quantitativo e qualitativo do desporto.

Deste modo, estavam lançadas as bases para uma progressiva autonomia do movimento associativo. Mas, a necessidade de autonomia administrativa, financeira e patrimonial fez alterar o modelo de organização desportiva regional.

Daí que, a alteração da estrutura responsável tenha passado pela criação de um instituto público com meios técnicos, humanos, financeiros e logísticos mais adequados. É assim criado, em 1993, o Instituto do Desporto da Região Autónoma da Madeira (I.D.R.A.M.), tutelado pelo órgão do Governo Regional responsável pela área do desporto – a Secretaria Regional da Educação (S.R.E.).

Entre outras funções, cabe-lhe:

- Fomentar e apoiar o desporto, a todos os seus níveis, criando condições técnicas, logísticas e materiais necessárias à sua prossecução.
- Gerir o parque desportivo regional afecto ao desporto federado, ainda que com utilização repartida com as actividades escolares.
- Proporcionar apoio financeiro através de contratos programa, precedidos de propostas fundamentadas e reguladas por normativos internos.

²² Direcção Geral de Educação Física, Desporto e Saúde Escolar.

- Elaborar a Conta de Gerência Anual, sujeita à fiscalização do Tribunal de Contas.

Para atingir estes objectivos, a legislação permite-lhe arrecadar receitas próprias e confere-lhe orçamento privativo, para além de autonomia na sua gestão.

Ao nível da orgânica regional no sector público, há ainda a salientar a existência do Conselho Desportivo Regional, presidido pelo Secretário Regional da Educação.

No que diz respeito à orgânica privada, o aumento do número de associações e clubes desportivos ao longo do processo autonómico é um dado indesmentível.

Um conjunto de normativos tem vindo a ser produzido, fundamentalmente a partir da criação do IDRAM, com o objectivo de dar maior consistência à acção político-desportiva, nomeadamente os relacionados com a constituição desta estrutura desportiva e extinção da DRD e com a criação do Conselho Desportivo Regional (CDR), órgão consultivo do Secretário Regional da Educação. Para além destes diplomas, existe ainda um conjunto de legislação diversa, regulamentos e normativos, em vigor na RAM, relacionados com: apoio à competição regional, nacional e internacional, a eventos de recreação e lazer, aos transportes aéreos e marítimos, a eventos desportivos de carácter nacional ou internacional, à construção de infraestruturas, à alta competição, à formação, etc.

Ao nível dos indicadores da actividade desportiva na R.A.M., verificamos que, de uma maneira geral, o número de praticantes federados tem aumentado em todos os concelhos da região. Este aumento da prática desportiva federada teve como consequência o incremento da participação em competições nacionais; do número de títulos nacionais; do número de atletas internacionais, apoiados pelo

estatuto de alta competição ou presentes em grandes eventos internacionais; do número de equipas em competições europeias; do número de modalidades desportivas praticadas; do número de eventos organizados.

Os quadros humanos afectos ao desporto federado também têm vindo a crescer à medida do seu desenvolvimento. Não só os praticantes, referidos anteriormente, mas também os juizes, os técnicos e os dirigentes, os diversos tipos de funcionários ou os sócios dos clubes têm vindo a aumentar consideravelmente.

No que diz respeito ao enquadramento técnico, tem sido utilizada, de há uns anos a esta parte, uma política de destacamentos dos professores de Educação Física para os clubes desportivos, que se constitui como um benefício indirecto dos mesmos. Esta medida, que poderá ser uma forma de gerar emprego para os licenciados em Educação Física e Desporto, tem-se debatido, no entanto, com algumas problemas, apesar das correcções constantes de que tem sido alvo, ao longo dos anos. O afastamento dos professores mais habilitados da escola, a grande mobilidade de pessoal docente afecto à Educação Física, a inexistência de um sistema de controlo efectivo, as dificuldades de desenvolvimento do Desporto Escolar motivadas pelos destacamentos parciais e conseqüente redução do número de professores disponíveis para o efeito, são apenas alguns exemplos do que acabamos de referir. Por outro lado, os destacamentos têm-se constituído mais como um benefício para os destacados do que para os clubes, uma vez que, regra geral, estes continuam a remunerar os professores nesta situação.

Como forma de acompanhar o crescimento e desenvolvimento da actividade desportiva regional, sentiu-se a necessidade de uma grande aposta na formação. Daí que, o aumento do número de técnicos e juizes desportivos, bem como dos seus níveis de formação, a par do aumento do número de licenciados em Educação Física e Desporto que a UMA proporcionou, foi uma realidade. Ao

nível deste factor de desenvolvimento, o IDRAM lançou ainda um Plano Estratégico de Apoio à Formação e Alta Competição, envolvendo quatro programas específicos: um para dirigentes, um para juizes desportivos, um para técnicos e outro para praticantes, com horizontes temporais no ano 2000 e que se espera seja aperfeiçoado e tenha continuidade.

A política de construção de instalações desportivas foi considerada prioritária ao longo do processo autonómico, apesar de se considerar, ainda, que não acompanhou o desenvolvimento da actividade federada. Se as instalações para a competição aproximam-se de um bom grau de satisfação, os espaços de treino e recreação ainda são exíguos e deverão merecer especial atenção por parte de clubes (treino) e autarquias (recreação). O investimento nesta área preocupou-se com a sua rentabilização, permitindo a sua utilização por várias entidades.

Assim, a primeira medida foi construí-las em espaços escolares onde eram utilizadas pelo estabelecimento de ensino no período lectivo e pelo desporto federado após ou, em alguns casos, antes das aulas. A gestão desses espaços está a cargo de um professor de Educação Física da escola que, para o efeito, dispõe de uma redução no seu horário escolar. O funcionamento das instalações é assegurado por pessoal afecto às escolas e ao IDRAM e a sua manutenção está, regra geral, sob a responsabilidade desta última estrutura.

A sua utilização por parte dos clubes é gratuita, constituindo-se como mais um dos benefícios indirectos à prática desportiva federada. Recentemente, a criação de uma linha de crédito destinada à construção de infraestruturas por parte de clubes e associações tem permitido melhorar e aumentar o parque desportivo regional. Ultrapassada esta fase, a gestão das instalações desportivas exigirá novos procedimentos, nomeadamente o pagamento da sua utilização.

O apetrechamento das instalações desportivas é assegurado, numa primeira fase, ou seja, no momento da construção, pela entidade construtora, após parecer do IDRAM. Paralelamente, existe a preocupação de ir modernizando o apetrechamento das instalações mais antigas.

Apesar disso, algumas deficiências de construção têm sido encontradas em instalações afectas a instituições escolares, nomeadamente ao nível de estruturas de apoio (balneários) e detectados alguns incumprimentos em relação ao material constante no caderno de encargos. Esta situação só pode ser explicada pela falta de diálogo entre os diversos intervenientes no processo (IDRAM, escolas, Secretaria Regional do Equipamento Social, arquitetos, engenheiros, professores de Educação Física) ou pela necessidade urgente de receber novas instalações, por vezes inacabadas, no início dos anos lectivos.

O desenvolvimento de uma estratégia de marketing tem sido outra das preocupações da administração pública regional. Seja através da divulgação das actividades em conferências de imprensa, cartazes, folhetos ou do símbolo próprio em todos os acontecimentos que envolvam patrocínio público, existe promoção do serviço que operacionaliza a política desportiva regional. Outra das formas de divulgação da mensagem desportiva é feita através de um conjunto de acções públicas, fundamentalmente ligadas à inauguração de novas ou remodeladas instalações desportivas, com a presença de governantes regionais.

O lançamento de uma revista técnica (“Painel Desportivo”) como forma de divulgar trabalhos não publicados, conclusões de monografias, projectos de investigação, reflexões, experiências, formas de funcionamento de estruturas desportivas, etc., foi outra das medidas que contribuíram para o desenvolvimento deste factor.

Para além do “Painel Desportivo” e de algumas obras publicadas pelo “O Desporto Madeira”, pouca é a documentação desportiva específica disponível na R.A.M. Existem, no entanto, alguns volumes que podem ser consultados, tanto na biblioteca da UMA como no IDRAM. O Mestrado em Ciências do Desporto da UMA, onde se insere o presente trabalho, poderá ser um importante contributo nesta área, pela quantidade e qualidade de trabalhos que proporcionará.

Os órgãos de informação regional prestam particular atenção ao fenómeno desportivo. Tanto os jornais diários como os semanários, onde se inclui um de âmbito desportivo, as rádios de expressão nacional ou local ou o canal regional de televisão, dedicam algum dos seus espaços à informação, investigação, opinião, antevisão ou debate sobre os mais diversos assuntos relacionados com o desporto.

Ao nível da economia e finanças, a pesquisa efectuada permite-nos constatar que o orçamento regional dedicado ao desporto tem vindo a aumentar com particular incidência a partir de 1988, data em que se dá o maior incremento das participações nacionais. Numa região economicamente débil, com um tecido empresarial fraco, sem recursos naturais e com um movimento associativo incapaz de gerar receitas próprias, como é a RAM, compete ao Estado assumir a responsabilidade da promoção da prática desportiva.

Assim, foi criado um regulamento de apoio, no sentido de garantir um conjunto de pressupostos necessários à sua prestação. Esta situação tem feito também com que clubes e associações tenham vindo a reduzir progressivamente as suas outras fontes de financiamento, provavelmente devido a alguma acomodação. A dependência do orçamento regional é elevada, pelo que se deverá caminhar no sentido de reduzir progressivamente a subvenção pública, reestruturando-o no

sentido de reafectar verbas no investimento em bens duradouros, nomeadamente infraestruturas e apetrechamento.

O apoio ao movimento associativo tem sido feito unicamente através do recurso à demografia federada. Outros aspectos, relacionados com a qualidade dos resultados e da competição regional, nacional ou internacional, com a qualidade dos eventos organizados, etc., não têm sido valorizados.

A quotização dos associados dos clubes também não se constitui como uma fonte de receita significativa, principalmente porque os clubes não lhes proporcionam quaisquer actividades, para além de, em alguns casos, a assistência gratuita ao espectáculo desportivo, sujeito a entradas pagas.

O progressivo crescimento do número de equipas em competição nacional, para além de sobrecarregar o orçamento regional, tem vindo a dividir recursos e a enfraquecer a competição regional. Em algumas modalidades, os campeonatos regionais, quando existem, mais não são do que uma prova entre as equipas que competem nos diferentes escalões da competição nacional, que aproveitam para “rodar” os atletas menos utilizados ou mais jovens. Nos escalões de formação, alguns clubes preferem sujeitar-se às penalizações pecuniárias que lhes são impostas pelas federações nacionais ou pela Administração Pública Regional, que investir nos jovens locais. Para eles sai mais barato contratar um bom atleta estrangeiro do que formar um bom atleta regional.

Daí que nos pareça urgente concentrar recursos financeiros, humanos e materiais nas equipas / clubes que tenham atingido patamares mais elevados, incentivando e apoiando os restantes no sentido de aumentar a competitividade nas actividades regionais. É necessário acabar com os grupos de amigos travestidos de atletas federados que, acompanhados de um ou outro estrangeiro de qualidade duvidosa,

mais não fazem do que aproveitar algumas benesses proporcionadas pela Administração Pública Regional, competindo a nível nacional. Para além disso, os incentivos às competições nacionais deverão continuar, mas variar sempre em função da promoção / despromoção nos escalões de competição nacional.

Ao nível internacional, os incentivos deverão condicionar-se aos níveis e eliminatórias atingidos e o apoio à alta competição deverá ter em atenção o valor relativo dos resultados no panorama internacional, obtidos individual ou colectivamente.

O apoio aos eventos desportivos de carácter nacional ou internacional tem vindo igualmente a ser limitado aos que sejam capazes de gerar espectáculos de alto nível. A apetência dos patrocinadores para estes eventos é que parece não ser muita.

O modelo de gestão seguido pela Administração Pública Regional, assumido pelo próprio presidente do IDRAM (F. Fernandes, 1999), assenta na estrutura definida de acordo com o modelo de H. Mintzberg (1979), recolhe contribuições em G. Pires (1995) e F. L. Santos (1992) e poderá ser resumida no seguinte:

- Cultivar os bons resultados desportivos e fomentar a excelência, dentro de determinados pressupostos na área da formação e qualidade técnica, sem esquecer a recreação.
- Apoiar os promotores da prática desportiva e promover a região no exterior.
- Promover a formação de recursos humanos, nomeadamente dirigentes, e a concretização de pesquisas e estudos desportivos.

- Gerir os recursos financeiros, humanos e materiais.
- Controlar a aplicação dos recursos e o cumprimento dos contratos-programa.
- Assegurar um serviço de qualidade onde o utente saia satisfeito e sinta confiança na instituição.
- Estimular a mudança constante, adaptando-se às novas realidades e criando o quadro normativo necessário ao desenvolvimento desportivo.
- Criar um espírito de equipa e um poder partilhado que fortaleça a organização.
- Reflectir a atitude que o organismo de tutela (Governo Regional) tem àcerca do fenómeno desportivo e cumprir os objectivos do programa de governo.
- Dividir o trabalho, delegar competências e coordenar as várias equipas / sectores / especialidades, através de um clima informal e participativo, prevalecendo a supervisão directa e, ao nível dos grupos de trabalho, o ajustamento mútuo.
- Assumir uma liderança participada, quer ao nível da ligação com a estrutura governativa, quer ao nível da estrutura executiva.
- Adaptar-se constantemente às modificações do “mercado”, criando novas oportunidades, aproveitando as potencialidades e colmatando as insuficiências.

- Planear a longo prazo (4 anos de mandato coincidentes com o ciclo olímpico) e a curto prazo (plano anual).
- “Provocar” a comunidade desportiva, muitas vezes acomodada e renitente à mudança.

Se ao crescimento do desporto federado madeirense não tem correspondido o seu desenvolvimento ao nível de alguns dos seus factores, o mesmo parece acontecer ao nível do Desporto Escolar.

Se é verdade que o modelo de D.E. desenvolvido na R.A.M. tem funcionado com relativa estabilidade ao longo dos anos, ao contrário daquilo que acontece no Continente, também é verdade que algumas dificuldades financeiras, materiais e humanas têm obstado a que, ao crescimento verificado, corresponda uma melhoria significativa da sua qualidade.

Os indicadores da actividade desportiva escolar revelam isso mesmo. Houve um aumento do número de alunos, professores e escolas envolvidos, incrementou-se a participação nacional, diversificou-se a oferta de actividades destinadas aos alunos, aumentou-se o número de eventos organizados.

O afastamento da escola de alguns dos professores mais habilitados e a conseqüente grande mobilidade de pessoal docente; a falta de um correcto planeamento ao nível das actividades do D.E., fazendo com que seja desenvolvido como serviço extraordinário, aumentando os seus custos, em vez de se criarem mais postos de trabalho; as deficientes construções escolares no que respeita aos espaços desportivos; a má rentabilização das instalações desportivas, devido à sobrelocação das escolas e à deficiente elaboração de horários, onde os

interesses dos professores se sobrepõe aos dos alunos, são algumas das dificuldades com que se debate o D.E. regional.

Para minorar estes aspectos, têm sido feitas algumas “démarches”, nomeadamente por parte do G.C.D.E., alguns órgãos de gestão das escolas e alguns grupos de professores de Educação Física, no sentido de utilizarem as instalações desportivas escolares após o período lectivo. Têm aparecido também alguns clubes escolares que, ultrapassadas as dificuldades enumeradas anteriormente, serão concerteza o futuro do desporto regional. Mais tarde ou mais cedo, a formação ficará a cargo da escola, libertando os clubes desportivos para a especialização e a alta competição. A rentabilização dos recursos de toda a ordem (materiais, humanos, financeiros, informacionais) exige esta perspectiva.

As actividades do D.E. são acompanhadas por uma legislação própria, onde são definidas não só as tarefas e as funções dos professores que aí desempenham funções, mas também o seu estatuto remuneratório, nomeadamente o pagamento do serviço extraordinário que é prestado no acompanhamento das equipas / alunos em competição.

Embora o “Diário de Notícias” da Madeira lhe dedique uma página semanal e os restantes órgãos da comunicação social lhe prestem, pontualmente, alguma atenção, a restante documentação e informação é ainda muito incipiente, fazendo com que esta área não seja tão reconhecida socialmente como a do desporto federado.

Ao nível da formação, as acções desenvolvidas visam sobretudo a formação de árbitros. No que respeita à formação de professores, também nos parece que a UMA não presta a atenção devida ao D.E., como actividade de complemento curricular extremamente importante na formação da nossa juventude.

Se é verdade que o financiamento destinado à organização das actividades do D.E. tem obrigado a constantes adaptações por parte da sua estrutura coordenadora, a quem também não lhe têm sido dadas grandes condições de trabalho e meios para a consecução dos seus objectivos, também não poderemos esquecer os financiamentos indirectos advindos do pagamento dos seus quadros humanos.

A gestão do G.C.D.E. é, assim, fortemente limitada pelas condicionantes anteriores embora tente cultivar a formação desportiva, fazendo com que o desporto chegue ao maior número possível de alunos sem esquecer a qualidade técnica e organizativa que o mesmo deverá possuir. Assegurar um serviço de qualidade aos alunos através da diversificação de actividades de lazer ou competição tem sido o seu lema.

No que ao desporto de lazer e recreação diz respeito, algumas autarquias começam a assumir as suas responsabilidades nesta área. Embora não possuam ainda os seus próprios quadros técnicos, têm beneficiado igualmente da política de destacamentos e contratado em part-time alguns profissionais para o desenvolvimento destas actividades. Outras, porém, continuam a confundir as suas competências, denominando desporto autárquico, o apoio que prestam ao Desporto Escolar e ao próprio Desporto Federado ou colocando associações ou clubes a desenvolver actividades de rua recorrendo a atletas federados.

A recém criada Associação da Madeira de Desporto para Todos (AMDpT) poderia assumir um papel importante no desenvolvimento do desporto de lazer e recreação que, inicialmente, começou por estar nas mãos do próprio IDRAM. No entanto, continua a verificar-se que a falta de hábitos de prática desportiva por parte da população faz com que os escalões etários que mais aderem a estas actividades sejam os de menos de 25 anos, quer ao nível dos eventos organizados

pelos associados da AMDpT, quer nos organizados pela própria associação. Outro dos problemas com que se debate esta associação é o desconhecimento dos seus objectivos e da sua vocação. Com efeito, muitas das entidades que se filiam e pedem apoio à AMDpT, mais não pretendem do que levar a cabo actividades que não se enquadram em nenhuma das associações desportivas regionais: caça, tiro, surf, provas todo o terreno, etc., sem ter em conta os seus objectivos e a população-alvo a que se destinam.

Ao nível do desporto para trabalhadores, a delegação regional do INATEL tem dedicado alguma atenção quer às actividades competitivas (futebol de 5 e de 11, atletismo), quer às actividades de ocupação dos tempos livres, nomeadamente às práticas realizadas em contacto com a natureza. Se a quase inexistência de grandes e médias empresas tem dificultado o desenvolvimento de actividades colectivas, as práticas individuais de aventura têm despertado grande interesse e adesão. O recurso às Casas do Povo e aos centros desportivos locais tem tentado ultrapassar as dificuldades de adesão à prática desportiva de cariz colectivo.

A ligação do desporto à promoção turística tem sido outro dos alvos da atenção de alguns agentes desportivos. Só que, na ausência de estudos relativos ao retorno financeiro directo ou indirecto dos investimentos efectuados, alguns têm questionado fortemente esta sua função. Será que o desporto promove verdadeiramente o destino turístico Madeira no exterior ou esta é uma máxima utilizada por aqueles que apenas pretendem realizar determinada actividade com recurso à subvenção pública sem se maçarem em encontrar patrocinadores para o efeito?

O turismo desportivo não parece ser uma das opções principais dos nossos turistas. De acordo com J. A. Nóbrega (1997), quando compram o destino turístico Madeira, fazem-no fundamentalmente pela qualidade da sua paisagem e

porque a sua tranquilidade apela ao descanso e ao repouso. Depois de se encontrarem na região, não enjeitam a oferta de alguns serviços desportivos, nomeadamente os relacionados com o desfrutar das paisagens através das caminhadas pelas levadas e montanhas da ilha.

Em relação à forma como a Madeira é promovida no exterior, é reconhecido que o facto de ter sido aconselhado por um amigo, um familiar ou alguém das suas relações, influencia a escolha deste destino turístico. Daí que, fundamentalmente entre os turistas nacionais, o grande número de atletas que visitam anualmente a RAM, tenha certamente uma influência decisiva na vinda de grande número de visitantes à região.

Os outros sectores consignados na L.B.S.D. também têm sofrido algum desenvolvimento nos últimos anos.

O sector militar participa em algumas actividades do desporto federado e do desporto para trabalhadores, nomeadamente no atletismo. Para além disso, colabora com o Desporto Escolar e o Desporto Federado na cedência de instalações (campo de futebol, pista de cross) e no apoio logístico (refeições, colchões).

O desporto universitário encontra-se fortemente limitado pelo facto de apenas existir uma universidade na região. Apesar disso, participa em algumas actividades do Desporto Federado e nas fases finais dos Campeonatos Universitários com outras congéneres do país.

O desporto para deficientes tem uma forte implantação na R.A.M. Enquadrado por técnicos devidamente habilitados, pertencentes à Direcção Regional de Educação Especial (D.R.E.E.), estrutura integrada na Secretaria Regional da

Educação (S.R.E.), possui campeões nacionais e uma grande adesão desta população alvo, talvez pelo facto de, todos os anos, levar a efeito os Jogos Desportivos Especiais, evento que, nas últimas edições, assumiu características internacionais.

No meio prisional, o desporto também é utilizado como forma de melhorar a integração dos reclusos dentro do estabelecimento e preparar a sua integração na sociedade. A participação de equipas / atletas constituídos por reclusos em provas federadas ou do Desporto Escolar, constitui-se também como uma forma de promover determinados valores e comportamentos sociais e incentivar a formação e instrução dos indivíduos em reclusão. A sua cooperação com o desporto federado e escolar é feita ao nível da cedência de material e instalações (pavilhão, mesas de ténis de mesa) e da impressão de material gráfico de divulgação das actividades (cartazes, capas, cartões).

3 Formulação do Problema

3.1 Delimitação do Problema

O problema em estudo baseia-se no pressuposto teórico fundamental de que a construção e desenvolvimento de modelos organizacionais associados ao Desporto assentam na participação dos agentes que, directa ou indirectamente, pertencem e / ou interagem com as estruturas organizacionais com responsabilidades na sua condução.

A Lei de Bases do Sistema Desportivo (Lei nº 1/90 de 13/1) no seu artº 4º, nº 4, considera como agentes desportivos: “os praticantes, docentes, treinadores, árbitros e dirigentes, pessoal médico e, em geral, todas as pessoas que intervêm no fenómeno desportivo”.

De entre os agentes que se encontram mais directamente relacionados com o fenómeno desportivo, consideramos que os técnicos, os dirigentes, os professores de Educação Física e os políticos regionais, são aqueles cuja atitude, opinião e perfil profissional mais poderão contribuir na concretização dos nossos objectivos e na melhoria da qualidade organizacional do desporto madeirense. No fundo, trata-se de definir as suas principais linhas orientadoras na entrada para um novo milénio, de acordo com o pensamento estratégico daqueles que mais envolvidos estão neste processo, dele possuem um conhecimento mais profundo e assumem-se como elementos fundamentais no processo de gestão, mudança e transformação.

Da diversidade de ideias e do pluralismo de opiniões poderão surgir as respostas às questões, aos objectivos e às hipóteses de estudo que pretendemos abordar.

Este estudo está delimitado em três níveis de análise que passamos a apresentar:

O primeiro tem a ver com o perfil pessoal e profissional dos agentes inquiridos: funções desempenhadas, organismo onde desempenham funções, número de anos no organismo e no desempenho das funções, idade, sexo, habilitações literárias e profissão.

O segundo nível de análise, provavelmente o mais importante, feito no capítulo de apresentação e discussão dos resultados, compreende a opinião de todos os agentes definidos anteriormente, em relação aos factores de desenvolvimento do desporto tendo em atenção o papel que deverá caber ao Estado e / ou ao Associativismo Desportivo no processo de desenvolvimento desportivo da Região Autónoma da Madeira numa perspectiva de lazer / recreação e / ou federada / formal.

Por último, e no mesmo capítulo definido anteriormente, o terceiro nível de análise pretende verificar até que ponto é que existem diferenças significativas de opinião: 1) em relação aos diferentes grupos em estudo, para cada factor de desenvolvimento e na totalidades dos factores; 2) entre sexos, para a totalidade dos indivíduos inquiridos, analisados igualmente em relação a cada factor de desenvolvimento e para a totalidade dos factores.

3.2 Justificação do Estudo

O desenvolvimento do desporto, como conceito de ordem qualitativa, apresenta-se-nos simultaneamente com um elevado grau de complexidade mas também com uma enorme importância ao nível da qualidade de vida das populações e do

seu direito à educação, à cultura, à saúde, ao lazer e à felicidade, ou seja, como uma questão fundamental ao nível do desenvolvimento do País.

Por outro lado, o desenvolvimento deverá assentar sob um projecto consciente de futuro, onde esteja garantida a participação das pessoas.

De acordo com G. Pires (1994), o desenvolvimento do desporto é entendido como “o conjunto de acções concertadas, dirigidas a grupos-alvo específicos, tendentes a melhorar os padrões quantitativos e qualitativos da prática desportiva, através dos factores de desenvolvimento, tendo em atenção as condições económicas, sociais e políticas do País”.

Embora algumas vezes encontremos os termos crescimento e desenvolvimento utilizados como sinónimos, o que é certo é que eles apresentam significados diferentes.

Enquanto o crescimento é um conceito de ordem quantitativa, o desenvolvimento está mais relacionado com os aspectos de ordem qualitativa. O crescimento deverá ser um meio ou um instrumento ao serviço do desenvolvimento e não um objectivo em si da política desportiva.

É certo que, em muitos casos, ao desenvolvimento está associado o crescimento. Mas é possível haver crescimento sem desenvolvimento. Só que o conceito de desenvolvimento é muito mais abrangente e revela-se de extrema importância quando temos que responder eficazmente às solicitações que nos são feitas por parte de todos aqueles que, num local qualquer, com maiores ou menores preocupações formais, pretendem praticar actividades físicas com um determinado objectivo, organizadas por entidades públicas ou privadas. Queremos com isto dizer que o conceito de desenvolvimento do desporto tem de

ser entendido no contexto económico e social onde as práticas desportivas se desenvolvem e é o objectivo fundamental de toda e qualquer política desportiva.

Se é certo que, regra geral, tem havido um crescimento significativo do desporto na Região Autónoma da Madeira, como o demonstram os dados da demografia federada editados pelo Instituto do Desporto ao longo dos últimos anos, fruto da atenção particular que as estruturas governativas regionais, no quadro da autonomia, lhe têm dispensado, algumas dúvidas subsistem sobre a forma como o mesmo aconteceu ou deveria ter acontecido. Com efeito, o aumento do número de praticantes federados, dos títulos nacionais e até mesmo internacionais e dos investimentos registados nos últimos anos, só fazem sentido se acontecerem de uma forma equilibrada e não à custa da melhoria das condições de acesso à prática desportiva da generalidade das populações.

É preciso verificar se a descentralização dos poderes decisoriais que a autonomia regional nos trouxe foi devidamente aproveitada, através de uma conveniente responsabilização dos agentes desportivos ligados à gestão, organização e desenvolvimento do processo desportivo. Estes têm que se assumir de uma vez por todas como os motores do desenvolvimento desportivo regional, prestando e colocando ao dispor das populações um serviço desportivo de qualidade e não se servindo do desporto em benefício pessoal ou como forma de valorização social.

Por outro lado, não nos podemos esquecer que, no quadro legal do estatuto político – administrativo da R.A.M., os órgãos de governo próprio têm a possibilidade de legislarem e regulamentarem sobre a matéria, sem prejuízo da legislação emanada pelos órgãos de soberania nacional, o que coloca a região numa posição privilegiada em termos de definição de políticas desportivas futuras.

Tudo isto faz com que tenhamos lançado mãos à obra no sentido de criar um instrumento de trabalho que permita, para além de comparar diferentes opiniões sobre políticas desportivas, possuir uma visão estratégica de conjunto no que diz respeito à relação entre a generalização da prática desportiva e a elite de praticantes e às funções que ao Estado e ao movimento associativo deverão estar confiadas.

Só assim conseguiremos encontrar soluções justas e racionais para o desenvolvimento desportivo regional e ultrapassar algumas limitações que alguns sectores da prática desportiva ainda possuem em relação a alguns factores de desenvolvimento

3.3 Objectivos e Hipóteses de Estudo

O presente estudo tem por objectivo determinar o padrão médio do perfil de pensamento de vários agentes sociais, em matéria de política desportiva para a Região Autónoma da Madeira, tendo em atenção os factores de desenvolvimento do desporto definidos por G. Pires (1989):

- 1 – Orgânica
- 2 – Formação
- 3 - Documentação
- 4 - Informação
- 5 - Instalações

6 - Apetrechamento

7 - Recursos humanos

8 - Financiamentos

9 - Normativo

10 - Gestão

11 - Marketing

12 - Actividades

Nos tempos de mudança e turbulência em que vivemos, motivados não só pelas crises de paradigmas reinantes, mas também por uma grande recessão económica, torna-se necessário assumir uma nova atitude estratégica em relação à organização do desporto madeirense. Será que os modelos actuais respondem às necessidades da população da R.A.M.? Ou será que é necessário criar novos modelos de organização e desenvolvimento indispensáveis ao progresso da região?

Embora a preparação do futuro não deva ser feita só uma vez por ano (planeamento anual) nem uma só vez de quatro em quatro anos (por ciclo olímpico), mas todos os dias, não podemos desperdiçar a oportunidade de iniciarmos o novo milénio e um novo ciclo Olímpico, com novas políticas desportivas adequadas à sociedade deste tempo.

É necessário produzir estudos e análises da situação, identificar as necessidades e aspirações da população e formular estratégias, no sentido de se desencadearem projectos tendentes ao desenvolvimento desportivo regional. Este desiderato só se consegue através de um planeamento coerente, participado, equilibrado, interactivo e flexível que permita ao sistema desportivo regional funcionar de forma eficaz. Um planeamento onde, para além de se preparar o futuro através de processos de tomada de decisão, se elaborem mecanismos de controlo sobre esse mesmo futuro.

No sentido de darmos o nosso contributo nesta matéria, pretendemos inquirir, não só agentes desportivos (técnicos e dirigentes), mas também políticos regionais e professores de Educação Física, no sentido de, através da sua opinião, da análise da situação actual e do nível desportivo regional, procedermos à comparação das mesmas e definirmos as principais linhas orientadoras em termos de política desportiva para a R.A.M., bem como levantar algumas pistas de investigação para futuros trabalhos que se possam revelar úteis nesta área.

Em relação a cada factor de desenvolvimento, procura-se responder a um conjunto de quatro questões que têm por objectivo saber o posicionamento dos inquiridos em relação à responsabilidade que cabe ao Estado e / ou ao Associativismo Desportivo em matéria de desenvolvimento desportivo, bem como o modo como este deverá processar-se, isto é, numa perspectiva federada / formal e / ou de lazer / recreação.

Desta forma julgamos estar em condições de ter uma ideia acerca do futuro que se pretende construir, dominando o maior número possível de informações sobre as decisões que se têm de tomar em tempo útil, para que possamos fazer incidir o planeamento do desporto regional nas acções positivas, facilitando-as, evitando os aspectos negativos que, por outro lado, também o caracterizam.

Através deste quadro de objectivos, poderemos formular o seguinte conjunto de hipóteses, que serão testadas em relação ao sexo e a cada um dos quatro grupos em estudo, tendo em atenção cada um dos factores de desenvolvimento, individualmente, e o conjunto de factores, na totalidade.

- O Estado não pode deixar de responsabilizar-se pelo desenvolvimento do desporto.
- O Associativismo Desportivo deverá ser responsabilizado pelo desenvolvimento do desporto.
- O desenvolvimento do desporto deve ser feito numa perspectiva de lazer / recreação.
- O desenvolvimento do desporto deve ser feito numa perspectiva federada / formal.

Para além disso, pretende-se ainda saber se:

- Não existem diferenças significativas de opinião, entre os vários grupos inquiridos, em relação aos factores de desenvolvimento do desporto, analisados individualmente e em conjunto.
- Não existem diferenças significativas de opinião, entre o sexo masculino e o sexo feminino, em relação aos factores de desenvolvimento do desporto, analisados individualmente e em conjunto.

A construção de um modelo de análise que possa nortear toda esta investigação, não só na fase actual mas em todas as fases subsequentes, assume particular importância.

Assim, poderíamos esquematizá-lo, de acordo com o quadro seguinte:

Racionalização das escolhas em matéria de Política Desportiva

| | | | | | | | | | | | | | |
|---|--|------------------|-----------------|---------------|--------------|--------------------|-------------|------------------|----------------------|----------------|----------------|--------------------|------------------|
| Questões | | | | | | | | | | | | | |
| Para quem? | Técnicos Dirigentes Professores Ed. Física Deputados | | | | | | | | | | | | |
| Onde? Quando? | R.A.M. – Séc. XXI | | | | | | | | | | | | |
| Porquê? | Factores de Desenvolvimento | | | | | | | | | | | | |
| O quê? | <table border="0"> <tr> <td>1 - Orgânica</td> <td>5 - Instalações</td> <td>9 - Normativo</td> </tr> <tr> <td>2 - Formação</td> <td>6 - Apetrechamento</td> <td>10 - Gestão</td> </tr> <tr> <td>3 - Documentação</td> <td>7 - Recursos humanos</td> <td>11 - Marketing</td> </tr> <tr> <td>4 - Informação</td> <td>8 - Financiamentos</td> <td>12 - Actividades</td> </tr> </table> | 1 - Orgânica | 5 - Instalações | 9 - Normativo | 2 - Formação | 6 - Apetrechamento | 10 - Gestão | 3 - Documentação | 7 - Recursos humanos | 11 - Marketing | 4 - Informação | 8 - Financiamentos | 12 - Actividades |
| 1 - Orgânica | 5 - Instalações | 9 - Normativo | | | | | | | | | | | |
| 2 - Formação | 6 - Apetrechamento | 10 - Gestão | | | | | | | | | | | |
| 3 - Documentação | 7 - Recursos humanos | 11 - Marketing | | | | | | | | | | | |
| 4 - Informação | 8 - Financiamentos | 12 - Actividades | | | | | | | | | | | |
| Por quem? Quanto? Como? Para quem? | <p style="text-align: center;">Federado / Formal</p> <p style="text-align: center;">Lazer / Recreação</p> | | | | | | | | | | | | |

Em primeiro lugar há que definir quais vão ser os grupos / alvo a inquirir e onde e quando o vamos fazer. No caso concreto, os diferentes agentes envolvidos na investigação desenvolvem a sua actividade na R.A.M. e pretende-se, como horizonte temporal, definir algumas linhas orientadoras em termos de política desportiva regional para a entrada do séc. XXI e, conseqüentemente, do novo milénio.

Depois há que definir o porquê do estudo e o que é que vamos estudar. Numa sociedade cada vez mais centrada nos aspectos de ordem qualitativa, é natural que o desenvolvimento desportivo de um país ou, neste caso, de uma região assumam particular importância e os factores a ele inerentes sejam os principais instrumentos de trabalho.

Finalmente, e para cada factor de desenvolvimento, faremos uma análise quadridimensional para o qual concorrem as seguintes variáveis:

- Estado.
- Associativismo Desportivo.
- Desporto Federado / Formal.
- Desporto de Lazer / Recreação.

Através da análise destas variáveis, poderemos começar a encontrar a matriz teórica no que ao domínio da organização do desporto diz respeito. É necessário saber quem deve assumir as responsabilidades, se o Estado ou o movimento associativo e, fundamentalmente, determinar quanta responsabilidade, isto é, qual a exacta medida e o espaço ajustado à intervenção do Estado no mundo do desporto. Simultaneamente, há que responder às questões relacionadas com a forma como esse desenvolvimento deverá processar-se, se privilegiando a actividade federada / formal ou a de lazer / recreação e, logicamente, se devem dirigir-se à população em geral ou a praticantes de elite, definindo ao mesmo tempo o quanto deverão dirigir-se mais em direcção a uns ou a outros ou se, por outro lado, deverá existir um equilíbrio nas oportunidades de prática.

Só assim poderão ser afectados os recursos necessários e estabelecidos os sistemas de controlo necessários ao desenvolvimento desportivo regional. Só desta forma poderão ser operacionalizadas as actividades e as tarefas necessárias

à realização do trabalho quotidiano das organizações desportivas, de forma a que estas possam cumprir a sua missão e objectivos com eficiência e eficácia.

4 Metodologia

4.1 Amostras

O apuramento das grandes tendências, não só em relação a situações actuais mas também em relação à própria organização do futuro, implica a utilização de métodos de planeamento em que participem os diversos agentes directamente relacionados com o fenómeno em estudo.

Assim, tendo em conta a possibilidade e a necessidade de conhecer a opinião de um vasto leque de intervenientes directos ou indirectos no processo de desenvolvimento do desporto, optou-se por inquirir um conjunto significativo de indivíduos:

- Professores de Educação Física.
- Técnicos de desporto.
- Dirigentes desportivos.
- Políticos.

Optou-se por limitar o envio do questionário a apenas alguns dos indivíduos pertencentes aos grupos atrás enunciados, nomeadamente àqueles que exercem cargos de liderança na sua função:

- Professores de Educação Física: Delegados de Grupo / Disciplina, Directores de Instalações e Coordenadores do Desporto Escolar no ano lectivo 1998/99.

- Técnicos de Desporto: Directores Técnicos Regionais e Treinadores de equipas / atletas em competição nacional na época 1998/99.
- Dirigentes Desportivos: Presidentes de Associações Regionais e Presidentes de Clubes na época 1998/99.
- Políticos: Deputados à Assembleia Legislativa Regional.

4.1.1 Professores de Educação Física

No que diz respeito à categoria constituída pelos Professores de Educação Física, a amostra possui 93 elementos pertencentes às 29 escolas (24 oficiais e 5 particulares) dos 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário da R.A.M. (Anexo 1), assim distribuídos:

- 41 Coordenadores de Desporto Escolar²³
- 22 Directores de Instalações²⁴.
- 30 Delegados de Disciplina / Grupo²⁵.

Dos 93 indivíduos pertencentes à amostra, existiam 5 (3 Coordenadores de Desporto Escolar e 2 Directores de Instalações) que já haviam respondido ao questionário como Técnicos (3) e Dirigentes (2), pelo que nos restaram 88 elementos. Destes, responderam ao inquérito 78 professores (88.6%) de 28 das 29 escolas, assim distribuídos:

²³Pertencentes às escolas e à estrutura coordenadora (G.C.D.E.).

²⁴ Este cargo só existe nas escolas oficiais e dois deles acumulam com o cargo de Coordenador do Desporto Escolar.

²⁵ As escolas com Ensino Básico e Secundário têm um delegado para cada um desses níveis de ensino, mas existem algumas onde essas funções são desempenhadas em regime de acumulação com outras funções.

- 36 Coordenadores de Desporto Escolar em 38 possíveis (94.7%).
- 16 Directores de Instalações em 20 possíveis (80%).
- 26 Delegados de Grupo / Disciplina em 30 possíveis (86.7%).

Os professores inquiridos pertencem ao organismo onde desempenham funções, em média, há 6.4 anos, sendo de realçar que cerca de um terço (32.1%) estão no seu primeiro ano de actividade nessa instituição, o que reforça a ideia que o nosso quadro docente ainda não é muito estável.

No que diz respeito ao número de anos no desempenho da função actual, a média situa-se nos 3.4 anos, notando-se ainda mais do que na situação anterior, a grande mobilidade e a pouca experiência no desempenho destas funções de liderança uma vez que metade (50%) estão no seu primeiro ano nesta actividade.

No seguimento dos dados anteriores, podemos ainda constatar que, no desempenho de cargos que, normalmente, são atribuídos aos professores mais idosos e experientes, a média de idade dos inquiridos (33.1 anos) é relativamente baixa. A este facto não será alheia a Licenciatura em Educação Física e Desporto da Universidade da Madeira que já lançou no mercado de trabalho regional, mais de uma centena de profissionais habilitados nos últimos seis anos.

A maioria dos inquiridos (60.3%) é do sexo masculino e, ao contrário de há alguns anos atrás, já possui habilitação superior (87.2%).

4.1.2 Técnicos Desportivos

Os Técnicos Desportivos totalizam 81 indivíduos:

- 41 Treinadores de equipas em competição nacional (Anexo 2).

- 24 Treinadores de atletas em competição nacional (Anexo 2).
- 16 Directores Técnicos Regionais.

Dos 81 indivíduos considerados, 10 treinadores foram expurgados, uma vez que 4 deles já haviam repondido ao inquérito como professores (3) ou director técnico (1), 3 alegaram não ser capazes de responder por dificuldades linguísticas²⁶, e, dado que o questionário foi aplicado em final de época, 3 técnicos já haviam abandonado definitivamente a região.

Assim, dos 71 indivíduos que restaram, obtivemos uma taxa de retorno de 81.7%, correspondentes a 58 inquéritos respondidos, assim distribuídos:

- 45 Treinadores em 55 possíveis (81.8%).
- 13 Directores Técnicos Regionais em 16 possíveis (81.3%).

Em média, os indivíduos que responderam ao nosso desafio, encontram-se ligados à instituição actual há 4.4 anos. A ligação aos clubes é mais duradoura (4.9 anos, em média) do que às associações de modalidade, como Directores Técnicos (2.8 anos).

Os técnicos madeirenses desempenham, em média, essa função há 6.1 anos. A média do número de anos no desempenho do cargo de Director Técnico (2.3 anos) é substancialmente mais baixa do que no desempenho da função de Treinador de equipas ou atletas (7.3 anos).

A idade média dos técnicos madeirenses é de 33.6 anos, não havendo grandes diferenças entre a idade dos técnicos ligados aos clubes (34.0 anos) ou às associações (31.8 anos).

²⁶ Estrangeiros a desempenhar funções na região.

89.7% dos técnicos é do sexo masculino. De salientar o facto de, em média, existirem mais Directoras Técnicas Regionais (30.8%) do que Treinadoras ligadas aos clubes (4.2%).

As suas habilitações académicas são, de uma forma geral, elevadas. 58.6% possuem um curso superior, 34.5% o ensino secundário e apenas 6.9% têm habilitações inferiores. Este facto é mais visível ao nível dos Directores Técnicos, onde 84.6% têm um curso superior. No que respeita aos técnicos de clubes, 51.1% possuem licenciatura ou bacharelato e 42.2% o ensino secundário.

A maioria dos técnicos (58.2%) são professores (45.5% de Educação Física e 12.7% de outras áreas de ensino). Apenas 10.9% dos nossos treinadores desempenham essas funções em regime de full-time, afirmando ser essa a sua profissão.

4.1.3 Dirigentes Desportivos

A categoria Dirigentes Desportivos possui 103 elementos, sendo:

- 85 Presidentes de Clubes (Anexo 3).
- 18 Presidentes de Associações Regionais (Anexo 4).

Tendo em atenção que 2 clubes nos informaram que os seus presidentes já haviam respondido ao inquérito no âmbito do desempenho de outras funções, obtivemos uma taxa de retorno de 60.4%, correspondentes a 61 questionários. O retorno em relação aos presidentes de Associações Regionais foi maior (72.2%) do que o dos presidentes de Clubes (57.8%).

Em média, estes dirigentes desportivos estão ligados à instituição actual há 12.0 anos. Este valor é substancialmente mais elevado em relação à ligação aos clubes (13.5 anos) do que em relação às associações (6.5 anos).

No que respeita ao desempenho da função de presidente, ele acontece, em média, há 4.8 anos. Não existem grandes diferenças em relação ao desempenho da função em clubes (4.9 anos) ou em associações (4.5 anos).

A idade média dos presidentes dos nossos clubes é de 43.5 anos e a dos presidentes de associações de 38.8 anos. Isto faz com que esta categoria possua uma média de idades (42.5 anos) mais elevada em relação aos grupos anteriores (professores e técnicos).

No total, apenas 5.2% dos nossos presidentes são do sexo feminino, não existindo nenhuma presidente de associação. Todos os presidentes de associação são do sexo masculino e, mesmo ao nível dos clubes, 93.7% são homens.

A maioria dos presidentes possui curso superior (42.1%), sendo que 36.8% tem o curso secundário como habilitação académica e 21.0% habilitações inferiores.

As profissões de professor (25.0%) e empresário (16.7%) são as mais comuns junto dos presidentes de clubes e associações regionais.

4.1.4 Políticos

Do grupo dos Políticos fazem parte 59 deputados à Assembleia Legislativa Regional, assim distribuídos:

- 42 do Partido Social Democrata (PSD).

- 12 do Partido Socialista (PS).
- 2 do Partido Popular (PP).
- 2 da Coligação Democrática Unitária (CDU).
- 1 da União Democrática Popular (UDP).

Fomos informados que 4 destes deputados já haviam respondido ao inquérito na qualidade de presidentes de clubes. Assim, considerando os restantes 55 deputados, obtivemos 29 respostas, ou seja, 52.7% dos possíveis.

O deputado madeirense à Assembleia Legislativa Regional exerce, em média, as suas funções há 6.8 anos e possui 43.1 anos de idade.

A maioria dos deputados é do sexo masculino (93.1%) e possui um curso superior (69.0%).

4.2 Questionário

Após a definição das amostras há que construir os instrumentos de observação e recolha de dados.

Em estudos deste género, recorrem-se normalmente a entrevistas ou questionários, bem como a procedimentos mais complexos acompanhados de sistemas estatísticos mais ou menos elaborados.

As decisões em matéria de desporto são, hoje em dia, objecto de uma criteriosa análise política na medida em que desempenham cada vez mais importância nos processos de organização social.

Elaborado um primeiro inquérito (Anexo 5), testamo-lo junto do grupo dos professores de Educação Física, mais propriamente junto dos Coordenadores de Desporto Escolar. Para isso, foram contactados individualmente alguns desses elementos e promovido o seu preenchimento acompanhado. Nesta primeira fase, os inquiridos apresentaram-nos algumas sugestões em relação à forma como estavam elaboradas algumas questões (afirmações) e manifestaram-nos, de uma forma geral, a ideia de que o questionário era demasiado extenso.

A grande extensão do questionário e o facto do número de questões não ser o mesmo para cada factor de desenvolvimento, o que dificultaria o tratamento dos dados, de acordo com o modelo pretendido, levou-nos à construção de um outro tipo de inquérito. Pretendia-se, assim, um questionário de fácil preenchimento, que nos fornecesse as informações pretendidas, cujo tratamento se adaptasse ao modelo definido anteriormente.

Este acabou por ficar formulado da seguinte forma (Anexo 6):

Primeira parte: Identificação do perfil do inquirido.

- 1 – Organismo a que pertence.
- 2 – Código Postal.
- 3 – Número de anos no organismo.
- 4 – Funções que desempenha.
- 5 – Número de anos no desempenho da função.
- 6 – Idade.
- 7 – Sexo.
- 8 – Habilitações académicas.
- 9 – Profissão.

Segunda parte: Doze categorias de questões fechadas, coincidentes com os factores de desenvolvimento do desporto.

Para cada categoria foram elaboradas quatro questões com o objectivo de caracterizar a posição dos diversos agentes sociais em matéria de política desportiva. Cada uma das questões está relacionada com as dimensões:

- 1- Estado.
- 2- Associativismo Desportivo.
- 3- Desporto Federado / Formal.
- 4- Desporto de Lazer / Recreação.

As questões propostas foram as seguintes:

1 - Orgânica

- 1.1 - A Administração Pública, duma maneira geral, intervém com qualidade no Sistema Desportivo.
- 1.2 - Os Clubes respondem com eficiência às necessidades de prática desportiva da generalidade da população.
- 1.3 - O Desporto Federado deve assumir na globalidade o processo de desenvolvimento do desporto.
- 1.4 - As Empresas Privadas são uma alternativa válida na oferta de programas de promoção da prática desportiva.

2 - Formação

- 2.1 - A importância da formação dos praticantes, técnicos e dirigentes, obriga a uma forte intervenção da Adm. Pública.
- 2.2 - A formação de quadros técnicos, para ser eficiente, deve ser realizada pelas Associações Profissionais.

2.3 - O Desporto Federado está a ser cada vez mais capaz de assegurar a formação dos jovens praticantes.

2.4 - A formação dos jovens praticantes deve ser realizada na escola, numa perspectiva de lazer e recreação.

3 - Documentação

3.1 - A Administração Pública deve financiar a produção de literatura técnica e pedagógica, no âmbito do desporto.

3.2 - A edição de literatura desportiva deve ficar exclusivamente dependente do livre funcionamento do Mercado.

3.3 - As organizações desportivas do Desporto Federado que produzirem literatura da sua especialidade devem ser apoiadas.

3.4 - O Desporto de Lazer e Recreação deve ser apoiado prioritariamente, na edição de literatura técnica e pedagógica.

4 - Informação

4.1 - O Governo deve intervir na Comunicação Social de forma a que a informação desportiva seja isenta e socialmente útil.

4.2 - A comunicação social devia dar mais atenção aos eventos desportivos organizados pelo Associativismo Desportivo.

4.3 - O Desporto Federado deve organizar-se de forma a defender os seus interesses junto da comunicação social.

4.4 - Devido às suas características, o Desporto de Lazer/Recreação merece apoios especiais para divulgar a sua informação.

5 - Instalações

5.1 - À Adm. Pública deve competir financiar substancialmente, a construção de toda e qualquer instalação desportiva.

- 5.2 - A construção de instalações desportivas será mais eficiente se o seu controlo for entregue ao Associativismo Desportivo.
- 5.3 - Deve ser prioritário construir mais instalações desportivas para o Desporto Federado.
- 5.4 - As políticas desportivas têm descurado a construção de instalações desportivas para o Desporto de Lazer e Recreação.

6 - Apetrechamento

- 6.1 - O Governo deve intervir no domínio da indústria e do comércio desportivos, para promover o desporto.
- 6.2 - Deve ser garantida uma linha de crédito especial para a aquisição de material desportivo, pela população em geral.
- 6.3 - O Desporto Federado merece apoios especiais de apetrechamento, a fim de obter resultados de nível internacional.
- 6.4 - Uma política de apetrechamento no Lazer e Recreação é mais vantajosa, pois beneficia a generalidade da população.

7 - Recursos Humanos

- 7.1 - Só a Administração Pública consegue criar um sistema eficiente de enquadramento dos atletas de alta competição.
- 7.2 - O Governo devia delegar mais atribuições e responsabilidades no Associativismo Desportivo.
- 7.3 - Devem ser facultados ao Desporto Federado bons técnicos para trabalharem no domínio da Alta Competição.
- 7.4 - Deve ser privilegiado o apoio aos técnicos que trabalham na recreação e generalização da prática desportiva.

8 - Financiamentos

- 8.1 - A Administração Pública deve financiar qualquer modalidade desportiva, tendo em conta as prioridades estabelecidas pelo Governo.
- 8.2 - Os financiamentos ao desporto devem ser canalizados através dos órgãos de cúpula do Associativismo Desportivo.
- 8.3 - O Desporto Federado, como obtém resultados de nível internacional, deve ser financiado prioritariamente.
- 8.4 - Só devem ser financiadas pela Adm. Pública, as instituições que promovam o desporto para a generalidade da população.

9 - Normativo

- 9.1 - O enquadramento jurídico do mundo do desporto deve reforçar a participação da Administração Pública.
- 9.2 - O Associativismo Desportivo deve ter uma posição privilegiada no enquadramento jurídico do Sistema Desportivo.
- 9.3 - A legislação deve ser fundamentalmente concebida para responder às necessidades do Desporto Federado.
- 9.4 - O Desporto de Lazer e Recreação, por se destinar à população em geral, merece um enquadramento jurídico especial.

10 - Gestão

- 10.1 - É através dos organismos da Administração Pública que o desporto pode ser bem gerido.
- 10.2 - A gestão dos recursos existentes deve, por princípio, ser descentralizada para as Associações Desportivas.
- 10.3 - O Desporto Federado é a instituição que melhor garante uma boa gestão dos recursos disponíveis.
- 10.4 - A gestão do Desporto de Lazer e Recreação deve ser reforçada, já que procura atingir a população em geral.

11 - Marketing

- 11.1 - Em matéria de promoção da prática desportiva, a Adm. Pública tem vindo a abdicar das suas responsabilidades.
- 11.2 - O Associativismo Desportivo é livre para desenvolver a política desportiva que muito bem entender.
- 11.3 - É o Desporto Federado que garante o desenvolvimento do desporto no País.
- 11.4 - A promoção do desporto, para ser eficiente, deve começar na escola através da disciplina de Educação Física.

12 - Actividades

- 12.1 - A Administração Pública deve ter por vocação organizar directamente actividades desportivas.
- 12.2 - É ao Associativismo Desportivo que compete a organização de actividades desportivas.
- 12.3 - O Desporto Federado é o grande responsável pela existência de actividades desportivas.
- 12.4 - Devem ser criados incentivos à organização de actividades desportivas que sejam dirigidas à generalidade da população.

Assim, foram aplicadas um total de 48 questões (afirmações) nas quais procurámos, numa escala de 1 a 5, apurar a posição dos diferentes agentes, de acordo com a tabela seguinte:

| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
|-------------------------|----------------------------|-------------|-------------------------|----------------------|
| Totalmente em desacordo | Relativamente em desacordo | Sem Opinião | Relativamente de acordo | Totalmente de acordo |

Posteriormente, foi feito um último teste através da aplicação do inquérito a um grupo de alunos de mestrado, que serviu para fazer as últimas correcções ao questionário.

4.3 Procedimentos de Pesquisa

Elaborado o inquérito final, havia que aplicá-lo aos diversos elementos constituintes da nossa população-alvo, num total de 336, assim distribuídos:

- 93 Professores de Educação Física.
- 81 Técnicos.
- 103 Dirigentes.
- 59 Deputados

Para o efeito, contamos com a colaboração do Instituto do Desporto da Região Autónoma da Madeira que permitiu a sua aplicação numa reunião com Presidentes de Associações Regionais e Directores Técnicos Regionais e enviou os restantes por correio, com excepção dos dirigidos aos Professores de Educação Física. Em relação a este último grupo, fomos auxiliados pelos Coordenadores de Desporto Escolar que, após lhes termos apresentado o trabalho na reunião de balanço ao ano lectivo 98/99, se dispuseram a cooperar entregando e recolhendo o questionário aos colegas.

A recolha dos questionários que não foram aplicados directamente foi feita pessoalmente pelo autor deste estudo ou remetidos por correio ou fax para o IDRAM.

Em relação ao grupo dos Deputados e aos sub-grupos dos Presidentes de Clubes e Treinadores de equipas / atletas em competição de nível nacional, houve necessidade de, num segundo momento, através do IDRAM e da colaboração de alguns colegas, insistir na importância de obter resposta aos inquéritos entretanto enviados.

Ao longo da recolha fomos informados que, nos vários grupos, pelo menos 21 elementos (6.3%) acumulavam funções, isto é, desempenhavam mais do que uma função de entre as que tínhamos seleccionado para o presente estudo.

Assim, dum total de 315 respostas possíveis, obtivemos 226, o que corresponde a uma taxa de retorno de 71.7%. Curioso, ou talvez não, será constatar que os grupos com maior retorno foram os dos professores de Educação Física com 88.6% e o dos técnicos (onde a maioria também são professores de Educação Física) com 81.7%. Este facto poderá ser tanto mais significativo quando constatamos que, normalmente, não é esta classe profissional aquela que, publicamente, mais questiona, critica, põe em causa a política desportiva regional ou exige a sua participação na definição das mesmas.

Os indivíduos inquiridos estão ligados, em média, à instituição onde exercem actualmente funções há 7.4 anos, sendo de realçar que é a ligação aos clubes a que mais perdura ao longo dos anos²⁷.

O número de anos no desempenho das funções actuais, pelos vários grupos em estudo, possui um valor médio de 4.9 anos, não existindo grandes diferenças entre eles.

²⁷ Os presidentes dos clubes estão, em média, a eles ligados há 13.5 anos.

A idade média dos indivíduos questionados é de 37.0 anos, sendo de salientar que os professores e os técnicos são bastante mais novos (valores médios à volta dos 33 anos) do que os dirigentes e os políticos (valores médios à volta dos 43 anos).

A maioria dos inquiridos é do sexo masculino (81.4%) e possui habilitação superior (65.4%). Aqui é de ter em conta que é o grupo dos professores o que possui maiores habilitações académicas (87.2% é licenciado ou bacharel) em oposição ao dos dirigentes desportivos onde apenas 42.1% possui um curso superior.

4.4 Procedimentos Estatísticos

O tratamento estatístico dos dados foi desenvolvido segundo duas vertentes:

- Análise descritiva por meio de parâmetros de tendência central e dispersão: média, moda, desvio padrão e limites (mínimo e máximo).
- Análise inferencial para a comparação entre grupos. Para o efeito foi utilizado o teste T Student com um nível de significância de 0.05.

5 Apresentação e Discussão dos Resultados

De acordo com os objectivos do estudo definidos anteriormente, a apresentação e discussão dos resultados é feita tendo em atenção a opinião de professores, técnicos, dirigentes e deputados, à cerca das questões relacionadas com o Estado, o Associativismo Desportivo, o Desporto Federado e o Desporto de Lazer e Recreação, para cada um dos doze Factores de Desenvolvimento do Desporto.

Para cada factor de desenvolvimento são apresentados e discutidos os resultados obtidos a partir das respostas de cada um dos grupos em estudo: Professores de Educação Física (Pef), Técnicos (Tec), Dirigentes (Dir) e Deputados (Pol) e em função do sexo²⁸. Assim, em 5.1 são utilizados os valores médios, a moda, o desvio padrão e os valores máximo e mínimo, para cada um dos 4 conjuntos de questões.

Posteriormente é feita a comparação entre os vários grupos e entre o sexo masculino (M) e feminino (F), a partir dos valores médios das respostas em cada um dos factores de desenvolvimento.

No final da apresentação de cada factor de desenvolvimento são sempre retiradas as principais conclusões que resultam da análise geral desses dados e revelam a tendência dos diferentes grupos em cada uma das questões.

Em 5.2 é feita uma análise ao padrão de pensamento dos indivíduos que constituem cada um dos grupos em estudo, tentando descortinar a sua tendência em relação a cada um dos quatro conjunto de questões, tendo em atenção a totalidade dos factores de desenvolvimento do desporto considerados. Nesta

²⁸ Aqui considerados na totalidade dos 4 grupos em estudo.

análise apenas utilizamos os valores médios, por nos permitirem uma melhor visualização dos resultados e porque, através dos vários quadros apresentados em 5.1, se pode facilmente constatar que, regra geral, quando os valores se encontram próximos do valor 3 (entre 2.60 e 3.40), isso não significa uma ausência de opinião mas uma grande dispersão de respostas (desvios-padrão superiores a 1.10). Pelo contrário, quando as respostas tendem para a maior ou menor concordância revelam-se menos dispersas.

Neste sub-capítulo, procede-se ainda a uma comparação entre os vários grupos, tomando por referência a totalidade das respostas relacionadas com todos os factores de desenvolvimento.

Por fim, em 5.3, a análise é feita por grupo de questões, isto é, para cada um dos tipos de perguntas é analisado o grau de concordância, verificando a existência ou não de diferenças entre os vários grupos ou de factor para factor de desenvolvimento. Para isso, utilizamos os valores médios pelas mesmas razões apontadas anteriormente.

5.1 Analisando os Factores de Desenvolvimento do Desporto

Nos quadros utilizados para a apresentação dos resultados referentes a cada um dos factores de desenvolvimento, assinalam-se a **negro** aqueles que consideramos mais pertinentes para as nossas conclusões.

5.1.1 Orgânica

Quadro 1 : Professores

| | Estado | Associativ. | Federado | Lazer |
|---------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Média | 3.08 | 2.41 | 1.90 | 4.08 |
| Moda | 4 | 2 | 1 | 4 |
| Desvio-padrão | 1.10 | 1.12 | 1.34 | 0.96 |
| Mínimo | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Máximo | 5 | 5 | 5 | 5 |

Embora a maioria dos professores esteja relativamente de acordo quanto à qualidade da intervenção da Administração Pública no Sistema Desportivo (moda = 4), no cômputo geral notam-se algumas dúvidas em relação a esta questão (média = 3.08), como se pode verificar pela dispersão relativamente elevada que encontramos (1.10).

Já no que diz respeito à eficiência com que os Clubes respondem às necessidades de prática desportiva por parte da generalidade da população, existe um certo desacordo por parte deste grupo, como podemos verificar pelos valores encontrados através do cálculo da moda (2) e da média (2.41)..

O facto do Desporto Federado dever assumir, na globalidade, o processo de desenvolvimento do desporto parece não colher também muita aprovação (média = 1.90). Aqui, grande parte dos inquiridos está mesmo em total desacordo quanto a esta situação (moda = 1).

Estão relativamente receptivos ao aparecimento de Empresas Privadas como alternativas válidas, na oferta de programas de promoção da prática desportiva (média = 4.08 e moda = 4).

Quadro 2 : Técnicos

| | Estado | Associativ. | Federado | Lazer |
|---------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Média | 3.66 | 2.71 | 2.72 | 4.26 |
| Moda | 4 | 2 | 1 | 4 |
| Desvio-padrão | 0.91 | 1.17 | 1.47 | 0.83 |
| Mínimo | 1 | 1 | 1 | 2 |
| Máximo | 5 | 5 | 5 | 5 |

Os técnicos estão relativamente de acordo quanto à qualidade da intervenção da Administração Pública no Sistema Desportivo (média = 3.66 e moda = 4).

Já no que diz respeito à eficiência com que os Clubes respondem às necessidades desportivas da generalidade da população, parece não existir muito consenso (média = 2.71 e desvio-padrão = 1.17), apesar de um número elevado de treinadores estar em relativo desacordo (moda = 2).

Resultados idênticos obtivemos à questão relacionada com o facto do Desporto Federado dever assumir, na globalidade, o processo de desenvolvimento do desporto. Com efeito, apesar de muitos estarem em total desacordo (moda = 1), na generalidade existe uma certa divisão e dispersão como o demonstram o valor médio encontrado (2.72) e o elevado desvio-padrão (1.47).

Apesar de trabalharem fundamentalmente junto do Sistema Federado, estão de acordo quanto à validade das Empresas Privadas na oferta de programas de

promoção da prática desportiva (média = 4.26 e moda = 4), não existindo, mesmo, nenhum elemento deste grupo que se manifeste totalmente discordante.

Quadro 3 : Dirigentes

| | Estado | Associativ. | Federado | Lazer |
|---------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Média | 3.74 | 3.30 | 2.97 | 3.93 |
| Moda | 4 | 4 | 4 | 4 |
| Desvio-padrão | 0.96 | 1.09 | 1.35 | 1.12 |
| Mínimo | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Máximo | 5 | 5 | 5 | 5 |

Embora grande parte dos dirigentes questionados esteja relativamente de acordo em relação ao conjunto de questões (afirmações) levantadas neste factor de desenvolvimento do desporto (a moda é igual a 4 para todas elas), nota-se que não existe unanimidade em relação ao facto dos Clubes responderem com eficiência às necessidades da prática desportiva para a generalidade da população (média = 3.30) e do Desporto Federado dever assumir, na globalidade, o processo de desenvolvimento do desporto (média = 2.97).

Onde os presidentes de clubes e associações estão relativamente de acordo é em relação à qualidade com que a Administração Pública intervém no Sistema Desportivo (média = 3.74) e ao facto das Empresas Privadas poderem constituir-se como alternativa válida na oferta de programas que visem a promoção da prática desportiva (média = 3.93).

Quadro 4 : Deputados

| | Estado | Associativ. | Federado | Lazer |
|---------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Média | 3.59 | 3.28 | 2.21 | 3.97 |
| Moda | 4 | 4 | 1 | 4 |
| Desvio-padrão | 0.95 | 1.10 | 1.15 | 0.87 |
| Mínimo | 2 | 1 | 1 | 2 |
| Máximo | 5 | 5 | 4 | 5 |

Numa região onde uma larga maioria dos políticos pertence ao partido do Governo, não é de estranhar que estejam relativamente de acordo quanto à qualidade que, de uma maneira geral, está presente na intervenção da Administração Pública no Sistema Desportivo (média = 3.59 e moda = 4).

Valores idênticos foram encontrados para a afirmação: “As Empresas Privadas são uma alternativa válida, na oferta de programas de promoção da prática desportiva” (média = 3.97 e moda = 4).

Em relação a estas duas questões anteriores há mesmo a salientar o facto de nenhum indivíduo pertencente a este grupo se manifestar totalmente em desacordo.

No que respeita à eficiência dos Clubes nas respostas às necessidades de prática pela generalidade da população, não existe uma tendência clara nas opiniões manifestadas (média = 3.28), embora grande parte se tenham manifestado relativamente de acordo (moda = 4).

Já no que respeita à assunção, na globalidade, do processo de desenvolvimento do desporto por parte do Sistema Federado, uma grande parte dos deputados está

completamente em desacordo (moda = 1), manifestando-se, de uma forma geral, relativamente em desacordo com esta questão (média = 2.21). Nenhum dos inquiridos se revelou completamente de acordo.

Quadro 5 : Masculinos

| | Estado | Associativ. | Federado | Lazer |
|---------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Média | 3.56 | 2.96 | 2.55 | 4.04 |
| Moda | 4 | 2 | 1 | 4 |
| Desvio-padrão | 1.30 | 1.36 | 1.20 | 1.04 |
| Mínimo | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Máximo | 5 | 5 | 5 | 5 |

À semelhança do que aconteceu com o grupo dos políticos, os homens, na sua totalidade, também estão relativamente de acordo com as questões nº 1 e 4 deste factor de desenvolvimento (identificadas no questionário como 1.1 e 1.4 e relacionadas com o Estado e o Desporto de Lazer / Recreação, respectivamente), como se pode observar através da análise dos seus valores médios e da moda.

Os indivíduos do sexo masculino não têm, no seu conjunto, uma opinião bem vincada em relação à eficiência dos Clubes na resposta às necessidades de prática por parte da generalidade da população (média = 2.96), embora o maior número de respostas aponte para o facto de estarem em relativo desacordo (moda = 2). Existe mesmo uma grande dispersão dos resultados à volta do valor médio (desvio-padrão = 1.36).

Idêntica análise poderá ser feita à afirmação: “O Desporto Federado deve assumir na globalidade o processo de desenvolvimento do desporto”. Assim, embora a

moda (1) aponte para um grande número de homens em total desacordo, a média (2.55) deixa transparecer, apenas, um relativo desacordo.

Quadro 6 : Femininos

| | Estado | Associativ. | Federado | Lazer |
|---------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Média | 3.07 | 2.29 | 1.95 | 4.21 |
| Moda | 4 | 2 | 1 | 4 |
| Desvio-padrão | 1.15 | 1.16 | 1.17 | 0.93 |
| Mínimo | 1 | 1 | 1 | 2 |
| Máximo | 5 | 4 | 5 | 5 |

As mulheres que responderam ao nosso inquérito não têm uma opinião clara acerca da qualidade da intervenção da Administração Pública no Sistema Desportivo (média = 3.07), apesar de muitas estarem relativamente de acordo (moda = 4).

Em relação à eficiência com que os Clubes respondem às necessidades de prática por parte da população, manifestam-se com relativo desacordo (média = 2.29 e moda = 2). De referir que nenhuma inquirida se revelou completamente de acordo.

Posição idêntica revelam em relação ao Desporto Federado e à sua importância no processo de desenvolvimento do desporto (média = 1.95), havendo mesmo muitas que estão totalmente em desacordo (moda = 1).

Já em relação à importância das Empresas Privadas na oferta de programas de promoção da prática desportiva, a maioria está de acordo, embora relativo (média

= 4.21 e moda = 4). Nenhum elemento do sexo feminino se manifestou em completo desacordo.

Quadro 7 : Comparações

| | Pef-Téc | Pef-Dir | Pef-Pol | Téc-Dir | Téc-Pol | Dir-Pol | M-F |
|-----------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|------|
| T crítico | 1.98 | 1.98 | 1.98 | 1.98 | 1.99 | 1.99 | 1.97 |
| Stat t | -4.19 | 0.52 | -2.76 | -1.29 | 0.52 | 1.60 | 3.27 |
| Diferença | Sim | Não | Sim | Não | Não | Não | Sim |

No que respeita à comparação de opiniões entre os vários grupos em estudo, podemos constatar que as diferenças estão presentes em alguns casos: os Professores de Educação Física apresentam diferenças significativas de opinião em relação a Técnicos e a Políticos; os homens pensam de forma diferente das mulheres.

Se bem que os valores relativos à moda de Professores e Técnicos sejam iguais, as médias indicam algumas diferenças de opinião. Enquanto os professores não têm uma opinião muito bem definida em relação à qualidade da intervenção do Estado no Sistema Desportivo, os Técnicos, apesar de serem maioritariamente professores de Educação Física, acham que existe uma certa qualidade nessa intervenção, possuindo uma opinião mais clara, talvez pelo facto de estarem mais próximo do Sistema Desportivo.

Já no que respeita às questões relacionadas com o Associativismo e o Desporto Federado / Formal (1.2 e 1.3 do questionário), os técnicos estão mais divididos enquanto os professores pensam que os Clubes não respondem com muita eficiência às necessidades de prática da população e que não deve ser o Desporto Federado a assumir, na globalidade, o processo de desenvolvimento do desporto.

As grandes diferenças de opinião entre professores e políticos relacionam-se com a questão 1.2, ligada ao Associativismo. Se os professores estão relativamente em desacordo quanto à eficiência da resposta dos Clubes às necessidades de prática desportiva por parte da população em geral, os políticos, embora sem uma opinião muito bem vincada, inclinam-se mais para a resposta 4 (relativamente de acordo).

Em relação à qualidade da intervenção do Estado no Sistema Desportivo, os deputados estão relativamente de acordo quanto à sua existência, enquanto os professores divergem um pouco nas suas opiniões.

Embora a moda relativa às quatro questões seja igual em ambos os sexos, existem diferenças estatisticamente significativas entre homens e mulheres. Essas diferenças estão relacionadas com as duas primeiras questões (1.1: Estado e 1.2: Associativismo).

Os homens estão relativamente de acordo quanto à qualidade da intervenção da Administração Pública no Sistema Desportivo (1.1). Por seu lado, as mulheres mostram uma certa indefinição.

As mulheres têm uma opinião mais bem formada (relativamente de acordo) quanto à eficiência das respostas dos Clubes às necessidades da prática desportiva pela generalidade da população (1.2) do que os homens, que não têm, na globalidade, uma opinião muito bem definida.

Conclusão:

Os indivíduos inquiridos manifestaram, na globalidade, uma opinião favorável à oferta de programas de promoção da prática desportiva por parte de Empresas

Privadas, refutando, em parte, a ideia que o Sistema Federado deva assumir, na globalidade, o processo de desenvolvimento do desporto. Os únicos indivíduos que não estão tão certos em relação a esta última questão são, exactamente, os ligados ao Desporto Federado (técnicos e dirigentes).

Existe, de uma maneira geral, um relativo acordo quanto à qualidade da intervenção do Estado no Sistema Desportivo. Já em relação à eficiência da actuação dos Clubes nos programas relacionados com a prática desportiva da generalidade da população, as opiniões são muito divergentes.

Da análise feita, resulta que do conjunto de organismos que enquadram, animam e configuram o Sistema Desportivo na RAM, ainda parece ser a Administração Pública Regional aquela que intervém com maior qualidade.

O facto de: 1) a Madeira ter mantido uma certa estabilidade em termos governativos; 2) a estrutura de tutela do desporto (primeiro a DRD e depois o IDRAM) sempre ter estado na dependência directa da Educação, ao contrário do que tem acontecido em território continental, onde a alternância e a falta de uma ideia acerca do desporto tem levantado alguma confusão; 3) alguns sectores desportivos, nomeadamente o escolar e o do trabalho, continuarem a desenvolver-se de forma autónoma, embora interagindo com o sector federado; leva-nos a pensar que o caminho percorrido, embora com erros, tem sido o correcto.

A abertura dos agentes desportivos, ligados à escola, aos clubes e associações, à participação de Empresas Privadas na oferta de programas de prática desportiva vocacionados para a generalidade da população, faz-nos pensar que o movimento associativo, fundamentalmente ligado ao Desporto Federado, tem vivido de costas voltadas para esta problemática.

Em nossa opinião, as autarquias como organismos públicos mais próximos das populações, e as escolas, locais de formação por excelência por onde passam todos os indivíduos, deverão desempenhar um papel fundamental no desenvolvimento de programas de prática desportiva relacionados com o lazer e a recreação e na aquisição de hábitos de prática saudáveis.

Apesar de alguns técnicos e dirigentes ligados ao Desporto Federado ainda pensarem que este sector é que deverá assumir, na globalidade, o processo de desenvolvimento desportivo, parece-nos que isso resulta mais de uma falta de preparação e / ou de visão de futuro, de quem apenas (re)conhece esse sector e reduz o desporto às práticas vocacionadas para o rendimento, o record, a competição e o espectáculo.

5.1.2 Formação

Quadro 8 : Professores

| | Estado | Associativ. | Federado | Lazer |
|---------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Média | 4.09 | 3.76 | 2.55 | 3.65 |
| Moda | 4 | 4 | 2 | 4 |
| Desvio-padrão | 0.90 | 0.98 | 1.33 | 1.20 |
| Mínimo | 2 | 1 | 1 | 1 |
| Máximo | 5 | 5 | 5 | 5 |

Os Professores de Educação Física estão relativamente de acordo quanto ao facto da importância da formação dos vários agentes desportivos (praticantes, dirigentes, técnicos), obrigar a uma forte intervenção do Estado (média = 4.09 e moda = 4). Não existe mesmo nenhum dos 78 inquiridos nesta categoria que se mostre totalmente em desacordo nesta questão.

Apesar disso, também possuem uma concordância relativa quanto à necessidade de intervenção das Associações Profissionais na formação de quadros técnicos (média = 3.76 e moda = 4).

Já em relação à capacidade do Desporto Federado em assegurar a formação e jovens praticantes, os docentes inquiridos manifestam-se com relativa discordância (média = 2.55 e moda = 2). Como seria de esperar, os indivíduos ligados à escola defendem com relativa concordância que é na sua instituição que se deverá processar a formação dos jovens, numa perspectiva de lazer e recreação (média = 3.65 e moda = 4).

Quadro 9 : Técnicos

| | Estado | Associativ. | Federado | Lazer |
|---------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Média | 4.28 | 3.93 | 3.29 | 3.48 |
| Moda | 5 | 4 | 4 | 4 |
| Desvio-padrão | 0.95 | 1.20 | 1.26 | 1.33 |
| Mínimo | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Máximo | 5 | 5 | 5 | 5 |

Grande parte dos nossos técnicos estão totalmente de acordo que, a importância da formação desportiva, obriga a uma forte intervenção da Administração Pública (média = 4.28 e moda = 5).

Também concordam, embora relativamente, que a eficiência da formação de quadros técnicos exige a participação das Associações Profissionais no processo (média = 3.93 e moda = 4).

Não existe uma tendência clara de opinião quanto ao facto do seu Sistema Desportivo - o Federado - responder às necessidades de formação dos jovens praticantes (média = 3.29). Eles parecem acreditar mais na formação através da escola, numa perspectiva de lazer e recreação (média = 3.48 e moda = 4).

Quadro 10 : Dirigentes

| | Estado | Associativ. | Federado | Lazer |
|---------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Média | 4.16 | 3.89 | 3.52 | 3.77 |
| Moda | 5 | 4 | 4 | 4 |
| Desvio-padrão | 0.95 | 1.10 | 1.07 | 1.23 |
| Mínimo | 2 | 1 | 1 | 1 |
| Máximo | 5 | 5 | 5 | 5 |

Os dirigentes desportivos estão relativamente de acordo em relação a todas a questões levantadas neste factor de desenvolvimento. Defendem a intervenção quer do Estado (média = 4.16) quer das Associações Profissionais (média = 3.89) nos processos de formação desportiva e são de opinião que tanto o Sistema Federado (média = 3.52) como a Escola (média = 3.77), numa perspectiva de lazer e recreação, asseguram alguma qualidade ao nível da formação desportiva.

Quadro 11 : Deputados

| | Estado | Associativ. | Federado | Lazer |
|---------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Média | 4.14 | 4 | 2.72 | 4.21 |
| Moda | 4 | 4 | 4 | 4 |
| Desvio-padrão | 0.95 | 0.96 | 1.28 | 0.68 |
| Mínimo | 2 | 2 | 1 | 3 |
| Máximo | 5 | 5 | 5 | 5 |

Idêntica opinião é manifestada pelo grupo dos políticos. Eles estão relativamente de acordo em relação às questões levantadas, com excepção da 2.3, relacionada com o Sistema Federado. Com efeito, como facilmente se pode verificar através da análise do desvio-padrão (1.28), os deputados não têm uma opinião muito bem vincada no que diz respeito à capacidade dos clubes e associações do sector federado, em assegurar a formação de jovens praticantes (média = 2.72), apesar de muitos estarem em relativo acordo (moda = 4).

Quadro 12 : Masculinos

| | Estado | Associativ. | Federado | Lazer |
|---------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Média | 4.26 | 3.91 | 3.08 | 3.74 |
| Moda | 5 | 4 | 4 | 4 |
| Desvio-padrão | 0.85 | 1.06 | 1.30 | 1.20 |
| Mínimo | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Máximo | 5 | 5 | 5 | 5 |

Os indivíduos do sexo masculino são claramente favoráveis à intervenção do Estado nos processos de formação desportiva (média = 4.26 e moda = 5).

Também existe alguma concordância em relação à necessidade de intervenção das Associações Profissionais nos processos de formação de quadros técnicos, no sentido de garantir a sua eficiência (média = 3.91 e moda = 4).

Onde parecem não estar muito certos e dispersar as suas opiniões (desvio padrão = 1.30) é em relação à formação desportiva no âmbito do Desporto Federado (média = 3.08). Estão mais de acordo que esta seja feita na Escola, numa perspectiva de lazer e recreação (média = 3.74 e moda = 4).

Quadro 13 : Femininos

| | Estado | Associativ. | Federado | Lazer |
|---------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Média | 3.76 | 3.67 | 2.81 | 3.60 |
| Moda | 4 | 4 | 2 | 4 |
| Desvio-padrão | 1.14 | 1.07 | 1.27 | 1.23 |
| Mínimo | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Máximo | 5 | 5 | 5 | 5 |

As mulheres tanto defendem a intervenção da Administração Pública (média = 3.76 e moda = 4) como das Associações Profissionais (média = 3.67 e moda = 4) na formação desportiva.

Também mostram alguma concordância em relação à importância da formação desportiva numa perspectiva de lazer / recreação, através da Escola (média = 3.60 e moda = 4).

Onde parecem estar mais indefinidas e dispersas em termos de opinião é em relação à capacidade do Desporto Federado na formação dos jovens praticantes (média = 2.81 e desvio-padrão = 1.27), manifestando-se, muitas delas, relativamente em desacordo quanto a esta questão (moda = 2).

Quadro 14 : Comparações

| | Pef-Téc | Pef-Dir | Pef-Pol | Téc-Dir | Téc-Pol | Dir-Pol | M-F |
|-----------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|------|
| T crítico | 1.98 | 1.98 | 1.98 | 1.98 | 1.99 | 1.99 | 1.97 |
| Stat t | -2.14 | -3.09 | -2.07 | -0.76 | -0.16 | 0.52 | 2.75 |
| Diferença | Sim | Sim | Sim | Não | Não | Não | Sim |

Através da análise deste quadro comparativo, salta logo à evidência as diferenças significativas de opinião dos professores em relação a todos os outros grupos em estudo, para além das que também foram encontradas entre o sexo masculino e o feminino.

A grande diferença de opinião do grupo de professores em relação a técnicos, dirigentes e deputados está na dimensão Desporto Federado. Enquanto muitos professores estão relativamente em desacordo quanto ao facto deste sistema desportivo ter capacidade para assegurar a formação dos jovens praticantes (moda = 2), grande parte dos restantes elementos pertencentes aos diferentes grupos estão em relativo acordo (modas = 4).

Também existem algumas diferenças de opinião a este nível entre o sexo masculino e o feminino. Existe maior percentagem de homens do que de mulheres a concordar com a capacidade do Desporto Federado nos processos de formação desportiva. Ao nível da intervenção do Estado neste factor de desenvolvimento, os homens parecem concordar mais cegamente do que as mulheres relativamente à sua importância.

Conclusão:

De acordo com os indivíduos em estudo, a formação dos vários agentes desportivos tanto deve obedecer a uma forte intervenção do Estado como das Associações Profissionais. Aliás, a própria Lei de Bases do Sistema Desportivo, tanto atribui responsabilidades ao Estado nesta matéria, como a outras entidades públicas ou privadas vocacionadas para esta área.

Pensamos que, se o Associativismo Desportivo, seja ele constituído por associações desportivas, associações profissionais ou clubes, pode contribuir para

a formação de praticantes, técnicos, árbitros, pessoal médico e paramédico, etc., já ao nível do dirigismo terá que haver uma forte intervenção da Administração Pública.

Em nossa opinião, a formação de dirigentes deverá ser prioritária na definição de qualquer política desportiva, pois a falta de competência nesta área fará com que todo o processo de desenvolvimento do desporto fique comprometido.

A existência de escolas de formação superior no domínio do desporto é fundamental ao seu processo de desenvolvimento. Aliás, em nossa opinião, o grande salto qualitativo que o desporto regional está a registar, deve-se em grande parte ao aumento dos níveis de formação da maioria dos técnicos regionais a que, a par da intervenção do IDRAM, não será alheia a Licenciatura em Educação Física e Desporto da Universidade da Madeira. Só que, no aperfeiçoamento e desenvolvimento dos níveis de formação dos diversos agentes desportivos, consignados na própria Lei de Bases do Sistema Desportivo, não poderão ser esquecidas as competências do domínio organizacional, fundamentalmente quando nos estamos a referir a dirigentes e treinadores.

Para além disso, os agentes inquiridos consideram que é de privilegiar a formação realizada através da Escola, numa perspectiva de lazer e recreação, em detrimento da formação proveniente do Sistema Federado. Não é de estranhar que os únicos agentes que defendem que o Desporto Federado é capaz de assegurar a formação dos jovens sejam os dirigentes desportivos, apesar de também não negarem a importância da escola e do desporto com uma componente lúdica.

Aliás, as maiores diferenças em termos de opinião surgem exactamente nesta questão, com os professores a privilegiarem a formação na escola, numa

perspectiva mais recreativa e os presidentes de clubes e associações a defenderem o seu Sistema Federado nos processos de formação desportiva dos jovens.

Só que é necessário não esquecer que uma boa formação desportiva não significa só preparar atletas para o alto rendimento. A aquisição de hábitos de vida saudáveis, associados a uma boa condição física, ao bem estar físico e psíquico que o Desporto de Lazer e Recreação pode proporcionar, não podem ser esquecidos.

5.1.3 Documentação

Quadro 15 : Professores

| | Estado | Associativ. | Federado | Lazer |
|---------------|--------|-------------|----------|-------|
| Média | 3.94 | 2.67 | 4.28 | 3.42 |
| Moda | 4 | 2 | 5 | 4 |
| Desvio-padrão | 1.04 | 1.26 | 0.87 | 1.09 |
| Mínimo | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Máximo | 5 | 5 | 5 | 5 |

Os professores estão relativamente de acordo no que respeita ao facto da Administração Pública dever financiar a produção de literatura técnica e pedagógica no âmbito do desporto (média = 3.94 e moda = 4), discordando, em parte, que esta deva ficar exclusivamente dependente do livre fornecimento do Mercado (média = 2.67 e moda = 2).

Estão completamente de acordo que as organizações do Desporto Federado que produzirem literatura da sua especialidade devem ser apoiadas (média = 4.28 e

moda = 5), não rejeitando, no entanto, a edição de literatura técnica e pedagógica ligada ao Desporto de Lazer e Recreação (média = 3.42 e moda = 4).

Quadro 16 : Técnicos

| | Estado | Associativ. | Federado | Lazer |
|---------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Média | 4.59 | 2.31 | 4.71 | 3 |
| Moda | 5 | 2 | 5 | 2 |
| Desvio-padrão | 0.65 | 1.16 | 0.46 | 1.18 |
| Mínimo | 3 | 1 | 4 | 1 |
| Máximo | 5 | 5 | 5 | 5 |

Os técnicos estão totalmente de acordo que seja o Estado a financiar a produção de literatura desportiva (média = 4.59 e moda = 5), discordando, em parte, que a sua edição fique exclusivamente dependente do livre funcionamento do Mercado (média = 2.31 e moda = 2).

Estão também completamente de acordo que a produção de literatura desportiva ligada ao Desporto Federado deve ser apoiada, como o demonstram os valores médios (4.71), a moda (5) ou os valores mínimo (4) e máximo (5) encontrados.

Já em relação ao apoio à literatura ligada ao Desporto de Lazer e Recreação existe uma certa indefinição nas respostas encontradas (média = 3 e desvio-padrão = 1.18).

Quadro 17 : Dirigentes

| | Estado | Associativ. | Federado | Lazer |
|---------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Média | 4.34 | 2.41 | 4.34 | 3.26 |
| Moda | 5 | 2 | 5 | 4 |
| Desvio-padrão | 0.87 | 1.15 | 0.75 | 1.25 |
| Mínimo | 2 | 1 | 2 | 1 |
| Máximo | 5 | 5 | 5 | 5 |

Os Dirigentes desportivos também se mostram claramente a favor do apoio do Estado à produção de literatura desportiva (média = 4.34 e moda = 5), em detrimento de deixá-la ao sabor do livre funcionamento do mercado, onde demonstraram algum desacordo (média = 2.41 e moda = 2).

Estão também claramente a favor da produção de literatura desportiva ligada ao Sistema Federado (média = 4.34 e moda = 5), não existindo uma tendência clara de opinião em relação ao apoio à literatura da área do lazer e recreação (média = 3.26), encontrando-se alguma dispersão nos valores encontrados (desvio-padrão = 1.25).

Quadro 18 : Deputados

| | Estado | Associativ. | Federado | Lazer |
|---------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Média | 4.21 | 2.41 | 4.14 | 3.62 |
| Moda | 5 | 2 | 4 | 4 |
| Desvio-padrão | 0.86 | 1.30 | 0.69 | 1.29 |
| Mínimo | 2 | 1 | 2 | 1 |
| Máximo | 5 | 5 | 5 | 5 |

A opinião dos Políticos também não diverge muito das anteriores. Com efeito, existe um claro apoio à participação do Estado na produção de literatura desportiva (média = 4.21 e moda = 5) e uma relativa discordância em relação à sua dependência do livre funcionamento do mercado (média = 2.41 e moda = 2).

Os Deputados manifestam um acordo relativo quer em relação à produção de literatura desportiva no âmbito federado (média = 4.14 e moda = 4), quer ao nível do lazer e recreação (média = 3.62 e moda = 4).

Quadro 19 : Masculinos

| | Estado | Associativ. | Federado | Lazer |
|---------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Média | 4.28 | 2.43 | 4.42 | 3.29 |
| Moda | 5 | 2 | 5 | 4 |
| Desvio-padrão | 0.92 | 1.20 | 0.73 | 1.20 |
| Mínimo | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Máximo | 5 | 5 | 5 | 5 |

O apoio do Estado à produção de literatura desportiva também é fortemente apoiado pelos homens pertencentes à totalidade dos grupos analisados (média = 4.28 e moda = 5). Por seu lado, deixá-la ao sabor do livre funcionamento de mercado merece-lhes alguma discordância (média = 2.43 e moda = 2).

Os indivíduos do sexo masculino também não têm dúvidas que as organizações do Desporto Federado que produzirem literatura da sua especialidade devem ser apoiadas (média = 4.42 e moda = 5). O mesmo não acontece em relação à literatura ligada ao Desporto de Lazer e Recreação, onde uma vez mais não existe uma tendência clara nas opiniões manifestadas (média = 3.29)

Quadro 20 : Femininos

| | Estado | Associativ. | Federado | Lazer |
|---------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Média | 4.12 | 2.64 | 4.26 | 3.31 |
| Moda | 5 | 3 | 5 | 4 |
| Desvio-padrão | 0.89 | 1.23 | 0.83 | 1.18 |
| Mínimo | 2 | 1 | 2 | 1 |
| Máximo | 5 | 5 | 5 | 5 |

Ao nível do sexo feminino os resultados são idênticos. Apenas há a salientar a grande indefinição que as mulheres têm no que respeita à questão 3.2, relacionada com o Associativismo. Muitas delas não possuem sequer opinião àcerca do facto da edição de literatura dever ou não ficar dependente do livre funcionamento do mercado (moda = 3).

Quadro 21 : Comparações

| | Pef-Téc | Pef-Dir | Pef-Pol | Téc-Dir | Téc-Pol | Dir-Pol | M-F |
|-----------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|------|
| T critico | 1.98 | 1.98 | 1.98 | 1.98 | 1.99 | 1.99 | 1.97 |
| Stat t | -0.79 | -0.14 | -0.15 | 0.65 | 0.49 | -0.04 | 0.25 |
| Diferença | Não | Não | Não | Não | Não | Não | Não |

Comparando os diferentes grupos em análise, chegámos à conclusão que, em relação a este factor de desenvolvimento, não existem diferenças significativas de opinião entre eles.

Conclusão:

Neste factor de desenvolvimento do desporto parece-nos haver uma tendência clara para considerar importante a intervenção da Administração Pública no domínio da produção de literatura técnica e pedagógica ligada, fundamentalmente, ao Desporto Federado. O Estado deverá disponibilizar, igualmente, os meios necessários a uma fácil consulta da documentação desportiva.

Os inquiridos manifestam-se ainda, de uma maneira geral, relativamente em desacordo no que diz respeito à documentação produzida ficar dependente do livre funcionamento do mercado. A este facto não será alheia a falta de hábitos de procura, consulta e leitura de livros por parte da população em geral. Só que isso não deverá impedir a produção de informação especializada, fundamentalmente feita por especialistas para especialistas. As escolas de formação assumem também um papel importante nesta área.

Para além disso, no seu conjunto, não possuem ideias muito claras quanto à importância da literatura especializada no domínio do lazer e recreação. Apenas os professores e os deputados lhe atribuem alguma importância, embora sem muito significado. Apesar disso, julgamos que, assim como não podemos negligenciar a produção de literatura na área da gestão do desporto, não poderemos esquecer que ao Desporto de Lazer e Recreação estão associados problemas fundamentais relacionados, não só com a ocupação dos tempos livres mas também com a saúde das populações, que deverão merecer atenção especial.

De salientar, ainda, que não foram encontradas diferenças de opinião estatisticamente significativas, entre os diferentes grupos analisados.

5.1.4 Informação

Quadro 22 : Professores

| | Estado | Associativ. | Federado | Lazer |
|---------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Média | 3.62 | 4.04 | 3.91 | 4.31 |
| Moda | 5 | 4 | 4 | 5 |
| Desvio-padrão | 1.43 | 0.93 | 0.98 | 0.81 |
| Mínimo | 1 | 2 | 1 | 2 |
| Máximo | 5 | 5 | 5 | 5 |

Os professores revelam, em geral, alguma concordância em relação à intervenção do Governo na Comunicação Social de modo a torná-la isenta e com informação socialmente útil (média = 3.62), embora os valores apresentem uma dispersão elevada (desvio-padrão = 1.43).

Estão, também, relativamente de acordo em relação ao facto da Comunicação Social dever dar mais atenção aos eventos organizados pelo Associativismo Desportivo (média = 4.04 e moda = 4).

O mesmo acontece com a questão relacionada com o Desporto Federado: existe uma relativa concordância de que este Sistema Desportivo deve organizar-se de modo a defender os seus interesses junto da Comunicação Social (média = 3.91 e moda = 4).

Em relação aos apoios especiais que deverão ser prestados ao Desporto de Lazer e Recreação para divulgar a sua informação, existe uma total concordância por parte dos docentes de Educação Física (média = 4.31 e moda = 5), notando-se mesmo a ausência de totais desacordos.

Quadro 23 : Técnicos

| | Estado | Associativ. | Federado | Lazer |
|---------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Média | 3.76 | 4.47 | 4.47 | 4.02 |
| Moda | 5 | 5 | 5 | 4 |
| Desvio-padrão | 1.42 | 0.92 | 0.82 | 1.03 |
| Mínimo | 1 | 2 | 2 | 1 |
| Máximo | 5 | 5 | 5 | 5 |

À semelhança do que acontece com os professores, os técnicos mostram, no geral, relativa concordância em relação à intervenção do Estado na Comunicação Social de modo a torná-la isenta e útil (média = 3.76), apesar duma grande dispersão dos resultados (desvio-padrão = 1.42).

Estão completamente de acordo de que a Comunicação Social deve dar mais atenção aos eventos do Associativismo Desportivo e que o Sistema Federado deve organizar-se de modo a aí defender os seus interesses, como o demonstram os valores encontrados para a média (4.47) e a moda (5).

Os apoios especiais que devem ser prestados ao Desporto de Lazer e Recreação na divulgação da sua informação também mereceram alguma concordância dos técnicos auscultados (média = 4.02 e moda = 4).

Quadro 24 : Dirigentes

| | Estado | Associativ. | Federado | Lazer |
|---------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Média | 3.38 | 4.43 | 4.25 | 3.82 |
| Moda | 5 | 5 | 5 | 5 |
| Desvio-padrão | 1.55 | 0.92 | 0.89 | 1.34 |
| Mínimo | 1 | 2 | 1 | 1 |
| Máximo | 5 | 5 | 5 | 5 |

Os dirigentes têm opiniões muito diferenciadas em relação à intervenção do Estado na Comunicação Social (média = 3.38), existindo uma grande dispersão de valores resultantes das respostas dadas (desvio-padrão = 1.55). No entanto, há a salientar o facto do maior número de respostas apontar para a concordância total (moda = 5).

À semelhança do que acontece com os treinadores, os presidentes são defensores acérrimos do Associativismo Desportivo e do Desporto Federado junto da Comunicação Social. As modas (ambas iguais a 5) e os valores médios (4.43 e 4.25, respectivamente) assim o demonstram.

Estes dirigentes também estão, grosso-modo, relativamente de acordo em relação aos apoios que devem ser concedidos ao Desporto de Lazer e Recreação no sentido de fazer passar a sua mensagem (média = 3.82), apesar do valor elevado do desvio-padrão (1.34) indiciar opiniões diversas.

Quadro 25 : Deputados

| | Estado | Associativ. | Federado | Lazer |
|---------------|-------------|-------------|----------|-------------|
| Média | 2.93 | 4.17 | 4 | 4.41 |
| Moda | 1 | 5 | 4 | 5 |
| Desvio-padrão | 1.67 | 1.17 | 0.89 | 0.91 |
| Mínimo | 1 | 1 | 1 | 2 |
| Máximo | 5 | 5 | 5 | 5 |

Os deputados possuem opiniões bastante diversificadas (desvio-padrão = 1.67 e média = 2.93) em relação à intervenção do Estado na Comunicação Social. Apesar disso, a moda (1) indica-nos que o maior número de respostas aponta para o total desacordo em relação a esta questão.

Em relação às restantes questões, existe alguma concordância no que respeita à atenção que deve ser dispensada pela comunicação social ao Associativismo Desportivo (média = 4.17) e ao Desporto Federado (média = 4) e uma total concordância de que o Desporto de Lazer e Recreação deve ser apoiado na divulgação de informação (média = 4.41 e moda = 5).

Quadro 26 : Masculinos

| | Estado | Associativ. | Federado | Lazer |
|---------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Média | 3.44 | 4.30 | 4.16 | 4.09 |
| Moda | 5 | 5 | 5 | 5 |
| Desvio-padrão | 1.56 | 0.98 | 0.96 | 1.07 |
| Mínimo | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Máximo | 5 | 5 | 5 | 5 |

Embora com ligeiras oscilações de concordância, os indivíduos do sexo masculino estão de acordo em relação a todas as questões / afirmações levantadas neste factor de desenvolvimento do desporto. As maiores dúvidas centram-se ao nível da intervenção do Estado, como podemos verificar através da elevada dispersão de opiniões (desvio-padrão = 1.56).

Quadro 27 : Femininos

| | Estado | Associativ. | Federado | Lazer |
|---------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Média | 3.76 | 4.12 | 4.12 | 4.24 |
| Moda | 4 | 4 | 4 | 5 |
| Desvio-padrão | 1.23 | 0.92 | 0.80 | 1.03 |
| Mínimo | 1 | 2 | 2 | 1 |
| Máximo | 5 | 5 | 5 | 5 |

As mulheres apresentam tendências de resposta idênticas aos homens, no que respeita à informação desportiva, apesar de não dispersarem tanto as suas respostas em relação à questão relacionada com o Estado (desvio-padrão = 1.23).

Quadro 28 : Comparações

| | Pef-Téc | Pef-Dir | Pef-Pol | Téc-Dir | Téc-Pol | Dir-Pol | M-F |
|-----------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|-------|
| T critico | 1.98 | 1.98 | 1.98 | 1.98 | 1.99 | 1.99 | 1.97 |
| Stat t | -1.79 | 0.01 | 0.61 | 1.47 | 1.93 | 0.49 | -0.49 |
| Diferença | Não | Não | Não | Não | Não | Não | Não |

Como podemos verificar através da análise do quadro anterior, não existem diferenças estatisticamente significativas de opinião entre os vários grupos em análise.

Conclusão:

Das análises anteriores relacionadas com a informação desportiva, podemos concluir que, na opinião dos vários agentes desportivos, tanto o Desporto Federado como o de Lazer e Recreação devem merecer atenção especial por parte da Comunicação Social.

A informação desportiva veiculada não pode continuar a ser, quase exclusivamente, a que se relaciona com o desporto espectáculo, ainda por cima distorcida, tratada por generalistas que agarrados a valores do passado impedem a organização do futuro e provocam a confusão e a desorientação dos consumidores.

Pensam igualmente que o Associativismo Desportivo deverá organizar-se de modo a não ser esquecido pela Comunicação Social, nomeadamente na divulgação dos seus eventos desportivos. A informação, como processo através do qual o interesse e o significado do desporto circulam entre os diversos intervenientes, utilizando tecnologias que permitem a participação das pessoas à escala mundial, gerando cada vez mais informação, assume um papel fundamental para qualquer instituição de âmbito associativo.

Sempre que esteja em causa a isenção e a utilidade da informação desportiva por parte da Comunicação Social, deverá haver intervenção do Estado no sentido de repô-las. Apesar de esta ser a opinião generalizada dos vários agentes desportivos, há uma grande diversidade de respostas a esta questão por parte de todos eles.

Só que, à semelhança de alguns agentes desportivos, a Administração Pública também tem um grande apetite pelos resultados desportivos. Como um bom

resultado abre um telejornal ou é manchete na primeira página de um jornal, enquanto um grande número de pessoas a praticar desporto não passa de uma mera estatística, assiste-se a uma certa passividade por parte dos organismos estatais, em termos de regulação da informação desportiva.

5.1.5 Instalações

Quadro 29 : Professores

| | Estado | Associativ. | Federado | Lazer |
|---------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Média | 3.71 | 2.97 | 2.90 | 4.28 |
| Moda | 4 | 2 | 2 | 5 |
| Desvio-padrão | 1.15 | 1.17 | 1.37 | 1.04 |
| Mínimo | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Máximo | 5 | 5 | 5 | 5 |

Os professores estão relativamente de acordo que deve competir à Administração Pública financiar substancialmente a construção de instalações desportivas (média = 3.71 e moda = 4), manifestando algumas dúvidas de que haveria maior eficiência se o seu controlo fosse entregue ao Associativismo Desportivo (média = 2.97 e desvio-padrão = 1.17).

Quanto ao facto de se dever dar prioridade à construção de instalações desportivas para o Desporto Federado, as suas opiniões são muito divergentes. Com efeito, a média encontrada na resposta a esta questão (2.90) e o respectivo desvio-padrão (1.37), indiciam uma grande dispersão dos dados.

Onde não têm dúvidas é em relação à necessidade de não ser descurada a construção de instalações para a população em geral poder praticar actividades de lazer e recreação (média = 4.28 e moda = 5).

Quadro 30 : Técnicos

| | Estado | Associativ. | Federado | Lazer |
|---------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Média | 4.16 | 3.74 | 4.33 | 3.71 |
| Moda | 5 | 4 | 5 | 4 |
| Desvio-padrão | 1.04 | 1.24 | 1.07 | 1.08 |
| Mínimo | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Máximo | 5 | 5 | 5 | 5 |

Os técnicos madeirenses pensam, de uma maneira geral, que deve competir à Administração Pública financiar substancialmente a construção de toda e qualquer instalação desportiva (média = 4.16), mas que essa construção, para ser mais eficiente, deve ser entregue ao Associativismo Desportivo (média = 3.74).

Não têm dúvidas que a construção de mais instalações para o Desporto Federado deve ser prioritária (média = 4.33 e moda = 5), embora também concordem, com alguma relatividade, que não se pode descurar a construção de infra-estruturas para o lazer e recreação (média = 3.71 e moda = 4).

Quadro 31 : Dirigentes

| | Estado | Associativ. | Federado | Lazer |
|---------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Média | 3.90 | 4.08 | 4.15 | 3.70 |
| Moda | 5 | 5 | 5 | 4 |
| Desvio-padrão | 1.16 | 1.16 | 1.08 | 1.22 |
| Mínimo | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Máximo | 5 | 5 | 5 | 5 |

Os dirigentes concordam, com alguma relatividade, em relação a todas as questões levantadas no inquérito ligadas às instalações desportivas.

Assim, tanto defendem a participação do Estado, financiando a sua construção (média = 3.90), como a entrega do seu controlo ao Associativismo Desportivo (média = 4.08).

Do mesmo modo, tanto consideram importante as instalações para o Desporto Federado (média = 4.15 e moda = 5), como para o Desporto de Lazer e Recreação (média = 3.70 e moda = 4), apesar de se inclinarem mais para o Sistema Federado, onde a maioria desempenha funções.

Quadro 32 : Deputados

| | Estado | Associativ. | Federado | Lazer |
|---------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Média | 3.52 | 3.41 | 3.21 | 3.07 |
| Moda | 4 | 4 | 2 | 4 |
| Desvio-padrão | 1.09 | 1.32 | 1.26 | 1.51 |
| Mínimo | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Máximo | 5 | 5 | 5 | 5 |

Os políticos regionais estão relativamente de acordo quanto ao facto de caber à Administração Pública o financiamento substancial da construção de toda e qualquer instalação desportiva (média = 3.52 e moda = 4), mas também pensam que, se o seu controlo for entregue ao Associativismo Desportivo, aumentaremos a eficiência dessa construção (média = 3.41 e moda = 4).

Em relação às restantes duas questões, relacionadas com os sectores desportivos a quem devem ser dirigidas essas instalações, já não existe grande unanimidade. As médias e os desvios-padrão encontrados para cada um deles indicam-nos uma grande dispersão de respostas: Desporto Federado (média = 3.21 e desvio-padrão = 1.26) e Desporto de Lazer e Recreação (média = 3.07 e desvio-padrão = 1.51).

Quadro 33 : Masculinos

| | Estado | Associativ. | Federado | Lazer |
|---------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Média | 3.88 | 3.60 | 3.73 | 3.71 |
| Moda | 4 | 4 | 5 | 4 |
| Desvio-padrão | 1.13 | 1.29 | 1.35 | 1.25 |
| Mínimo | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Máximo | 5 | 5 | 5 | 5 |

De uma maneira geral, os indivíduos do sexo masculino concordam relativamente em relação à totalidade das questões ligadas às instalações desportivas, apesar de os valores elevados encontrados em relação ao desvio-padrão mostrarem-nos uma grande dispersão de respostas.

Quadro 34 : Femininos

| | Estado | Associativ. | Federado | Lazer |
|---------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Média | 3.71 | 3.19 | 3.24 | 4.33 |
| Moda | 4 | 4 | 2 | 5 |
| Desvio-padrão | 1.13 | 1.17 | 1.34 | 0.93 |
| Mínimo | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Máximo | 5 | 5 | 5 | 5 |

As mulheres estão relativamente de acordo em relação à intervenção do Estado no financiamento da construção de instalações desportivas (média = 3.71 e moda = 4).

Já em relação à entrega do seu controlo ao Associativismo Desportivo e à prioridade que se deve dar ao sector federado, não é encontrada uma tendência nítida de respostas, como se pode verificar através da análise da média (3.19 e 3.24, respectivamente) e do desvio-padrão (1.17 e 1.34, respectivamente) de cada uma das questões.

Os indivíduos do sexo feminino parecem não ter dúvidas que as políticas desportivas têm descurado a construção de instalações desportivas para o Desporto de Lazer e Recreação, como o demonstram os valores médios encontrados (4.33) e o maior número de respostas obtidas (moda = 5).

Quadro 35 : Comparações

| | Pef-Téc | Pef-Dir | Pef-Pol | Téc-Dir | Téc-Pol | Dir-Pol | M-F |
|-----------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|------|
| T crítico | 1.98 | 1.98 | 1.98 | 1.98 | 1.99 | 1.99 | 1.97 |
| Stat t | -4.18 | -3.98 | 1.06 | 0.19 | 4.52 | 4.25 | 0.87 |
| Diferença | Sim | Sim | Não | Não | Sim | Sim | Não |

Da análise do quadro de comparações ressalta à evidência a existência de dois grandes conjuntos de opiniões: a dos professores e políticos, por um lado, e a dos dirigentes e técnicos, por outro.

Assim, encontramos diferenças significativas entre os elementos pertencentes a um e a outro grupo. Se, por um lado os técnicos e dirigentes defendem a construção de mais instalações para o Desporto Federado e o seu controlo para o movimento associativo, os professores e deputados mostram-se mais divididos em relação a esta questão.

Apesar de não serem estatisticamente significativas, não podemos deixar de considerar a maior tendência dos professores para a construção de instalações desportivas para a generalidade da população, em relação aos políticos. O mesmo acontece com as mulheres em relação aos homens. Aliás, tendo em conta que a população feminina inquirida pertence em grande número ao grupo dos docentes, sendo bastante diminuta no grupo dos políticos, não é de estranhar esta tendência e esta associação.

Conclusão:

Da análise do conjunto de resultados relacionados com este factor de desenvolvimento, ressalta à evidência a tendência para considerar o Estado, o

principal responsável pelo financiamento de toda e qualquer instalação desportiva, fundamentalmente destinada às práticas de lazer e recreação.

A construção de mais instalações para o Desporto Federado é defendida sobretudo pelos técnicos e dirigentes a ele ligados, mostrando-se os restantes grupos de certa forma divididos em relação a esta matéria.

O desenvolvimento do desporto não passa só pela construção de mais instalações. Elas só têm sentido se estiverem acessíveis à generalidade da população e não servirem unicamente para o Desporto Federado, promovendo mais profissionalismo, mais espectáculo e mais espectadores. As infra-estruturas têm que estar adaptadas e servir os deficientes, as crianças e os idosos, localizar-se em zonas de fácil acesso e com custos que possam ser suportados pelos potenciais utilizadores. Só assim conseguiremos criar hábitos de prática nas pessoas e aumentar as taxas de participação desportiva.

Apesar de considerarem que compete à Administração Pública o financiamento substancial dessas instalações, a maioria pensa que, para uma maior eficiência ao nível da construção, o seu controlo deveria se entregue ao movimento associativo.

Isto contraria o que está definido na Carta Europeia do Desporto para Todos e que é prática corrente nalguns países Europeus com um nível desportivo superior ao nosso, nomeadamente a França e a Suíça, onde a grande maioria das instalações são públicas, embora por vezes entregues para exploração ao poder local ou sociedades privadas.

Na RAM foi isso que aconteceu ao longo dos anos, isto é a política de construção de instalações desportivas foi centralizada na Administração Pública Regional. O

parque desportivo regional foi basicamente criado junto às escolas, permitindo uma maior rentabilização através da utilização repartida entre o Sistema Federado e o Sistema Educativo, cabendo a sua gestão ao IDRAM.

Apesar do esforço feito no sentido de melhorar as infra-estruturas regionais, o que é facto é que estas não conseguiram acompanhar a grande evolução das actividades federadas. Daí que, nos últimos anos, para além de se continuar a apostar nas instalações junto aos estabelecimentos de ensino, tem havido um maior número de clubes a construí-las com o apoio do Estado, o que vem ao encontro do sentimento manifestado por técnicos e dirigentes.

No entanto, os espaços de recreação deverão merecer uma atenção especial, fundamentalmente por parte do poder local.

5.1.6 Apetrechamento

Quadro 36 : Professores

| | Estado | Associativ. | Federado | Lazer |
|---------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Média | 3.64 | 3.47 | 3.82 | 4.21 |
| Moda | 4 | 4 | 4 | 5 |
| Desvio-padrão | 1.21 | 1.24 | 1.04 | 0.93 |
| Mínimo | 1 | 1 | 1 | 2 |
| Máximo | 5 | 5 | 5 | 5 |

Os professores estão relativamente de acordo no que respeita ao facto do Governo dever intervir no domínio da indústria e do comércio desportivo, no sentido de promover o desporto (média = 3.64 e moda = 4), considerando

igualmente que deveria ser criada uma linha de crédito especial para a aquisição de material desportivo pela população em geral (média = 3.47 e moda = 4).

Para que o Desporto Federado possa obter elevados resultados, tem que ter apoios especiais ao nível do apetrechamento, consideram, com alguma relatividade, os docentes questionados (média = 3.82 e moda = 4).

Uma política de apetrechamento na área do lazer e recreação, parece não levantar dúvidas junto deste grupo (média = 4.21 e moda = 5), uma vez que vai beneficiar a maioria da população.

Quadro 37 : Técnicos

| | Estado | Associativ. | Federado | Lazer |
|---------------|-------------|-------------|-------------|------------|
| Média | 3.59 | 3.19 | 4.47 | 3.5 |
| Moda | 4 | 4 | 5 | 2 |
| Desvio-padrão | 1.12 | 1.38 | 0.68 | 1.25 |
| Mínimo | 1 | 1 | 2 | 1 |
| Máximo | 5 | 5 | 5 | 5 |

Os técnicos consideram, com alguma relatividade, que só com a intervenção do Estado no domínio da indústria e do comércio desportivo, se poderão conseguir os equipamentos necessários à promoção da prática desportiva (média = 3.59 e moda = 4).

O mesmo já não acontece em relação à garantia de uma linha de crédito que permitisse a aquisição de material desportivo pela população em geral, onde as opiniões foram muito díspares (média = 3.19 e desvio-padrão = 1.38).

Consideram muito importante ter apoios especiais a este nível, a fim de obter resultados de nível internacional (média = 4.47 e moda = 5), apesar de não rejeitarem, por completo, a importância do apetrechamento do Desporto de Lazer e Recreação (média = 3.5).

Quadro 38 : Dirigentes

| | Estado | Associativ. | Federado | Lazer |
|---------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Média | 3.13 | 2.95 | 4.10 | 4.02 |
| Moda | 4 | 1 | 5 | 5 |
| Desvio-padrão | 1.20 | 1.48 | 1.00 | 1.13 |
| Mínimo | 1 | 1 | 2 | 1 |
| Máximo | 5 | 5 | 5 | 5 |

Os dirigentes desportivos madeirenses possuem opiniões muito distintas acerca das políticas de apetrechamento, no que às variáveis Estado e Associativismo diz respeito, como facilmente se constata pela análise das suas médias, modas e desvios-padrão.

Em relação às variáveis Desporto Federado e Desporto de Lazer / Recreação, existe uma certa concordância em relação aos apoios a um e a outro sector desportivo, como se verifica pela análise da média (4.10 e 4.02, respectivamente).

Quadro 39 : Deputados

| | Estado | Associativ. | Federado | Lazer |
|---------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Média | 2.10 | 2.48 | 3.55 | 4.28 |
| Moda | 1 | 4 | 4 | 5 |
| Desvio-padrão | 1.11 | 1.33 | 1.30 | 1.07 |
| Mínimo | 1 | 1 | 1 | 2 |
| Máximo | 4 | 5 | 5 | 5 |

A classe política manifesta alguma discordância em relação, quer à intervenção do Estado no domínio da indústria e do comércio desportivo (média = 2.10), quer à criação de linhas de créditos especiais para aquisição de equipamentos desportivos (média = 2.48), embora em relação a esta segunda questão, não exista muita unanimidade (desvio-padrão = 1.33).

Revelam alguma concordância de que o Desporto Federado merece apoios especiais de apetrechamento para conseguir resultados elevados (média = 3.55 e moda = 4).

Praticamente de acordo estão com a questão da política de apetrechamento na área do lazer e recreação ser mais benéfica, por se dirigir à generalidade da população (média = 4.28 e moda = 5), não existindo mesmo nenhum destes indivíduos que discorde completamente deste tipo de apoio.

Quadro 40 : Masculinos

| | Estado | Associativ. | Federado | Lazer |
|---------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Média | 3.18 | 3.11 | 4.05 | 3.94 |
| Moda | 4 | 4 | 4 | 5 |
| Desvio-padrão | 1.28 | 1.40 | 1.02 | 1.14 |
| Mínimo | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Máximo | 5 | 5 | 5 | 5 |

Os homens não têm uma tendência clara de opinião em relação às questões relacionadas com a dimensão Estado (média = 3.18; desvio-padrão = 1.28) e Associativismo (média = 3.11; desvio-padrão = 1.40).

Em relação aos apoios ao Desporto Federado e ao Desporto de Lazer e Recreação, ao nível do apetrechamento, possuem ideias um pouco mais claras, concordando relativamente (média = 4.05 e 3.94, respectivamente).

Quadro 41 : Femininos

| | Estado | Associativ. | Federado | Lazer |
|---------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Média | 3.76 | 3.24 | 3.90 | 4.17 |
| Moda | 4 | 4 | 4 | 5 |
| Desvio-padrão | 1.10 | 1.32 | 1.05 | 1.03 |
| Mínimo | 1 | 1 | 1 | 2 |
| Máximo | 5 | 5 | 5 | 5 |

Idênticas opiniões possuem as mulheres. Apenas no que diz respeito à intervenção do Estado no domínio da indústria e do comércio desportivo, com o

objectivo de promover o desporto, elas parecem possuir ideias um pouco mais claras (média = 3.76 e moda = 4), concordando relativamente.

Quadro 42 : Comparações

| | Pef-Téc | Pef-Dir | Pef-Pol | Téc-Dir | Téc-Pol | Dir-Pol | M-F |
|-----------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|-------|
| T critico | 1.98 | 1.98 | 1.98 | 1.98 | 1.99 | 1.99 | 1.97 |
| Stat t | 0.86 | 1.95 | 4.53 | 1.03 | 3.64 | 2.61 | -1.56 |
| Diferença | Não | Não | Sim | Não | Sim | Sim | Não |

O único grupo que possui diferenças significativas de opinião em relação aos outros, é o dos políticos.

Com efeito, como vimos anteriormente, os deputados à Assembleia Legislativa Regional mostram-se um pouco discordantes no que respeita à intervenção do Governo no comércio e indústria desportiva como forma de promover o desporto e no que se refere à criação de facilidades ao nível do crédito para aquisição de equipamentos desportivos pela população em geral, ao contrário dos professores, técnicos e dirigentes que, de uma maneira geral, apresentam alguns níveis de concordância.

Conclusão:

Parece não restarem dúvidas que todos os grupos inquiridos neste estudo se mostram favoráveis ao desenvolvimento de políticas de apoio, tanto ao nível do Desporto Federado, como do Desporto de Lazer e Recreação, em termos de apetrechamento.

Já ao nível da intervenção do Estado no domínio da indústria e do comércio desportivo com o objectivo de facilitar a promoção da prática desportiva, existem maiores discordâncias, com particular destaque para o grupo dos deputados que está em relativo desacordo com esta política. O mesmo acontece em relação à criação de uma linha de crédito especial para aquisição de equipamentos individuais ou colectivos destinados à generalidade da população.

Após a análise dos dados obtidos em relação a este factor de desenvolvimento, uma questão se levanta: se é importante apoiar o desporto (federado ou de lazer / recreação) em termos de apetrechamento, como fazê-lo, se o Estado não deve intervir no domínio da indústria e do comércio desportivo, nem devem ser criadas linhas de crédito especiais para aquisição de materiais necessários à prática desportiva?

Pensamos que os nossos inquiridos estão mais inclinados para uma solução mais fácil, mas também mais onerosa que é a do Estado ou das instituições do Associativismo Desportivo, adquirirem directamente os equipamentos necessários. Não nos podemos esquecer que a nossa indústria desportiva não é muito desenvolvida e que, devido ao baixo poder de compra dos nossos cidadãos, existe um grande número de famílias endividadas acima das suas possibilidades. Daí que, talvez esteja aqui a justificação para os resultados encontrados.

A política de apetrechamento seguida na RAM tem visado fundamentalmente o desporto federado. Seja através do equipamento colocado nas diferentes instalações no momento da construção ou através da modernização dos mais antigos, tudo tem sido feito em função do desporto de rendimento. No futuro há que assegurar, de acordo com as necessidades das populações, medidas tendentes à plena utilização dos já existentes e outras que permitam a aquisição de apetrechos próprios para a recreação, não sendo de desprezar a utilização de

equipamentos móveis que possam ir ao encontro das pessoas que, para além de não possuírem hábitos de prática, têm também um fraco rendimento per capita que não lhes permite gastos com o desporto. Sem a intervenção do Estado, o Desporto para Todos tornar-se-à um “luxo” difícil de suportar.

5.1.7 Recursos Humanos

Quadro 43 : Professores

| | Estado | Associativ. | Federado | Lazer |
|---------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Média | 2.83 | 3.68 | 4.45 | 3.99 |
| Moda | 4 | 4 | 5 | 4 |
| Desvio-padrão | 1.18 | 0.97 | 0.95 | 1.05 |
| Mínimo | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Máximo | 5 | 5 | 5 | 5 |

A média (2.83) encontrada para a variável Estado, associada ao seu desvio-padrão (1.18), indiciam que os professores têm algumas divergências em relação ao facto de só a Administração Pública ser capaz de criar um sistema eficiente de enquadramento dos atletas de alta competição.

Em contrapartida, estão relativamente de acordo de que o Governo deve delegar mais atribuições e responsabilidades ao Associativismo Desportivo (média = 3.68 e moda = 4).

O mesmo acontece em relação ao apoio que deve ser dado aos técnicos que trabalham na recreação e generalização da prática desportiva (média = 3.99 e moda = 4).

Este grupo é quase unânime (média = 4.45 e moda = 5) em considerar que devem ser facultados ao Desporto Federado bons técnicos para trabalharem no domínio da alta competição.

Quadro 44 : Técnicos

| | Estado | Associativ. | Federado | Lazer |
|---------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Média | 3.10 | 3.91 | 4.83 | 3.64 |
| Moda | 4 | 4 | 5 | 4 |
| Desvio-padrão | 1.29 | 0.90 | 0.46 | 1.25 |
| Mínimo | 1 | 2 | 3 | 1 |
| Máximo | 5 | 5 | 5 | 5 |

O que foi dito para os professores é válido para os técnicos. Com efeito, os valores encontrados também indiciam algumas discrepâncias em relação à função do Estado, alguma concordância em relação às funções do Associativismo Desportivo e no apoio ao Desporto de Lazer e Recreação e uma total concordância no apoio ao Desporto Federado.

Quadro 45 : Dirigentes

| | Estado | Associativ. | Federado | Lazer |
|---------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Média | 2.92 | 4.23 | 4.67 | 3.97 |
| Moda | 4 | 4 | 5 | 5 |
| Desvio-padrão | 1.26 | 0.72 | 0.60 | 1.28 |
| Mínimo | 1 | 2 | 3 | 1 |
| Máximo | 5 | 5 | 5 | 5 |

O mesmo caminho parecem seguir os dirigentes desportivos. De salientar apenas o facto de haver uma concordância ainda maior (média = 4.23) em relação à delegação de mais atribuições e responsabilidades ao Associativismo Desportivo dos qual fazem parte.

Quadro 46 : Deputados

| | Estado | Associativ. | Federado | Lazer |
|---------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Média | 2.34 | 3.86 | 4.55 | 4.38 |
| Moda | 2 | 4 | 5 | 5 |
| Desvio-padrão | 1.17 | 0.95 | 0.63 | 0.98 |
| Mínimo | 1 | 2 | 3 | 1 |
| Máximo | 5 | 5 | 5 | 5 |

Os deputados seguem o mesmo caminho dos grupos anteriores, apesar de, à semelhança dos professores, não serem tão unânimes em relação ao apoio ao Associativismo Desportivo em termos de Recursos Humanos (média = 3.86).

Para além disso, estão em relativo desacordo com a intervenção do Estado, considerando que este não está muito vocacionado para o enquadramento dos atletas de alta competição (média = 2.34 e moda = 2).

Quadro 47 : Masculinos

| | Estado | Associativ. | Federado | Lazer |
|---------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Média | 2.84 | 3.92 | 4.61 | 3.94 |
| Moda | 2 | 4 | 5 | 4 |
| Desvio-padrão | 1.27 | 0.91 | 0.72 | 1.17 |
| Mínimo | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Máximo | 5 | 5 | 5 | 5 |

Os indivíduos do sexo masculino, no seu conjunto, seguem a linha dos resultados obtidos anteriormente neste factor de desenvolvimento, como não poderia deixar de ser.

À dispersão de opiniões em relação ao enquadramento dos atletas de alta competição por parte do Estado, segue-se uma relativa concordância no que respeita às responsabilidades do movimento associativo e ao apoio técnico que deve ser dispensado ao Desporto de Lazer e Recreação, terminando com uma grande concordância de que a aquisição de elevados resultados no Desporto Federado implica a afectação de bons técnicos.

Quadro 48 : Femininos

| | Estado | Associativ. | Federado | Lazer |
|---------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Média | 2.98 | 3.88 | 4.64 | 3.95 |
| Moda | 4 | 4 | 5 | 5 |
| Desvio-padrão | 1.14 | 0.92 | 0.76 | 1.19 |
| Mínimo | 1 | 2 | 2 | 1 |
| Máximo | 5 | 5 | 5 | 5 |

Praticamente não existem diferenças de opinião em relação ao sexo oposto, como se pode facilmente verificar através da análise do quadro respeitante ao sexo feminino.

Quadro 49 : Comparações

| | Pef-Téc | Pef-Dir | Pef-Pol | Téc-Dir | Téc-Pol | Dir-Pol | M-F |
|-----------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|-------|
| T critico | 1.98 | 1.98 | 1.98 | 1.98 | 1.99 | 1.99 | 1.97 |
| Stat t | -1.19 | -2.02 | -0.34 | -0.70 | 0.60 | 1.29 | -0.34 |
| Diferença | Não | Sim | Não | Não | Não | Não | Não |

Comparando os diferentes grupos entre si, verificamos que praticamente não existem diferenças entre eles.

A única exceção acontece entre professores e dirigentes onde existe uma pequena divergência, mas estatisticamente significativa. Com efeito, os presidentes reclamam para o seu movimento associativo mais atribuições e responsabilidades do que os professores acham que lhes devia caber.

Conclusão:

A primeira grande conclusão que se pode tirar relativamente a este factor de desenvolvimento é a existência de múltiplas opiniões entre os diferentes grupos em estudo, no que respeita à capacidade do Estado em criar um sistema eficiente de enquadramento dos atletas de alta competição.

Mas, se em relação à questão anterior não existe muita unanimidade, o mesmo não acontece quando analisamos as restantes. Assim, concordam de uma maneira geral que devem ser atribuídas mais responsabilidades ao Associativismo

Desportivo, e que o enquadramento técnico tanto é importante no Desporto Federado como no de Lazer e Recreação, embora em relação ao primeiro, essa questão pareça assumir ainda maior importância que em relação ao segundo.

Com efeito, o desporto profissional necessita cada vez mais de quadros técnicos especializados. Os interesses económicos em jogo não se compadecem de amadorismos e falta de formação específica em determinadas áreas.

Mas, se este desporto necessita de quadros técnicos capazes, o Desporto de Lazer e Recreação, para a generalidade da população, precisa de muitos mais, assumindo, até, um papel importante ao nível da criação de emprego. Aqui, entendemos que estes técnicos poderão ser mais generalistas, embora dominando o que fazem, de modo a não pôr em causa a segurança e a saúde dos praticantes.

Outro facto relevante que se pode extrair deste conjunto de dados é a maior desresponsabilização do Estado que é feita pelos políticos em relação aos outros grupos. No entanto, pensamos que o Estado deverá intervir quando os recursos humanos não estejam a ser otimizados ou quando a falta de competência ou os favorecimentos estejam a pôr em causa um correcto processo de desenvolvimento do desporto.

5.1.8 Financiamentos

Quadro 50 : Professores

| | Estado | Associativ. | Federado | Lazer |
|---------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Média | 3.63 | 3.59 | 2.65 | 3.08 |
| Moda | 4 | 4 | 2 | 2 |
| Desvio-padrão | 1.05 | 0.95 | 1.23 | 1.37 |
| Mínimo | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Máximo | 5 | 5 | 5 | 5 |

Os docentes inquiridos estão relativamente de acordo que a Administração Pública deve financiar qualquer modalidade desportiva, tendo em conta as prioridades estabelecidas pelo Governo (média = 3.63 e moda = 4) e que esses financiamentos devem ser canalizados através dos órgãos de cúpula do Associativismo Desportivo (média = 3.59 e moda = 4).

Em relação às prioridades de financiamento os dados apontam para uma certa divergência, como se verifica pela análise dos resultados obtidos para o Desporto Federado (média = 2.65 e desvio-padrão = 1.23) e para o Desporto de Lazer / Recreação (média = 3.08 e desvio-padrão = 1.37).

Quadro 51 : Técnicos

| | Estado | Associativ. | Federado | Lazer |
|---------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Média | 3.79 | 3.98 | 3.79 | 1.93 |
| Moda | 4 | 4 | 4 | 1 |
| Desvio-padrão | 1.21 | 0.95 | 1.25 | 1.18 |
| Mínimo | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Máximo | 5 | 5 | 5 | 5 |

À semelhança do grupo anterior, os técnicos regionais estão relativamente de acordo de que o Estado deve financiar o desporto (média = 3.79 e moda = 4), através dos órgãos que tutelam o Associativismo Desportivo (média = 3.98 e moda = 4).

Não têm muitas dúvidas que o Desporto Federado, como pode obter resultados de nível internacional, deve ser financiado prioritariamente (média = 3.79 e moda = 4), mostrando alguma discordância em relação ao apoio financeiro ao Desporto de Lazer e Recreação (média = 1.93 e moda = 1).

Quadro 52 : Dirigentes

| | Estado | Associativ. | Federado | Lazer |
|---------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Média | 3.75 | 3.93 | 3.77 | 3 |
| Moda | 4 | 4 | 4 | 2 |
| Desvio-padrão | 1.18 | 1.09 | 1.06 | 1.40 |
| Mínimo | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Máximo | 5 | 5 | 5 | 5 |

Resultados idênticos foram encontrados junto da classe dirigente. A única exceção prende-se com o facto de em relação ao financiamento das actividades desportivas para a generalidade da população, estarem mais divididos (média = 3 e desvio padrão = 1.40), talvez pelo facto de muitos clubes, hoje em dia, se dedicarem, em parte, ou exclusivamente a actividades recreativas.

Quadro 53 : Deputados

| | Estado | Associativ. | Federado | Lazer |
|---------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Média | 3.62 | 3.41 | 2.97 | 2.86 |
| Moda | 4 | 4 | 2 | 2 |
| Desvio-padrão | 1.21 | 1.35 | 1.09 | 1.41 |
| Mínimo | 1 | 1 | 2 | 1 |
| Máximo | 5 | 5 | 5 | 5 |

Os políticos têm opiniões idênticas aos professores. Defendem o financiamento do Estado (média = 3.62 e moda = 4), através do movimento associativo (média = 3.41 e moda = 4).

Maiores divergências têm relação aos financiamentos ao Desporto Federado (média = 2.97) e ao Desporto de Lazer / Recreação (média = 2.86).

Quadro 54 : Masculinos

| | Estado | Associativ. | Federado | Lazer |
|---------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Média | 3.69 | 3.77 | 3.36 | 2.67 |
| Moda | 4 | 4 | 4 | 2 |
| Desvio-padrão | 1.15 | 1.10 | 1.29 | 1.42 |
| Mínimo | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Máximo | 5 | 5 | 5 | 5 |

Na sequência dos dados anteriores, considerando só a população masculina, não há diferenças significativas: existe um apoio relativo em relação aos financiamentos da Administração Pública (média = 3.69 e moda = 4), através das associações representativas (média = 3.77 e moda = 4) e algumas divergências de opinião no que aos financiamentos ao sector federado (média = 3.36 e desvio-padrão = 1.29) e ao sector recreativo (média = 2.67 e desvio-padrão = 1.42) dizem respeito.

Quadro 55 : Femininos

| | Estado | Associativ. | Federado | Lazer |
|---------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Média | 3.76 | 3.74 | 2.98 | 3.02 |
| Moda | 4 | 4 | 2 | 2 |
| Desvio-padrão | 1.10 | 0.86 | 1.18 | 1.39 |
| Mínimo | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Máximo | 5 | 5 | 5 | 5 |

A população feminina pensa exactamente da mesma forma que os indivíduos do sexo masculino.

Quadro 56 : Comparações

| | Pef-Téc | Pef-Dir | Pef-Pol | Téc-Dir | Téc-Pol | Dir-Pol | M-F |
|-----------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|-------|
| T critico | 1.98 | 1.98 | 1.98 | 1.98 | 1.99 | 1.99 | 1.97 |
| Stat t | -1.10 | -3.30 | 0.14 | -1.88 | 0.93 | 2.64 | -0.03 |
| Diferença | Não | Sim | Não | Não | Não | Sim | Não |

Comparando os diferentes grupos em estudo, concluímos que apenas os dirigentes apresentam diferenças significativas em relação a professores e políticos.

A justificação para estas diferenças encontradas está no facto de os dirigentes estarem relativamente de acordo que o Desporto Federado deverá ser prioritário em termos de financiamentos, ao contrário de professores e deputados que não apresentam unanimidade de opiniões.

Conclusão:

Os inquiridos consideram que é obrigação do Estado financiar o desporto, canalizando as verbas através dos órgãos de cúpula do Associativismo Desportivo.

Numa região economicamente débil, onde o Associativismo Desportivo tem sido incapaz de gerar receitas próprias, tem competido à Administração Pública Regional financiar, através das instituições desse movimento, a promoção da prática desportiva. Esta é a política que tem sido seguida ao longo dos anos e que, de acordo com os diferentes agentes em estudo, terá que continuar a ser seguida.

Em relação ao sector desportivo que deverá ser financiado prioritariamente, não existe grande unanimidade, quer de homens, quer de mulheres. No entanto, os técnicos e dirigentes apontam mais no sentido do Desporto Federado. Aliás, isto não é mais do que tem sido feito ao longo dos anos, ou seja, uma política de financiamentos que privilegia claramente o desporto federado em detrimento do restante.

Não deixa de ser curioso que um grande número de indivíduos considere pouco importante o financiamento das actividades de lazer e recreação. Em nossa opinião, os resultados obtidos poderão revelar uma deficiente interpretação à questão, confundindo os financiamentos com o volume dos mesmos. As políticas desportivas relacionadas com o desporto na escola, com o prazer, com a saúde, estão relacionadas com o desenvolvimento do homem, pelo que não podem ser esquecidas em termos de dotação dos meios financeiros necessários para atingir esse grande objectivo.

5.1.9 Normativo

Quadro 57 : Professores

| | Estado | Associativ. | Federado | Lazer |
|---------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Média | 3.45 | 3.77 | 2.60 | 4.04 |
| Moda | 4 | 4 | 2 | 4 |
| Desvio-padrão | 0.99 | 0.82 | 1.27 | 0.92 |
| Mínimo | 1 | 2 | 1 | 1 |
| Máximo | 5 | 5 | 5 | 5 |

Os professores tanto defendem, embora relativamente, o reforço da participação da Administração Pública no enquadramento jurídico do mundo do desporto

(média = 3,45 e moda = 4), como do Associativismo Desportivo (média = 3.77 e moda = 4).

Dizem-nos ainda, com relativa concordância, que o Desporto de Lazer e Recreação, por se destinar à população em geral, merece um enquadramento jurídico especial (média = 4.04 e moda = 4).

Estão relativamente em desacordo que a legislação responda fundamentalmente às necessidades do Desporto Federado (média = 2.60 e moda = 2).

Quadro 58 : Técnicos

| | Estado | Associativ. | Federado | Lazer |
|---------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Média | 3.38 | 4.12 | 3.07 | 3.88 |
| Moda | 3 | 4 | 4 | 4 |
| Desvio-padrão | 0.99 | 0.80 | 1.40 | 1.08 |
| Mínimo | 1 | 2 | 1 | 1 |
| Máximo | 5 | 5 | 5 | 5 |

Grande número de técnicos manifestam-se sem opinião (moda = 3) em relação ao reforço ou não do Estado no enquadramento jurídico do mundo do desporto.

Em contrapartida, manifestam-se algo concordantes em relação à posição privilegiada que o Associativismo Desportivo deve assumir na legislação desportiva (média = 4.12 e moda = 4).

Neste âmbito, consideram ainda que o Desporto de Lazer e Recreação merece um enquadramento especial, por se destinar à generalidade da população (média = 3.88 e moda = 4).

Quanto ao facto da legislação dever ser concebida para dar resposta às necessidades do Desporto Federado, verificamos uma grande diversidade de respostas (média = 3.07 e desvio-padrão = 1.40).

Quadro 59 : Dirigentes

| | Estado | Associativ. | Federado | Lazer |
|---------------|-------------|-------------|-------------|----------|
| Média | 3.34 | 4.11 | 3.49 | 4 |
| Moda | 3 | 4 | 5 | 5 |
| Desvio-padrão | 1.01 | 0.86 | 1.34 | 1.18 |
| Mínimo | 1 | 2 | 1 | 1 |
| Máximo | 5 | 5 | 5 | 5 |

Os resultados obtidos a partir das respostas dos dirigentes mostra-nos que o seu padrão de pensamento é idêntico ao dos treinadores, com excepção da questão relacionada com o Desporto Federado. Aqui, apesar de também encontrarmos uma grande diversidade de respostas (desvio-padrão = 1.34), o seu valor médio (3.49) e a moda (5) deixam transparecer alguma concordância.

Quadro 60 : Deputados

| | Estado | Associativ. | Federado | Lazer |
|---------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Média | 3.17 | 3.90 | 2.66 | 4.31 |
| Moda | 4 | 4 | 4 | 5 |
| Desvio-padrão | 1.26 | 0.77 | 1.32 | 0.76 |
| Mínimo | 1 | 2 | 1 | 2 |
| Máximo | 5 | 5 | 5 | 5 |

No grupo político, constatamos uma vez mais uma certa tentativa de desresponsabilização do Estado, embora as respostas sejam muito variadas e não nos revelem, por isso, uma tendência clara de opinião (média = 3.17 e desvio-padrão = 1.26).

Revelam alguma concordância em relação à necessidade de privilegiar o movimento associativo dentro da legislação desportiva (média = 3.90 e moda = 4).

A concepção de legislação que responda às necessidades do Desporto Federado não gera muito consenso junto deste grupo (média = 2.66 e desvio padrão = 1.32) ao contrário de um enquadramento jurídico especial que regule o Desporto de Lazer e Recreação que merece praticamente uma total concordância (média = 4.31 e moda = 5).

Quadro 61 : Masculinos

| | Estado | Associativ. | Federado | Lazer |
|---------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Média | 3.34 | 4 | 2.98 | 3.99 |
| Moda | 4 | 4 | 4 | 4 |
| Desvio-padrão | 1.07 | 0.85 | 1.38 | 1.07 |
| Mínimo | 1 | 2 | 1 | 1 |
| Máximo | 5 | 5 | 5 | 5 |

Os indivíduos do sexo masculino são os principais responsáveis pela falta de uma tendência clara de respostas que encontramos relativamente à questão relacionada com o reforço da participação da Administração Pública no enquadramento jurídico do mundo do desporto (média 3.34).

Revelam alguma concordância relativamente ao privilégio que se deverá dar ao Associativismo Desportivo (média = 4 e moda = 4) e ao Desporto de Lazer e Recreação (média = 3.99 e moda = 4), no enquadramento jurídico do Sistema Desportivo.

Têm opiniões díspares em relação à necessidade de criar legislação para o sector federado (média = 2.98 e desvio-padrão = 1.38).

Quadro 62 : Femininos

| | Estado | Associativ. | Federado | Lazer |
|---------------|------------|-------------|-------------|-------------|
| Média | 3.5 | 3.83 | 2.90 | 4.14 |
| Moda | 4 | 4 | 4 | 4 |
| Desvio-padrão | 0.83 | 0.73 | 1.36 | 0.78 |
| Mínimo | 2 | 2 | 1 | 2 |
| Máximo | 5 | 5 | 5 | 5 |

A opinião das mulheres é muito parecida com a dos homens, apenas atribuindo um pouco mais de importância ao Estado, dentro do enquadramento jurídico do desporto.

Quadro 63 : Comparações

| | Pef-Téc | Pef-Dir | Pef-Pol | Téc-Dir | Téc-Pol | Dir-Pol | M-F |
|-----------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|-------|
| T crítico | 1.98 | 1.98 | 1.98 | 1.98 | 1.99 | 1.99 | 1.97 |
| Stat t | -1.38 | -2.56 | -0.35 | -1.02 | 0.72 | 1.57 | -0.15 |
| Diferença | Não | Sim | Não | Não | Não | Não | Não |

A única diferença estatisticamente significativa encontra-se entre os professores e os dirigentes desportivos.

Enquanto os professores estão relativamente de acordo com o reforço da participação do Estado ao nível da legislação desportiva, os dirigentes têm dificuldade em expressar uma opinião ou têm opiniões diferenciadas.

Simultaneamente, apesar de ambos os grupos apresentarem grandes divergências no seu seio, os professores atribuem menos importância ao Desporto Federado que os dirigentes, no que ao enquadramento jurídico diz respeito.

Conclusão:

Os diferentes grupos em estudo concordam que o Associativismo Desportivo deve ocupar uma posição privilegiada em relação ao Estado no que ao enquadramento jurídico diz respeito.

Há também uma clara tendência para considerar o Desporto de Lazer e Recreação mais importante a este nível, por se destinar à população em geral.

O Desporto Federado apenas colhe opiniões mais favoráveis junto dos presidentes de clubes e associações, em oposição aos professores que revelam alguma discordância em relação à criação prioritária de legislação própria para este sector desportivo.

Apesar da legislação portuguesa ser ainda pouco clara e regulamentar fundamentalmente o sector federado, há que ter em atenção o que a Lei de Bases do Sistema Desportivo e a própria Constituição prevêm em termos de promoção

da prática desportiva e do modo como deve ser feita. O desporto na escola ou no clube com finalidades de lazer / recreação não pode ser esquecido.

Em nossa opinião, a legislação não deverá esquecer o papel importante que deverá caber às autarquias locais nesta área.

Só criando um conjunto de normativos que regulamentem os diferentes tipos de apoio (actividades, financiamentos, instalações, formação) a actividades do Desporto Federado ou de Lazer / Recreação, poderemos dar maior consistência às acções de política desportiva.

5.1.10 Gestão

Quadro 64 : Professores

| | Estado | Associativ. | Federado | Lazer |
|---------------|--------|-------------|----------|-------|
| Média | 2.78 | 3.49 | 2.38 | 4.33 |
| Moda | 2 | 4 | 2 | 4 |
| Desvio-padrão | 1.11 | 1.04 | 1.08 | 0.73 |
| Mínimo | 1 | 1 | 1 | 2 |
| Máximo | 5 | 5 | 5 | 5 |

Os professores mostram-se relativamente de acordo em relação à descentralização dos recursos existentes para as Associações Desportivas (média = 3.49 e moda = 4), não possuindo uma ideia bem definida em relação à eficiência da gestão por parte dos organismos da Administração Pública (média = 2.78).

Para além disso, manifestam-se com relativa discordância quanto ao facto do Desporto Federado ser a instituição que melhor garante uma boa gestão dos recursos disponíveis (média = 2.38 e moda = 2).

Os docentes defendem o reforço da gestão do Desporto de Lazer e Recreação destinado à generalidade da população (média = 4.33).

Quadro 65 : Técnicos

| | Estado | Associativ. | Federado | Lazer |
|---------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Média | 2.76 | 3.98 | 3.12 | 4.16 |
| Moda | 2 | 4 | 4 | 4 |
| Desvio-padrão | 1.23 | 0.85 | 1.13 | 0.64 |
| Mínimo | 1 | 1 | 1 | 2 |
| Máximo | 5 | 5 | 5 | 5 |

Os técnicos não têm uma opinião muito convergente àcerca da intervenção do Estado e das instituições do Desporto Federado na gestão do desporto como podemos verificar pela análise dos valores médios das respostas (2.76 e 3.12, respectivamente) e pela sua dispersão (desvios-padrão = 1.23 e 1.13, respectivamente).

Eles concordam com alguma relatividade que a gestão dos recursos existentes deve ser descentralizada para o movimento associativo (média = 3.98 e moda = 4) e que a gestão do Desporto de Lazer e Recreação deve ser reforçada uma vez que procura atingir a generalidade da população (média = 4.16 e moda = 4).

Quadro 66 : Dirigentes

| | Estado | Associativ. | Federado | Lazer |
|---------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Média | 2.61 | 4.13 | 3.16 | 4.15 |
| Moda | 2 | 4 | 4 | 5 |
| Desvio-padrão | 1.26 | 0.88 | 1.24 | 1.03 |
| Mínimo | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Máximo | 5 | 5 | 5 | 5 |

Os resultados obtidos a partir das respostas dos dirigentes desportivos é praticamente igual aos dos técnicos.

Quadro 67 : Deputados

| | Estado | Associativ. | Federado | Lazer |
|---------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Média | 2.45 | 4.07 | 2.72 | 4.48 |
| Moda | 2 | 4 | 2 | 5 |
| Desvio-padrão | 1.09 | 0.80 | 1.07 | 0.74 |
| Mínimo | 1 | 2 | 1 | 2 |
| Máximo | 4 | 5 | 5 | 5 |

Os deputados estão totalmente de acordo em relação ao reforço da gestão ao nível do lazer e recreação (média = 4.48 e moda = 5), manifestando opiniões distintas em relação à eficiência da gestão por parte das instituições do Desporto Federado (média = 2.72 e desvio-padrão = 1.07).

Eles estão relativamente discordantes quanto à capacidade dos organismos da Administração Pública em gerir os recursos existentes (média = 2.45 e moda =

2), concordando, em parte, que a gestão deve ser entregue ao Associativismo Desportivo (média = 4.07 e moda = 4).

Quadro 68 : Masculinos

| | Estado | Associativ. | Federado | Lazer |
|---------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Média | 2.61 | 3.95 | 2.86 | 4.22 |
| Moda | 2 | 4 | 2 | 4 |
| Desvio-padrão | 1.20 | 0.91 | 1.20 | 0.85 |
| Mínimo | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Máximo | 5 | 5 | 5 | 5 |

Os homens defendem, com relativo acordo, que uma boa gestão do desporto deve ser feita através do Associativismo Desportivo (média = 3.95 e moda = 4) e dirigir-se à generalidade da população, com actividades de lazer e recreação (média = 4.22 e moda = 4).

Os valores encontrados para a participação do Estado e das instituições do Desporto Federado nos processos de gestão mostram-nos uma certa dispersão dos dados resultantes das respostas aos inquéritos (médias = 2.61 e 2.86, respectivamente e desvio padrão = 1.20 para os dois grupos).

Quadro 69 : Femininos

| | Estado | Associativ. | Federado | Lazer |
|---------------|--------|-------------|----------|-------|
| Média | 3 | 3.48 | 2.67 | 4.43 |
| Moda | 4 | 4 | 2 | 4 |
| Desvio-padrão | 1.06 | 1.09 | 1.12 | 0.55 |
| Mínimo | 1 | 1 | 1 | 3 |
| Máximo | 5 | 5 | 4 | 5 |

As mulheres revelam exactamente a mesma tendência dos homens, ou seja, atribuem maior importância nos processos de gestão aos organismos do Associativismo Desportivo e ligados à recreação, do que ao Estado e às instituições do Desporto Federado.

Quadro 70 : Comparações

| | Pef-Téc | Pef-Dir | Pef-Pol | Téc-Dir | Téc-Pol | Dir-Pol | M-F |
|-----------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|------|
| T crítico | 1.98 | 1.98 | 1.98 | 1.98 | 1.99 | 1.99 | 1.97 |
| Stat t | -2.73 | -2.88 | -1.68 | -0.07 | 0.57 | 0.64 | 0.20 |
| Diferença | Sim | Sim | Não | Não | Não | Não | Não |

As únicas diferenças significativas encontradas dizem respeito aos professores em relação aos técnicos e dirigentes. Este grupo discorda, em parte, que o Desporto Federado possa gerir bem os recursos disponíveis, ao contrário de técnicos e dirigentes que, por estarem mais ligados a este sector da prática desportiva, apresentam maiores níveis de concordância.

Conclusão:

Quando se fala em gestão do desporto, temos que ter em atenção o ambiente organizacional em que ela se desenvolve. Com efeito, ela pode ser exercida com objectivos, perspectivas e estatutos profissionais diferentes. A gestão desportiva, para além de ser diferente da gestão de empresas, por exemplo, varia também em função do sector, da modalidade, da posição que o gestor ocupa dentro da linha hierárquica ou das funções que desempenha.

Na opinião dos vários grupos inquiridos, a gestão dos recursos existentes deve, por princípio, ser descentralizada para as Associações Desportivas e reforçar o Desporto de Lazer e Recreação que procura atingir a população em geral.

Em relação à participação do Estado nos processos de gestão do desporto e à capacidade do Desporto Federado em fazê-lo de forma eficiente, já não existem respostas muito consensuais, existindo mesmo grupos que discordam, em parte, destas questões: os professores duvidam da capacidade dos organismos do sector federado na organização e rentabilização dos recursos disponíveis; os deputados duvidam da capacidade da Administração Pública nesta matéria.

No entanto, não poderemos esquecer, nem a gestão desportiva que se deverá desenvolver ao nível da Administração Pública e das autarquias, nem a gestão do Desporto Federado, cada vez mais especializada e profissional.

5.1.11 Marketing

Quadro 71 : Professores

| | Estado | Associativ. | Federado | Lazer |
|---------------|-------------|-------------|------------|-------------|
| Média | 3.24 | 2.41 | 2.5 | 4.72 |
| Moda | 4 | 2 | 2 | 5 |
| Desvio-padrão | 1.13 | 1.13 | 1.26 | 0.48 |
| Mínimo | 1 | 1 | 1 | 3 |
| Máximo | 5 | 5 | 5 | 5 |

Os professores têm opiniões um tanto ou quanto divididas àcerca da qualidade da intervenção do Estado em matéria de promoção da prática desportiva (média = 3.24 e desvio padrão = 1.13).

Eles estão em relativo desacordo quanto ao facto do Associativismo Desportivo ser livre para desenvolver a política desportiva que muito bem entender (média = 2.41 e moda = 2) e de ser o Desporto Federado que garante o desenvolvimento do desporto no país (média = 2.5 e moda = 2).

Em sua opinião, a promoção do desporto, para ser eficiente, deve começar na Escola através da disciplina de Educação Física (média = 4.72 e moda = 5). De salientar ainda, que nenhum dos professores inquiridos manifestou qualquer tipo de desacordo em relação a esta matéria (valor mínimo = 3).

Quadro 72 : Técnicos

| | Estado | Associativ. | Federado | Lazer |
|---------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Média | 3.03 | 2.84 | 3.36 | 4.76 |
| Moda | 2 | 4 | 4 | 5 |
| Desvio-padrão | 1.12 | 1.31 | 1.45 | 0.51 |
| Mínimo | 1 | 1 | 1 | 3 |
| Máximo | 5 | 5 | 5 | 5 |

Os técnicos revelam-nos posições muito heterogéneas em relação às responsabilidades que devem caber ao Estado e / ou ao Associativismo Desportivo em matéria de promoção da prática desportiva, como podemos verificar através da análise dos seus valores médios (3.03 e 2.84, respectivamente) e do desvio-padrão (1.12 e 1.31, respectivamente).

O mesmo acontece em relação à capacidade do Desporto Federado em promover o desenvolvimento desportivo do país. A média (3.36) e o desvio-padrão (1.45) indicam-nos uma grande diversidade de respostas.

Onde parecem não existir dúvidas é no facto da Escola, através da disciplina de Educação Física, constituir-se como o melhor meio de promoção do desporto (média = 4.72 e moda = 5).

Quadro 73 : Dirigentes

| | Estado | Associativ. | Federado | Lazer |
|---------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Média | 2.79 | 3.20 | 3.36 | 4.46 |
| Moda | 3 | 2 | 4 | 5 |
| Desvio-padrão | 1.31 | 1.30 | 1.32 | 0.92 |
| Mínimo | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Máximo | 5 | 5 | 5 | 5 |

Os nossos dirigentes também divergem muito nas suas respostas em relação à intervenção do Estado e do Associativismo Desportivo em termos de promoção e divulgação das características, objectivos e benefícios da prática desportiva. Existe mesmo um grande número de presidentes que não tem qualquer opinião em relação à acção do Estado nesta matéria (moda = 3).

Também não estão muito certos de que o sector federado seja o melhor garante do desenvolvimento desportivo (média = 3.36 e desvio padrão = 1.32). Pelo contrário, pensam que a melhor forma de fazer passar a mensagem do desporto de forma eficiente, é através das actividades que se desenvolvem na Escola (média = 4.46 e moda = 5).

Quadro 74 : Deputados

| | Estado | Associativ. | Federado | Lazer |
|---------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Média | 2.38 | 3.21 | 2.66 | 4.72 |
| Moda | 1 | 4 | 2 | 5 |
| Desvio-padrão | 1.35 | 1.11 | 1.11 | 0.53 |
| Mínimo | 1 | 1 | 1 | 3 |
| Máximo | 5 | 5 | 5 | 5 |

À semelhança do que acontece com técnicos e dirigentes, os deputados pensam que a Escola é o melhor lugar para promover a prática desportiva (média = 4.72 e moda = 5), manifestando-se de forma algo dispersa em relação às restantes questões, como se verifica através da análise dos valores referentes à média e ao desvio-padrão de cada uma.

Quadro 75 : Masculinos

| | Estado | Associativ. | Federado | Lazer |
|---------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Média | 2.86 | 2.89 | 3.02 | 4.65 |
| Moda | 4 | 2 | 4 | 5 |
| Desvio-padrão | 1.23 | 1.29 | 1.36 | 0.69 |
| Mínimo | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Máximo | 5 | 5 | 5 | 5 |

Os homens seguem a mesma tendência dos diferentes grupos abordados anteriormente, ou seja, concordam plenamente que a eficiente promoção do desporto deve começar na Escola, uma vez que é aí que atinge a população em geral e revelam diferentes opiniões em relação às restantes questões que lhes são colocadas.

Quadro 76 : Femininos

| | Estado | Associativ. | Federado | Lazer |
|---------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Média | 3.36 | 2.62 | 2.76 | 4.71 |
| Moda | 4 | 2 | 2 | 5 |
| Desvio-padrão | 1.16 | 1.15 | 1.36 | 0.46 |
| Mínimo | 1 | 1 | 1 | 4 |
| Máximo | 5 | 5 | 5 | 5 |

As mulheres também não manifestam uma tendência clara na maioria das suas respostas. Com exceção da questão relacionada com a promoção da prática desportiva através do meio escolar, como forma de atingir a totalidade da população, em que estão completamente de acordo, em todas as outras nota-se uma dispersão dos resultados.

Quadro 77 : Comparações

| | Pef-Téc | Pef-Dir | Pef-Pol | Téc-Dir | Téc-Pol | Dir-Pol | M-F |
|-----------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|-------|
| T crítico | 1.98 | 1.98 | 1.98 | 1.98 | 1.99 | 1.99 | 1.97 |
| Stat t | -2.71 | -2.33 | -0.19 | 0.42 | 1.76 | 1.49 | -0.08 |
| Diferença | Sim | Sim | Não | Não | Não | Não | Não |

Os professores são o único grupo que apresenta diferenças significativas de opinião, neste caso, em relação a técnicos e dirigentes.

Os professores revelam níveis de concordância inferiores a técnicos e dirigentes, no que respeita à promoção do desporto através dos órgãos do Associativismo Desportivo, fundamentalmente ligados ao sector federado. Em relação às outras duas questões, as opiniões são coincidentes.

Conclusão:

Em relação a este factor de desenvolvimento, salta à evidência a grande dispersão de respostas no que respeita às três primeiras questões, como podemos verificar através dos valores encontrados para o desvio-padrão (1.11 a 1.45) e para a média (2.38 a 3.36).

Só em relação à questão relacionada com a promoção do desporto para a generalidade da população, através da Escola, existe uma clara concordância por parte de todos os grupos em estudo.

Em nossa opinião, o Desporto Escolar é o sector que melhores condições tem para alimentar todos os outros. Ao longo da sua evolução etária, o praticante pode transitar para o sector federado ou, continuando os estudos, para o universitário. Abandonando a escola, os sectores do trabalho, autárquico, militar ou do turismo poderão ser a solução. A criação de hábitos desportivos para a vida poderá contribuir igualmente para uma melhor integração em sectores pouco desejáveis como sejam o prisional ou dos deficientes.

Para além disso, os diferentes sectores poderão e deverão estabelecer relações de complementaridade e parceria. Um praticante federado pode, por exemplo, em dada altura, desenvolver actividades menos exigentes do ponto de vista da competição e dos resultados, na escola, em férias, em organizações autárquicas, etc. Por outro lado, outros sectores como o militar ou o autárquico, podem colaborar com o desporto escolar, o desporto federado, etc., nomeadamente no que diz respeito ao apoio logístico.

Apenas os professores, na sua generalidade, se apresentam algo discordantes em relação à divulgação dos benefícios de uma prática desportiva feita de forma regular, através dos órgãos do Associativismo Desportivo do Desporto Federado, fundamentalmente se os compararmos com dirigentes e técnicos.

Apesar das grandes divergências de opinião que encontrámos em todos os grupos quanto à responsabilidade do Estado nesta matéria, julgamos que este não poderá demitir-se das suas funções, deixando para os outros, nomeadamente para o sector privado, para as grandes multinacionais ou para as instituições do

Associativismo Desportivo Federado, o papel que lhe cabe. A promoção do desporto não pode ficar prisioneira dos interesses e políticas das grandes empresas, do aparecimento de empresas privadas de prestação de serviços desportivos sem técnicos devidamente habilitados ou das organizações do Desporto Federado sem meios para o fazer. A Administração Pública não pode deixar para os outros o que sabe, à partida, que eles não são capazes de fazer.

Apesar de técnicos e dirigentes, na sua maioria ligados ao Desporto Federado, concordarem que é na escola que a promoção do desporto pode ser feita de forma mais eficiente, esperamos que essa tendência não seja apenas fruto da vontade de terem mais e melhores atletas no sector federado, tornando o processo altamente selectivo, onde só os melhores têm lugar. O que se verifica inúmeras vezes por parte do sector federado é a atribuição de uma grande importância ao sector escolar, unicamente com a ideia de lá irem buscar os melhores para a sua instituição, esquecendo-se de todos os outros benefícios que a prática desportiva poderá ter.

5.1.12 Actividades

Quadro 78 : Professores

| | Estado | Associativ. | Federado | Lazer |
|---------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Média | 2.45 | 3.59 | 3.04 | 4.73 |
| Moda | 2 | 4 | 4 | 5 |
| Desvio-padrão | 1.14 | 1.02 | 1.36 | 0.53 |
| Mínimo | 1 | 1 | 1 | 2 |
| Máximo | 5 | 5 | 5 | 5 |

Os professores estão relativamente em desacordo quanto ao facto da Administração Pública ter por vocação organizar directamente actividades desportivas (média = 2.45 e moda = 2). Mostram-se relativamente de acordo de que compete ao Associativismo Desportivo essa organização (média = 3.59 e moda = 4).

Para além disso, manifestam opiniões muito diversas em relação à responsabilidade que cabe ao Desporto Federado na organização de actividades desportivas (média = 3.04 e desvio-padrão = 1.36), estando em completo acordo quanto à criação de incentivos à organização de actividades dirigidas à população em geral (média = 4.73 e moda = 5).

Quadro 79 : Técnicos

| | Estado | Associativ. | Federado | Lazer |
|---------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Média | 2.02 | 4.34 | 3.78 | 4.57 |
| Moda | 1 | 5 | 4 | 5 |
| Desvio-padrão | 1.16 | 0.83 | 1.28 | 0.50 |
| Mínimo | 1 | 1 | 1 | 4 |
| Máximo | 5 | 5 | 5 | 5 |

Os técnicos desportivos também manifestam algum desacordo quanto à possibilidade do Estado se intrometer na organização de actividades desportivas (média = 2.02), concordando plenamente que essa tarefa cabe ao movimento associativo (média = 4.34 e moda = 5).

Concordam com alguma relatividade que o Desporto Federado é o grande responsável pela existência de actividades desportivas (média = 3.78 e moda = 4), mas estão profundamente convencidos que a organização de actividades

dirigidas à generalidade da população deve ser incentivada (média = 4.57 e moda = 5).

Quadro 80 : Dirigentes

| | Estado | Associativ. | Federado | Lazer |
|---------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Média | 1.92 | 4.38 | 3.75 | 4.67 |
| Moda | 1 | 5 | 4 | 5 |
| Desvio-padrão | 1.07 | 0.76 | 1.19 | 0.51 |
| Mínimo | 1 | 2 | 1 | 3 |
| Máximo | 5 | 5 | 5 | 5 |

O padrão médio de pensamento dos dirigentes desportivos, assim como a dispersão de opiniões manifestadas é praticamente igual ao grupo anterior, constituído pelos técnicos.

Quadro 81 : Deputados

| | Estado | Associativ. | Federado | Lazer |
|---------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Média | 2.03 | 4.07 | 3.48 | 4.72 |
| Moda | 2 | 5 | 4 | 5 |
| Desvio-padrão | 1.12 | 1.19 | 1.21 | 0.70 |
| Mínimo | 1 | 1 | 1 | 2 |
| Máximo | 4 | 5 | 5 | 5 |

Os políticos também não apresentam grandes diferenças em relação a técnicos e dirigentes. Em relação a estes últimos, apenas há a salientar uma menor crença dos deputados na competência do Associativismo Desportivo e nas instituições do Desporto Federado na organização de actividades desportivas, embora

estejam relativamente de acordo no que se refere a esta matéria (média = 4.07 e 3.48, respectivamente).

Mostram-se relativamente discordantes em relação à organização de actividades pelo Estado (média = 2.03 e moda = 2), defendendo a criação de incentivos à organização de actividades na área do lazer, para a generalidade da população (média = 4.72 e moda = 5).

Quadro 82 : Masculinos

| | Estado | Associativ. | Federado | Lazer |
|---------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Média | 2.08 | 4.13 | 3.52 | 4.66 |
| Moda | 1 | 4 | 4 | 5 |
| Desvio-padrão | 1.12 | 0.97 | 1.30 | 0.53 |
| Mínimo | 1 | 1 | 1 | 2 |
| Máximo | 5 | 5 | 5 | 5 |

Os homens, no seu conjunto, seguem a tendência geral dos diferentes grupos analisados anteriormente, ou seja, mostram-se relativamente em desacordo com a organização de actividades por parte do Estado (média = 2.08), revelam alguma concordância em relação ao facto dessa tarefa dever ficar a cargo do Associativismo Desportivo (média = 4.13 e moda = 4) e das organizações do Sistema Federado (média = 3.52 e moda = 4) e concordam plenamente que a organização de actividades para a generalidade da população deve ser incentivada (média = 4.66 e moda = 5).

Quadro 83 : Femininos

| | Estado | Associativ. | Federado | Lazer |
|---------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Média | 2.43 | 3.74 | 3.31 | 4.66 |
| Moda | 2 | 4 | 4 | 5 |
| Desvio-padrão | 1.17 | 1.04 | 1.39 | 0.53 |
| Mínimo | 1 | 1 | 1 | 2 |
| Máximo | 5 | 5 | 5 | 5 |

Ao nível dos femininos, o padrão médio de respostas é idêntico ao encontrado para o sexo masculino. Aqui, apenas há a referir uma grande indefinição no que respeita à questão relacionada com o Desporto Federado (média = 3.31 e desvio-padrão = 1.39).

Quadro 84 : Comparações

| | Pef-Téc | Pef-Dir | Pef-Pol | Téc-Dir | Téc-Pol | Dir-Pol | M-F |
|-----------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|------|
| T crítico | 1.98 | 1.98 | 1.98 | 1.98 | 1.99 | 1.99 | 1.97 |
| Stat t | -2.28 | -2.48 | -1.07 | -0.13 | 0.80 | 0.95 | 0.51 |
| Diferença | Sim | Sim | Não | Não | Não | Não | Não |

Pela análise do quadro comparativo, apenas registamos diferenças significativas dos professores relativamente a técnicos e dirigentes.

Quer os técnicos, quer os dirigentes desportivos, manifestam-se mais concordantes, do que os professores de Educação Física, em relação à capacidade das instituições do Desporto Federado, integradas no movimento associativo, de organizarem actividades desportivas.

Conclusão:

Não restam dúvidas de que, na opinião dos nossos inquiridos, a organização de actividades desportivas deve estar a cargo das Associações Desportivas e não da Administração Pública.

De uma maneira geral consideram o Desporto Federado como o principal responsável pela existência de actividades desportivas, mas definem como uma clara prioridade a criação de incentivos à organização de actividades para a generalidade da população.

Os técnicos e dirigentes revelam-se mais inclinados para a importância da organização de actividades pelo Associativismo Desportivo, fundamentalmente relacionadas com o sector federado, do que os restantes grupos, em particular o dos professores. Esta tendência é um pouco mais acentuada entre os homens, embora sem grande significado, do que nas mulheres.

5.2 Analisando os Diferentes Grupos em Estudo

Para a apresentação dos dados que se referem a cada um dos grupos em estudo utilizamos quadros onde se assinalam, a **negro**, os valores médios que indiciam uma menor concordância e em *itálico* os que revelam uma grande dispersão de respostas. As restantes são apresentadas normalmente, procedendo-se ainda ao sublinhado dos que se aproximam da total concordância²⁹. Para uma melhor visualização dos resultados obtidos, coloca-se ainda um sinal ++ quando a resposta tende para o “totalmente de acordo”, + para o “relativamente de acordo”, = para a dispersão de opiniões e - para o “relativamente em desacordo”.

²⁹ Não existem valores que se aproximem da total discordância.

Assim, consegue-se traçar mais facilmente o padrão de resposta em função das variáveis em análise.

Utilizamos igualmente gráficos de barras que nos dão uma visão geral do padrão de pensamento em cada um dos grupos estudados e procedemos à sua comparação. Para esta análise, utilizamos os valores médios obtidos em função da totalidade dos factores de desenvolvimento do desporto, em cada uma das dimensões.

5.2.1 Os Professores de Educação Física

Quadro 85 : Valores médios

| | Estado | Associativ. | Federado | Lazer |
|----------------|--------------|--------------|---------------|---------------|
| Orgânica | 3.08= | 2.41- | 1.90- | 4.08+ |
| Formação | 4.09+ | 3.76+ | 2.55- | 3.65+ |
| Documentação | 3.94+ | 2.67- | <u>4.28++</u> | 3.42+ |
| Informação | 3.62+ | 4.04+ | 3.91+ | <u>4.31++</u> |
| Instalações | 3.71+ | 2.97= | 2.90= | <u>4.28++</u> |
| Apetrechamento | 3.64+ | 3.47+ | 3.82+ | <u>4.21++</u> |
| Rec. Humanos | 2.83= | 3.68+ | <u>4.45++</u> | 3.99+ |
| Financiamentos | 3.63+ | 3.59+ | 2.65= | 3.08= |
| Normativo | 3.45+ | 3.77+ | 2.60- | 4.04+ |
| Gestão | 2.78= | 3.49+ | 2.38- | <u>4.33++</u> |
| Marketing | 3.24= | 2.41- | 2.50- | <u>4.72++</u> |
| Actividades | 2.45- | 3.59+ | 3.04= | <u>4.73++</u> |

Os professores são relativamente favoráveis à participação do Estado nos processos de desenvolvimento desportivo, nomeadamente no que concerne à

formação, à documentação e informação, às instalações e apetrechamento, aos financiamentos e ao seu reforço dentro do enquadramento jurídico. Neste aspecto, apenas revelam algumas discrepâncias de opinião em relação à orgânica, aos recursos humanos, à gestão e ao marketing, mostrando algum desacordo no que respeita à organização de actividades por parte da Administração Pública.

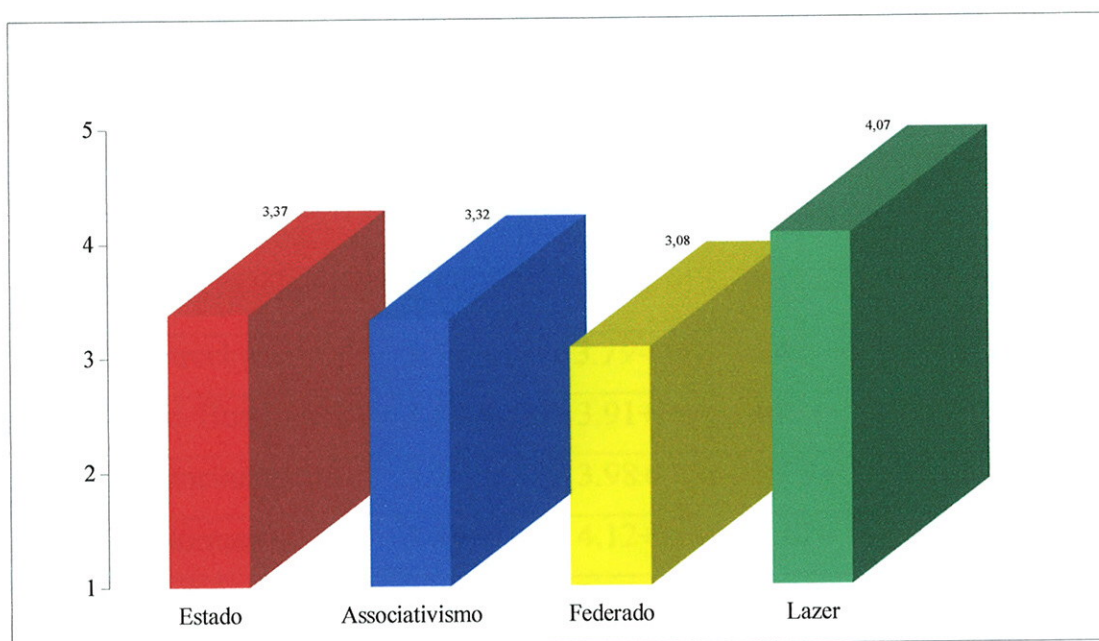
Apesar de defenderem alguma participação estatal, também manifestam alguma tendência para a participação do movimento associativo no que respeita à formação, à informação, ao apetrechamento, aos recursos humanos, aos financiamentos, ao enquadramento jurídico, à gestão e à organização de actividades. A excepção está no facto de se mostrarem relativamente em desacordo de que os clubes respondem às necessidades de prática desportiva por parte da generalidade da população, que a edição de literatura desportiva deve ficar dependente do livre funcionamento de mercado e que o Associativismo Desportivo é livre para desenvolver as políticas desportivas que muito bem entender. Para além disso, manifestam-se divididos relativamente ao facto do controlo da construção de instalações dever ficar sob responsabilidade do Associativismo Desportivo.

No que diz respeito aos factores de desenvolvimento do desporto relacionados com a orgânica, a formação, o enquadramento jurídico (normativo), a gestão e o marketing favorecerem o sector federado, manifestam-se com relativa discordância. Por outro lado, são claramente favoráveis à ideia de que as instituições do Desporto Federado que produzirem literatura da sua especialidade devem ser apoiadas e que só com bons técnicos se conseguem resultados ao nível do desporto de alta competição.

Este grupo profissional não tem muitas dúvidas de que a aposta no Desporto de Lazer e Recreação deve ser uma realidade. Apenas revelam alguma dispersão de

opiniões em relação aos financiamentos que devem ser feitos a este sector da prática desportiva.

Gráfico 1: Valores médios obtidos a partir das respostas dos Professores.



Analisando as respostas dos docentes de Educação Física inquiridos, tendo por base a totalidade das respostas, ou seja, todos os factores de desenvolvimento, chegamos à conclusão que, no cômputo geral, defendem o desenvolvimento de políticas desportivas dirigidas à generalidade da população.

Em relação às restantes dimensões, o gráfico 1 confirma-nos o que referimos anteriormente, tendo por base a análise do quadro 85: mostra-nos uma certa dispersão dos resultados, isto é, à concordância revelada sobre a importância de alguns factores de desenvolvimento corresponde uma discordância àcerca de outros ou uma grande variação de respostas dentro do próprio factor.

5.2.2 Os Técnicos

Quadro 86 : Valores médios

| | Estado | Associativ. | Federado | Lazer |
|----------------|--------------|--------------|----------|--------------|
| Orgânica | 3.66+ | 2.71= | 2.72= | 4.26++ |
| Formação | 4.28++ | 3.93+ | 3.29= | 3.48+ |
| Documentação | 4.59++ | 2.31- | 4.71++ | 3.00= |
| Informação | 3.76+ | 4.47++ | 4.47++ | 4.02+ |
| Instalações | 4.16+ | 3.74+ | 4.33++ | 3.71+ |
| Apetrechamento | 3.59+ | 3.19= | 4.47++ | 3.50+ |
| Rec. Humanos | 3.10= | 3.91+ | 4.83++ | 3.64+ |
| Financiamentos | 3.79+ | 3.98+ | 3.79+ | 1.93- |
| Normativo | 3.38= | 4.12+ | 3.07= | 3.88+ |
| Gestão | 2.76= | 3.98+ | 3.12= | 4.16+ |
| Marketing | 3.03= | 2.84= | 3.36= | 4.76++ |
| Actividades | 2.02- | 4.34++ | 3.78+ | 4.57++ |

De uma maneira geral, os técnicos madeirenses são favoráveis à participação do Estado nos processos de desenvolvimento desportivo. Apenas discordam da organização directa de actividades pela Administração Pública e mostram-se um tanto ou quanto divididos em relação aos factores: recursos humanos, normativo, gestão e marketing. Pensam mesmo que, em relação à formação de quadros técnicos e praticantes e à criação de documentação específica, deverá haver uma forte intervenção estatal.

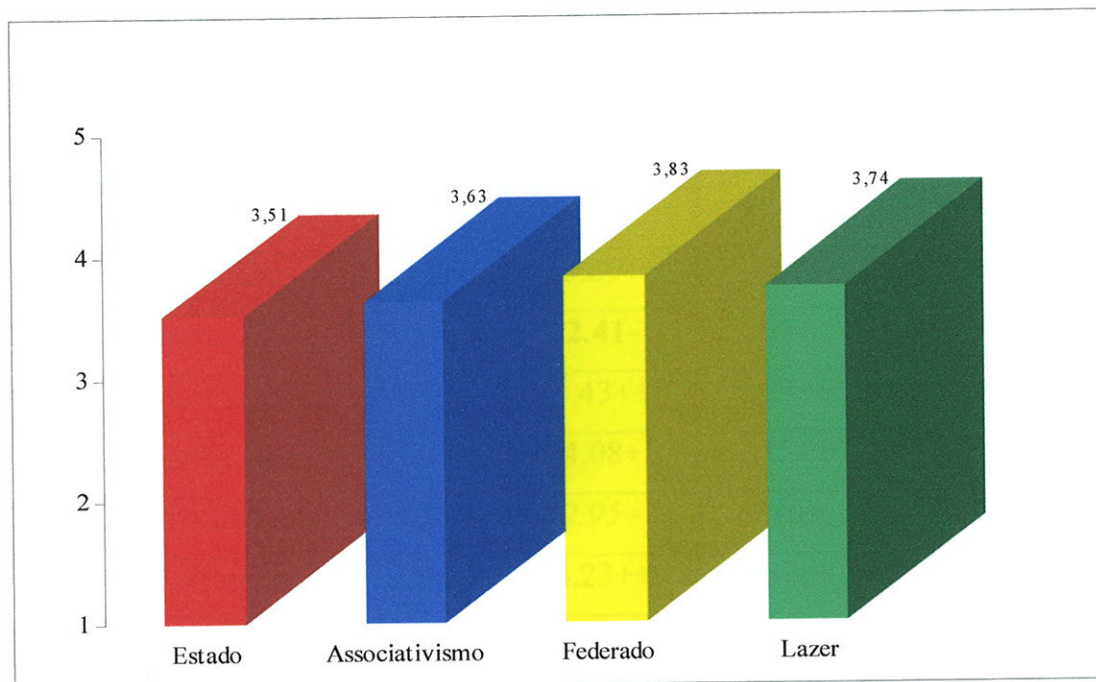
Defendem igualmente a participação do Associativismo Desportivo a quase todos os níveis. No entanto, é de salientar o facto de muitos técnicos também acharem que os clubes não respondem às necessidades de prática desportiva da sociedade

actual, que a edição de literatura desportiva deve ficar dependente do livre funcionamento de mercado, que não é muito importante a criação de uma linha de crédito que permita a aquisição de material desportivo pela população em geral e que deva competir ao Associativismo Desportivo a escolha das políticas desportivas que muito bem entender. Os resultados obtidos indiciam ainda uma grande tendência para considerarem necessário a comunicação social dar mais importância aos eventos organizados pelo Associativismo Desportivo e para o facto deste estar vocacionado para a organização de actividades.

Os técnicos revelam algumas dúvidas em relação à orgânica, à formação, ao enquadramento jurídico, à gestão e ao marketing ligados ao desporto federado. No que respeita aos restantes factores de desenvolvimento do desporto relacionados com este sector, manifestam uma clara concordância, com particular destaque para a documentação e informação, para as instalações e apetrechamento e para os recursos humanos.

A aposta no Desporto de Lazer e Recreação também merece o acordo dos técnicos inquiridos. A promoção deste tipo de desporto, a organização de actividades nesta área e a possibilidade de empresas privadas poderem participar no processo, merece uma forte concordância. Apenas discordam que os financiamentos devam ser canalizados fundamentalmente para essa área e não têm uma opinião muito concreta em relação à necessidade de investir na edição de literatura específica.

Gráfico 2: Valores médios obtidos a partir das respostas dos Técnicos.



Os técnicos desportivos que colaboraram no nosso estudo manifestam, de uma maneira geral, alguma concordância em relação à intervenção quer do Estado, quer do Associativismo Desportivo em políticas de desenvolvimento desportivo.

O gráfico 2 mostra-nos ainda que essas políticas desportivas tanto devem dirigir-se às elites, apostando no Desporto Federado, como à população em geral, através do apoio ao Desporto de Lazer e Recreação.

De referir que em relação ao grupo anterior, constituído pelos Professores de Educação Física, existe a atribuição de uma maior importância ao Desporto Federado, onde exercem funções, e ideias mais claras em relação à intervenção da Administração Pública e do movimento associativo no processo de desenvolvimento do desporto.

5.2.3 Os Dirigentes

Quadro 87 : Valores médios

| | Estado | Associativ. | Federado | Lazer |
|----------------|--------------|--------------|----------|--------|
| Orgânica | 3.74+ | 3.30= | 2.97= | 3.93+ |
| Formação | 4.16+ | 3.89+ | 3.52+ | 3.77+ |
| Documentação | 4.34++ | 2.41- | 4.34++ | 3.26= |
| Informação | 3.38= | 4.43++ | 4.25++ | 3.82+ |
| Instalações | 3.90+ | 4.08+ | 4.15++ | 3.70+ |
| Apetrechamento | 3.13= | 2.95= | 4.10+ | 4.02+ |
| Rec. Humanos | 2.92= | 4.23++ | 4.67++ | 3.97+ |
| Financiamentos | 3.75+ | 3.93+ | 3.77+ | 3.00= |
| Normativo | 3.34= | 4.11+ | 3.49+ | 4.00+ |
| Gestão | 2.61= | 4.13+ | 3.16= | 4.15+ |
| Marketing | 2.79= | 3.20= | 3.36= | 4.46++ |
| Actividades | 1.92- | 4.38++ | 3.75+ | 4.67++ |

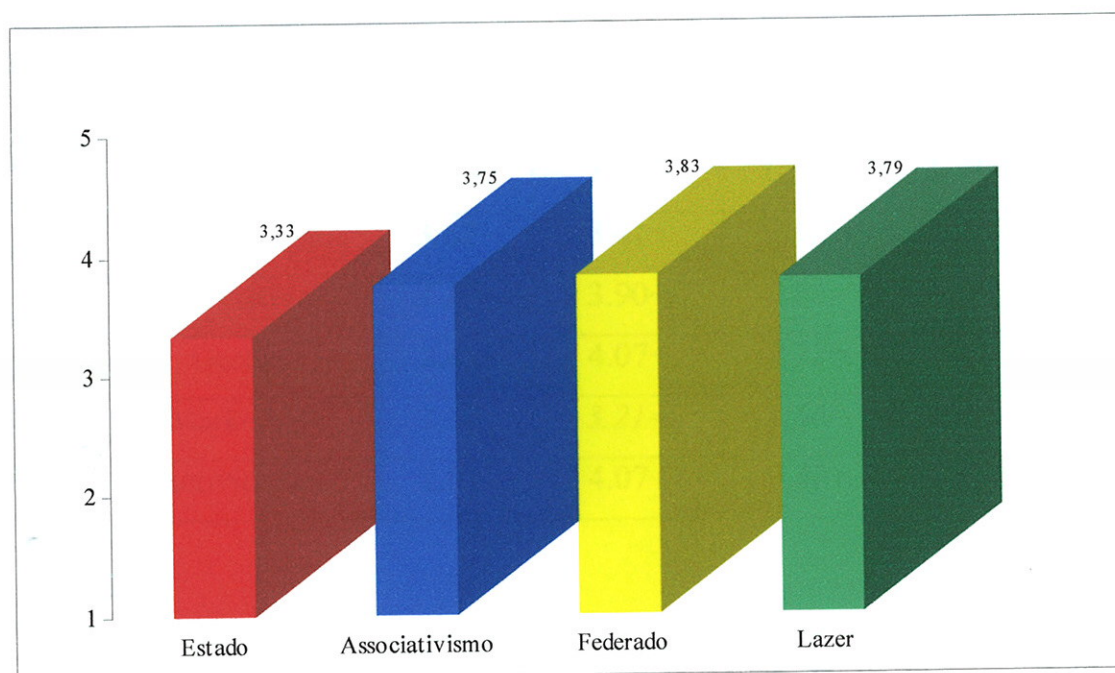
Os dirigentes desportivos da RAM que responderam ao nosso inquérito revelam opiniões um tanto ou quanto dispersas em relação à intervenção do Estado na maioria dos factores de desenvolvimento do desporto. As ideias mais claras em relação a esta matéria dizem respeito ao factor Documentação: concordam claramente com o apoio estatal à produção de literatura desportiva; e ao factor Actividades: discordam relativamente que seja a Administração Pública a responsabilizar-se pela própria organização e execução das práticas desportivas.

Estão de acordo de que só com a intervenção dos Clubes e Associações ao nível da maioria dos factores de desenvolvimento, será possível melhorar o nosso nível desportivo. Compete-lhes fundamentalmente organizar actividades, para o que

lhes deverão ser delegadas mais responsabilidades e prestada mais atenção por parte da Comunicação Social. Apenas levantam algumas reservas ao nível da orgânica, do apetrechamento e do marketing e discordam que a criação de documentação específica fique entregue ao livre funcionamento de mercado.

Para eles, tanto o Sistema Federado como o Desporto de Lazer e Recreação devem ser fortemente apoiados. O Desporto Federado merece grandes apoios ao nível da documentação e informação, das instalações e dos recursos humanos, enquanto o Desporto de Lazer e Recreação deve ser promovido, começando na escola e criando condições para a organização de actividades dirigidas à população em geral. Colocam algumas reservas em relação ao facto do Desporto Federado dever assumir, na globalidade, o processo de desenvolvimento do desporto e de ser o sistema que melhor gere os recursos disponíveis, enquanto também têm ideias dispersas sobre a produção de literatura específica na área do lazer e da importância dos financiamentos para actividades dirigidas à população em geral.

Gráfico 3: Valores médios obtidos a partir das respostas dos Dirigentes.



À semelhança do que aconteceu com os Técnicos, e considerando a totalidade dos factores de desenvolvimento, os Dirigentes tanto manifestam alguma concordância no apoio ao Desporto Federado como ao Desporto de Lazer e Recreação (Gráfico 3).

Os valores médios obtidos a partir da totalidade das suas respostas mostram-nos ainda a atribuição de alguma importância ao movimento associativo, onde estão inseridos, e uma certa indefinição em relação à intervenção do Estado nos processos de desenvolvimento desportivo.

5.2.4 Os Deputados

Quadro 88 : Valores médios

| | Estado | Associativ. | Federado | Lazer |
|----------------|--------------|--------------|--------------|--------|
| Orgânica | 3.59+ | 3.28= | 2.21- | 3.97+ |
| Formação | 4.14+ | 4.00+ | 2.72= | 4.21++ |
| Documentação | 4.21++ | 2.41- | 4.14+ | 3.62+ |
| Informação | 2.93= | 4.17+ | 4.00+ | 4.41++ |
| Instalações | 3.52+ | 3.41+ | 3.21= | 3.07= |
| Apetrechamento | 2.10- | 2.48- | 3.55+ | 4.28++ |
| Rec. Humanos | 2.34- | 3.86+ | 4.55++ | 4.38++ |
| Financiamentos | 3.62+ | 3.41+ | 2.97= | 2.86= |
| Normativo | 3.17= | 3.90+ | 2.66= | 4.31++ |
| Gestão | 2.45- | 4.07+ | 2.72= | 4.48++ |
| Marketing | 2.38- | 3.21= | 2.66= | 4.72++ |
| Actividades | 2.03- | 4.07+ | 3.48+ | 4.72++ |

Os deputados pensam que a intervenção do Estado deve se feita fundamentalmente ao nível dos financiamentos, da construção de instalações desportivas, da formação de técnicos, dirigentes, praticantes e demais agentes desportivos e da produção de literatura da especialidade. Em relação ao apetrechamento, ao enquadramento técnico dos atletas de alta competição, à gestão e promoção da prática desportiva e à organização de actividades, esta classe política mostra alguma discordância àcerca da intervenção da Administração Pública.

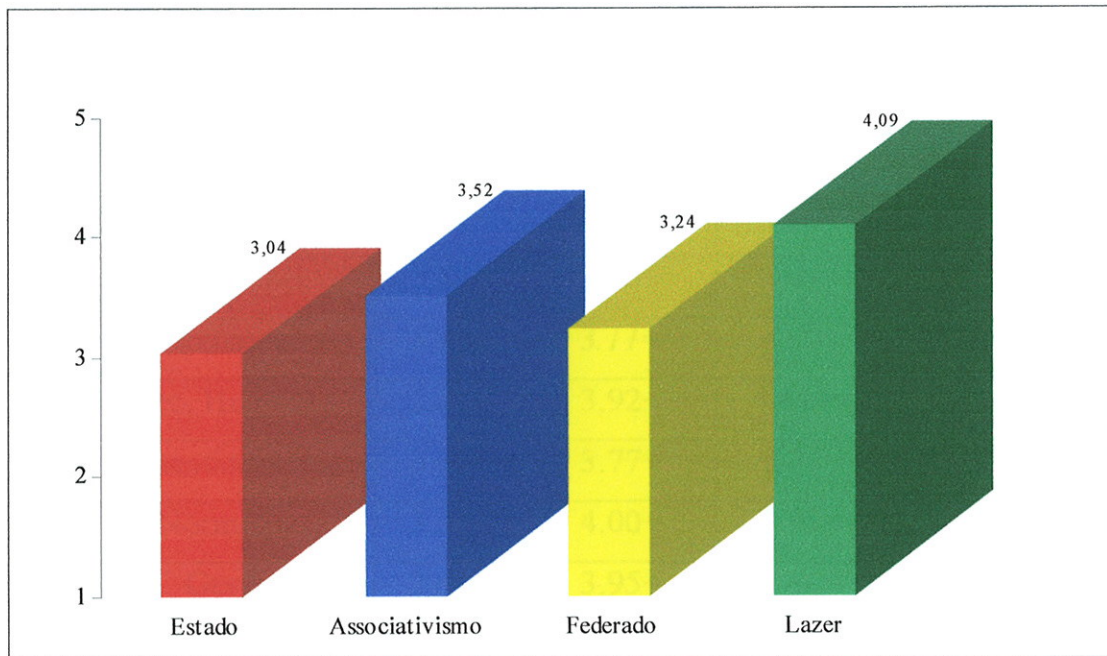
De uma maneira geral, pensam que o Associativismo deverá assumir um papel importante no desenvolvimento do desporto, respondendo afirmativamente aos factores: formação, informação, instalações, recursos humanos, financiamentos, normativo, gestão e actividades. Em relação a esta questão só discordam que a edição de livros relacionados com o desporto fique entregue ao livre funcionamento de mercado e que se criem facilidades ao nível do crédito para aquisição de equipamentos desportivos, de natureza individual ou colectiva.

De uma maneira geral, regista-se uma grande dispersão de respostas à questão do Desporto Federado. A sua opinião só é favorável ao apoio às organizações que produzam documentação na área do desporto, à defesa dos seus interesses junto da comunicação social, à criação de medidas especiais para aquisição de equipamentos desportivos, à organização de actividades e, fundamentalmente, à afectação de recursos humanos capazes de assegurar bons resultados desportivos. Por outro lado, são de opinião que a qualidade de intervenção das instituições do Desporto Federado no Sistema Desportivo, não é a melhor.

Mais uma vez há uma clara tendência para considerar prioritária uma intervenção de qualidade na dinamização das actividades de lazer e recreação destinadas à

generalidade da população. Este grupo apenas levanta algumas reservas à construção de instalações e aos financiamentos nesta área desportiva.

Gráfico 4: Valores médios obtidos a partir das respostas dos Deputados.



À semelhança do que aconteceu com os Professores, os Deputados privilegiam o apoio ao Desporto de Lazer e Recreação em detrimento dos modelos formais do Desporto Federado.

O gráfico 4 mostra-nos ainda a atribuição de uma maior importância ao movimento associativo em oposição ao Estado. O que se espera é que esse facto não seja sinónimo de uma desresponsabilização do Estado em relação ao desenvolvimento desportivo, deixando para o Associativismo o que se sabe à partida que ele não é capaz nem tem meios para o fazer.

5.2.5 O Sexo Masculino

Quadro 89 : Valores médios

| | Estado | Associativ. | Federado | Lazer |
|----------------|--------------|--------------|--------------|--------|
| Orgânica | 3.56+ | 2.96= | 2.55- | 4.04+ |
| Formação | 4.26++ | 3.91+ | 3.08= | 3.74+ |
| Documentação | 4.28++ | 2.43- | 4.42++ | 3.29= |
| Informação | 3.44+ | 4.30++ | 4.16+ | 4.09+ |
| Instalações | 3.88+ | 3.60+ | 3.73+ | 3.71+ |
| Apetrechamento | 3.18= | 3.11= | 4.05+ | 3.94+ |
| Rec. Humanos | 2.84= | 3.92+ | 4.61++ | 3.94+ |
| Financiamentos | 3.69+ | 3.77+ | 3.36= | 2.67= |
| Normativo | 3.34= | 4.00+ | 2.98= | 3.99+ |
| Gestão | 2.61= | 3.95+ | 2.86= | 4.22++ |
| Marketing | 2.86= | 2.89= | 3.02= | 4.65++ |
| Actividades | 2.08- | 4.13+ | 3.52+ | 4.66++ |

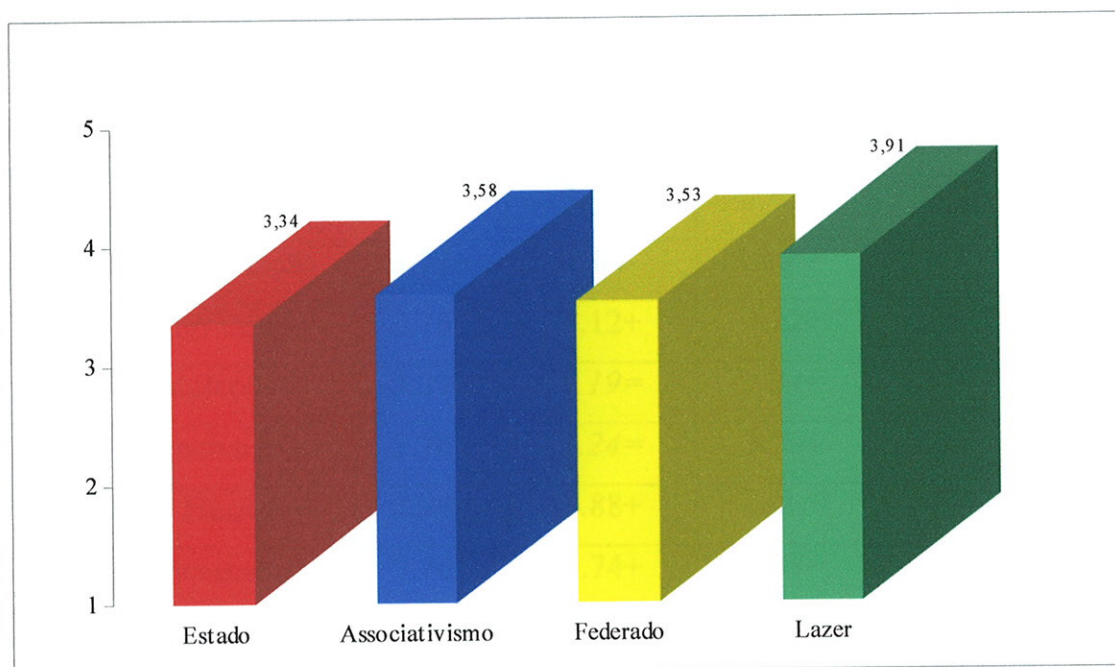
Os indivíduos do sexo masculino pensam que o Estado deve intervir no Sistema Desportivo, fundamentalmente ao nível da formação e da produção de literatura desportiva. São também favoráveis à intervenção do Governo junto da comunicação social de modo a torná-la isenta e socialmente útil e ao financiamento da construção de instalações desportivas e das próprias modalidades desportivas, tendo em conta as prioridades definidas nas respectivas políticas desportivas. Discordam da organização de actividades por parte da Administração Pública e manifestam opiniões diversas em relação aos factores: apetrechamento, recursos humanos, normativo, gestão e marketing.

Pensam igualmente que, ao nível da maioria dos factores de desenvolvimento, o Associativismo Desportivo deve ter uma intervenção de qualidade no Sistema Desportivo, com particular incidência ao nível da informação, manifestando-se relativamente discordantes em relação ao factor documentação e com opiniões pouco definidas ao nível da orgânica, apetrechamento e marketing.

Quanto ao Desporto Federado, os homens acham que a sua qualidade de intervenção no processo de desenvolvimento desportivo não é a melhor. Têm algumas reservas em relação às suas capacidades de intervenção ao nível da formação e da gestão, dos financiamentos a receber, da legislação e da promoção da prática neste sector. Concordam com o apoio às instituições federadas que produzam literatura da especialidade, com a defesa dos seus interesses junto da comunicação social, com a construção de instalações desportivas e respectivo apetrechamento, com a disponibilização de bons técnicos para o apoio aos atletas e organização de actividades.

Os homens apoiam o desenvolvimento das actividades de lazer e recreação, através de uma correcta política de promoção e gestão dessas práticas desportivas. Em relação a esta área, apenas têm algumas reservas quanto à importância do apoio à documentação específica e aos financiamentos às instituições que promovam o desporto para a generalidade da população.

Gráfico 5: Valores médios obtidos a partir das respostas dos indivíduos do sexo masculino.



Na linha dos resultados obtidos anteriormente, o gráfico 5 mostra-nos que os homens atribuem maior importância às actividades recreativas, relacionadas com o lazer e a ocupação dos tempos livres, que ao desporto direccionado para a competição, altamente selectivo, a que só alguns têm acesso.

Privilegiam a acção do movimento associativo em relação ao Estado, atribuindo uma importância ligeiramente maior à acção de clubes, associações, empresas privadas, etc, que à Administração Pública.

5.2.6 O Sexo Feminino

Quadro 90 : Valores médios

| | Estado | Associativ. | Federado | Lazer |
|----------------|--------------|--------------|--------------|--------|
| Orgânica | 3.07= | 2.29- | 1.95- | 4.21+ |
| Formação | 3.76+ | 3.67+ | 2.81= | 3.60+ |
| Documentação | 4.12+ | 2.64- | 4.26++ | 3.31= |
| Informação | 3.76+ | 4.12+ | 4.12+ | 4.24++ |
| Instalações | 3.71+ | 3.19= | 3.24= | 4.33++ |
| Apetrechamento | 3.76+ | 3.24= | 3.90+ | 4.17+ |
| Rec. Humanos | 2.98= | 3.88+ | 4.64++ | 3.95+ |
| Financiamentos | 3.76+ | 3.74+ | 2.98= | 3.02= |
| Normativo | 3.50+ | 3.83+ | 2.90= | 4.14+ |
| Gestão | 3.00= | 3.48+ | 2.67= | 4.43++ |
| Marketing | 3.36= | 2.62= | 2.76= | 4.71++ |
| Actividades | 2.43- | 3.74+ | 3.31= | 4.66++ |

As mulheres apoiam a intervenção do Estado no processo de desenvolvimento desportivo ao nível da formação, documentação e informação, instalações e apetrechamento, financiamentos e enquadramento jurídico. No entanto, discordam da organização directa de actividades pela Administração Pública e mostram-se um tanto ou quanto divididos em relação à intervenção do Governo em termos de enquadramento técnico, gestão e promoção do desporto.

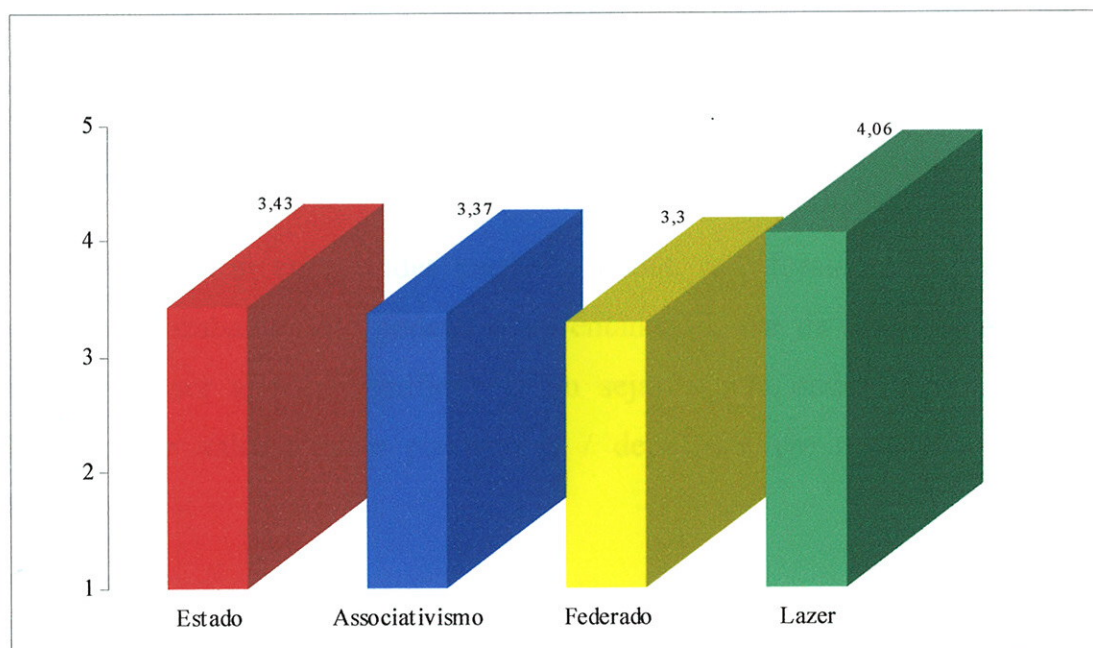
Pensam que os Clubes não dão a melhor resposta às necessidades de prática desportiva da maioria da população e que a edição de literatura desportiva não deve ficar exclusivamente entregue ao livre funcionamento do mercado. Apesar disso, manifestam-se com relativo acordo em relação à maioria dos factores de

desenvolvimento, apenas deixando transparecer algumas divisões em termos da opinião sobre a quem deve caber a responsabilidade da construção de instalações e apetrechamento e à cerca da liberdade de escolha das políticas desportivas que entenderem por parte do Associativismo Desportivo.

As ideias à cerca do Desporto Federado não são muito claras. Discordam que este deva assumir todo o processo de desenvolvimento do desporto, mas deixam no ar a ideia de que as políticas desportivas devem contemplar um forte apoio em termos de documentação, informação, apetrechamento e recursos humanos nesta área.

As opiniões sobre o Desporto de Lazer e Recreação também são bastante favoráveis entre as mulheres. Só os apoios à documentação e em termos de financiamentos se revelam menos consensuais.

Gráfico 6: Valores médios obtidos a partir das respostas dos indivíduos do sexo feminino.



As mulheres, tal como os homens, apoiam mais o desporto destinado à população em geral, numa perspectiva de lazer e recreação, que o Desporto Federado.

Através do gráfico 6 verificamos ainda que, entre o sexo feminino, não existe uma tendência clara no que à intervenção do Estado ou do Associativismo Desportivo no mundo do desporto diz respeito.

5.2.7 Comparando os Diferentes Grupos

Quadro 91 : Comparações

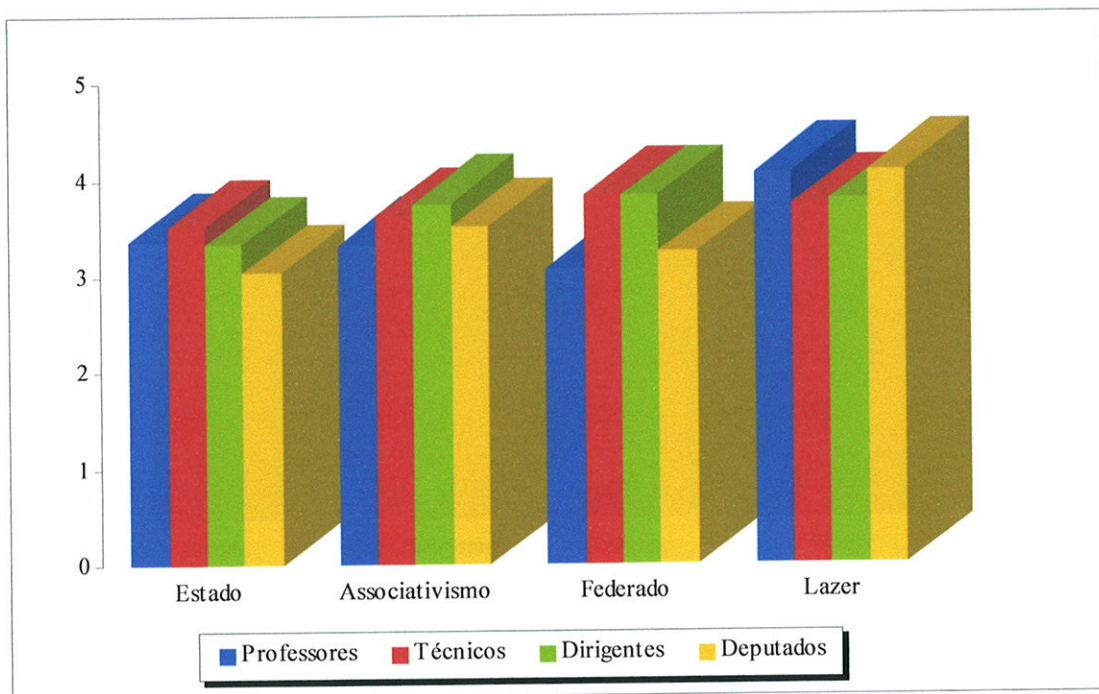
| | Pef-Téc | Pef-Dir | Pef-Pol | Téc-Dir | Téc-Pol | Dir-Pol | M-F |
|-----------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|------|
| T crítico | 1.98 | 1.98 | 1.98 | 1.98 | 1.99 | 1.99 | 1.97 |
| Stat t | -3.23 | -3.69 | -0.12 | -0.27 | 2.86 | 2.45 | 0.61 |
| Diferença | Sim | Sim | Não | Não | Sim | Sim | Não |

Comparando os diferentes grupos em análise, através do quadro 91, tendo por base a totalidade das respostas dadas e em função das opiniões manifestadas, chegamos facilmente à conclusão que, em termos gerais, existem dois grandes grupos de indivíduos: um composto pelos professores e deputados; outro pelos técnicos e dirigentes.

Sem querer entrar em grandes particularidades, que foram sendo descritas ao longo deste trabalho, não podemos, no entanto, deixar de assinalar aquela que nos parece ser a mais significativa, ou seja, aquela onde existe uma maior diferença de valores entre professores / deputados em relação a técnicos / dirigentes.

Este último grupo, mais ligado ao Sistema Federado, não tem dúvidas que a construção de instalações e os financiamentos para este sector devem ser prioritários. Pelo contrário, embora não neguem a sua importância, muitos professores e deputados, manifestam-se mais em sentido contrário.

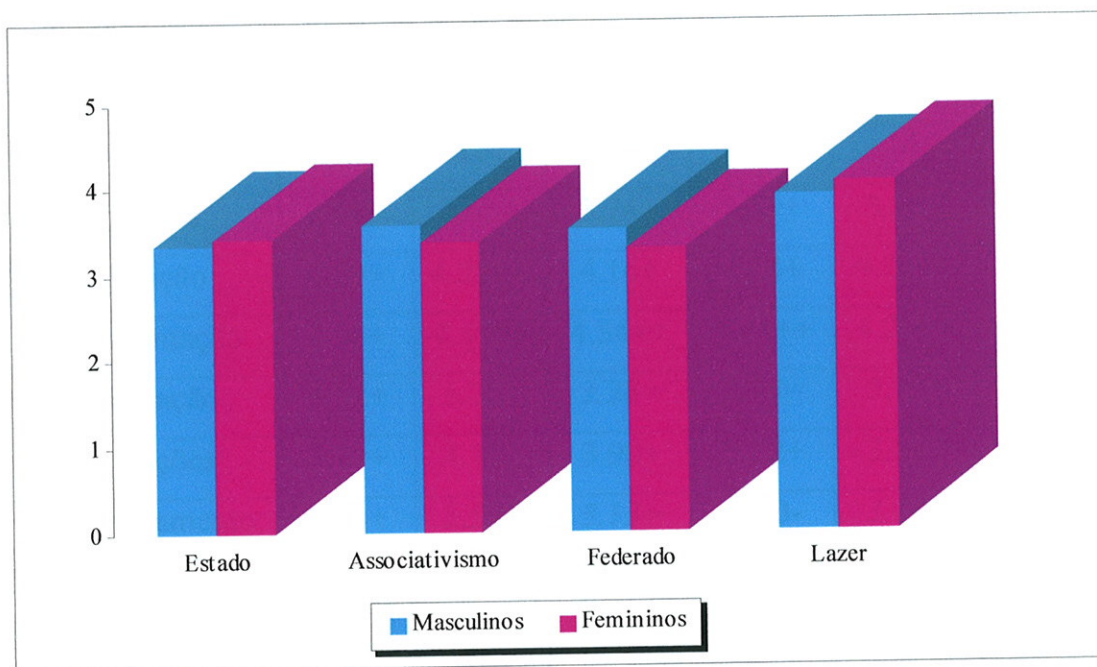
Gráfico 7: Comparação dos valores médios obtidos a partir das respostas de cada um dos grupos de indivíduos, para cada uma das dimensões em estudo.



O gráfico 7 permite-nos visualizar mais claramente esta associação: professores e deputados defendem o desenvolvimento de políticas desportivas relacionadas com o lazer e a recreação de forma mais acérrima que técnicos e dirigentes; a intervenção do Estado e do Associativismo e o desenvolvimento de programas dirigidos ao Desporto Federado têm mais defensores junto de técnicos e dirigentes que do lado dos professores e deputados.

De realçar ainda que, embora os homens e as mulheres tenham apresentado algumas diferenças de opinião em relação aos dois primeiros factores de desenvolvimento analisados (orgânica e formação), no geral, não existem diferenças estatisticamente significativas entre os dois sexos (quadro 91).

Gráfico 8: Comparação dos valores médios obtidos a partir das respostas de cada um dos sexos, para cada uma das dimensões em estudo.



A visualização do gráfico 8 ajuda-nos a compreender a inexistência de diferenças significativas entre os dois sexos.

5.3 Analisando os Diferentes Grupos de Questões

Nos quadros apresentados para cada um dos tipos de questões utiliza-se o mesmo tipo de apresentação apontado em 5.2.

Os gráficos de barras apresentados em cada dimensão, em função da análise da média obtida a partir da totalidade dos factores de desenvolvimento por cada grupo em estudo, permite-nos visualizar com maior clareza as tendências dos diferentes agentes quanto à intervenção do Estado e / ou do Associativismo Desportivo no Desporto Federado e / ou de Lazer / Recreação.

5.3.1 O Estado

Quadro 92 : Valores médios

| | Pef | Téc | Dir | Pol | M | F |
|----------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Orgânica | 3.08= | 3.66+ | 3.74+ | 3.59+ | 3.56+ | 3.07= |
| Formação | 4.09+ | 4.28++ | 4.16+ | 4.14+ | 4.26++ | 3.76+ |
| Documentação | 3.94+ | 4.59++ | 4.34++ | 4.21++ | 4.28++ | 4.12+ |
| Informação | 3.62+ | 3.76+ | 3.38= | 2.93= | 3.44+ | 3.76+ |
| Instalações | 3.71+ | 4.16+ | 3.90+ | 3.52+ | 3.88+ | 3.71+ |
| Apetrechamento | 3.64+ | 3.59+ | 3.13= | 2.10- | 3.18= | 3.76+ |
| Rec. Humanos | 2.83= | 3.10= | 2.92= | 2.34- | 2.84= | 2.98= |
| Financiamentos | 3.63+ | 3.79+ | 3.75+ | 3.62+ | 3.69+ | 3.76+ |
| Normativo | 3.45+ | 3.38= | 3.34= | 3.17= | 3.34= | 3.50+ |
| Gestão | 2.78= | 2.76= | 2.61= | 2.45- | 2.61= | 3.00= |
| Marketing | 3.24= | 3.03= | 2.79= | 2.38- | 2.86= | 3.36= |
| Actividades | 2.45- | 2.02- | 1.92- | 2.03- | 2.08- | 2.43- |

Embora na década de 30 já se falasse da intervenção do Estado no mundo do desporto, é a partir de 74 que, no nosso país, ela se dá com maior incidência. Na RAM, só com a implantação da Autonomia se começou a falar verdadeiramente em Estado no desporto.

Na opinião dos nossos inquiridos, o Estado deverá assumir um papel importante ao nível da formação, da produção de literatura específica, da construção de instalações e dos financiamentos. Só com uma forte intervenção do Estado em algumas áreas de desenvolvimento desportivo se poderão corrigir algumas injustiças e salvaguardar a boa utilização dos dinheiros públicos. Só pagando o custo do desporto se poderão daí retirar os respectivos benefícios.

Apesar da LBSD e da própria Constituição definirem o papel que cabe ao Estado em termos de política desportiva, o que é facto é que esse articulado não tem sido utilizado de forma inteligente, umas vezes por incapacidade dos dirigentes, outras porque não lhes são facultados os meios necessários à prossecução dos seus objectivos.

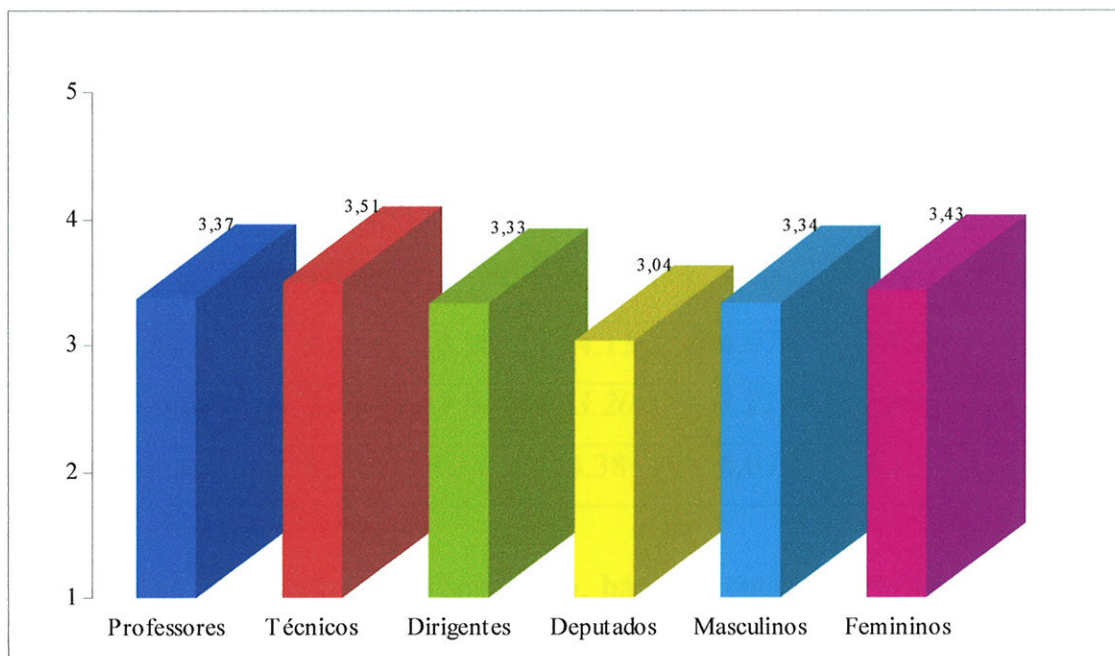
Pelo contrário, a Administração Pública não se deverá intrometer na organização de actividades desportivas propriamente ditas, delegando no Associativismo Desportivo essa função. Só que as actividades orientadas para o rendimento não poderão sobrepôr-se às recreativas. O desporto não pode estar ao serviço de um pequeno número de pessoas em prejuízo de muitos. Não pode ser uma sociedade sem projectos e mal preparada a assumir a responsabilidade do desenvolvimento do desporto.

De salientar ainda, a grande tendência para a dispersão de respostas a este grupo de questões, com particular destaque para as relacionadas com o enquadramento técnico de atletas de alto nível, da gestão do desporto e da promoção da prática desportiva.

A este nível, refira-se que o Estado tem vindo a delegar responsabilidades de promoção da prática desportiva na sociedade civil, nomeadamente no sector privado, mas não poderá deixar de lhe assegurar os meios necessários a essa promoção. A distribuição de recursos deverá ser feita de forma criteriosa,

apoiando não só o desporto profissional, mas fundamentalmente o não profissional, sem capacidade para gerar receitas próprias. Quando se fala da redução da intervenção do Estado no mundo do desporto, não se está a falar da sua desresponsabilização, deixando para os outros o que sabe, à partida, que eles não serão capazes de fazer.

Gráfico 9: Valores médios obtidos a partir das respostas às questões relacionadas com o Estado.



A análise ao gráfico 9 mostra-nos, claramente, a grande dispersão de resultados obtidos ao nível desta dimensão.

O grupo constituído pelos políticos (deputados) é aquele que atribui menor importância à intervenção do Estado, em oposição ao dos técnicos que são os que se aproximam mais duma concordância relativa, embora sem grande significado.

5.3.2 O Associativismo Desportivo

Quadro 93 : Valores médios

| | Pef | Téc | Dir | Pol | M | F |
|----------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Orgânica | 2.41- | 2.71= | 3.30= | 3.28= | 2.96= | 2.29- |
| Formação | 3.76+ | 3.93+ | 3.89+ | 4.00+ | 3.91+ | 3.67+ |
| Documentação | 2.67- | 2.31- | 2.41- | 2.41- | 2.43- | 2.64- |
| Informação | 4.04+ | 4.47++ | 4.43++ | 4.17+ | 4.30++ | 4.12+ |
| Instalações | 2.97= | 3.74+ | 4.08+ | 3.41+ | 3.60+ | 3.19= |
| Apetrechamento | 3.47+ | 3.19= | 2.95= | 2.48- | 3.11= | 3.24= |
| Rec. Humanos | 3.68+ | 3.91+ | 4.23++ | 3.86+ | 3.92+ | 3.88+ |
| Financiamentos | 3.59+ | 3.98+ | 3.93+ | 3.41+ | 3.77+ | 3.74+ |
| Normativo | 3.77+ | 4.12+ | 4.11+ | 3.90+ | 4.00+ | 3.83+ |
| Gestão | 3.49+ | 3.98+ | 4.13+ | 4.07+ | 3.95+ | 3.48+ |
| Marketing | 2.41- | 2.84= | 3.20= | 3.21= | 2.89= | 2.62= |
| Actividades | 3.59+ | 4.34++ | 4.38++ | 4.07+ | 4.13+ | 3.74+ |

Em relação ao Associativismo Desportivo, há a salientar a forte tendência para considerá-lo importante no processo de desenvolvimento desportivo, através da definição de correctas políticas desportivas. Toda a lógica de desenvolvimento do desporto tem-se alterado, havendo cada vez mais uma delegação de responsabilidades no movimento associativo.

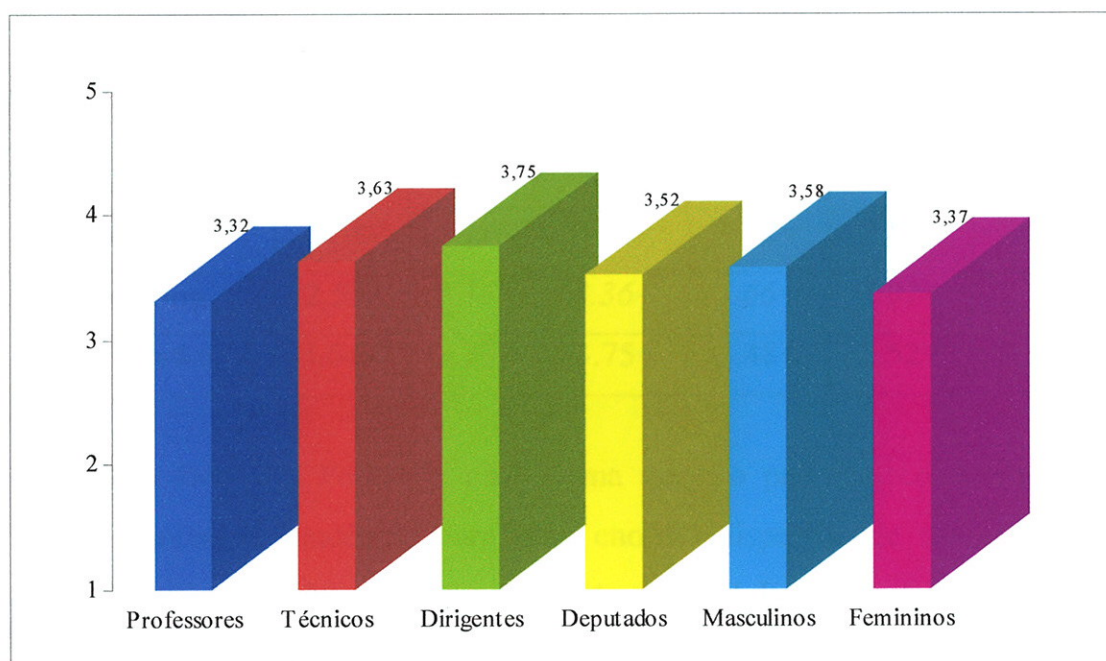
As opiniões manifestadas vão no sentido de este se preocupar com a formação de quadros técnicos, com a organização de actividades e divulgação dos seus eventos junto da comunicação social, com o assumir de maiores responsabilidades por parte dos seus dirigentes, nomeadamente no que à gestão

dos recursos financeiros diz respeito, assumindo uma posição privilegiada no enquadramento jurídico do Sistema Desportivo.

Como vimos anteriormente, a edição de literatura desportiva não deve ficar exclusivamente dependente das regras do mercado, devendo ser apoiada pelo Governo.

Não existem ideias bem definidas acerca da responsabilidade que deverá caber a estas instituições na definição de políticas que promovam o desporto, à semelhança do que aconteceu com o Estado. Com efeito, as grandes organizações, os clubes ecléticos estão a desaparecer começando a aparecer instituições mais pequenas e flexíveis que servem de forma mais eficiente as populações. Hoje em dia, os clubes que não promoverem a qualidade dos seus serviços, através de novas actividades e novas formas de organização, estão condenados ao fracasso.

Gráfico 10: Valores médios obtidos a partir das respostas relacionadas com o Associativismo Desportivo.



O Gráfico 10 revela-nos que a defesa do Associativismo Desportivo é feita, fundamentalmente, pelos seus representantes neste estudo: técnicos e dirigentes.

Apesar disso, os deputados e os indivíduos do sexo masculino também revelam uma certa tendência para considerá-lo relativamente importante no panorama desportivo, principalmente se compararmos as suas respostas com a dimensão anterior (Estado).

5.3.3 O Desporto Federado

Quadro 94 : Valores médios

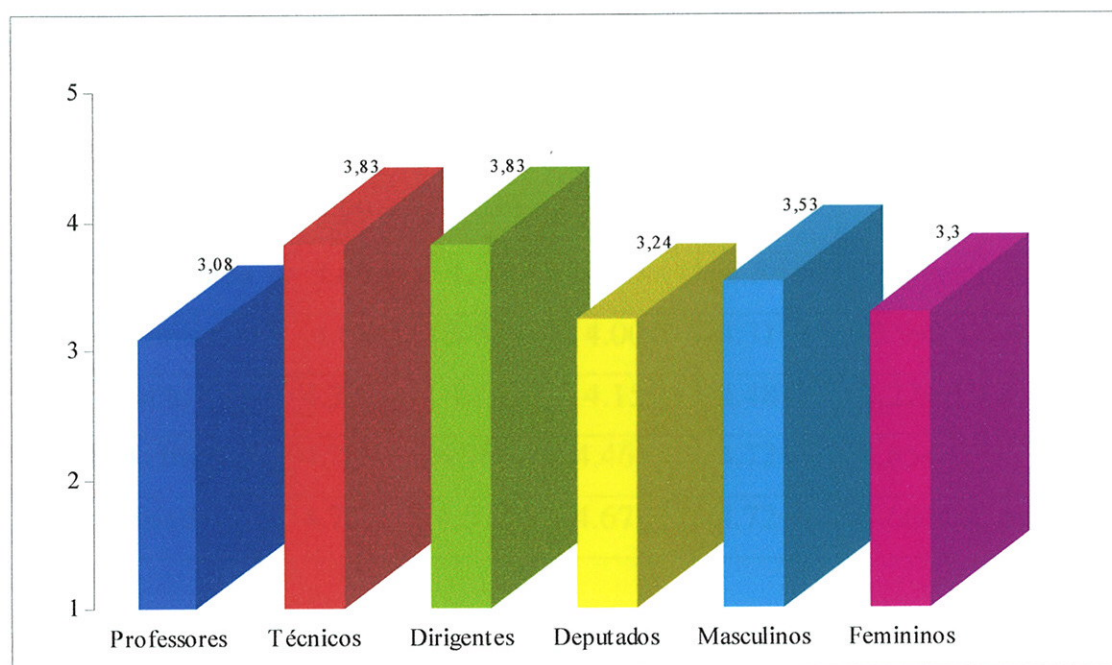
| | Pef | Téc | Dir | Pol | M | F |
|----------------|--------------|--------|--------|--------------|--------------|--------------|
| Orgânica | 1.90- | 2.72= | 2.97= | 2.21- | 2.55- | 1.95- |
| Formação | 2.55- | 3.29= | 3.52+ | 2.72= | 3.08= | 2.81= |
| Documentação | 4.28++ | 4.71++ | 4.34++ | 4.14+ | 4.42++ | 4.26++ |
| Informação | 3.91+ | 4.47++ | 4.25++ | 4.00+ | 4.16+ | 4.12+ |
| Instalações | 2.90= | 4.33++ | 4.15++ | 3.21= | 3.73+ | 3.24= |
| Apetrechamento | 3.82+ | 4.47++ | 4.10+ | 3.55+ | 4.05+ | 3.90+ |
| Rec. Humanos | 4.45++ | 4.83++ | 4.67++ | 4.55++ | 4.61++ | 4.64++ |
| Financiamentos | 2.65= | 3.79+ | 3.77+ | 2.97= | 3.36= | 2.98= |
| Normativo | 2.60- | 3.07= | 3.49+ | 2.66= | 2.98= | 2.90= |
| Gestão | 2.38- | 3.12= | 3.16= | 2.72= | 2.86= | 2.67= |
| Marketing | 2.50- | 3.36= | 3.36= | 2.66= | 3.02= | 2.76= |
| Actividades | 3.04= | 3.78+ | 3.75+ | 3.48+ | 3.52+ | 3.31= |

A defesa do Desporto Federado não é uma questão pacífica, como podemos verificar através da tendência para uma enorme dispersão de respostas que encontramos neste quadro, fundamentalmente ao nível da gestão de recursos e da

promoção de práticas neste sector. Com efeito, a diminuição do número de praticantes do modelo federado poderá estar na origem desta indefinição.

Apesar disso, é defendida a importância da criação de incentivos na área da documentação, da informação, do apetrechamento e dos recursos humanos para o desporto de rendimento. A este nível, é mesmo defendida com bastante convicção a ideia de que só com bons técnicos se conseguem resultados de alto nível.

Gráfico 11: Valores médios obtidos a partir das respostas relacionadas com o Desporto Federado.



Como se verifica pela análise do gráfico 11, os maiores defensores do Desporto Federado são os técnicos que aí desempenham funções e os dirigentes desportivos regionais que, na sua grande maioria, também estão ligados a este sector.

Os homens manifestam um apoio ligeiramente superior às mulheres ao desporto vocacionado para as elites e os professores são o grupo que menos se manifesta a seu favor.

5.3.4 O Desporto de Lazer e Recreação

Quadro 95 : Valores médios

| | Pef | Téc | Dir | Pol | M | F |
|----------------|--------|--------------|--------|--------|--------|--------|
| Orgânica | 4.08+ | 4.26++ | 3.93+ | 3.97+ | 4.04+ | 4.21+ |
| Formação | 3.65+ | 3.48+ | 3.77+ | 4.21++ | 3.74+ | 3.60+ |
| Documentação | 3.42+ | 3.00= | 3.26= | 3.62+ | 3.29= | 3.31= |
| Informação | 4.31++ | 4.02+ | 3.82+ | 4.41++ | 4.09+ | 4.24++ |
| Instalações | 4.28++ | 3.71+ | 3.70+ | 3.07= | 3.71+ | 4.33++ |
| Apetrechamento | 4.21++ | 3.50+ | 4.02+ | 4.28++ | 3.94+ | 4.17+ |
| Rec. Humanos | 3.99+ | 3.64+ | 3.97+ | 4.38++ | 3.94+ | 3.95+ |
| Financiamentos | 3.08= | 1.93- | 3.00= | 2.86= | 2.67= | 3.02= |
| Normativo | 4.04+ | 3.88+ | 4.00+ | 4.31++ | 3.99+ | 4.14+ |
| Gestão | 4.33++ | 4.16+ | 4.15+ | 4.48++ | 4.22++ | 4.43++ |
| Marketing | 4.72++ | 4.76++ | 4.46++ | 4.72++ | 4.65++ | 4.71++ |
| Actividades | 4.73++ | 4.57++ | 4.67++ | 4.72++ | 4.66++ | 4.66++ |

Na opinião dos inquiridos neste estudo, o Desporto de Lazer e Recreação deverá ser, claramente, uma aposta dos nossos dias.

Numa sociedade desenvolvida onde cada vez é maior o tempo disponível para o lazer, há que educar as pessoas no sentido de saberem utilizá-lo de forma correcta, uma vez que, para a generalidade da população, a medida de todas as coisas sempre foi o trabalho. É que, mais tempo livre não significa

obrigatoriamente mais tempo de lazer e, conseqüentemente, mais tempo de acesso ao desporto.

Mas, o Desporto de Lazer e Recreação não pode ser unicamente um dispositivo compensador das tensões acumuladas no trabalho. Para além das funções de divertimento e entretenimento, ele assume também funções ao nível dos valores humanos. O descanso, as preocupações ao nível da saúde, o desenvolvimento físico, moral e intelectual são aspectos a ter em conta. Para isso, ele não poderá ser unicamente uma antecâmara do desporto tradicional / formal, com actividades uniformizadas e estandardizadas que não respondem às necessidades da população. Não poderá ser um sistema que exclua os vencidos, os mais fracos, os indivíduos de diferentes raças, línguas, religiões ou côr, mas uma forma de oferecer um conjunto de serviços de qualidade, baseados na diversidade da oferta desportiva, à medida de cada um, em locais acessíveis e a um preço adequado à sua bolsa.

Os indivíduos questionados atribuem, mesmo, uma grande importância à promoção deste tipo de desporto, que deverá começar na Escola através da disciplina de Educação Física, e à criação de incentivos à organização de actividades dirigidas à generalidade da população.

Assim, a promoção da acessibilidade a todos os benefícios do desporto, no sentido de melhorar a cultura física e motora dos indivíduos, passa por incentivar as políticas de desenvolvimento desportivo centradas na escola e que organizem eventos desportivos destinados à população em geral.

A escola tem por obrigação educar os jovens para um mundo que vai ser vivido de forma diferente do que aconteceu com os seus pais, no que à utilização do tempo livre diz respeito. Há uma grande tendência para o aumento do número de

pessoas a praticar actividades numa perspectiva de lazer e recreação e a diminuição do número de praticantes federados. Estamos a passar de um desporto para alguns para um desporto para muitos. Daí que, este seja um grupo-alvo que não poderá ser esquecido nas políticas de desenvolvimento desportivo.

Se exceptuarmos os financiamentos a este tipo de práticas dirigidas à generalidade da população que não colhe unanimidades, assim como os apoios à produção de literatura nesta área e à construção de instalações para este tipo de actividades, todos os outros aspectos, ligados aos restantes factores de desenvolvimento, deverão merecer uma forte atenção.

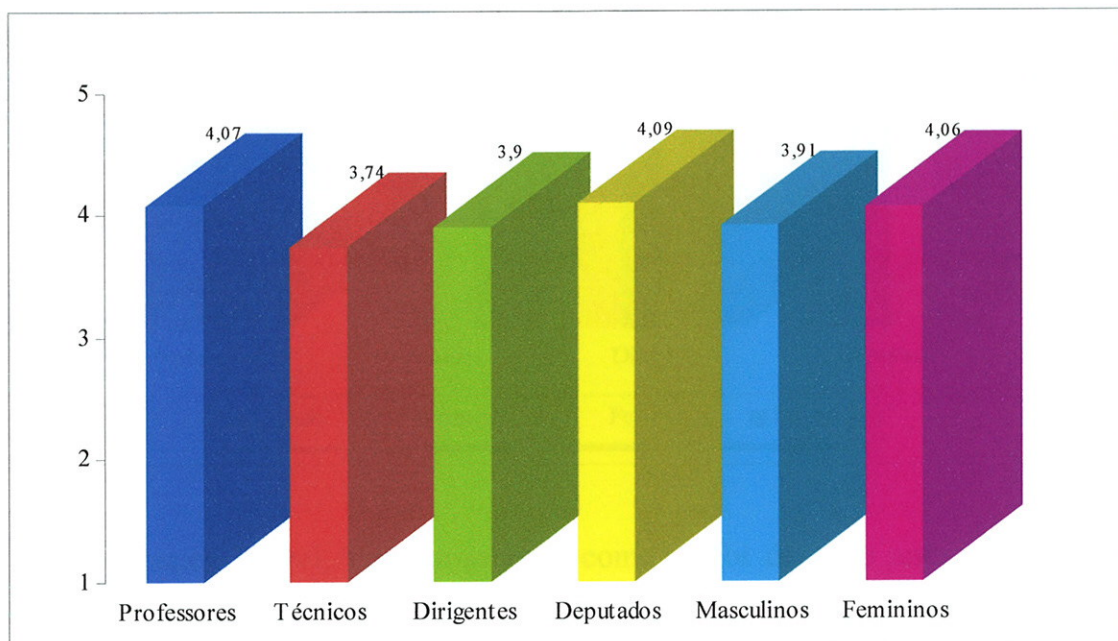
Apesar de muitos dos indivíduos em estudo não considerarem prioritário a construção de instalações e os financiamentos a esta área desportiva, julgamos que a criação de espaços verdes ou outro tipo de espaços e equipamentos que estejam acessíveis à população deverão merecer, igualmente, a nossa atenção.

Numa sociedade virada cada vez mais para os problemas ambientais, o usufruto da natureza poderá ser uma forma saudável de ocupar os tempos livres, através de actividades onde o risco, a aventura, a descoberta de novas experiências, a competição à sua medida, feitas no campo, na montanha, no mar ou nas ribeiras, estejam presentes.

Só com o financiamento de eventos organizados nesta área, fundamentalmente dirigidos aos mais carenciados, se poderá aumentar as taxas de prática desportiva, uma vez que as empresas não têm um grande apetite por estas actividades. A inexistência de retornos significativos em troca dos seus apoios, fazem-nas ser cada vez mais rigorosas nos critérios que determinam os seus patrocínios, inclinando-se mais para o sector federado, que muitas vezes delas fica prisioneiro em termos de definição de políticas desportivas.

A importância que o Desporto de Lazer e Recreação assumirá, concerteza, no futuro, fará com que os organismos que tutelam o desporto tenham que se reorganizar. A criação de uma entidade que superintenda tudo o que diga respeito a este tipo de práticas, fora do Sistema Federado, parece-nos ser uma hipótese a ponderar. Este sistema, tal como o escolar, o do trabalho, etc., tem outra vocação e persegue objectivos diferentes, pelo que temos algumas dúvidas que sectores desportivos tão diferenciados possam coabitar dentro da mesma instituição, sem haver prejuízo para algum deles.

Gráfico 12: Valores médios obtidos a partir das respostas relacionadas com o Desporto de Lazer / Recreação.

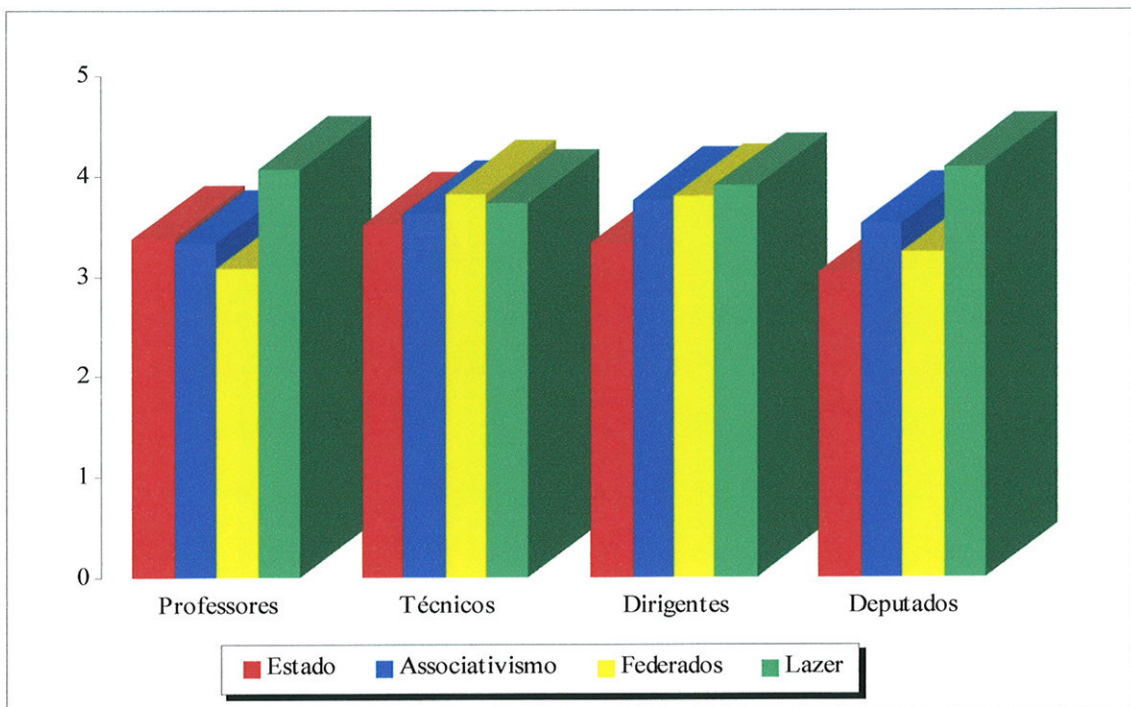


Embora nenhum dos grupos rejeite este tipo de práticas, os professores e os deputados são os seus maiores defensores. O gráfico 12 mostra-nos ainda que, no cômputo geral, as mulheres atribuem-lhe uma importância ligeiramente superior que os homens.

5.3.5 Comparando os Diferentes Grupos de Questões

A análise do gráfico 13 facilita as visualizações parciais que foram sendo feitas ao longo do estudo de cada um dos grupos neste capítulo.

Gráfico 13: Comparação dos valores médios obtidos a partir das respostas em cada uma das dimensões, para cada um dos grupos de indivíduos.



De uma maneira geral, verifica-se que, como já foi descrito anteriormente, os maiores defensores do Desporto de Lazer e Recreação são os professores e os deputados, enquanto técnicos e dirigentes, apesar de não negarem a sua importância, defendem igualmente o Sistema Desportivo onde a maioria está integrado – o Federado.

Por outro lado, com exceção dos professores, os restantes grupos parecem atribuir um pouco mais de importância à intervenção do Associativismo no mundo do desporto, em relação ao Estado.

6 Conclusões e Sugestões

Quando se fala em política desportiva, uma das questões que poderá saltar logo à ribalta é a de saber se ela é influenciada pela ideologia dominante. Com efeito, através da análise da literatura e da realidade actual do nosso país e da RAM, parece-nos que o facto do partido do governo estar mais à “esquerda” ou mais à “direita” não é, na actualidade, determinante, isto é, as perspectivas de desenvolvimento do desporto não são influenciadas por esse facto.

Senão vejamos o que aconteceu em Portugal nos últimos anos onde governos provenientes de ideologias diferentes tiveram atitudes idênticas em relação ao desporto, apostando no sector mais mediático – o federado – com benefícios próprios, mas prejuízos para a generalidade da população. Também ao nível autárquico, mais vocacionado para a população em geral, assistimos a alguns projectos interessantes e a outros que mais não fizeram do que promover o desporto profissional, sem que tal se tenha ficado a dever à ideologia política dominante, mas está mais relacionado com questões ideológicas pessoais e com a maior ou menor competência de quem está no poder e dos técnicos contratados para o efeito.

No caso concreto da RAM, o maior potenciador do desenvolvimento desportivo regional foi, em nossa opinião, a estabilidade governativa que se registou ao longo dos anos do processo autonómico e o facto da Administração Pública Regional sempre ter separado duas realidades importantes - Desporto Federado e Desporto Escolar - mas que, pelas suas características, objectivos e missão, deverão estar sob tutelas diferentes, de modo a não haver sobreposição de interesses, embora devam estabelecer protocolos de cooperação. Aliás, a autonomia política e administrativa de que goza a nossa região foi um factor facilitador, uma vez que permitiu adaptar as políticas desportivas à realidade

regional. Uma boa política desportiva para uma determinada região poderá não o ser para outra com características diferentes.

No entanto, somos de opinião que uma política desportiva deve expressar obrigatoriamente uma ideologia sob pena de poder não ser considerada como política. A ideologia será para a política desportiva o eixo vertical de integração de todo o projecto de desenvolvimento. Contudo, não pode nem deve estar ao serviço de qualquer doutrina sob pena de se correr o risco de colocar o Homem num lugar secundário. Em política desportiva o Homem deve ser a medida de todas as coisas.

Se a política desportiva não fosse influenciada pelas ideologias dominantes, como se explicaria o facto de países relativamente próximos geograficamente, como os do Norte da Europa e os de Leste, possuírem processos de desenvolvimento do desporto tão diferenciados? Uma vez que o desporto mantém com o poder político relações muito estreitas, será normal considerarmos que ele entra na função ideológica de qualquer Estado assumindo conceitos diferenciados em função da ideologia dominante.

Tal como o estudo da política é um assunto mais ou menos recente, também os trabalhos relacionados com a política desportiva, ou seja, com o desporto enquanto objecto de medidas políticas e administrativas, apareceram há bem pouco tempo. É cada vez mais necessário estudar o modo como o desporto deverá organizar-se, isto é, que princípios, técnicas e conhecimentos, articulados entre si, permitirão compreender o funcionamento dos diferentes sistemas e organismos com a finalidade de os gerir, de modo a alcançar os objectivos pré-definidos.

O desporto nunca deverá deixar de colocar o Homem à cabeça das suas preocupações. Qualquer que seja a sua área de intervenção, nunca poderá ser um instrumento ao serviço da política. Pelo contrário, deverá estar ao serviço das populações e a política é que deverá servir as necessidades desse desporto.

Promovendo o desporto através das bases, em que através da diferenciação dos níveis de prestação se vai atingir a excelência, ou das elites, onde os modelos constituídos pelos praticantes de alto nível poderão influenciar os jovens que neles se revêm e com eles se identificam, o que é necessário é colocar mais pessoas a praticar desporto.

Esse direito deverá satisfazer-se através da oferta de um conjunto de serviços desportivos de qualidade, onde o bem estar físico, mental e intelectual possa ser atingido. Só assim estaremos a desenvolver o desporto, a aumentar o nosso nível desportivo, a progredir socialmente, a melhorar a nossa qualidade de vida, no sentido de se construir uma sociedade melhor e mais justa onde todos possam ter acesso às suas vantagens.

Daí que, para além de se promover o desporto, aumentando o número de praticantes desportivos, seja necessário apostar na formação de quadros humanos capazes de responderem às exigências, não só em termos técnicos e competitivos, mas também em termos organizacionais, que são colocadas pelos praticantes desportivos.

Um dos princípios cada vez mais reivindicados pelas populações é a descentralização das decisões. Os indivíduos exigem participar nas decisões que lhes dizem respeito. Assim, procurando satisfazer esta necessidade, fomos ao encontro de alguns dos principais agentes que, directa ou indirectamente, participam no fenómeno desportivo, no sentido de auscultar as suas opiniões e

determinar o seu padrão de pensamento em relação às escolhas em matéria de política desportiva.

O estudo centrado na RAM, permite-nos chegar a algumas conclusões:

6.1 O Estado e o Associativismo Desportivo

Em relação às funções que cabe ao Estado e / ou ao Associativismo Desportivo em matéria de política desportiva, os diferentes grupos em estudo permitem-nos afirmar que:

- A Administração Pública Regional deverá assumir um papel importante ao nível da formação de praticantes e quadros técnicos e financiar não só as modalidades desportivas, mas também a construção de instalações e a produção de literatura técnico-pedagógica no âmbito do desporto, não deixando que esta fique entregue ao livre funcionamento do mercado.
- A organização de actividades deverá ficar a cargo do Associativismo Desportivo, a quem compete ainda a gestão dos recursos disponíveis, incluindo os financeiros.
- O Associativismo Desportivo deverá ocupar uma posição privilegiada dentro do enquadramento jurídico do Sistema Desportivo, com maiores atribuições e responsabilidades ao nível dos seus dirigentes.
- As Associações Profissionais poderão desempenhar um papel fundamental na formação de quadros técnicos e a comunicação social

deve prestar mais atenção aos eventos organizados pelo Associativismo Desportivo.

- Não existem ideias muito bem definidas sobre quem deverá responsabilizar-se pela promoção da prática desportiva.
- A defesa do Associativismo Desportivo é feita, fundamentalmente, pelos seus representantes neste estudo: técnicos e dirigentes.
- De uma forma geral, não existe uma tendência clara para privilegiar o Estado nos modelos de desenvolvimento desportivo.

Se é verdade que o Estado tem que intervir em algumas áreas no sentido de corrigir injustiças e salvaguardar a boa utilização dos dinheiros públicos, também é verdade que cada vez mais há uma maior delegação de responsabilidades no Associativismo Desportivo.

Mas, o Estado não poderá deixar de assegurar ao movimento associativo os meios necessários ao desenvolvimento do desporto, uma vez que os clubes e associações têm grandes dificuldades em servir de forma eficiente as populações.

6.2 Desporto Federado e Desporto de Lazer e Recreação

No que diz respeito ao sector desportivo que deverá ser apoiado, este estudo permite-nos concluir que:

- A aposta deve ser feita fundamentalmente ao nível do Desporto de Lazer e Recreação, apostando na organização de actividades dirigidas à generalidade da população.

- Embora todos o considerem importante, são os professores e os deputados os seus maiores defensores.
- A promoção destas actividades só será eficiente se fôr feita através da escola, criando hábitos de prática desportiva.
- Apesar de ser necessário apostar na documentação, informação e apetrechamento do Desporto Federado, só se conseguirão resultados de alto nível se a ele afectarmos bons técnicos.
- Os modelos formais de prática desportiva são defendidos pelos agentes mais directamente relacionados com este sector: dirigentes e técnicos.

Num período em que se assiste a uma certa redução do número de praticantes federados em oposição ao número de pessoas a praticar actividades numa perspectiva de lazer e recreação, há que apostar na escola como local privilegiado de socialização por onde passam todos os indivíduos no seu processo de formação.

6.3 Os Diferentes Grupos em Estudo

Em relação aos diferentes grupos em estudo, verificamos que:

- Os professores e deputados têm opiniões semelhantes entre si, o mesmo acontecendo entre dirigentes e técnicos.
- Enquanto os dirigentes e técnicos defendem como prioridade a construção de instalações e o financiamento de actividades para o

Desporto Federado, os professores e deputados, no seu conjunto, não têm opiniões muito bem definidas em relação a esta matéria.

- O grupo docente e político discorda que o Desporto Federado deva assumir, na globalidade, o processo de desenvolvimento do desporto, enquanto técnicos e dirigentes divergem quanto às ideias defendidas.
- No cômputo geral, os professores e os deputados defendem o desenvolvimento de políticas desportivas relacionadas com o lazer e a recreação de forma mais acérrima que técnicos e dirigentes. Por seu lado, a intervenção do Estado e do Associativismo e o desenvolvimento de programas dirigidos ao Desporto Federado têm mais defensores junto de técnicos e dirigentes que do lado dos professores e deputados.
- Não existem diferenças significativas de opinião entre homens e mulheres.

Da análise comparativa das opiniões entre os vários grupos salta à evidência a atribuição de maior importância ao Desporto Federado por parte de dirigentes e técnicos que, na sua maioria, exercem funções nesse sector, relativamente a professores e deputados. Aliás, as diferenças existentes entre estes dois grupos de indivíduos estão mais relacionadas com esta questão do que com o papel que cabe à Administração Pública e ao Associativismo Desportivo no desenvolvimento desportivo regional.

6.4 Os Factores de Desenvolvimento do Desporto

No que respeita à análise individual de cada um dos doze factores de desenvolvimento do desporto, verificamos que:

- A Administração Pública é a instituição que intervém com maior qualidade no Sistema Desportivo, não sendo de desprezar a possibilidade de participação de empresas privadas em programas de promoção da prática desportiva.
- A formação dos vários agentes desportivos tanto deve obedecer a uma forte intervenção do Estado como das Associações Profissionais e, com excepção dos dirigentes (defendem os dois tipos de formação), todos consideram que a formação na escola, numa perspectiva de lazer e recreação, deve ser privilegiada em relação à formação proveniente do Sistema Federado.
- A edição de literatura desportiva deve ser apoiada pelo Estado, não devendo ficar dependente do livre funcionamento do mercado.
- Tanto o Desporto Federado como o Desporto de Lazer e Recreação devem merecer especial atenção por parte da comunicação social, assim como o movimento associativo.
- A Administração Pública deverá responsabilizar-se pelo financiamento para a construção de instalações desportivas, fundamentalmente ligadas às práticas de lazer e recreação, embora o seu controlo deva ficar entregue ao movimento associativo.

- As políticas de apetrechamento tanto devem servir o Desporto Federado como o de Lazer e Recreação.
- O Estado deverá delegar mais responsabilidades no Associativismo Desportivo e preocupar-se com um enquadramento técnico de qualidade tanto no Desporto Federado como no de Lazer e Recreação.
- A Administração Pública tem por obrigação financiar o desporto através dos órgãos de cúpula do Associativismo Desportivo.
- O enquadramento jurídico ao nível do desporto deve privilegiar o Associativismo Desportivo em relação ao Estado e o Desporto de Lazer e Recreação em relação ao Desporto Federado.
- A gestão dos recursos existentes deve ser descentralizada para as Associações Desportivas e reforçar o desporto para a população em geral.
- A promoção do desporto, para ser eficiente, deve acontecer na escola.
- O movimento associativo tanto deve organizar actividades relacionadas com o desporto Federado como com o Desporto de Lazer e Recreação.

Apesar de intervir com qualidade no sistema desportivo, a Administração Pública deverá delegar mais responsabilidades no Associativismo Desportivo, através de um enquadramento jurídico que privilegie este movimento, descentralizando a gestão dos recursos existentes e permitindo-lhe que controle a construção de instalações desportivas.

O papel do Estado deverá estar virado fundamentalmente para a formação de agentes desportivos e o financiamento, não só de práticas desportivas, como também de instalações e de literatura específica desta área.

O Desporto de Lazer e Recreação deve ser privilegiado em relação ao Desporto Federado no enquadramento jurídico regional, nomeadamente no que à formação, à construção de instalações desportivas, à gestão dos recursos existentes e à promoção diz respeito. A este propósito não é de desprezar a participação de empresas privadas neste processo.

Tanto é importante apoiar o Desporto Federado como o de Lazer e Recreação ao nível dos equipamentos necessários e dos quadros humanos capazes de desenvolver actividades desportivas de qualidade. Só assim a comunicação social poderá prestar mais atenção a estes eventos.

6.5 Considerações Finais

Os resultados alcançados permitiram-nos aprofundar um pouco mais os conhecimentos relacionados com a problemática organizacional do desporto madeirense. Contudo, muitas dúvidas e questões ficaram por aprofundar e compreender, ainda mais quando se tratou de estudar um problema amplo e complexo como é o desenvolvimento do desporto regional.

A realização deste estudo, apesar de se ter baseado na opinião de uma amostra significativa de indivíduos sobre questões de organização, apresenta algumas limitações que gostaríamos de comentar.

Apesar da amostra ser bastante representativa do universo em causa, poderíamos ter ido ainda mais além fundamentalmente ao nível dos deputados, bem como

abarcam outros grupos, cujas opiniões poderiam ser igualmente importantes: técnicos de empresas privadas com prestação de serviços desportivos, sócios-gerentes de empresas industriais ou de comércio desportivo, autarcas ou técnicos ao serviço das autarquias, árbitros, pessoal médico e para-médico, dirigentes de Associações Profissionais, jornalistas, pessoal administrativo e gestores, juristas, etc. Para além disso, seria interessante avaliar a opinião dos indivíduos que beneficiam directamente dos serviços desportivos, quer sejam atletas federados, quer potenciais consumidores de actividades de recreação.

Outras comparações poderiam ser feitas, nomeadamente no que respeita à experiência profissional e à idade, já que em relação às habilitações académicas, elas são de uma maneira geral elevadas, com excepção do grupo dos dirigentes onde ainda existem muitos sem habilitação superior. Embora constassem do questionário, estas variáveis apenas serviram para caracterizar os indivíduos inquiridos.

Em relação ao questionário, julgamos que algumas das questões poderão ser reformuladas no sentido de medirem de uma forma mais eficiente e independente as várias dimensões em estudo. Assim, e por exemplo, o facto de se referir na pergunta 2.4 que “a formação do jovem praticante deve ser realizada na escola numa perspectiva de lazer e recreação” poderá ter duas interpretações, uma vez que existem dois indicadores na mesma questão: 1) a formação numa perspectiva de lazer e recreação; 2) a formação na escola. Com efeito, o inquirido poderá entender que a formação deve ser feita na perspectiva da recreação, mas noutra instituição que não a escola, ficando com dúvidas sobre em qual dos ítems (1 a 5) deverá incidir a sua resposta. O mesmo acontece com outras questões que poderão ser alvo de reformulação, tornando o inquérito ainda mais objectivo.

Apesar de tudo o que foi dito e sem pretender resolver todos os problemas do desporto regional, até porque algumas das questões abordadas já estão a ser alvo de atenção por parte das entidades responsáveis, julgamos estar a contribuir para a definição das políticas desportivas que vão iniciar um novo ciclo olímpico.

A Administração Pública Regional, para continuar a intervir com qualidade no Sistema Desportivo local, deverá salvaguardar a boa utilização dos dinheiros públicos, corrigindo as assimetrias existentes em termos de acesso à prática desportiva. Apesar de delegar cada vez mais responsabilidades no movimento associativo não deverá deixar de assegurar os meios necessários ao desenvolvimento do desporto. A aposta nas actividades de lazer e recreação e a sua promoção através da escola são realidades a ter em conta.

7 BIBLIOGRAFIA

- AMSLER, Jean (1969); "Structure du Sport Français en 1968" in Education Physique et Sport, n° 99, Supplément.
- ANDREFF, W.; LENCLOS, J. L. (1980); "La Gestion des Clubs Sportifs" in Sports et Sciences, Paris, Edition Vigot.
- ANDREFF, Wladimir e NYS, Jean-François (1986); "Economie du Sport"; Paris, PUF (1994).
- ANTONELLI, F. (1965); "Psicologia e Psicopatologia dello Sport"; Roma, Leonardo.
- AUGER, Jacques (1984); "Quelques Indicateurs de la Situation Economique du Loisir au Québec" in Loisir et Société, vol. 7, n° 2.
- BENTO, Jorge (1989); "Programas para o desenvolvimento do desporto em Portugal" in Revista Horizonte, Lisboa, Vol. VI, n° 34.
- BENTO, Jorge (1991); "Desporto na escola e desporto no clube" in Revista Horizonte, Lisboa, Vol. VII, n° 42.
- BENTO, Jorge (1998); "The Sports Club: Its changes and its survival" in 6th Congress of the European Association for Sport Management, Madeira, Portugal.
- BERI, Beraho (1979); "Le Probleme du Temps Libre et du Loisir a Travers Quelques Publications et Etudes de Reference de L'UNESCO" in III Congrès

Mondial Van Clé sur les Sociétés Contemporaines face au Temps Libre, UNESCO.

- BERTHOUMIEU, R. (1950); "O Desporto Questão Social"; Lisboa, Compendium, (1980).

- BOUET, Michel (1968); "Signification du sport"; Ed. Universitaires.

- BROHM, J. Marie (1976); "Sociologie Politique du Sport"; Paris, Jean Piere Delarge.

- BRYANT, James (1993); "Sport Management and the Interdependence with Sport Sociology: Sport as a Social Product" in European Journal for Sport Management, nº 7.

- CAILLOIS, Roger (1967); "Les Jeux et les Hommes"; Paris, Gallimard.

- CALHOUN, Don (1981); "Sports, Culture & Personality"; New York, Leisure Press.

- CARDOSO, Jaime (1996); "Os mestres da qualidade" in Executive Digest, Ano 3, nº 25.

- CARDOSO, Jaime; RODRIGUES, Jorge (1999); "Os desafios para o século XXI" in Executive Digest, Ano 5, nº 56.

- CARVALHO, A. Melo (1975); "Desporto e Revolução. Uma Política Desportiva"; Lisboa, DGD.

- CARVALHO, A. Melo (1978); "Cultura Física e Desenvolvimento"; Lisboa, Compendium.
- CARVALHO, A. Melo (1994); "Desporto e Autarquias Locais"; Porto, Ed. Campo das Letras.
- CHIAVENATO, Idalberto (1979); "Teoria Geral da Administração"; S. Paulo, Mc Graw Hill.
- CLAEYS, Urbain (s/d); "A Evolução do Conceito de Desporto e o Fenómeno da Participação / não Participação"; Coolecção Desporto e Sociedade, Lisboa, D.G.D.
- CLEARING HOUSE (1998); "D'Amsterdam à Lisbonne... Sélection d'initiatives exemplaires"; Lisboa, Centro de Estudos e Formação Desportiva, Secretaria de Estado do Desporto de Portugal.
- CLEARING HOUSE (1999); "Bulletin d'Information Sportive"; Bruxelles, CDDS, Conseil de l'Europe.
- CONSEIL DE L'EUROPE (1978); "Le Nouveau Comité pour le Développement du Sport", Bruxelles, Clearing House: fiche informative N° 502.
- CONSELHO AMERICANO DO DESPORTO INTERNACIONAL (1978); "Directrizes Orientadoras de um Estudo Nacional sobre a Situação da Educação Física e do Desporto"; Washington, A.C.I.S..
- CONSTANTINO, J. M. (1992); "A Gestão dos Equipamentos Desportivos" in Revista Horizonte, Lisboa, Vol. VIII, n° 47.

- CONSTANTINO, J. M. (1992); "O Desporto e a Comunicação Social" in Revista Horizonte, Lisboa, Vol. VIII, nº 48.
- CONSTANTINO, J. M. (1993); "O Cidadão e o Desporto. Novas Tendências no Desporto Actual" in Revista Horizonte, Lisboa, Vol. IX, nº 54.
- CONSTANTINO, J. M. (1997); "A Sinergia Público, Associativo e Privado como Resposta à Problemática do Desenvolvimento Desportivo Local"; in II Congresso de Gestão do Desporto, Lisboa, Associação Portuguesa de Gestão do Desporto.
- CORREIA, Abel (1993); Gestão de Organizações Desportivas e Segmentos de Praticantes" in Revista Ludens, Lisboa, Vol. 13, nºs 3/4.
- CORREIA, Abel (1999); "Dinâmicas na formação da estratégia organizacional" in Revista Ludens, Lisboa, Vol. 16, nº 1.
- COSTA, Lamartine (1968); "A Reinvenção da Educação Física e do Desporto Segundo os Paradigmas do Lazer e da Recreação"; Coolecção Desporto e Sociedade, Lisboa, D.G.D (1987).
- COUNCIL OF EUROPE (s/d); "National Reports on the Implementation of the European Sports Charter" in Sports Information Bulletin nº 47, European Mirror.
- COUNCIL OF EUROPE (1999); "The Council of Europe and Sport: 1966 – 1998. Legal and Political Texts"; Bruxelles, CDDS, Vol. I.
- CRAINER, Stuart (1998); "50 Nomes que Marcaram a Gestão" in Executive Digest, Ano 4, nº 48.

- CRESPO, Jorge (1976); "O Desenvolvimento do Desporto em Portugal - Um Acto Político"; Lisboa, UTL – ISEF.
- CUNHA, Luis (1997); "O Espaço, o Desporto e o Desenvolvimento"; Lisboa, UTL-FMH.
- DAUGUET, Francis (1970); "Le Loisir"; Belgique, Casterman.
- DEUTSCH, K. (s/d); "Política e Governo"; Ed. Universidade de Brasília; 2ª Edição (1982).
- DIECKERT, Jürgen (1974); "Esporte de Lazer. Tarefa e Chance para Todos"; Rio de Janeiro, Livro Técnico (1984).
- DRUCKER, Peter (1989); "Inovação e Gestão"; Lisboa, Ed. Presença.
- DRUCKER, Peter (1999); "O que está errado na gestão" in Executive Digest, Ano 5, nº 56.
- DUMAZEDIER, Joffre et al (1950); "Regards Neufs sur le Sport"; Paris, Seuil (1972).
- DUMAZEDIER, Joffre (1962); "Vers une Civilization de Loisir?"; Paris, Seuil (1972).
- DUMAZEDIER, Joffre (1974); "Sociologie Empirique du Loisir"; Paris, Seuil.
- ELIAS, Norbert (1982); "A busca da excitação"; Lisboa, Difel.

- ESCÓRCIO, André (1997); "O Desporto no operador público de televisão"; Funchal, Ed. Desporto Madeira.
- ESTEVES, José (1967); "O Desporto e as Estruturas Sociais"; Lisboa, Prelo Editora.
- ESTEVES, José (1978); "Racismo e Desporto"; Lisboa, Básica Editora.
- ETTORRE, Barbara (1996); "Juran acerca da qualidade e muito mais" in Executive Digest, Ano 3, nº 25.
- FEIO, Noronha (s/d); "Desporto e Política", Lisboa, Portugalíia.
- FERNANDES, Francisco (1999); "Madeira – Desporto em Autonomia"; Funchal, Ed. Desporto Madeira.
- FIDALGO, Raquel (1999); "Prémios europeus de qualidade" in Executive Digest, Ano 4, nº 51.
- FOURASTIER, Jean (1947); "A civilização de 1995"; Lisboa, D. Quixote (1972).
- FOURASTIER, Jean (1970); "Des Loisirs: pour quoi faire?"; Casterman.
- FRADETTE, Michael; MICHAUD, Steve (1999); "A empresa camaleão" in Executive Digest, Ano 5, nº 59.
- FRIEDMANN, Georges (1964); "Le Travail en Miettes"; Paris, Gallimard.

- GALBRAITH, J. K. (1958); "A Sociedade da Abundância"; Lisboa, Publicações Europa América.
- GALBRAITH, J. K.(1967); "O Novo Estado Industrial"; R. Janeiro, Civilização Brasileira.
- GASSET, Ortega (1924); "A Origem desportiva do Estado"; Colecção Desporto e Sociedade, Lisboa, DGD (1987).
- GAZENEUVE, Jean; VICTOROFF, David (1975); "Dicionário de Sociologia"; Lisboa, Ed. Verbo (1982).
- GIDDENS, Anthony (1996); "Consequências da Modernidade"; Lisboa, Celta.
- GODFREY, Blanton (1996); "10 tendências para a década" in Executive Digest, Ano 3, nº 25.
- GODFREY, Blanton (1999); "Qualidade com criatividade" in Executive Digest, Ano 4, nº 51.
- GOMES, Viegas (1986); "Regionalização e Descentralização Desportiva"; Lisboa, Livros Horizonte.
- GUAY, Donald (1993); "La Culture Sportive"; Col. Pratiques Corporelles, Paris, PUF.
- GUÉTIER A. (1979); "Description Comptable et Définition Economique du Sport" in Sports et Sciences, Paris, Edition Vigot.

- HABERMAS, Jurgen (1968); "Técnica e ciência como ideologia"; Biblioteca de Filosofia Contemporânea; Edições 70.
- HAMMEL, Gary; PRAHALAD, C. K. (1994); "Competing for the Future"; USA, Harvard Business School Press.
- HANDY, Charles (1978); "Deuses da Gestão"; Lisboa, CETOP.
- HANDY, Charles (1994); "A era do paradoxo – Dar sentido aos desafios do futuro"; Lisboa, CETOP.
- HARGREAVES, Jennifer (1982); "Sport, Culture and Ideology"; London, Routledge & Kegan Paul, Reprinted (1985).
- HEINEMANN, K. (1984); "Socio Economic Problems of Sports Clubs" in International Review of the Sociology of Sport.
- HOBBERMAN, M. John (1984); "Sport and Political Ideology"; U.S.A., University of Texas Press.
- HORCH, Heinz-Dieter (1998); "Self-destroying Processes of Sport Clubs in Germany" in European Journal for Sport Management, Vol. 5, nº 1.
- HOWE, Roger; GAEDDERT, Dee; HOWE, Maynard (s/d); "Ponga la calidad a prueba"; Mc Graw Hill (1995).
- HUIZINGA, J. (1951); "Homo Ludens, Essai sur la Fonction Social du Jeu"; Paris, Gallimard.

- INSTITUTO PORTUGUÊS DA QUALIDADE (1997); "ISO 9000 para pequenas empresas"; Portugal, Ministério da Economia, 1ª Edição.
- ISHIKAWA, Kaoru (1985); "Controlo de qualidade total"; R. Janeiro, Editora Campus (1993).
- JEU, Bernard (1972); "Le Sport, la Mort, la Violence"; Paris, Editions Universitaires.
- JEU, Bernard (1987); "Analyse du Sport"; Paris, PUF.
- KAPLAN, Max (1975); "Leisure: Theory and Policy"; New York, John Wiley & Sons.
- KATZ, Daniel e KHAN, Robert (1966); "Psicologia Social das Organizações"; S. Paulo, Atlas.
- KENNEDY, Paul (1993); "Preparando para o Século XXI"; Lisboa, Dinalivro.
- KHUN, Thomas (1970); "A Estrutura das Revoluções Científicas"; S. Paulo, Editora Perspectivas (1991).
- KIDD, Bruce (1980); "The Political Economy of Sport"; Ottawa, Canadian Association for Health Physical Education and Recreation.
- KING, Preston (1975); "O Estudo da Política"; Ed. Universidade de Brasília.

- KIVIAHO, Pekka (1973); "Sport Organizations and the Structure of Society"; Finland, Department of Sociology and Planning for Physical Culture & Research, Institute of Physical Culture and Health.
- LAGUILLAUMIE, Pierre (1972); "Pour une Critique Fondamentale du Sport"; Sport, Culture et Répression, Paris, Maspero.
- LALANE, Bernard (1998); "100 Anos de Gestão" in Executive Digest, Ano 4, nº 48.
- LANFANT, Marie-Françoise (1972); "Les Théories du Loisir"; Paris, PUF.
- LASSWELL, Harold (1949); "A linguagem da política"; Ed. Universidade de Brasília (1979).
- LEVET, Jean-Louis (1978); "Sport, Economie et Politique"; Sociologie du Sport, Paris, PUF.
- LEVITT, Theodore (s/d); "The Marketing Imagination"; Nueva York, Free Press (1986).
- LIMA, Teotónio (1970); "O Desporto e o seu Universo" in Educação e Movimento, nº 5.
- LIMA, Teotónio (1981); "Alta Competição, Desporto de Dimensões Humanas?"; Lisboa, Livros Horizonte.
- LINDBLOM, Charles (1980); "O processo de decisão política"; Ed. Universidade de Brasília (1981).

- LOPES, Vitor (1989); "O desporto na sociedade actual" in Revista Horizonte, Lisboa, Vol. VI, nº 34.
- LOY, J.; McPHERSON, B.; KENYON, G. (1978); "Sport and Social Systems"; USA, Addison – Wesley Publishing Company.
- MACKENZIE, W. (1970); "A ciência política"; Vol III, Lisboa, Livraria Bertrand.
- MAGNAME, George (1964); "Sociologie du Sport – Situation du Loisir Sportif dans la Culture Contemporaine"; France, Gallimard.
- MALENFANT, Chantal (1977); "L'Economie du Sport en France. Un Compte Satellite"; Gugas.
- MALENFANT, Chantal (1984); "Dimensions Commerciales du Loisir" in Loisir et Société, Vol. 7, nº 2.
- MALVEIRO, Olavo (1997); "O Estado e o Desporto. Estrutura e Dinâmica da Intervenção do Estado no Mundo do Desporto" in II Congresso de Gestão do Desporto, Lisboa, Associação Portuguesa de Gestão do Desporto.
- MARIVOET, Salomé (1987); "Metodologia da Carta da Procura da Prática Desportiva e Recreativa"; Lisboa, D.G.D.
- MARIVOET, Salomé (1993); "Hábitos desportivos – valores socioculturais em mudança" in Revista Horizonte, Lisboa, Vol. IX, nº53.

- MARIVOET, Salomé (1998); “Tempos e espaços de realização humana no contexto das novas necessidades sociais” in Revista Horizonte, Lisboa, Vol. XIV, nº81.
- MATOS, João (1996); “Lições do pioneiro em videoconferência” in Executive Digest, Ano 3, nº 25.
- MATVÉIEV, L. (1981); “O Processo de Treino Desportivo”; Lisboa, Livros Horizonte (1990).
- MAYO, Elton (1946); “The Human Problems of an Industrial Civilization”; Cambriedge, Mass Havard University Press.
- McINTOSH, Peter (1963); “O Desporto na Sociedade”; Lisboa, Prelo, 2ª Edição (1975).
- McRAE, Hamish (1994); “The world in 2020 – Power, Culture and Prosperity: A Vision of the Future”; London, Jarper Collins Publishers.
- MEIRIM, J. Manuel (1993); “Federações Desportivas, uma realidade jurídica (no confronto com o poder público)” in Revista Ludens, Lisboa, Vol. 13, nºs 3/4.
- MEIRIM, J. Manuel (1993); “Leis do Sistema Desportivo”; Lisboa, Ed. Notícias.
- MEIRIM, J. Manuel (1994); “Elementos para o Estudo da Política Desportiva Portuguesa” in Revista Horizonte, Lisboa, Vol. X, nº 67.

- MEIRIM, J. Manuel (1997); "Do Associativismo Desportivo às Organizações Desportivas" in II Congresso de Gestão do Desporto, Lisboa, Associação Portuguesa de Gestão do Desporto
- MERMET, Gérard (1996); "O novo perfil dos consumidores" in Executive Digest, Ano 3, nº 26.
- MEYNAUD, Jean (1966); "Sport et Politique"; Paris, Payot.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL (1965); "Planeamento da Acção Educativa"; Direcção-Geral da Educação Física Desporto e Saúde Escolar, nº 6.
- MINKIN, Barry (1995); "The Future in Sight – 100 of the Most Important Trends. Implications and Predictions for the New Millennium"; New York, Macmillan Business.
- MINOGUE, Kenneth; CRESPIGNY, A. (1975); "Filosofia Política Contemporânea"; Ed. Universidade de Brasília, 2ª Edição (1982).
- MINTZBERG, Henry (1979); "Estrutura e dinâmica das organizações", Lisboa, Publicações D. Quixote (1995).
- MONTEIRO, Eduardo et al (1997); "A Racionalização das Escolhas em Matéria de Política Desportiva. Estudo das Opções dos Presidentes das Principais Federações Desportivas" in II Congresso de Gestão do Desporto, Lisboa, Associação Portuguesa de Gestão do Desporto.
- MOREIRA, Adriano (s/d); "Ciência Política"; Coimbra, Livraria Almedina (1995).

- MORGAN, Gareth (1986); "Images of Organizations"; London, Sage.
- MORIN, Edgar (1981); "As Grandes Questões do Nosso Tempo"; Lisboa, Editorial Notícias.
- NAFZIGER, James (1985); "Foreign Policy in the Sports Arena" in Government and Sport, U.S.A., Rowman & Allanheld.
- NAISBITT, John (1982); "Macrotendências. Dez Novas Orientações que Transformam as Nossas Vidas"; Coleção Biblioteca de Gestão Moderna, Lisboa, Ed. Presença (1988).
- NETO, Carlos (1997); "Mudanças sociais, desporto e desenvolvimento humano" in II Congresso de Gestão do Desporto, Lisboa, Associação Portuguesa de Gestão do Desporto.
- NÓBREGA, J. Adérito (1997); "Desporto, Turismo e Actividades de Lazer"; Funchal, UMA.
- PARLEBAS, Pierre (1968); "L' Education Physique en Miettes" in Education Physique et Sport, N° 86 e 87.
- PARLEBAS, Pierre (1981); "Contribution a un Lexique Commenté en Science de L'Action Motrice"; Paris, Institut National du Sport et de L'Education Physique.
- PAZ, B. Castejon (1973); "A Racionalização das Escolhas matéria de Política Desportiva – os instrumentos conceptuais"; Coleção Antologia Desportiva, Lisboa, DGD (1977).

- PETERS, Tom; WATERMAN, Robert (1987); "In Search of Excellence"; Lisboa, D. Quixote.
- PIARD, Claude (1974); "Vers une Nouvelle Politique Sportive"; Paris, Aphora.
- PIDOUX, François (1972); "Vers une Politique de Promotion Sportive. Images du Sport en Suisse Romande"; Birkhäuser Verlag Basel.
- PIRES, Gustavo (1986); "A Génese da Organização e do Desenvolvimento do Desporto em Portugal"; Lisboa, UTL-ISEF.
- PIRES, Gustavo (1987); "Do Associativismo à Orgânica do Estado"; Lisboa, DGD.
- PIRES, Gustavo (1989); "A Estrutura e a Política Desportivas: O Caso Português"; Lisboa, UTL-FMH.
- PIRES, Gustavo (1990); "Relatório sobre a disciplina de Desenvolvimento do Desporto"; Lisboa, UTL – FMH.
- PIRES, Gustavo (1993); "Situação Desportiva" in Revista Ludens, Lisboa, Vol. 13, nº 2.
- PIRES, Gustavo (1993); "A Organização faz a Organização da Organização" in Revista Ludens, Lisboa, Vol. 13, nºs 3/4.
- PIRES, Gustavo (1994); "Do Jogo ao Desporto. Para uma Dimensão Organizacional do Conceito de Desporto. Um Projecto Pentadimensional de Geometria Variável" in Revista Ludens, Lisboa, Vol. 14, nº 1.

- PIRES, Gustavo (1995); “Mudança Social e Gestão do Desporto” in Revista Ludens, Lisboa, Vol. 15, nº 4.
- PIRES, Gustavo (1995); “Desporto: Planeamento e Gestão de Projectos”; Lisboa, UTL-FMH.
- PIRES, Gustavo (1996); “Desporto e Política – Paradoxos e Realidades”; Funchal, Ed. Desporto Madeira.
- POPCORN, Faith (1991); “The Popcorn Report – Targeting you Life, the Future of your Company, your World, your Life”; London, Arrow.
- QUIVY, Raymond; VAN CAMPENHOUDT, Luc (1995); “Manual de investigação em ciências sociais”, Lisboa, Ed. Gradiva, 2ª Edição (1998).
- RODGERS, B. (1978); “Rationalising Sports Policies: Sport in its Social Context”; Strasbourg, Council of Europe.
- ROSNAY, Joel (1975); “O Macroscópio – para uma visão global”; Lisboa, Ed. Arcádia (1977).
- ROSTOW, W. (1978); “As Etapas do Desenvolvimento Económico”; R. Janeiro, Zahar Editores.
- SANTOS, Beja (1999); “O anúncio da sociedade após salário e após consumo de massas” in O Consumidor, nº 80.
- SANTOS, Elmano (1998); “A organização da Educação Física e do Desporto Escolar”; Funchal, UMA, Trabalho não publicado.

- SANTOS, Francisco (1989); "História Lúdico-Desportiva da Madeira"; Funchal, S.R.E.J.E.

- SANTOS, F.L.(1992); "A Excelência Estratégica – Métodos para a Mudança"; Lisboa, Edições CIFAG.

- SARMENTO, J. Pedro; STIGGER, Marco (1998); "The Quality in the Administration of Sport Activities of Recreation and Leisure" in 6th Congress of the European Association for Sport Management, Madeira, Portugal.

- SECRETARIA DE ESTADO DO DESPORTO (1998); "Desporto e Cooperação. A Cooperação Portuguesa no domínio do Desporto"; Lisboa, Centro de Estudos e Formação Desportiva.

- SEIFART, Horst (1984); "Sport and Economy: The Commercialization of Olympic Sport by the Media" in Revue of Sociology of Sport.

- SÉRGIO, Manuel (1974); "Para uma Renovação do Desporto Nacional"; Lisboa, Moraes Editores.

- SÉRGIO, Manuel (1986); "Motricidade Humana – Uma Nova Ciência do Homem"; Lisboa, D.G.D.

- SÉRGIO, Manuel (1986); "Para um Desporto do Futuro"; Lisboa, D.G.D.

- SÉRGIO, Manuel (1996); "Epistemologia da Motricidade Humana"; Lisboa UTL – FMH.

- SERRA, Eurico (1939); "Desportos Educação Física e Estado", Lisboa, Bertrand.
- SOARES, Jorge (1997); "Desporto Escolar – Organização e perspectivas futuras"; Funchal, Ed. Desporto Madeira.
- SOBRAL, Francisco (1999); "Costas direitas, peito para fora" in Jornal Record, Lisboa, Ano 50, nº 7516, 17/10/99.
- SOUSA, Teixeira (1986); "Para o Conhecimento do Associativismo Desportivo em Portugal"; Lisboa, UTL – ISEF.
- SOUSA, Teixeira (1996); "Para a Sociologia do Futebol Profissional Português"; Lisboa, UTL – FMH.
- STOPPINO, M. (1982); "Curso de Introdução à Ciência Política – Autoridade e Poder"; Ed. Universidade de Brasília.
- SUE, Roger (1983); "Le Loisir"; Paris, PUF.
- TENREIRO, Fernando (1994); "A Contribuição do Desporto para o Bem-Estar Social – Padrões de Intervenção Pública no Desporto nos Níveis Nacional e Comunitário"; Lisboa, UTL-ISEG.
- THIBAUT, T. (1977); "Aventure du Corps dans la Pedagogie Française. Thèse d'Etat" in Education Physique et Sport nº 146.
- THOMAS, R.; HAUMONT, A.; LEVET, J. (1987); "Sociologie du Sport"; Paris, PUF.

- THOMAS, Raymond (1987); "Naissance, Evolution et Etat Actuel de la Sociologie du Sport" in Sociologie du Sport, Paris, PUF.
- TOFFLER, Alvin (1968); "A terceira vaga", Lisboa, Livros do Brasil (1988).
- TOFFLER, Alvin (1990); "Os novos poderes"; Coleção Vida e Cultura"; Lisboa, Ed. Livros do Brasil (1991).
- TUCKER, Robert (1991); "Gerir o Futuro. As Dez Forças da Mudança na Empresa dos Anos Noventa" Lisboa, Difusão Cultural (1992).
- UNESCO (1976); "Document de Base pour la préparation de la Première Conférence International des Ministres et Hauts Fonctionnaires Responsable de L'Education Physique et du Sport"; Maison de l'UNESCO, Paris.
- VEGA, Gil; PINILLOS, J. (1968); "La Proyeccion Economica del Deporte"; Madrid, Cabal.
- VOLPICELLI, L. (1967); "Industrialismo e Sport"; Roma.
- WILKINSON, D. (1989); "Marketing du Sport", Paris, Editions Rerue.
- ZALATAN, Antoine (1983); "The Economic Value of Physical Recreation in Canada" in Physical Education, Vol.6, n° 2.

LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO

- Carta Europeia do Desporto para Todos, 1975.
- Decreto-Lei nº 364/79, de 4 de Setembro. Transferência de competências para a RAM em matéria de Educação e Desporto.
- Lei nº 29/81. Lei de Defesa do Consumidor.
- Constituição da República Portuguesa, 1982.
- Decreto Regulamentar Regional nº 26/89/M, de 30 de Dezembro. Aprova a lei orgânica da SREJE.
- Lei nº 1/90, de 13 de Janeiro. Lei de Bases do Sistema Desportivo.
- Lei nº 13/91, de 5 de Junho. Estatuto Político Administrativo da RAM.
- Carta Europeia do Desporto, 1992.
- Decreto Legislativo Regional nº 17/93/M, de 13 de Setembro. Cria o Conselho Desportivo Regional.
- Despacho nº 2/94, de 11 de Janeiro. Cria o cargo de Director de Instalações.
- Lei nº 19/96, de 25 de Junho. Revisão da Lei de Bases do Sistema Desportivo.

- Regulamentar Regional nº 6/97/M, de 17 de Março. Lei Orgânica da Secretaria Regional da Educação.
- Decreto Legislativo Regional nº 13-C/97/M, de 15 de Julho. Estrutura Orgânica do IDRAM.
- Lei nº 1/97, de 20 de Setembro. Revisão da Constituição da República Portuguesa.
- Portaria nº 94/98, de 15 de Maio. Regulamenta a mobilidade de professores.
- Despacho 93/98, de 16 de Setembro. Regulamenta o Desporto Escolar na RAM.

ANEXO 1

ESCOLAS OFICIAIS E PARTICULARES DA R.A.M. – ANO LECTIVO 1998/99

| |
|---|
| ESCOLA SECUNDÁRIA DR. ÂNGELO AUGUSTO DA SILVA |
| ESCOLA BÁSICA DOS 2º E 3º CICLOS BARTOLOMEU PERESTRELO |
| ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DA CALHETA |
| ESCOLA BÁSICA DOS 2º E 3º CICLOS DR. ALFREDO F. NÓBREGA |
| ESCOLA BÁSICA DOS 2º E 3º CICLOS DO CANIÇAL |
| ESCOLA BÁSICA DOS 2º E 3º CICLOS DO ESTREITO C. LOBOS |
| ESCOLA SECUNDÁRIA FRANCISCO FRANCO |
| ESCOLA BÁSICA DO 3º CICLO DO FUNCHAL |
| ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA GONÇALVES ZARCO |
| ESCOLA BÁSICA DOS 2º E 3º CICLOS DR. HORÁCIO B. GOUVEIA |
| ESCOLA SECUNDÁRIA JAIME MONIZ |
| ESCOLA BÁSICA DO 2º CICLO DOS LOUROS |
| ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE MACHICO |
| ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DA PONTA DO SOL |
| ESCOLA BÁSICA DO PORTO DA CRUZ |
| ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DO PORTO MONIZ |
| ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA PROF. FRANCISCO F. BRANCO |
| ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA Pe MANUEL ÁLVARES |
| ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE SANTA CRUZ |
| ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA BISPO D. MANUEL F. CABRAL |
| ESCOLA BÁSICA DOS 2º E 3º CICLOS DE SANTO ANTÓNIO |
| ESCOLA BÁSICA DOS 2º E 3º CICLOS DE SÃO ROQUE |
| ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA PROFª D. LUCINDA ANDRADE |
| ESCOLA BÁSICA DOS 2º E 3º CICLOS DA TORRE |
| ESCOLA DA APEL |
| ESCOLA SALESIANA DE ARTES E OFÍCIOS |
| COLÉGIO DE APRESENTAÇÃO DE MARIA |
| COLÉGIO INFANTE D. HENRIQUE |
| COLÉGIO DE SANTA TERESINHA |

Fonte: Secretaria Regional da Educação (S.R.E.)

ANEXO 2

TÉCNICOS REGIONAIS EM COMPETIÇÃO NACIONAL – ÉPOCA 1998/99

| TÉCNICO | CLUBE |
|----------------------------|----------------------|
| MARCO FREITAS | C. S. MARÍTIMO |
| ROBERTO NÓBREGA | G. D. ESTREITO |
| CARLOS ALBERTO RODRIGUES | C. S. MARÍTIMO |
| JOSÉ DUARTE ESPÍRITO SANTO | MADEIRA ANDEBOL SAD |
| FILIPE CALADO | MADEIRA ANDEBOL SAD |
| AMÉRICO CARDOSO | C. S. MADEIRA |
| JOÃO FREITAS | C. D. NACIONAL |
| JOÃO FERNANDES | C. F. UNIÃO |
| EMANUEL FREITAS | C. F. UNIÃO |
| JOÃO PAULO SILVA | C.A.B. |
| PAULO FREITAS | C. D. NACIONAL |
| JORGE ARAÚJO | C.A.B. |
| SANDRA REINOLDS | C. F. UNIÃO |
| NELO VINGADA | C. S. MARÍTIMO |
| JOÃO SANTOS | A. D. CAMACHA |
| JOSÉ MONIZ | A. D. MACHICO |
| RUI RODRIGUES | A. D. C. S. VICENTE |
| NUNO JARDIM | C. S. D. C. LOBOS |
| LINO GONÇALVES | C. D. R. BRAVA |
| LUIS TEIXEIRA | C. D. 1º MAIO |
| RUI VIEIRA | A. D. CAMACHA |
| AUGUSTO MAGALHÃES | C. S. MARÍTIMO |
| ADRIANO QUEIROZ | G. D. ESTREITO |
| PAULO FERREIRA | C. D. S. ROQUE |
| DAVID BRASILEIRO | C. D. PORTOSSANTENSE |
| GILBERTO FERREIRA | C. D. AQUÁTICO |
| KARINA KOSTENKO | A. C. D. S. JOÃO |
| JOSÉ ALMEIDA | G. D. ESTREITO |
| RICARDO FARIA | C. S. D. C. LOBOS |
| RAFAEL GOMES | A. C. M. MADEIRA |
| LINO FERREIRA | G. D. ESTREITO |
| ELENA SANTOS | C. T. M. P. SOL |
| PAULO FREITAS | C. D. S. ROQUE |
| BRUNO CAMACHO | C. D. 1º MAIO |
| HÉLDER MELIM | C. S. D. C. LOBOS |
| RICARDO FREITAS | A. C. D. S. JOÃO |
| ROGÉRIO LOPES | A. D. MACHICO |
| JAN VOIKI | C. D. NACIONAL |
| JOSÉ MACHADO | C. S. MADEIRA |
| JORGE CALDEIRA | C. S. D. C. LOBOS |
| RICARDO NUNES | C. S. MARÍTIMO |
| COSME BERENGUER | A. B. R. A. M. |
| DAVID FREITAS | A. B. R. A. M. |

| | |
|-----------------------|-----------------------|
| VIRIATO TIMÓTEO | C. T. M. |
| HUMBERTO FERNANDES | CLUBE NAVAL FUNCHAL |
| ÓSCAR MACHIM | CLUBE NAVAL SEIXAL |
| RICARDO SÁ | ASSOCIAÇÃO NAÚTICA |
| ANTÓNIO CUNHA | CLUBE NAVAL FUNCHAL |
| JOSÉ ANTÓNIO GOUVEIA | C. T. M. |
| JOSÉ SILVESTRE | IATE CLUBE S. CRUZ |
| AMÉRICO BRITO | CLUBE NAVAL P. SANTO |
| CARLOS LIMA RODRIGUES | C. F. UNIÃO |
| JOSÉ PIMENTA | CENTRO SQUASH GALOMAR |
| FRANCISCO FERNANDES | C. S. MADEIRA |
| MANUEL SALDANHA | CLUBE NAVAL FUNCHAL |
| VICENTE FRANCO | C. D. NACIONAL |
| ELMANO FREITAS | CLUBE NAVAL FUNCHAL |
| MERCÊS COSTA | CLUBE NAVAL FUNCHAL |
| ROBERTO COSTA | C. D. NACIONAL |
| LINO SILVA | CLUBE TÊNIS FUNCHAL |
| AVELINO ABREU | C. A. M. |
| NÉLIO ORNELAS | G. D. ESTREITO |
| ADRIANO GONÇALVES | C. S. MARÍTIMO |
| JOSEF CSAKI | C. D. NACIONAL |
| MANUELA VIEIRA | C. D. NACIONAL |

Fonte: Instituto do Desporto da Região Autónoma da Madeira (I.D.R.A.M.)

ANEXO 3

CLUBES DESPORTIVOS REGIONAIS – ÉPOCA 1998/99

| |
|---|
| ACADÉMICO CLUBE DESPORTIVO DO FUNCHAL |
| AERO CLUBE DA MADEIRA |
| AR LIVRE MADEIRA CLUBE |
| ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DA MOCIDADE DA MADEIRA |
| ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DESPORTIVA JARDIM DA SERRA |
| ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DESPORTIVA DE S. JOÃO |
| ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DESPORTIVA DE S. VICENTE |
| ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DE GAULA |
| ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA DA CAMACHA |
| ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA DO CAMPANÁRIO |
| ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA E CULTURAL SANTO ANTÓNIO DA SERRA |
| ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA DE MACHICO |
| ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA PONTASSOLENSE |
| ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA E RECREATIVA DE PONTA DELGADA |
| ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA SÃO ROQUE DO FAIAL |
| ASSOCIAÇÃO DE FULL-CONTACT E KICKBOXING DA MADEIRA |
| ASSOCIAÇÃO HÍPICA DA MADEIRA |
| ASSOCIAÇÃO NAÚTICA DA MADEIRA |
| ATENEU COMERCIAL DO FUNCHAL |
| CAMACHA HOQUEI CLUBE |
| CENTRO DE ANIMAÇÃO CULTURA E DESPORTO DO PORTO DA CRUZ |
| CENTRO DE ANTIGOS ALUNOS SALESIANOS |
| CENTRO DE ATLETISMO DA MADEIRA |
| CENTRO CULTURAL E DESPORTIVO LUIS DE CAMÕES |
| CENTRO DE DESPORTO CULTURA E RECREIO DO PESSOAL DOS CTT |
| CENTRO SOCIAL E DESPORTIVO DE CÂMARA DE LOBOS |
| CENTRO DE SQUASH GALOMAR |
| CENTRO DE TREINO MAR |
| CHOUPANA FUTEBOL CLUBE |
| CLUB SPORTS MADEIRA |
| CLUB SPORT MARÍTIMO |
| CLUBE AMIGOS DO BASQUETE |
| CLUBE DESPORTIVO AQUÁTICO |
| CLUBE DESPORTIVO ARCO DE SÃO JORGE |
| CLUBE DESPORTIVO BARREIRENSE |
| CLUBE DESPORTIVO BARTOLOMEU PERESTRELO |
| CLUBE DESPORTIVO E CULTURAL DO PORTO MONIZ |
| CLUBE DESPORTIVO INFANTE D. HENRIQUE |
| CLUBE DESPORTIVO NACIONAL |
| CLUBE DESPORTIVO PORTOSSANTENSE |
| CLUBE DESPORTIVO 1º MAIO |
| CLUBE DESPORTIVO E RECREATIVO DOS PRAZERES |
| CLUBE DESPORTIVO DA RIBEIRA BRAVA |
| CLUBE DESPORTIVO SÃO ROQUE |

| |
|---|
| CLUBE DE FUTEBOL ANDORINHA |
| CLUBE DE FUTEBOL CANIÇAL |
| CLUBE DE FUTEBOL PÁTRIA |
| CLUBE DE FUTEBOL UNIÃO |
| CLUBE DE GOLFE DO SANTO DA SERRA |
| CLUBE DE MONTANHA DO FUNCHAL |
| CLUBE DE MOTARD'S DA MADEIRA |
| CLUBE NAVAL DO FUNCHAL |
| CLUBE NAVAL DO PORTO SANTO |
| CLUBE NAVAL DO SEIXAL |
| CLUBE SPORT JUVENTUDE DE GAULA |
| CLUBE DE TÊNIS DO FUNCHAL |
| CLUBE DE TÊNIS DE MESA DA ESCOLA DO LOMBO SEGUNDO |
| CLUBE DE TÊNIS DE MESA DO FUNCHAL |
| CLUBE DE TÊNIS DE MESA DA PONTA DO SOL |
| CLUBE DE TÊNIS DE MESA DE SANTANA |
| CLUBE DE TÊNIS DE MESA DE SANTA TERESINHA |
| CLUBE DE TIRO, CAÇA E PESCA DA MADEIRA |
| ESTRELA DA CALHETA FUTEBOL CLUBE |
| FUTEBOL CLUBE DO BOM SUCESSO |
| GRUPO DE CAMPISMO DE SANTO ANTÓNIO |
| GRUPO COLUMBÓFILO ASAS DO ATLÂNTICO |
| GRUPO COLUMBÓFILO PÉROLA DO ATLÂNTICO |
| GRUPO DESPORTIVO ALMA LUSA |
| GRUPO DESPORTIVO AZINHAGA |
| GRUPO DESPORTIVO DO ESTREITO |
| GRUPO DESPORTIVO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO |
| GRUPO RECREATIVO CRUZADO CANICENSE |
| IATE CLUBE DE SANTA CRUZ |
| JUVENTUDE ATLÂNTICO CLUBE |
| LUDI GYM AVENTURA CLUBE |
| MADEIRA ANDEBOL S.A.D. |
| PITI TÊNIS CLUBE |
| SHOTO CLUBE DA MADEIRA |
| SOCIEDADE COLUMBÓFILA DA MADEIRA |
| SPORTING CLUBE DA MADEIRA |
| SPORTING CLUBE DO PORTO SANTO |
| SPORTING CLUBE SANTACRUZENSE |
| UNIÃO DESPORTIVA DE SANTANA |
| VALOUR FUTEBOL CLUBE |
| VOLEI CLUBE DO FUNCHAL |

Fonte: Instituto do Desporto da Região Autónoma da Madeira (I.D.R.A.M.)

ANEXO 4

ASSOCIAÇÕES DESPORTIVAS REGIONAIS – ÉPOCA 1998/99

| |
|--|
| ASSOCIAÇÃO DE ANDEBOL DA MADEIRA |
| ASSOCIAÇÃO DE ATLETISMO DA MADEIRA |
| ASSOCIAÇÃO DE BADMINTON DA R.A.M. |
| ASSOCIAÇÃO DE BASQUETEBOL DA MADEIRA |
| ASSOCIAÇÃO DE DESPORTOS DA MADEIRA |
| ASSOCIAÇÃO DE DESPORTOS DO PORTO SANTO |
| ASSOCIAÇÃO DE FUTEBOL DA MADEIRA |
| ASSOCIAÇÃO DE JUDO DA R.A.M. |
| ASSOCIAÇÃO DE KARATÉ DA MADEIRA |
| ASSOCIAÇÃO DE KARTING DA MADEIRA |
| ASSOCIAÇÃO DA MADEIRA DE DESPORTO PARA TODOS |
| ASSOCIAÇÃO DE MOTOCICLISMO DA MADEIRA |
| ASSOCIAÇÃO DE PATINAGEM DA MADEIRA |
| ASSOCIAÇÃO DE PESCA DESPORTIVA DA R.A.M. |
| ASSOCIAÇÃO DE TÊNIS DA MADEIRA |
| ASSOCIAÇÃO DE TÊNIS DE MESA DA MADEIRA |
| ASSOCIAÇÃO DE VELA, REMO E CANOAGEM DA MADEIRA |
| ASSOCIAÇÃO DE VOLEIBOL DA MADEIRA |

Fonte: Instituto do Desporto da Região Autónoma da Madeira (I.D.R.A.M.)

ANEXO 5

UNIVERSIDADE DA MADEIRA

MESTRADO EM CIÊNCIAS DO DESPORTO – GESTÃO DO DESPORTO

QUESTIONÁRIO

AOS PROFESSORES QUE EXERCEM FUNÇÕES NO DESPORTO ESCOLAR DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA NO ANO LECTIVO 1998/1999 (2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário)

Este questionário insere-se numa Tese de Mestrado em Ciências do Desporto – variante de Gestão do Desporto – da Universidade da Madeira e pretende analisar as principais questões em matéria de política desportiva regional através da consulta aos professores que exercem funções no Desporto Escolar nos estabelecimentos de ensino oficiais e particulares da Região Autónoma da Madeira, ao nível dos 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário.

As respostas dadas são de absoluto **anonimato** e os dados obtidos destinam-se única e exclusivamente aos fins descritos anteriormente, apenas sendo divulgados dados totais e sempre com a omissão da origem específica dos mesmos.

A primeira parte refere-se a variáveis relacionadas com o perfil pessoal e profissional dos inquiridos e a segunda parte a questões de opinião sobre matérias de política desportiva da Região Autónoma da Madeira.

Solicitamos a maior atenção nas respostas às questões apresentadas e **agradecemos** a disponibilidade e sinceridade manifestadas, neste pequeno contributo que poderemos dar ao desenvolvimento desportivo da R.A.M.

JUNHO DE 99

Elmano Carlos Fernandes dos Santos

1ª PARTE

IDENTIFICAÇÃO DO PERFIL PESSOAL E PROFISSIONAL

1 – IDADE _____

2 – SEXO: - Masculino.....

- Feminino.....

3 – HABILITAÇÕES LITERÁRIAS: - Licenciatura em Ed. Física e Desporto.....

- Frequência do curso de Ed. Física e Desporto.....

- 11º / 12º Ano.....

- Outra

. Qual? _____

4 – EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: - Nº de anos de serviço _____

- Nº de anos a trabalhar no D.E. _____

5 – FUNÇÃO NO D.E.:

- Coordenador Regional do D.E. / Modalidade...

- Coordenador do D.E.....

- Orientador de equipa / grupo..... Modalidade(s) _____

- Coordenador de modalidade..... Modalidade(s) _____

2ª PARTE

OPINIÃO SOBRE A POLÍTICA DESPORTIVA REGIONAL

Assinale com uma cruz (X) a sua opinião, de acordo com a respectiva escala de classificação (totalmente em desacordo – 1; ...; totalmente de acordo – 5).

Em todos os grupos de questões existe a possibilidade de incluir uma ou duas alíneas, que lhe pareçam pertinentes.

No caso de se enganar e colocar a cruz no número errado, poderá corrigir riscando o incorrecto e assinalando o correcto.

1 – ORGÂNICA

| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
|-------------------------|----------------------------|-------------|-------------------------|----------------------|
| Totalmente em desacordo | Relativamente em desacordo | Sem opinião | Relativamente de acordo | Totalmente de acordo |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| E | 1 - O Governo Regional intervém demasiado no Sistema Desportivo. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| E | 2 - O IDRAM pouco tem contribuído para o desenvolvimento desportivo regional. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Q | 3 - O Conselho Regional do Desporto não tem produzido mais valias para o Sistema Desportivo. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Q | 4 - O INATEL presta um relevante serviço ao desenvolvimento da prática desportiva dos trabalhadores madeirenses. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Q | 5 - O Gabinete Coordenador do Desporto Escolar da RAM não oferece um serviço público de qualidade aos estudantes madeirenses. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| D | 6 - As Associações Desportivas são organismos perfeitamente dispensáveis ao desenvolvimento do Desporto Regional. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| D | 7 – As Associações Desportivas devem incentivar a criação de SAD's. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| D | 8 -Os clubes já não são o motor do desenvolvimento do desporto. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| P | 9 - O IDRAM deve assumir a formação de técnicos para o desporto. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| P | 10 – A recente criação de uma Associação de Desporto para Todos, que se ocupa das actividades de lazer e recreação, foi uma medida certa. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| P | 11 – As empresas privadas de prestação de serviços desportivos são pouco direccionadas para a população madeirense. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| | | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| | | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |

2 - FORMAÇÃO

| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
|-------------------------|----------------------------|-------------|-------------------------|----------------------|
| Totalmente em desacordo | Relativamente em desacordo | Sem opinião | Relativamente de acordo | Totalmente de acordo |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| E | 1 - A formação dos praticantes desportivos deve competir ao Estado. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| E | 2 - É ao Estado que deve competir a formação de quadros técnicos para o desporto. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Q | 3 - A formação dos praticantes desportivos é fraca e deficiente. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Q | 4 - Mais vale um técnico madeirense médio do que um técnico do exterior muito bom. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Q | 5 - Actualmente, a formação de técnicos é deficiente. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Q | 6 - Não vale a pena fazer formação. É da prática que surgem os técnicos. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Q | 7 - Os dirigentes desportivos são de fraca qualidade. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| D | 8 - A formação de quadros técnicos não deve competir às Associações Desportivas. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| D | 9 - A criação de SAD's dificulta a formação dos jovens praticantes. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| P | 10 - As escolas são os locais privilegiados para se apostar na formação desportiva. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| P | 11 - Às Associações Desportivas só deve competir a orientação e a especialização do praticante. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| P | 12 - O atleta de alto rendimento já não necessita de formação. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| P | 13 - É necessário existir uma escola de formação de quadros técnicos para o desporto. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| P | 14 - A formação também deve ser para os dirigentes. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| | | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| | | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |

3 - DOCUMENTAÇÃO

| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
|-------------------------|----------------------------|-------------|-------------------------|----------------------|
| Totalmente em desacordo | Relativamente em desacordo | Sem opinião | Relativamente de acordo | Totalmente de acordo |

| | | | | | | |
|---|--|---|---|---|---|---|
| E | 1 - A Região deve investir mais na promoção de literatura de cariz desportivo. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| E | 2 - O Centro de Documentação do IDRAM deve estar aberto à comunidade desportiva. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Q | 3 - Os livros só servem para complicar. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Q | 4 - A literatura desportiva regional existente, é em reduzido número. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Q | 5 - Temos um sistema desportivo analfabeto, sabe pouco sobre desporto. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Q | 6 - O mundo do desporto tem pouco interesse pela diversa literatura desportiva. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Q | 7 - A literatura desportiva regional é de fraca qualidade e tem pouco interesse. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Q | 8 - O que vale é a literatura estrangeira. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| D | 9 - A inexistência de literatura desportiva é um factor que dificulta o desenvolvimento do desporto. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| P | 10 - Um Centro de Documentação Desportiva é um instrumento fundamental para o desenvolvimento do desporto. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| | | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| | | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |

4 - INFORMAÇÃO

| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
|-------------------------|----------------------------|-------------|-------------------------|----------------------|
| Totalmente em desacordo | Relativamente em desacordo | Sem opinião | Relativamente de acordo | Totalmente de acordo |

| | | | | | | |
|----|--|---|---|---|---|---|
| E | 1 - A RTP Madeira e a RDP Madeira enquanto serviços públicos não estão a cumprir a sua missão em matéria de desporto. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| E | 2 - Ao Estado compete contrabalançar os excessos da informação desportiva. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Q | 3 - A informação desportiva é um factor de cultura. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Q | 4 - A informação desportiva regional é de qualidade. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Q | 5 - A informação desportiva regional é tendenciosa. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Q | 6 - A informação desportiva regional trabalha em função das vendas. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Q | 7 - Os órgãos de comunicação social madeirense são agentes provocadores de conflito. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Q | 8 - A informação desportiva nacional dá pouco relevo aos sucessos do desporto madeirense. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Q | 9 - O relato desportivo é pouco fiel em relação à realidade dos acontecimentos. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| D | 10 - A informação desportiva nacional é bastante crítica em relação ao desenvolvimento da política desportiva regional. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| D | 11 - A televisão enquanto transmissora de espectáculos desportivos é um elemento desmobilizador da prática desportiva. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| D | 12 - O grande número de transmissões desportivas feitas pela televisão contribuem para o afastamento dos espectadores dos recintos desportivos | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| D | 13 - As Associações Desportivas pecam por não terem uma política de informação. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 14 | | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 15 | | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |

5 - INSTALAÇÕES

| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
|-------------------------|----------------------------|-------------|-------------------------|----------------------|
| Totalmente em desacordo | Relativamente em desacordo | Sem opinião | Relativamente de acordo | Totalmente de acordo |

| | | | | | | |
|---|--|---|---|---|---|---|
| E | 1 - Em matéria de construções a política desportiva não é clara. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| E | 2 - A Região devia ter uma intervenção mais forte em matéria de coordenação da política de construção de instalações desportivas. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| E | 3 - A Região deve investir prioritariamente nos estabelecimentos de ensino. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| E | 4 - Os investimentos realizados pela Administração Pública Regional nos grandes clubes não são rentáveis em termos sociais. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Q | 5 - A qualidade das instalações não está de acordo com o nível desportivo da Região. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Q | 6 - Existem demasiadas instalações desportivas na Região. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Q | 7 - Os grandes espaços naturais estão subaproveitados. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| D | 8 - A Região gasta pouco dinheiro na construção de instalações desportivas. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| P | 9 - A construção de instalações deve ter em conta as condições climáticas, por forma a rentabilizá-las com grupos exteriores à Região. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| P | 10 - São necessários centros de alto rendimento. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| P | 11 - A Administração Pública Regional deve ser a única responsável pelos equipamentos destinados à alta competição. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| P | 12 - A actualização da Carta das Instalações desportivas é uma tarefa fundamental e prioritária. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| P | 13 - Não é por haver muitas instalações desportivas que a Região melhora o seu nível desportivo. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| P | 14 - Mais importante do que criar centros de alto rendimento é criar centros de recreação e lazer para a generalidade da população. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| | | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| | | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |

6 - APETRECHAMENTO

| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
|-------------------------|----------------------------|-------------|-------------------------|----------------------|
| Totalmente em desacordo | Relativamente em desacordo | Sem opinião | Relativamente de acordo | Totalmente de acordo |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| E | 1 - O Estado tem a obrigação de incentivar a indústria de material desportivo. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Q | 2 - A família média madeirense não tem dinheiro para gastar em apetrechamento. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Q | 3 - Mais vale comprar o material desportivo fora da região. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| D | 4 - O preço do apetrechamento desportivo é um óbice ao desenvolvimento do desporto. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| P | 5 - A política desportiva deve privilegiar as modalidades que necessitam de pouco material. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| | | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| | | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |

7 - QUADROS HUMANOS

| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
|-------------------------|----------------------------|-------------|-------------------------|----------------------|
| Totalmente em desacordo | Relativamente em desacordo | Sem opinião | Relativamente de acordo | Totalmente de acordo |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| E | 1 - O Governo Regional deve criar sistemas de enquadramento dos atletas de alta competição. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| E | 2 - O actual regime de tributação dos agentes desportivos praticantes profissionais está ajustado ao nosso Sistema Desportivo. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Q | 3 - Os técnicos desportivos regionais têm uma formação deficiente. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Q | 4 - Os técnicos desportivos madeirenses estão mal documentados. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Q | 5 - Obtêm-se melhores resultados desportivos com a utilização de técnicos de fora da região. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Q | 6 - Existem muitos jornalistas desportivos a falarem daquilo que não sabem. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Q | 7 - A medicina desportiva e o apoio médico institucionalizados na região respondem com eficiência às necessidades do sistema desportivo. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| D | 8 - Os jornalistas desportivos vivem dos conflitos que eles próprios provocam. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| P | 9 - Deve ser realizado um forte investimento em técnicos desportivos. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| P | 10 - O Desporto Federado deve ser alimentado por técnicos destacados a partir do Sistema Educativo. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| P | 11 - Não é necessário fazer formação de quadros técnicos já que contratá-los fora da região sai mais barato. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| P | 12 - A via da profissionalização de todas as estruturas humanas no mundo do desporto é uma necessidade urgente. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| P | 13 - Num futuro próximo os dirigentes serão todos profissionais. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| P | 14 - Não deve ser autorizado a exercer as funções de treinador, quem não esteja habilitado com um curso reconhecido pela respectiva associação. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| | | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| | | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |

8 - FINANCIAMENTOS

| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
|-------------------------|----------------------------|-------------|-------------------------|----------------------|
| Totalmente em desacordo | Relativamente em desacordo | Sem opinião | Relativamente de acordo | Totalmente de acordo |

| | | | | | | |
|---|--|---|---|---|---|---|
| E | 1 - A Região financia na justa medida das suas possibilidades o desporto regional. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| E | 2 - Já que é o Governo Regional que financia o desporto, é ele que deve controlar e definir a política desportiva da Região. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Q | 3 - Se as Associações Desportivas tivessem mais dinheiro os resultados nacionais seriam melhores. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| D | 4 - Existem Associações Desportivas que recebem dinheiro a mais. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| D | 5 -As empresas regionais dão um apoio financeiro significativo ao desporto. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| D | 6 - Na conquista de recursos o Desporto Escolar é uma ameaça para o Desporto Federado. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| P | 7 - Todo o dinheiro que possa ser aplicado no Desporto Escolar é bem empregue. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| P | 8 - É justo que as verbas do totobola sejam atribuídas na totalidade ao futebol. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| P | 9 - Devido à sua implantação o futebol devia também receber uma percentagem significativa das verbas do totoloto. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| P | 10 - As autarquias devem financiar os clubes de futebol profissional. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| | | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| | | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |

9 - LEGISLAÇÃO

| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
|-------------------------|----------------------------|-------------|-------------------------|----------------------|
| Totalmente em desacordo | Relativamente em desacordo | Sem opinião | Relativamente de acordo | Totalmente de acordo |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| E | 1 - O regime de apoio às associações desportivas regionais necessita ser alterado. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| E | 2 - O sistema de seguro desportivo dá resposta às necessidades do desporto regional. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| E | 3 - O regime de policiamento dos espectáculos desportivos satisfaz. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| E | 4 - As medidas para implementar a segurança nos recintos desportivos satisfazem. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Q | 5 - A legislação desportiva não apresenta uma coerência integradora. | | | | | |
| Q | 6 - A legislação desportiva é inconsequente. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Q | 7 - Em matéria de desporto a legislação revela desconhecimento por parte do legislador. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| P | 8 - Não existem mecanismos de controlo anti-doping no desporto regional. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| | | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| | | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |

10 - GESTÃO

| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
|-------------------------|----------------------------|-------------|-------------------------|----------------------|
| Totalmente em desacordo | Relativamente em desacordo | Sem opinião | Relativamente de acordo | Totalmente de acordo |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| E | 1 - O IDRAM deve intervir na gestão das associações desportivas sempre que estas funcionem mal. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Q | 2 - As organizações desportivas não têm necessidade de gestão profissionalizada. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Q | 3 - Existe uma grande diferença entre gerir uma organização desportiva e gerir uma empresa. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Q | 4 - O ambiente organizacional influencia as opções a tomar em termos de gestão desportiva. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Q | 5 - Os gestores desportivos profissionais são importantes para prepararem a decisão aos dirigentes. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Q | 6 - Os organismos desportivos que funcionam melhor são aqueles que são geridos numa perspectiva profissional. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| D | 7 - A gestão deve ser realizada pelos dirigentes. Não são necessários gestores profissionais. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| D | 8 - O gestor desportivo profissional põe em causa a autoridade dos dirigentes. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| D | 9 - As actividades desportivas gerem-se a si próprias. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| P | 10 - O dirigente desportivo deve poder ser profissionalizado. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| | | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| | | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |

11 - MARKETING

| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
|-------------------------|----------------------------|-------------|-------------------------|----------------------|
| Totalmente em desacordo | Relativamente em desacordo | Sem opinião | Relativamente de acordo | Totalmente de acordo |

| | | | | | | |
|---|--|---|---|---|---|---|
| E | 1 - Compete à Administração Pública Regional a promoção da prática desportiva. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| E | 2 - Em matéria de promoção do desporto a comunicação social está subaproveitada. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| E | 3 - A criação de um Museu do Desporto seria uma forma de promoção da cultura desportiva | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Q | 4 - As campanhas de ética no domínio do desporto têm sido uma inutilidade. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Q | 5 - As campanhas promotoras da generalização da prática desportiva têm sido eficientes. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| D | 6 - As associações são livres de desenvolverem a política desportiva que muito bem entenderem. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| P | 7 - A promoção do desporto deve começar prioritariamente na escola. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| | | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| | | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |

12 - ACTIVIDADES

| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
|-------------------------|----------------------------|-------------|-------------------------|----------------------|
| Totalmente em desacordo | Relativamente em desacordo | Sem opinião | Relativamente de acordo | Totalmente de acordo |

| | | | | | | |
|---|--|---|---|---|---|---|
| E | 1 - Compete fundamentalmente ao Estado o processamento das práticas desportivas. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| E | 2 - A actividade dos atletas de alta competição está devidamente enquadrada pelo Estado. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| E | 3 - A animação das várias modalidades desportivas, numa perspectiva de lazer, compete ao Estado. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Q | 4 - É mais importante ganhar títulos nacionais do que ter muitos praticantes desportivos. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| D | 5 - Às associações só compete apurar e preparar os melhores praticantes de forma a representarem a Região condignamente. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| D | 6 - Desporto espectáculo e profissional já não têm nada a ver com educação. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| D | 7 - O desporto é, fundamentalmente, espectáculo e economia. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| D | 8 - As associações desportivas devem intervir na disciplina de Educação Física e no Desporto Escolar. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| D | 9 - As provas internacionais realizadas na região prejudicam o desenvolvimento do desporto. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| P | 10 - O Desporto Escolar deve ser desenvolvido pelas associações desportivas. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| P | 11 - Em matéria de promoção do desporto, a prioridade deve ser dada à escola. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| P | 12 - A Madeira reúne condições para a realização de grandes eventos internacionais. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| | | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| | | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |

ANEXO 6

A Escolha em Matéria de Política Desportiva

O presente inquérito tem por objectivo apurar a opinião de diversos grupos sociais, no que diz respeito às suas opções em matéria de política desportiva. Num tempo e num mundo em que tudo está em permanente transformação, é importante apurar a opinião dos vários protagonistas que, directa ou indirectamente, intervêm no processo de desenvolvimento do desporto, entre outros, professores, técnicos de desporto, dirigentes desportivos, empresários, dirigentes políticos, cidadãos comuns, etc., de forma a melhor compreendermos os contornos ideológicos que estão a configurar o Sistema Desportivo.

Este estudo está a ser conduzido no âmbito da Universidade Técnica de Lisboa – Faculdade de Motricidade Humana, em colaboração com diversas organizações nacionais e internacionais.

Gostaríamos de esclarecer que não há respostas certas ou erradas. O que visamos obter é, simplesmente, a sua opinião acerca dum conjunto de 48 questões (afirmações) relativas a matéria de política desportiva.

Por favor, caso esteja disponível para colaborar, assinale com uma cruz (X) a sua opinião, de acordo com a respectiva escala de classificação (totalmente em desacordo (1); ...; totalmente de acordo (5)). No caso de se enganar ao colocar a cruz, poderá corrigir riscando o incorrecto e assinalando o correcto.

As respostas dadas são de absoluto anonimato e os dados obtidos destinam-se única e exclusivamente aos fins descritos anteriormente, apenas sendo divulgados dados totais e sempre com a omissão da origem específica dos mesmos.

Agradecemos a disponibilidade e sinceridade manifestadas.

Se já respondeu a este questionário agradecemos que não o volte a fazer.

Identificação do Perfil do Inquirido

- 1 - Organismo a que pertence _____ 2 - Cód. Postal _____ 3 - Há quantos anos _____
- 4 - Funções que desempenha _____ 5 - Há quantos anos _____
- 6 - Idade _____ 7 - Sexo: - Masculino..... - Feminino.....
- 8 - Habilitações Académicas _____ 9 - Profissão _____

| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
|-------------------------|----------------------------|-------------|-------------------------|----------------------|
| Totalmente em desacordo | Relativamente em desacordo | Sem opinião | Relativamente de acordo | Totalmente de acordo |

1. Orgânica

| | | | | | | |
|-----|--|---|---|---|---|---|
| 1.1 | A Adm. Pública, duma maneira geral, intervém com qualidade no Sistema Desportivo. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 1.2 | Os Clubes respondem com eficiência, às necessidades de prática desportiva da generalidade da população. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 1.3 | O Desporto Federado deve assumir na globalidade o processo de desenvolvimento do desporto. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 1.4 | As Empresas Privadas são uma alternativa válida, na oferta de programas de promoção da prática desportiva. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |

2. Formação

| | | | | | | |
|-----|---|---|---|---|---|---|
| 2.1 | A importância da formação dos praticantes, técnicos e dirigentes, obriga a uma forte intervenção da Adm. Pública. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 2.2 | A formação de quadros técnicos, para ser eficiente, deve ser realizada pelas Associações Profissionais. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 2.3 | O Desporto Federado está a ser cada vez mais capaz de assegurar a formação dos jovens praticantes. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 2.4 | A formação dos jovens praticantes deve ser realizada na escola, numa perspectiva de lazer e recreação. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |

3. Documentação

| | | | | | | |
|-----|---|---|---|---|---|---|
| 3.1 | A Adm. Pública deve financiar a produção de literatura técnica e pedagógica, no âmbito do desporto. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 3.2 | A edição de literatura desportiva deve ficar exclusivamente dependente do livre funcionamento do Mercado. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 3.3 | As organizações desportivas do Desporto Federado que produzirem literatura da sua especialidade devem ser apoiadas. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 3.4 | O Desporto de Lazer e Recreação deve ser apoiado prioritariamente, na edição de literatura técnica e pedagógica. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |

4. Informação

| | | | | | | |
|-----|---|---|---|---|---|---|
| 4.1 | O Governo deve intervir na Comunicação Social de forma a que a informação desportiva seja isenta e socialmente útil. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 4.2 | A comunicação social devia dar mais atenção aos eventos desportivos organizados pelo Associativismo Desportivo. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 4.3 | O Desporto Federado deve organizar-se de forma a defender os seus interesses junto da comunicação social. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 4.4 | Devido às suas características, o Desporto de Lazer e Recreação merece apoios especiais para divulgar a sua informação. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |

| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
|-------------------------|----------------------------|-------------|-------------------------|----------------------|
| Totalmente em desacordo | Relativamente em desacordo | Sem opinião | Relativamente de acordo | Totalmente de acordo |

5. Instalações

| | | | | | | |
|-----|---|---|---|---|---|---|
| 5.1 | À Adm. Pública deve competir financiar substancialmente, a construção de toda e qualquer instalação desportiva. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 5.2 | A construção de instalações desportivas será mais eficiente, se o seu controlo for entregue ao Associativismo Desportivo. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 5.3 | Deve ser prioritário construir mais instalações desportivas para o Desporto Federado. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 5.4 | As políticas desportivas têm descurado a construção de instalações desportivas para o Desporto de Lazer e Recreação. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |

6. Apetrechamento

| | | | | | | |
|-----|--|---|---|---|---|---|
| 6.1 | O Governo deve intervir no domínio da indústria e do comércio desportivos, para promover o desporto. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 6.2 | Deve ser garantida uma linha de crédito especial para a aquisição de material desportivo, pela população em geral. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 6.3 | O Desporto Federado merece apoios especiais de apetrechamento, a fim de obter resultados de nível internacional. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 6.4 | Uma política de apetrechamento no Lazer e Recreação é mais vantajosa, pois beneficia a generalidade da população. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |

7. Recursos Humanos

| | | | | | | |
|-----|--|---|---|---|---|---|
| 7.1 | Só a Adm. Pública consegue criar um sistema eficiente de enquadramento dos atletas de alta competição. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 7.2 | O Governo devia delegar mais atribuições e responsabilidades no Associativismo Desportivo. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 7.3 | Devem ser facultados ao Desporto Federado bons técnicos para trabalharem no domínio da Alta Competição. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 7.4 | Deve ser privilegiado o apoio aos técnicos que trabalham na recreação e generalização da prática desportiva. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |

8. Financiamentos

| | | | | | | |
|-----|---|---|---|---|---|---|
| 8.1 | A Adm. Pública deve financiar qualquer modalidade desportiva, tendo em conta as prioridades estabelecidas pelo Governo. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 8.2 | Os financiamentos ao desporto devem ser canalizados através dos órgãos de cúpula do Associativismo Desportivo. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 8.3 | O Desporto Federado, como obtém resultados de nível internacional, deve ser financiado prioritariamente. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 8.4 | Só devem ser financiadas pela Adm. Pública as instituições que promovam o desporto para a generalidade da população. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |

| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
|-------------------------|----------------------------|-------------|-------------------------|----------------------|
| Totalmente em desacordo | Relativamente em desacordo | Sem opinião | Relativamente de acordo | Totalmente de acordo |

9. Normativo

| | | | | | | |
|-----|---|---|---|---|---|---|
| 9.1 | O enquadramento jurídico do mundo do desporto deve reforçar a participação da Adm. Pública. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 9.2 | O Associativismo Desportivo deve ter uma posição privilegiada no enquadramento jurídico do Sistema Desportivo. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 9.3 | A legislação deve ser fundamentalmente concebida para responder às necessidades do Desporto Federado. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 9.4 | O Desporto de Lazer e Recreação, por se destinar à população em geral, merece um enquadramento jurídico especial. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |

10. Gestão

| | | | | | | |
|------|---|---|---|---|---|---|
| 10.1 | É através dos organismos da Adm. Pública que o desporto pode ser bem gerido. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 10.2 | A gestão dos recursos existentes, deve, por princípio, ser descentralizada para as Associações Desportivas. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 10.3 | O Desporto Federado é a instituição que melhor garante uma boa gestão dos recursos disponíveis. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 10.4 | A gestão do Desporto de Lazer e Recreação deve ser reforçada, já que procura atingir a população em geral. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |

11. Marketing

| | | | | | | |
|------|--|---|---|---|---|---|
| 11.1 | Em matéria de promoção da prática desportiva a Adm. Pública tem vindo a abdicar das suas responsabilidades. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 11.2 | O Associativismo Desportivo é livre para desenvolver a política desportiva que muito bem entender. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 11.3 | É o Desporto Federado que garante o desenvolvimento do desporto no País. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 11.4 | A promoção do desporto, para ser eficiente, deve começar na escola através da disciplina de Educação Física. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |

12. Actividades

| | | | | | | |
|------|--|---|---|---|---|---|
| 12.1 | A Adm. Pública deve ter por vocação organizar directamente actividades desportivas. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 12.2 | É ao Associativismo Desportivo que compete a organização de actividades desportivas. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 12.3 | O Desporto Federado é o grande responsável pela existência de actividades desportivas. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 12.4 | Devem ser criados incentivos à organização de actividades desportivas que sejam dirigidas à generalidade da população. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |